

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ  
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA PÚBLICA  
NÍVEL DE MESTRADO**

**DRIELI FASSIOLI BORTOLO**

**ROMPENDO AS AMARRAS, QUEBRANDO SILENCIAMENTOS:  
NARRATIVAS DE ESTUDANTES SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO**

**CAMPO MOURÃO – PR  
2023**

**DRIELI FASSIOLI BORTOLO**

**ROMPENDO AS AMARRAS, QUEBRANDO SILENCIAMENTOS:  
NARRATIVAS DE ESTUDANTES SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO**

Trabalho de qualificação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História Pública – PPGHP, nível Mestrado, da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

**Linha de Pesquisa:** Memórias e Espaços de Formação

**Área de Concentração:** História Pública

**Orientadora:** Dra. Cyntia Simioni França

**CAMPO MOURÃO – PR  
2023**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Fassioli Bortolo, Drieli

ROMPENDO AS AMARRAS, QUEBRANDO SILENCIAMENTOS:  
NARRATIVAS DE ESTUDANTES SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO  
/ Drieli Fassioli Bortolo. -- Campo Mourão-PR, 2023.  
201 f.: il.

Orientador: Cyntia Simioni França.

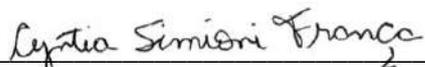
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação  
Mestrado em História Pública) -- Universidade  
Estadual do Paraná, 2023.

1. História Pública. 2. Ensino de História. 3.  
Gênero. 4. Violência de Gênero. 5. Memórias. I -  
Simioni França, Cyntia (orient). II - Título.

**DRIELI FASSIOLI BORTOLO**

**ROMPENDO AS AMARRAS, QUEBRANDO SILENCIAMENTOS:  
NARRATIVAS DE ESTUDANTES SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO**

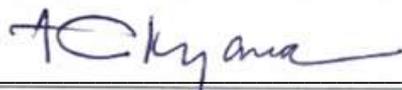
**BANCA EXAMINADORA**



\_\_\_\_\_  
Dra. Cyntia Simioni França (orientadora) – Programa de Pós-Graduação em História  
Pública/Universidade Estadual do Paraná – Unespar



\_\_\_\_\_  
Dra. Claudia Priori – Universidade Estadual do Paraná – Unespar



\_\_\_\_\_  
Dra. Adriana Carvalho Koyama – Universidade Estadual de Campinas – Unicamp

Data de Aprovação

14/04/2023

Campo Mourão – PR

Dedico essa dissertação a todas as pessoas que já foram violentadas, em especial, às da  
minha família.

À que foi proibida de usar batom e conversar com qualquer homem.

A quem já sofreu abusos e estupros.

Àquela que quando pequena tinha medo dos copos que estavam sendo arremessados.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a Deus por nunca me abandonar, pois inúmeras vezes pensei em desistir, achava que não aguentaria tudo o que estava acontecendo. Mas Ele estava junto a mim, e enviava seus anjos para me auxiliarem.

Às minhas Meliponas, os(as)(es) estudantes da pesquisa, que aceitaram fazer parte dessa pesquisa, que não desistiram, que tanto me ensinaram. Sou muito grata a vocês e posso dizer com toda convicção que, sem o empenho de vocês nada seria possível. Nunca esquecerei todo o aprendizado trocado e conhecimento produzido. Alex, Cris, Hannah, Mel, noombrilisme, Rebecah, Retsu e Sinon/Sinox, vocês são incríveis!

Ao colégio onde realizei a pesquisa, ao diretor e à toda equipe pedagógica, principalmente, pelo acolhimento por se tratar de um tema sensível.

Aos meus pais, Rosana e Roberto, e irmãos, Dreycon e Laryssa, pelo incentivo e ajuda prestada. Em especial a minha mãe, por sempre acreditar em mim e a minha irmã que sempre me abraçava após um dia desgastante de estudo. Às minhas primas e primos por me ouvirem e auxiliarem escrevendo enquanto andava pelo sítio, na tentativa de uma escrita mais fluida e compreensível, em especial, à Karen e Mayara por lerem meu trabalho. À minha avó materna, Zenaide, por sempre me lembrar que descansar é preciso. E a todos os meus familiares por me apoiarem.

À minha orientadora, professora Cyntia, por sempre estar comigo, por dispor-se a me orientar em uma pesquisa desafiadora, por me encorajar e estar ao meu lado em todos os enfrentamentos realizados.

À Fundação Araucária pela bolsa técnica para atuar no Laboratório de Ensino de História (Lehis), da Unespar, Campo Mourão-PR.

À equipe da Saúde Municipal de Terra Boa por permitirem que eu utilizasse o ônibus da saúde para ir até Campo Mourão, em especial aos motoristas Ricardo e Tato, que estiveram na linha a maior parte do tempo, mas também a todos os outros. Sem vocês não teria conseguido ser bolsista técnica. Meu muito obrigada!

Ao professor José Caetano por todo acolhimento e ajuda prestada para encontrar um colégio para eu poder realizar a pesquisa.

Às minhas amigas e amigos, Liége, Thais, Regiane, Higor e Pedro pelas leituras sensíveis que fizeram do meu trabalho. À todas minhas amigas que me incentivaram durante todo o percurso, em especial, da minha turma do mestrado.

Ao grupo de estudos Odisseia, por darem ideias, debaterem e lerem minha dissertação. O conhecimento trocado entre nós foi incrível. Em especial à Carolina, Marli, Maíra e Damião por suas contribuições desde as oficinas até a defesa. À Maíra, Marli, Flávio, Fábio, Inácio, Gabriel, professora Cyntia e professor Glaucius pela ajuda na exposição na praça e universidade, afinal, o que seria de mim sem vocês para me ajudar a carregar manequins e segurar os materiais que estavam voando? Sinceramente, não teria conseguido sem todo o apoio.

Aos meus professores do mestrado por todo o aprendizado, especialmente às professoras Claudia Priori e Marta Rovai pelas discussões de gênero.

À Banca Examinadora, professora Adriana Carvalho Koyama e Claudia Priori, por aceitarem fazer parte do meu trabalho e pelo olhar crítico e sensível que tanto me ajudaram nesse processo.

Para aqueles que disseram que “gênero é moda”, “gênero não é história”, “que antigamente a moda era feminismo, e agora é gênero” ou que tentaram me diminuir durante meu percurso, meu muito obrigada por terem me tornado mais forte. E aguardem, porque nós, estudiosa/e/os de gênero e minorias em geral, estamos crescendo.

Por fim, agradeço a mim mesma, por ter sido fiel ao que sempre acreditei e a quem sou! Eu me redescobri na pesquisa como uma mulher educadora forte e empoderada, e ninguém jamais irá tirar isso de mim. Como dizia Walter Benjamin, “ser feliz significa poder tomar consciência de si mesmo sem susto” (2000, p. 37).

*não queimem as bruxas  
mas que amem as bixas  
mas que amem  
que amem  
clamem  
que amem  
que amem as travas também*

(~Linn da Quebrada)

*Ela faz o destino dela*

(~Gloria Groove e Preta Gil)

*Abafaram nossa voz, mas se esqueceram  
de que não estamos sós;  
Abafaram nossa voz, mas se esqueceram  
de que não estamos sós!  
Essa vai pra todas as mulheres,  
marianas, índias, brancas, negras,  
pardas, indianas;  
Essa vai pra você que sentiu aí no peito  
o quanto é essencial ter no mínimo  
respeito;  
Essa dor secular em algum momento há  
de curar, diga sim para o fim de uma era  
irracional, patriarcal!*

(~Mariana Nolasco)

## RESUMO

BORTOLO, Drieli Fassioli. **Rompendo as amarras, quebrando silenciamentos: narrativas de estudantes sobre violência de gênero**. 201f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História Pública – PPGHP – Mestrado. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2023.

A pesquisa tem como objetivo construir conhecimentos histórico-educacionais acerca da violência de gênero pela via da autoridade compartilhada (FRISCH, 2016), tendo como protagonistas estudantes de 1º e 2º anos do Ensino Médio, de uma escola da rede pública, da cidade de Campo Mourão, no interior do estado do Paraná. A violência de gênero é entendida como aquela que decorre de gênero, sexo e/ou sexualidade, mas que historicamente é a violência do homem contra a mulher que se apresenta em maior número (SARDENBERG; TAVARES, 2016). A violência de gênero manifesta-se também em ambientes educacionais, uma vez que esses locais são reprodutores e produtores de relações de gênero (LOURO, 2014), o que permite também a construção de relações outras, em que estudantes são sujeitos potentes para a resistência. Portanto, as narrativas estudantis produzidas em oficinas temáticas (Favos de Resistências) são lidas enquanto mônadas - pequenos fragmentos de sentidos que se abrem a novos significados (BENJAMIN, 2007). As narrativas foram, posteriormente, compartilhadas em praça pública e no pátio da UNESPAR em forma de uma exposição cultural. Construimos, conhecimentos histórico-educacionais sobre a violência de gênero tendo como palco as memórias estudantis (BENJAMIN, 2007; GALZERANI, 2008).

**Palavras-chave:** Gênero; Memórias; Violência de Gênero; Ensino de História; História Pública.

## ABSTRACT

BORTOLO, Drieli Fassioli. **Breaking chains, breaking silence: students' narratives about gender violence**. 201s. Dissertation. Public History - Postgraduate Program In Public History-[PPGHP]- Master Degree. State University of Paraná [*Unespar*] Campo Mourão campus, Campo Mourão-Pr-Brazil, 2023.

The research aims to build historical-educational knowledge about gender violence by means of shared authority (FRISCH, 2016), having as protagonists, students of the 1st and 2nd years of High School, from a public school, in the city of Campo Mourão, in the countryside of the state of Paraná. Gender violence is understood as those which results from gender, sex and/or sexuality, but historically it is the violence of men against women that is present in a greater number (SARDENBERG; TAVARES, 2016). Gender violence is also manifested in educational environments, since these places are reproducers and producers of gender relations (LOURO, 2014), which also allows the construction of other relationships, in which students are potent subjects for resistance. Therefore, student narratives produced in thematic workshops (called Resistance Honeycombs) are read as monads - small fragments of meanings that open to new meanings (BENJAMIN, 2007). The narratives were later shared in the public square and in the courtyard of UNESPAR in the form of a cultural exhibition. We build historical-educational knowledge about gender violence using student memories as a stage (BENJAMIN, 2007; GALZERANI, 2008).

**Keywords:** Gender; Memories; Gender Violence; History Teaching; Public History.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Frases preconceituosas, machistas, racistas e LGBTfóbicas de Jair Bolsonaro	24
Figura 2 - Localização do município de Campo Mourão – PR.	26
Figura 3 - The First Grail	28
Figura 4 - O vento que me balança me torna livre.	66
Figura 5 - O primeiro encontro de almas.	87
Figura 6 - Autorretrato com cabelo cortado.	93
Figura 7 - Série Bastidores.	116
Figura 8 - Umas facadinhas de nada	122
Figura 9 - Exposição realizada na Bélgica com roupas de vítimas de estupro.	136
Figura 10 - Mulheres que resistiram e venceram à violência doméstica	140
Figura 11 - Diego e eu.	143
Figura 12 - Exposição cultural na Unespar.	153
Figura 13 - As Meliponas na praça pública.	154
Figura 14 – Fotos da exposição “Foi ele”	156
Figura 15 – A exposição na praça pública dos dados de violência de gênero.	158
Figura 16 - Instalação Artística: “Sangue escorre”.	159
Figura 17 - “A violência pode estar presente”.	160
Figura 18 - Fotografias de locais nos quais a violência de gênero pode ocorrer.	160
Figura 19 - “Resistências e Denúncias” na universidade.	161
Figura 20 - Produção “Roubando o brilho” da estudante Cris.	163
Figura 21 - “Rompendo com as amarras, quebrando silenciamentos” em praça pública.	164
Figura 22 - “Respeitável público, atente-se para as cartas dos nossos leitores”.	165
Figura 23 - Cartas das estudantes Rebecah e Mel na praça pública.	166
Figura 24 - Interação do público com a exposição.	167

## SUMÁRIO

<b>MEMORIAL - QUANDO AS SEMENTES DO REMEMORAR BROTAM.....</b>	<b>12</b>
<b>INTRODUÇÃO – O DESEJO DE CONHECER OUTRAS COLMÉIAS E PERCORRER NOVOS JARDINS.....</b>	<b>23</b>
<b>CAPÍTULO 1 - VIOLÊNCIA DE GÊNERO: NAS BRECHAS DA SOCIEDADE PRECONCEITUOSA, MACHISTA E MISÓGINA.....</b>	<b>47</b>
<b>1.1. Ensino de História como possibilidade do exercício da História Pública.....</b>	<b>52</b>
<b>1.2. Gênero.....</b>	<b>67</b>
<b>1.3. Violência de gênero.....</b>	<b>75</b>
<b>1.4. Formando as Colmeias.....</b>	<b>82</b>
<b>CAPÍTULO 2 - CONHECENDO OS FAVOS DE RESISTÊNCIAS.....</b>	<b>86</b>
<b>2.1. 1º Favo de Resistência: “Gênero é a forma na qual a pessoa se identifica, não existem barreiras” .....</b>	<b>87</b>
<b>2.2. 2º Favo de Resistência: A questão de gênero, “sofro muito por isso, por pessoas de mentes fechadas” .....</b>	<b>92</b>
<b>2.3. 3º Favo de Resistência: “Tudo o que foi imposto para mim eu simplesmente aceitei” .....</b>	<b>99</b>
<b>2.4. 4º Favo de Resistência: “Relacionamento tóxico” .....</b>	<b>109</b>
<b>2.5. 5º Favo de Resistência: “Roubando o brilho”.....</b>	<b>115</b>
<b>2.6. 6º Favo de Resistência: “Umas facadinhas de nada” .....</b>	<b>121</b>
<b>2.7. 7º Favo de Resistência: “Antes era comum as mulheres ficarem em casa”.....</b>	<b>135</b>
<b>2.8. 8º Favo de Resistência: “Faça menos disso e mais daquilo” .....</b>	<b>141</b>
<b>CAPÍTULO 3 - A MOSTRA ARTÍSTICA CULTURAL NO ESPAÇO PÚBLICO.....</b>	<b>148</b>
<b>3.1. O conceito de “público”.....</b>	<b>149</b>

<b>3.2. A construção da mostra artística cultural.....</b>	<b>151</b>
<b>3.3. Caminhando e experienciando a mostra artística cultural.....</b>	<b>153</b>
3.3.1. <i>As Meliponas</i> .....	153
3.3.2. <i>“Foi ele”</i> .....	155
3.3.3. <i>“A violência ocorre e o sangue escorre”</i> .....	157
3.3.4. <i>“A violência pode estar presente”</i> .....	160
3.3.5. <i>“Resistências e Denúncias”</i> .....	161
3.3.6. <i>“Quebrando com as amarras, rompendo silenciamentos”</i> .....	164
3.3.7. <i>“Respeitável público, atente-se para as cartas dos nossos leitores”</i> .....	165
3.7.8. <i>Nós e o público</i> .....	167
<b>EPÍLOGO: DO “FIM” PARA NOVOS “INÍCIOS”, TALVEZ.....</b>	<b>169</b>
<b>COMPARTILHANDO O EU NA RELAÇÃO COM O OUTRO, APRENDIZADOS QUE NÃO SE FINDAM.....</b>	<b>174</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>179</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>185</b>
<b>APÊNDICE A.....</b>	<b>185</b>
<b>APÊNDICE B.....</b>	<b>186</b>
<b>APÊNDICE C.....</b>	<b>187</b>
<b>APÊNDICE D.....</b>	<b>190</b>
<b>APÊNDICE E.....</b>	<b>193</b>
<b>APÊNDICE F.....</b>	<b>194</b>
<b>APÊNDICE G.....</b>	<b>195</b>
<b>APÊNDICE H.....</b>	<b>197</b>
<b>APÊNDICE I.....</b>	<b>200</b>

## MEMORIAL - QUANDO AS SEMENTES DO REMEMORAR BROTAM

*Alcei voos.  
Hoje sei que sim.  
Sou quem sou.  
Quem era  
hoje  
sou.  
Mas quem  
hoje sou  
antes não era.  
Sou quem sou.  
Sou.  
Mas ainda  
serei.  
Experienciarei.  
Tocarei.  
(Trans)formarei.  
Eu  
Coisas,  
talvez.  
Outros,  
espero.*

(Drieli Fassioli Bortolo)

Ao escrever a presente poesia para abrir esta dissertação o faço na intenção de mostrar-me enquanto uma pesquisadora completa e incompleta, formada em vários sentidos, mas ainda em transformação, e com anseios de ainda ser, de que possamos viver em um mundo sem violência de gênero, preconceitos e desigualdades. Essas são motivações que fazem parte de quem sou, e que foram construídas ao longo do tempo a partir das minhas experiências. Assim, por meio deste memorial, será possível adentrar em pequenos favos de memórias que fazem parte da minha história. Eles perpassam pela vida pessoal, questões de gênero e trajetória

de estudos. Nem todos os fragmentos foram escritos com o objetivo de serem evidentes a fim de apresentar uma resposta, pois o que proponho são inícios, e não pontos finais.

## *I*

Falando de memória: entre desejos e (des)encantamentos

Memórias....

Ahhhh....

Memórias...

Doces e perturbantes memórias...

Memórias são coisas incríveis, não é mesmo?

Afinal, todos nós as temos (ou as tivemos).

Memórias que são estritamente particulares ou coletivas.

Memórias que são minhas, são suas, são nossas.

Memórias que nos atormentam, nos alegram, nos enlouquecem.

Memórias que desejamos esquecer ou guardar para sempre em nossos corações.

Memórias voluntárias e involuntárias.

Memórias fluídas, desprovidas de tempo ou datadas.

Não importa...

Ou talvez importe...

Tristemente me pergunto “o que farei com vocês, minhas memórias?”

Mas ao mesmo tempo, “o que faria sem vocês, minhas memórias?”

(Drieli Fassoli Bortolo)

## *II*

Minha memória mais antiga era de quando tinha apenas três (ou talvez quatro) anos, estava correndo, brincando, mas então, quando as luzes se iluminaram, tive medo.

Aos meus três (ou quatro) anos percebi que memórias podem ser ruins.

### *III*

Estávamos todos lá, aluninhos de cinco anos na frente da escola toda, apresentando nossa homenagem. Enquanto isso, meus olhos corriam em meio às dezenas de pares de olhos, só procurando aqueles que tinham a mesma cor dos meus. Ambas me disseram que não poderiam estar presentes, todavia, eu não acreditei.

Aos meus cinco anos percebi que memórias da infância podem perdurar até a vida adulta.

### *IV*

Era Natal, havia ganhado um notebook de brinquedo de presente. Morava no mesmo sítio que a minha avó materna e toda a família se reunia nesta data. Procurei meus primos mais velhos e eles estavam brincando em um pomar perto dali. Um era quatro e outro sete anos mais velho que eu. Fui até eles e me disseram que sabiam voar. Duvidei. Eles me mostraram, começaram a pular de galho em galho nos pés de manga, então acreditei, evidentemente. Fiquei fascinada! Meus primos sabiam voar, era o máximo!

Ainda aos meus cinco anos entendi que há memórias em que nunca vamos deixar de acreditar,  
por mais estapafúrdias que sejam.

### *V*

Estava no primeiro ano do Ensino Fundamental, havia ganhado meu primeiro livro didático, que era de matemática, por sinal. Era uma segunda-feira e como de costume, ficava à tarde na escola para fazer projeto e aula de computação, depois pegava o ônibus que ia levar os estudantes de um distrito de minha cidade, e que passava no sítio onde morava. Assim, como fazia muito calor, o tempo estava seco e eu cansada, resolvi arrastar a sacola em que o livro estava pelo corredor. Quando minha mãe chegou em casa, viu que a capa de trás do livro estava esfolada e suja, então brigou comigo. Eu fiquei muito triste porque não queria estragar, não imaginei que isso fosse acontecer, fiz realmente na mais pura inocência. Mas uma coisa é fato, dali para a frente sempre cuidei muito bem dos meus livros.

Aos meus seis anos percebi que memórias podem conter ensinamentos.

## VI

No meu segundo ano do Ensino Fundamental fui morar no sítio que era dos meus avós paternos e lá só passava ônibus no período vespertino, então tive que mudar de escola. Nessa nova escola fiz duas amigas e gostava bastante do ambiente, mas em determinado momento comecei a sofrer *bullying* de um menino que estudava comigo, ele me chamava de “bruxa” e isso acabava com a minha autoestima. Eu me lembro de ter contado para a minha mãe e acho que ela foi reclamar na escola. Não me lembro do desfecho da história, tampouco se as ofensas pararam. Porém, hoje me dou conta do quanto algumas palavras podem ferir uma criança, e que muitas vezes esse tipo de atitude pode chegar a agressões físicas.

Aos meus vinte e um anos, enquanto escrevo esta dissertação, percebi que alguns motivos que me trouxeram às questões de gênero advêm de memórias da minha criança interior de sete anos.

## VII

Era um dia do qual não me lembro da temperatura, nem da estação, tampouco de todas as pessoas. Mas lembro-me que a minha professora de Geografia faltou por alguns dias e mandou uma substituta. E essa nova professora percebeu que eu gostava de desenhar e perguntou se eu tinha algum croqui, eu respondi que não e que nem ao menos sabia o que era isso. Na próxima aula, ela me trouxe um modelo e me deu um lápis 6B. Fiquei muito feliz e agradecida. Até hoje tenho os croquis de moda e a partir dele criei mais de 220 modelos de roupas.



Desde os meus dez anos guardo com carinho memórias de uma professora temporária de serviço, mas eterna em minha vida.

## VIII

O ano era 2012, estava na escola em uma aula de matemática (também conhecida como minha matéria favorita na época) e a professora estava bem “pra baixo”. Então, quando fui levar meu caderno para ela visitar, falei algo relativo a matéria, ao voltar para minha carteira minhas amigas disseram “nossa Dri, a professora estava tão triste e você a fez sorrir”. Eu nem ao menos me recordo do que disse a ela, porém, esse dia me marcou.

Desde os doze anos guardo memórias de quando fiz uma professora sorrir. Hoje, ao escrever isso, percebo que podemos fazer as memórias de outras pessoas mais felizes.

## XIX

Durante meu Ensino Médio ocorreram alguns casos na escola que estamparam o machismo da forma mais “nua e crua” que pudesse existir. Um exemplo que posso contar é o

que aconteceu comigo. Na escola existia uma norma em que as alunas não poderiam usar sutiã colorido ou estampado, apenas “cores neutras”. Recordo-me que nos primeiros dias de aula a diretora havia ido na minha sala dar o recado, e depois que ela saiu as meninas disseram que tinha gesticulado apontando para mim, mas eu não havia percebido. Na época eu tinha 14 anos!!! Hoje me questiono acerca de algumas dessas normas escolares: seriam elas feitas para que os meninos não olhassem as alunas, ou seriam também para os professores?

No meu Ensino Médio percebi que boa parte das minhas memórias continham machismo.

## X

Na universidade percebi que o machismo continuava e, de certa forma, ainda era mais escancarado do que na escola. E sabe o que era feito a respeito? Nada! Isso dói em mim e tenho certeza de que dói em toda/e/os que já sofreram algum tipo de violência e/ou discriminação nesses espaços. Algumas coisas poderiam ter sido feitas para que não tivesse sido assim, mas não foram. Espero no futuro estar na linha de frente para que as coisas sejam diferentes.

Dos meus 17 aos 20 anos percebi que o mundo acadêmico pode ser cruel.

Tenho muitas memórias boas, mas também ruins.

## XI

Gostaria de compartilhar<sup>1</sup> com vocês uma descoberta muito especial, que fez meu coração pulsar e meus olhos iluminarem o universo. Hoje, depois de quase quatro anos de graduação pensando o motivo de ter escolhido a História, eu finalmente descobri. Não foi algo que ocorreu do dia “pra” noite, essa resposta não veio como um raio do céu em uma noite de tempestade, tampouco numa bela e reluzente manhã de inverno. Não! Foi resultado de muita reflexão, choros, tristeza, alegrias, estudos e, principalmente, me conhecendo.

Durante muito tempo questioneei-me acerca dos motivos que me fizeram cursar História. Normalmente atribuía isso a uma resposta rápida – “não sei” – afinal, sempre fui muito melhor

---

<sup>1</sup> Texto intitulado *Motivos da História*, escrito por mim em 24/05/2020.

na escola em Matemática e Física. Mas no meu íntimo, lembro-me perfeitamente de fazer essa escolha motivada a um “todo mundo está querendo isso, acho que também quero e vou conseguir passar no vestibular”.

Hoje olho para trás e vejo o quão sem sentido é isso, como fui irracional. E se eu tivesse seguido as exatas ou ciências da natureza? Eu nem mesmo sou “boa” em História. Parece que todos sabem sobre esse conhecimento histórico, tanto na época da escola quanto na universidade. Todos parecem ter um dom “inato” para tal ciência. Menos eu, é claro.

Quando li um texto de história, em 2020, em que o autor mencionava que caso o historiador não sentisse prazer no ofício, deveria mudar de profissão, uma vez que não havia sido feito para ele ou, talvez, feito de forma defeituosa.

Ah... como isso doeu. Fiquei com isso na cabeça e achava que não havia sido feita para a História ou feita faltando “partes”.

Um pedaço de mim estava certo e outro, errado. Enganei-me quanto aos motivos que me trouxeram a esse curso. Não foi por influência de alguém, nem nada do tipo. Acredito que deva ter sido a própria história que me escolheu. Em meus devaneios, creio que a História (essa mesma, com “H” maiúsculo) tenha pedido a Deus para tocar meu coração, que é sempre repleto de emoção, para que eu cursasse essa graduação. Então, Deus, no ápice de sua bondade, assim o fez.

Porém, Ele não me revelou o “porquê”. Nem tampouco a História. E por anos dediquei-me a descobrir tal coisa. Todavia, sem sucesso.

Mas eis que surge um anjo, uma pessoa escolhida e acolhida por tanta sensibilidade, que veio até mim e apresentou-me o “Ensino” – área que eu considerava como “menor” em relação às outras. Pois bem... esse ser agraciado com a dádiva divina, conhecido como Cyntia, mostrou-me o “Ensino em História” e apaixonei-me por tal saber.

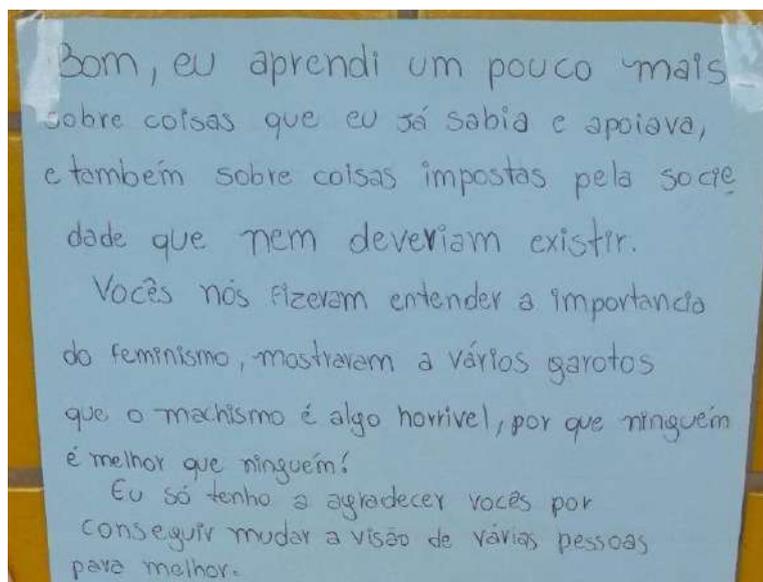
Assim, descobri o que faltava em mim. Não era mais conhecimentos e datas, nem mesmo historiografia (apesar de que estas são sempre necessárias e devem ser continuamente aprendidas e estudadas), mas sim a sensibilidade.

Sensibilidade esta que considera saberes e memórias humanas. Algo que acolhe a racionalidade e sensibilidade, objetividade e subjetividade. Ah... e como são belos esses entrecruzamentos. É tão bom saber que encontrei o que faltava em mim....

Descobri então as razões que fizeram a História me escolher. Sabe qual foi? Para que eu, juntamente com outra/e/os profissionais motivada/e/os mostrássemos ao mundo a grandiosidade e beleza do ensino, transformando corações e tocando historiadores para serem

seres mais humanos e sensíveis. Por fim, encontrei meu caminho: Ensino e História, ou, caso preferiam, Ensino de História.

## XII



Relato de uma estudante acerca do projeto que fiz com uma colega de curso no Programa Residência Pedagógica (RP), em 2019, sobre as questões de gênero.

## XIII

Hoje, dia 5 de julho de 2021, estava estudando quando resolvi fazer uma pausa e ir até a cozinha. No caminho, deparo-me com meu irmão tendo aulas *online* (o que já virou rotina). Porém, algo diferente ocorreu. Minha irmã de 7 anos (quase 8), não estava assistindo televisão ou fazendo sua cartilha da escola, e sim cortando restos de tecido para fazer roupinhas de boneca. O que para algumas pessoas pode ser algo banal, para mim, despertou várias lembranças: de quando eu fazia a mesma coisa que ela desde os 5 anos; da minha avó me ensinando a bordar com lantejoulas e miçangas; de quando eu e minhas primas costurávamos roupinhas na máquina da minha mãe; ou de quando minha própria mãe fazia roupinhas (e ela sempre foi muito criativa, então criava modelos muito lindos); também das brincadeiras de boneca com minhas primas de ambas as partes da família. Inclusive, quando eu era mais nova, meu pai e meu tio colocavam eu e minha prima para cuidarmos do café (ou seja, espantar as

galinhas que queriam esparramá-lo...), então nós duas nos sentávamos em um encerado e íamos brincando, aproveitando o vento e a sombra da árvore.

É incrível como um simples observar despertou tantas lembranças, tantas saudades. No fundo, eu acho que a moda sempre “me chamou”, mas eu a abandonei. Porém, não me culpo por isso, pois sempre acreditei ter “vários chamados”. Talvez o da História tenha falado mais “alto”, ou mais “forte”, não sei. O fato é que acredito que na Educação tenho a potencialidade de me conectar com tudo o que amo – para mim, isso é fantástico e me dá uma sensação de conforto e quentinho no coração também, porque sei que é aqui que vou estabelecer laços sensíveis com outras almas, e com a minha própria também.

#### XIV

##### *Carta de uma bruxa à sociedade*

*Subjugadas, maltratadas,  
acusadas e condenadas.*

*Assim foram nós,  
assim somos nós mulheres.*

*Somos consideradas a escória do mundo,  
o resto, o que vem depois.*

*Eles acham que somos menos,  
mas não, nós não somos.*

*Por mais que sejamos subestimadas,  
temos força;*

*E esta advém das nossas antecessoras,  
daquelas que foram queimadas.*

*Por séculos fomos retratadas como bruxas,  
e pode até ser que sejamos,  
mas não somos culpadas por nada.*

*Vocês nos enganaram,  
nos usaram e nos mataram.  
Mas resistimos, e queremos reescrever essa história, a nossa história*  
(Drieli Fassioli Bortolo, 2021).

XV



Durante a pandemia buscava refúgio na casa da minha avó e nas conversas em família. A foto acima foi, durante muitas vezes, o meu “bom dia”. É onde consigo inspiração, onde as coisas fluem, no sentido de sentir que minha escrita é extremamente “produtiva”, ou simplesmente não fluem. Meio termo não existe com uma vista dessas. Ou, é corpo e alma inspirados nos estudos, ou é corpo e alma admirando a paisagem. Portanto, o que para alguns pode parecer improdutividade, para mim, é apenas algo natural (ou que deveria ser) a todas as pessoas.

Evidentemente que não darei conta de todas as discussões acerca de todas as produções em cada uma das áreas e/ou campos de atuação e pesquisa que me propus a tratar neste trabalho. Pois, penso conforme elucida Virgínia Woolf, em seu livro literário feminista “Um teto todo seu”,

[...] se eu tivesse que ler tudo o que os homens escreveram sobre as mulheres e depois tudo o que as mulheres escreveram sobre os homens, o aloé que floresce uma vez a cada cem anos teria florescido duas vezes antes que eu pudesse encostar a caneta no papel. (WOOLF, 2014, p. 44).

Estou compartilhando essa questão pois durante muito tempo acreditei que a vida fosse apenas resumida a estudar, e que se optasse pela “vida acadêmica” (se é que isso existe), deveria abandonar todo o resto. Mas durante esse percurso aprendi que “o resto” é o que me manteve viva e me deu forças para não desistir. Sou várias coisas, nem tudo é 100% - e “tá tudo bem”.

**INTRODUÇÃO – O DESEJO DE CONHECER OUTRAS COLMÉIAS E PERCORRER  
NOVOS JARDINS**



Fonte: Desenho da estudante Alex. Dados da pesquisa (2022).

**Superação**

Eu fiz esse desenho para representar a violência das mulheres, homossexuais, pobres, minorias no geral na mão de homens.

(**Estudante Alex**, 16 anos, 2º ano, bigênero lésbica e demisssexual).

Compartilho uma pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em História Pública (PPGHP), na Universidade Estadual do Paraná (Unespar), na cidade de Campo Mourão. Em que busquei produzir conhecimentos histórico-educacionais com estudantes da rede estadual de ensino, tendo como mote de reflexão a violência de gênero.

A violência pode acometer qualquer indivíduo em nossa sociedade, mas as pessoas mais vulneráveis são justamente as minorias sociais, tais como mulheres, pessoas LGBTQIAPN+s<sup>2</sup>, indígenas, pessoas negras e que estão em situação de vulnerabilidade social. Em diálogo com o desenho de Alex uma das leituras possíveis é a de uma mão tentando se soltar, e aparentemente ela consegue, já que o título é “Superação”.

Ao olhar para a representação da estudante penso em quantas superações de violência de gênero precisamos lidar cotidianamente. O que, no meu entendimento, torna esse problema estrutural presente em nossa sociedade, pois a violência de gênero está ancorada no machismo, no patriarcado, na heterossexualidade e tem, muitas vezes, esses comportamentos validados por nossos governantes. Ou seriam (des)governantes?

O ex-presidente brasileiro Jair Messias Bolsonaro (2018-2022) expõe abertamente todos os seus preconceitos, alguns deles estão contidos na Figura 1, a seguir:

Figura 1 - Frases preconceituosas, machistas, racistas e LGBTfóbicas de Jair Bolsonaro.



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

<sup>2</sup> A sigla refere-se a lésbicas, *gays*, bissexuais, trans e travestis, *queers*, intersexos, assexuais, pansexuais, não-binários, entre outras/es/os.

Ao olhar para tantas falas preconceituosas, muitas delas ditas antes de Jair Bolsonaro tornar-se presidente, percebo o quanto nossa sociedade é machista, misógina, racista e LGBTfóbica. Sinto-me profundamente atacada por tais declarações. Quanta/e/os<sup>3</sup> outra/e/os também não se sentem? E o pior, quanta/e/os não foram mortos por suas políticas de (des)governos? Quantos ataques não tivemos à educação? Com *Fake News*, censura em sala de aula, estudantes sendo estimulada/e/os a filmarem seus professora/es e esta/es sendo chamada/e/os de “doutrinadora/es”. E muitas outras. Foi diante desse cenário que realizei a presente pesquisa, em meio a tantos horrores.

Quando iniciei o mestrado em História Pública (PPGHP), desde o início a minha proposta foi trabalhar com a violência de gênero com estudantes do Ensino Médio, a partir de uma construção coletiva e dialógica. Sabia dos desafios, tinha plena consciência dos riscos aos quais estava sujeita. Afinal, “um curso é algo que se faz (ou que se segue). Mas também é algo que alguém se dispõe a fazer (ou a seguir). Ou seja, dizendo de outra maneira, para começar (a realizar) um curso é necessário uma certa disposição, é preciso estar disposto a começar” (LARROSA *et al*, 2019, p. 21). E isso refere-se também a seguir em frente. Estava aberta a novas experiências, ao diálogo, a assumir o risco, mesmo diante de todas as adversidades.

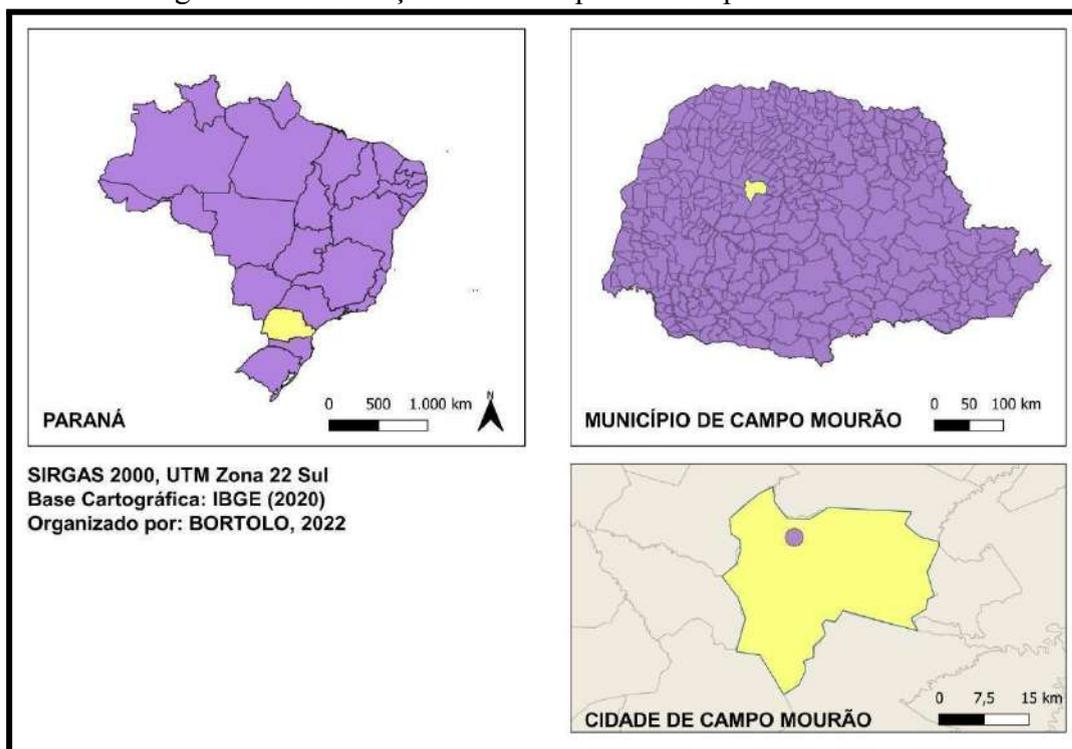
E foi a partir dessa predisposição que iniciei o trabalho no diálogo com memórias da/e/os estudantes, em específico da violência de gênero. Sujeitos estes que estão inseridos em um contexto social, em uma cidade, em uma escola.

Alex, Retsu, noombrilisme, Rebecah, Mel, Sinon/Sinox, Cris e Hannah são as/es/os estudantes que aceitaram participar do projeto educativo *Combatendo a Violência de Gênero*. Ela/e/us vivem no município de Campo Mourão, no interior do Paraná (Figura 2), com uma população estimada para 2021 de 96 mil pessoas, segundo o IBGE (2022). A cidade destaca-se pela atividade agrícola e pela indústria abatedora de aves.

---

<sup>3</sup> Nesta pesquisa faço uso dos pronomes neutros, entendidos enquanto uma maneira respeitosa de tratar pessoas que não se identificam ou não se identificam totalmente como Homens ou Mulheres.

Figura 2 - Localização do município de Campo Mourão – PR.



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Já no que tange à educação, encontravam-se matriculada/es/os no Ensino Fundamental aproximadamente 11.228 estudantes e no Ensino Médio 3.086, para o ano de 2021 (IBGE, 2022). Assim, levando-se em consideração apenas o Ensino Fundamental e Médio, sem contabilizar a Educação Infantil e os discentes de graduação, a fatia equivale a quase 15% da população. Esse é um percentual alto e que, muitas vezes, esses sujeitos não estão incluídos nas narrativas da história oficial com suas histórias, experiências e ações cotidianas, e muito menos suas críticas, indignações e visões socioculturais.

As/es/os protagonistas da pesquisa são de um colégio da rede estadual de ensino. Conforme o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, pertencem às classes sociais diversas, sendo que desses, 89% residem na zona urbana e 11% na zona rural, dentre os primeiros 90% moram em bairros e 10% no centro. Além de que, 49% moram com mais de 4 pessoas, 21% recebem auxílio do Programa Bolsa Família, em que 5% dos/as/es estudantes declaram não ter renda, 25% das famílias vivem com até 1 salário-mínimo, 39% com renda de até dois salários mínimos e os demais acima de 2 salários mínimos. Ademais, com base em um levantamento feito pelo colégio em 2021, 2% declararam-se indígenas, 1% asiáticos, 4,6% pretos, 43,1% pardos e 49,3% brancos. Ou seja, é uma escola diversificada, além disso, é o colégio que durante os anos em que eu fazia Residência Pedagógica sempre ouvia falarem de que lá era

para onde mandavam os estudantes “indisciplinados”, e que ficava muito difícil de criarem vínculos afetivos entre eles, porque moravam distantes uns(umas/umes) dos/as/es outros/as/es. Todavia, ao entrar em contato com o colégio e os/as/es estudantes, tive uma percepção diferente do que haviam me dito. As/es/os professora/es de diversas disciplinas permitiram que eu assistisse as suas aulas, interagisse com as/es/os estudantes, que conversavam comigo sobre como as turmas eram e mostravam-se interessadas/es/os no projeto. A equipe pedagógica também me auxiliou em tudo o que foi possível.

Assim, quando cheguei para assistir a algumas aulas dos segundos anos do Ensino Médio Normal para conhecer as/es/os estudantes e depois convidá-las/es/os para integrarem o projeto *Combatendo a Violência de Gênero*, fui muito bem recebida, conversava com as/es/os estudantes e me divertia. Após participar de algumas aulas de disciplinas variadas, eu entregava os convites<sup>4</sup> para participarem do projeto, a questão era que muitas/es/os manifestavam interesse, porém, não retornavam com os termos do Comitê de Ética<sup>5</sup> assinado pelas pessoas responsáveis. E quando eu as/es/os questionava o motivo do não retorno, diziam: “minha mãe não deixou”, ou, também: “meu pai não deixou por conta do tema”. Isso fez com que abrissemos para as turmas do técnico, Formação de Docentes do 1º e 2º ano do Ensino Médio. Depois de várias idas ao colégio pela manhã - para as quais eu acordava às 5h00 para pegar o ônibus da saúde às 6h00, a única forma de eu conseguir chegar de manhã em Campo Mourão - finalmente consegui formar um grupo com 16 estudantes, alguns/as/es do 1º e outros/as/es do 2º ano de uma escola pública no centro da cidade.

Porém, percalços ocorreram, os quais contarei no decorrer desta dissertação, e finalizei com um grupo de 8 estudantes protagonistas da pesquisa. Convido você, caro/a/e leitor/a/e, a conhecer as/es/os estudantes e os pseudônimos que escolheram para serem identificadas/es/os, bem como as características que utilizam para se auto identificarem após terminarmos o projeto. Contudo,

tanto na dinâmica do gênero como da sexualidade - as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento. Não é possível fixar um momento - seja esse o nascimento, a adolescência, ou a maturidade - que possa ser tomado como aquele em que a identidade sexual e/ou a identidade de gênero seja “assentada” ou estabelecida. As identidades estão sempre se constituindo, elas são instáveis e, portanto, passíveis de transformação. (LOURO, 2020, p. 31).

---

<sup>4</sup> No Apêndice A encontra-se o convite que foi entregue para as/es/os estudantes.

<sup>5</sup> O presente trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), submetido na Plataforma Brasil, com o número CAAE 57285322.3.0000.9247, cujo número do parecer foi 5.339.570.

Assim, as autodefinições afirmadas no final da pesquisa pelas/es/os participantes podem sofrer alterações, pois o que somos hoje é diferente do que somos amanhã. Cada narrativa é única, tal qual a/e/os estudantes. Vamos conhecê-la/e/os? Convido, então, à leitura da obra de arte da artista Margaret Keane e que está na figura 3.

Figura 3 - The First Grail<sup>6</sup>



Fonte: Keane (1962).

A artista estadunidense Margaret Keane teve suas obras vendidas e assinadas durante anos pelo seu, até então, marido. A autoria dos quadros foi roubada por Walter Keane e a situação só mudou quando Margaret se divorciou e entrou na justiça afirmando ser a responsável pelas obras. Depois de alguns conflitos conseguiu provar que ela era a artista.

Esse é um caso de violência de gênero e foi trazido para mim pelo estudante que era estuproador. Ele havia me dito que uma professora tinha trabalhado com essa narrativa na escola e que gostaria de incluí-la no projeto. É um trabalho coletivo, portanto, dividíamos com grande entusiasmo as contribuições e opiniões da/e/os estudantes, concordei e pedi que fizesse essa narrativa por escrito e que escolhesse uma obra para incluir na dissertação. Por fim, ele não fez isso.

---

<sup>6</sup> O primeiro Graal (tradução minha).

Essa obra foi uma escolha do estudante T.V., o qual é um homem pansexual, que afirma gostar de plantar flores, cactos, frutos e suculentas, além de arrumar a casa. Gosta de ver memes na *internet*. É eclético, mas não gosta de *funk*. Assiste desenho animado. E seu maior sonho é ajudar as pessoas em um contexto geral. Além disso, adora gatos: “Eu escolhi esse nome pois ele traz consigo muito amor e carinho, já que esse nome será utilizado para batizar os filhos da minha melhor amiga, a pessoa mais importante da minha vida” (T.V.).

Outra participante é a estudante Alex, que tem 16 anos, está no 2º ano de Ensino Médio, é bigênero, lésbica e demissexual<sup>7</sup>. Em seu tempo livre escuta músicas dos estilos *Rock*, *Metal*, *New Wave* e *Punk*; joga jogos como *FPS* (tiro em primeira pessoa), *Casual*, *Rocket League*, *Valorant* e *Minecraft*. Ela gosta de ler, mas quase não o faz. Também assiste a filmes de ficção científica, romance e terror. Sonha desde pequena em ser astronauta, mas o que mais quer no momento é sair do país e morar no Canadá.

#### **Alex**

Na época em que eu me descobri bigênero, optei por usar esse nome por alguns meses, mas acabei voltando pra “XXXX” por conta do preconceito. No começo de 2021, comecei a me questionar sobre meu gênero, achei que fosse um garoto por um tempo, mas isso não parecia estar certo, andei pesquisando bastante até chegar à conclusão de que era bigênero. Logo após essa descoberta, decidi mudar meu nome para Alex, já que é um nome neutro. Usei esse nome durante alguns meses, mas voltei para Alex com medo de acabar sofrendo preconceito de amigos cristãos e de familiares (se descobrissem algum dia).

Alex foi uma das estudantes que mais demorou para eu me conectar, no sentido dela se abrir e de rir comigo. Sempre foi uma das “quietinhas” do grupo, mas quando alguém “tocava na ferida” em assuntos que tinham a ver com as experiências dela, Alex demonstrava que por trás do silêncio havia uma pessoa que sabia se posicionar. Ao final dos encontros, se mostrou triste por não nos vermos mais, isso me deixou muito feliz, pois percebi que ela gostou do projeto *Combatendo a Violência de Gênero* e que esse fez sentido para ela.

Retsu tem 16 anos, está no 1º ano, identifica-se enquanto uma mulher e preferiu não falar sua sexualidade. Ela é uma menina de muitos hábitos, gosta de ler, escutar música, praticar atividades físicas (correr, jogar vôlei e basquete), fazer aulas de circo, dançar, escrever, comer e cozinhar, adora bolo, sopa e carne. Lê fantasia, *fanfic*, ficção científica, mangá, *Webtoon* e *Graphic Novels*. É eclética no gosto musical. Gosta de assistir filmes de ação, terror,

---

<sup>7</sup> É um tipo de assexualidade, em que a pessoa somente sente atração sexual se houver envolvimento afetivo com o outro indivíduo.

suspense e criminais. O maior sonho dela é cursar cinco faculdades e se profissionalizar nelas, cinco porque quer representar cada membro de sua família em algo que não conseguiram ou conseguiram. Esse número representa os pais, irmãos mais novos e ela mesma, sendo que o sonho dela própria é se tornar veterinária. Retsu é animada e está sempre querendo aprender coisas novas, principalmente ginástica artística e artes marciais.

### **Retsu**

O motivo pela qual eu escolhi o nome Retsu foi porque representa dois dos personagens nos quais eu tenho grande carinho, sendo a primeira a Retsu Unohana do anime *Bleach* e o outro Retsu Kaioh do anime *Baki*. Os dois, em seus respectivos mangás, são bem conhecidos por serem muito fortes.

Essa é a autoidentificação de Retsu, como percebemos, ela tem sempre algo para fazer, monotonia não é com ela, faltar nos encontros também não. Ela sempre tem uma experiência para compartilhar e foi uma das estudantes que mais se abria com o grupo.

noombrilisme, outra estudante, tem 16 anos, está no 2º ano, é uma mulher pansexual. Adora desenhar, tocar guitarra, ouvir música e dormir. Gosta de ler mangás e HQs e ouve metal, rock alternativo e emo. Assiste a desenhos animados. O que ela mais quer no momento é ser mais independente financeiramente e pretende fazer isso trabalhando. É também introvertida.

### **noombrilisme**

não é bem um nome mas eu uso como um *nickname* em jogos e etc.

noombrilisme: vem do francês e significa uma atitude egocêntrica [...] não sei explicar o porquê eu escolhi esse substantivo como um “nome”, eu só gostei do significado, já que sou completamente o contrário de alguém egocêntrico, já que sempre pensei nos outros [...].

Ela é uma estudante quieta, mas que se abria comigo, contava o que gostava de fazer, falava nas oficinas e conversávamos sobre questões pessoais. noombrilisme adora jogar, e é justamente daí que vem seu pseudônimo, do seu *nickname*. Inclusive, nessa pesquisa, utilizarei o nome dessa protagonista com letra minúscula, porque foi assim que ela o escreveu, e tal qual nós, pesquisadora/es da área de gênero, respeitamos a escolha da feminista bell hooks por ter seu nome escrito dessa forma, respeitarei minha colaboradora-participante.

Já Rebecah tem 16 anos, está no 2º ano, é um homem *gay* e demissexual, e escolheu os pronomes ela/dela em virtude do nome da pesquisa ser Rebecah. Gosta de desenhar, comer, jogar e assistir séries. Lê fantasia e ficção. Escuta música pop e eletrônica. Assiste ficção

científica e terror, e ama drama. Seu maior sonho é um dia poder ser independente financeiramente e se sustentar sozinha, morar em outra cidade, no Paraná ou em outro país, e tem preferência pela Islândia, porque não tem mosquito e nem aranha, além de ser um dos países mais seguros do mundo.

### **Rebecah**

Não existe um significado para o nome Rebecah, mas eu sempre gostei desse nome por achar legal e um pouco engraçado. Em um dia minha amiga me maquiou e resolvi escolher um nome para minha “versão” e foi Rebecah.

Rebecah é participativa e muito extrovertida, é sempre muito alegre. Ela conseguia fazer amizade rapidamente, conversava, ria, parecia que era amiga das pessoas há anos, mas mal conhecia algumas. Enquanto Mel, outra estudante, tem 16 anos, está no 2º ano, é uma mulher pansexual. Gosta de ler e assistir filmes e séries. Lê fantasia e romance. Escuta rock, metal e dark wave. Assiste romance e terror. Sonha em viajar.

### **Mel**

Escolhi esse nome porque por algum motivo minha melhor amiga me chama assim e ela é uma pessoa muito importante para mim pois sempre esteve presente comigo em vários momentos da minha vida.

Mel é uma estudante tímida, sempre ficava quieta, mas assim como Alex, demorava para se posicionar, mas quando o fazia era sempre de maneira determinada e confiante.

Por sua vez, Cris tem 16 anos, está no 2º ano, é uma mulher bissexual. Gosta de desenhar e escrever romances (estilo *fanfic*). Lê mangás e, às vezes, romance. Escuta pop, eletrônico e rock. Assiste desenho animado e comédia, e, às vezes, ação. Sonha em se tornar animadora profissional. É muito tímida.

### **Cris**

Eu escolhi esse nome porque eu me sinto confortável e também é o nome da primeira personagem que eu criei, além de ser o nome que eu uso pra me identificar nas redes sociais.

Cris é uma estudante que não foi nos primeiros encontros, tive que “resgatá-la” via aplicativo de mensagens whatsapp para que fosse nas oficinas. Ela demorou para ir, mas depois não parou mais. Era sempre quietinha nos encontros, porém, em determinado momento começou a interagir mais, a falar mais, a se abrir, disse que era tímida até com colegas de sala.

Outra participante da pesquisa é Hannah, que tem 16 anos, está no 1º ano, é uma mulher bissexual. No tempo livre lê e dança, e adora comer coxinha. Gosta de ler romances. É eclética no estilo musical. Assiste filmes de terror. Seu maior sonho é se formar na faculdade de artes cênicas.

### **Hannah**

Eu escolhi esse nome porque uma vez eu estava com minha melhor amiga e a gente ama “atuar” e fingir que estava em uma história ou “série”, então a gente resolveu inventar duas personagens e uma delas se chamava Hannah. E desde aquele dia, a gente se chama por esses dois nomes.

Hannah não estava inicialmente no meu grupo de 16 estudantes, um dia ela apareceu em frente ao colégio com as/es/os outras/es/os participantes, que perguntaram se ela poderia participar, eu disse que não, pois a aluna não tinha o termo assinado. Todavia, ela parecia bastante interessada, então concordei caso as pessoas responsáveis consentissem. E para a minha surpresa, no próximo encontro lá estava ela, com a autorização e disposta a participar. Jurava que ela fosse desistir. Mas não, ela continuou e estava sempre empenhada nos debates.

Já Sinon/Sinox tem 17 anos, está no 2º ano, é um homem heterossexual.

### **Sinon/Sinox**

Oi, sou o Sinon, alguns me conhecem como Sinox, ganhei esse apelido com 11/12 anos de idade, na época que eu migrei do *Standoff 2* para o *Call of Duty* - COD, joguei por pouco tempo acho que nem seis meses, isso antes de começar a jogar *Minecraft*. [...] um amigo me deu a apelido já que eu jogava só como *sniper*, então eu coloquei meu *nickname* como Sinon.

Agora... Por que Sinox ?

Sinox, veio da época que eu entrei em um clan de *Minecraft* chamado MGTS, eu simplesmente troquei porque eu comecei a jogar sério, não só para ser bom, mas ser o melhor (Virei *TryHard* de “jogo quadrado” :D) mas gosto de ser chamado de Sinox, porque isso me lembra que eu já fui consideravelmente bom no que eu fazia e por algum motivo aumenta minha autoestima, mesmo eu não tendo orgulho de ter jogado no lixo cinco anos da minha vida na frente de um computador, só para ser ridiculamente bom...

Sinon/Sinox teve dificuldade de falar sobre o que ele mesmo gostava de fazer, e ao iniciarmos a conversa ele começou a chorar. Então uma outra participante foi abraçá-lo e disse que ele não tinha conseguido fazer o trabalho de filosofia da escola, que era justamente para falar de si. Foi então que percebi a dificuldade dele em falar sobre si, sobre o que gosta, o que desgosta, em sua narrativa acima ele fala que jogou fora 5 anos da sua vida com os *games*, isso também mostra uma falta de acolhimento, compaixão e reconhecimento de sua própria história. Em conversas que tivemos posteriormente, ele me contou que estava enfrentando dificuldades

em saber quem ele era, que antes ele saía, ia para academia, enquanto agora só fica em casa. Realizei o trabalho de acolhimento dessa narrativa, disse que é comum passarmos por mudanças, tanto do que ele era para o que ele é hoje, quanto do que é hoje para um “eu futuro”, e que isso é comum.

Mudanças fazem parte da vida de todas as pessoas. Enquanto pesquisadora, tentei acolher essas memórias e aconselhar. Talvez não tenha feito o que seria considerado “ideal” (se é que isso existe), mas fiz o melhor que pude naquele momento.

Entendo totalmente o sentimento desse estudante, durante a pandemia também passei por uma situação similar, assim como milhares de pessoas. A incerteza dominava o cenário mundial, em especial o brasileiro, com a recusa da compra de vacinas, depois, por parte de um grupo populacional em se vacinar.

E foi justamente nesse período que iniciei o mestrado, no ano de 2021, ainda em isolamento social. Contudo, os encontros com estudantes ocorreram em 2022, ano considerado como “pós-pandemia”, mas assim os efeitos pandêmicos continuaram, pois foi o ano do retorno totalmente presencial nas escolas e nas universidades após a pandemia do Covid-19<sup>8</sup>, que afetou de forma catastrófica o Brasil, com um total de mais de 696 mil mortes, ocorridas em virtude do descaso federal. Cujos efeitos perduram até hoje, no pós-pandemia. Lembrei-me, então, da leitura da mônada, a seguir, intitulada *Vestiário de máscaras*, de Walter Benjamin.

Quem traz uma notícia de morte aparece para si mesmo como muito importante. Seu sentimento faz dele — mesmo contra todo entendimento — o mensageiro do reino dos mortos. Pois a comunidade de todos os mortos é tão gigantesca, que até mesmo quem apenas dá a notícia da morte a pressente. *Ad plures ire* significa, entre os latinos, morrer. [...] Quem já não saiu uma vez do metrô para o ar livre e ficou surpreso de, ali em cima, entrar na plena luz do Sol? E, no entanto, o Sol brilhava, há alguns minutos, quando ele desceu, exatamente tão claro como agora. Tão rapidamente assim ele esqueceu o clima do mundo de cima. Tão rapidamente assim, por sua vez, esse próprio mundo o esquecerá. Pois quem pode dizer mais de sua existência, além de quem atravessou a vida de dois, três outros, tão delicadamente e tão de perto quanto o clima? [...]. (BENJAMIN, 2000, p. 65).

Imediatamente quando me deparei com esse trecho de Benjamin, recordei da pandemia, principalmente pelo título que já fala das “máscaras” e pela relação que podemos fazer com as notícias, que nos informaram mortes. Mas também tantos horrores, como o aumento da violência de gênero em virtude desse momento, pois muitas mulheres, crianças, pessoas

---

<sup>8</sup> A Covid-19 é uma doença infecciosa cuja causa é o coronavírus SARS-CoV-2 e foi decretada a pandemia em 11 de março de 2020.

LGBTQIAPN+s ficaram em casa, convivendo diariamente com seus agressores. Muitas delas viram-se privadas de locais de “fuga”, tais como trabalho, igrejas, em ambientes públicos e na escola, pois a grande maioria estava dentro de suas casas. Assim, questiono-me: quantas/es/os estudantes viram-se desesperadas/es/os por terem sido privadas/es/os da convivência das escolas, que eram como se fossem um refúgio? Quantas pessoas morreram vítimas de violência doméstica, pois foram obrigadas a ficarem confinadas com seus agressores vinte e quatro horas por dia? Não resta dúvidas de que milhares foram, mas não podemos deixar que essas mortes sejam esquecidas, que essas violências sejam apagadas. Afinal, muitas/es/os dessa/es estudantes conseguiram sobreviver, por vezes caladas/es/os hoje estão de volta à escola.

*Como suportar tanto horror? Tanto machismo, preconceito, LGBTfobia, racismo? Ou melhor, como acabar com tudo isso? Como?* Gostaria de conseguir responder a essa questão com algo que acabasse com tudo isso de “uma vez por todas”, mas eu não sei, tampouco acredito que alguém saiba. Todavia, busco caminhos nos quais acredito que possamos seguir, no sentido de construir um mundo sem desigualdade, machismo, violência e preconceito.

Mesmo diante de tantos desafios e incertezas, pesquisar sobre gênero sempre foi um grande sonho, pois desde pequena percebia a diferença na maneira que tratavam os “meninos” e as “meninas” (naquele momento ainda não sabia da existência de outros gêneros para além desses), fosse em casa, na escola ou em outros espaços de convívio. Quando entrei na graduação, a matéria que eu mais estava animada para cursar era a de gênero, que seria somente no 3º ano, todavia, eu ainda não compreendia a riqueza e multiplicidade de temáticas a serem pesquisadas na área, tampouco sabia o que a palavra gênero significava.

Nesta pesquisa, levo em consideração a concepção da filósofa Judith Butler (2020a) para as questões de gênero. É, portanto, a partir do entendimento de que tanto o gênero quanto o sexo são socialmente construídos que embaso este trabalho. Em nossa sociedade há a concepção de que o gênero é pré-determinado pelo sexo, e o sexo é natural, é biológico, ou seja, se uma mulher age de tal forma é porque ela o faz em virtude de seu corpo biológico, por exemplo. Não compactuo com essas percepções, e enquanto pesquisadora faço questão tornar meu posicionamento evidente.

Mas, então, como desconstruir esse argumento? O primeiro passo é compreender a diferença entre gênero e sexo. O sexo é o nosso corpo, nossas atribuições físicas. Por sua vez, o gênero está relacionado aos papéis sociais que temos por nos identificarmos como homens e mulheres, por exemplo. Todavia, o sexo também é socialmente construído, isso não quer dizer que não tenhamos corpos diferentes, muito pelo contrário, o que Butler (2020a) salienta é que,

apesar dessa diferença corporal, foi a sociedade que determinou as características que seriam atribuídas a cada sexo, aos homens e às mulheres.

Contudo, a sociedade não está findada nesse binarismo homem/mulher. Ao contrário, somos muitas, muitos e muitos. Há diversidade. Portanto, um segundo passo é que pensemos além das “caixinhas” que nos foram passadas, uma vez que não há apenas dois gêneros, não temos em nossa sociedade somente homens e mulheres, em que homens fazem X e mulheres Y. Há outras identificações, existem pessoas que não se identificam com nenhum gênero, há outras que transitam entre vários gêneros, há aquelas que se identificam parcialmente com algum gênero. Essas e muitas formas de identificação recebem o nome de não-binárias. Isso significa que não se identificam ou não se identificam parcial ou totalmente nem como homens nem como mulheres.

E, ao contrário do que a sociedade costuma aceitar, o sexo também não permanece em dois. Há muitos corpos que vão além daqueles que entendemos enquanto de homens e mulheres, são as pessoas intersexo, cujo corpo foge desse padrão construído. É nessa perspectiva que Butler (2020a) elabora seu argumento, de que o gênero não é resultado do sexo, ou seja, o gênero, como agimos, nos identificamos, não é resultado do nosso corpo, uma vez que há uma multiplicidade muito maior do que aquilo que nos foi imposto pela sociedade. Portanto, ela abre para que pensemos além da dualidade, há tantos gêneros e tantos sexos, e nenhum é determinado pelo outro.

Essas são questões que destaco, pois constituem parte de como vejo as pessoas, e foi a partir dessas concepções que realizei a presente pesquisa. Hoje, ao olhar novamente para trás, ao recordar de uma orientação que tive com a professora Cyntia, na qual ela me questionou do que eu entendia por gênero e de qual referencial teórico iria utilizar, sinto-me realizada por pautar-me nos estudos de Judith Butler, pois ela oportuniza uma abrangência maior em direção a uma concepção de gênero ampla e multifacetada. Nas oficinas tive uma estudante bigênero, que participou dos encontros com várias questões, angústias e conquistas, e foi co base na linha pensamento dessa autora que pude ter uma visão alargada de gênero, de papéis sociais e de sexo, nos termos aqui explorados.

A discussão sobre as questões de gênero no sentido conceitual é necessária para que conversemos sobre a violência de gênero, a qual

diz respeito a qualquer tipo de violência (física, social ou simbólica) que tenha por base a organização social dos sexos e que seja perpetrada contra indivíduos especificamente em virtude do seu sexo, identidade de gênero ou

orientação sexual. Dentro dessa perspectiva, a violência de gênero pode atingir tanto homens quanto mulheres, como se verifica no caso da violência contra homossexuais e transexuais, vítimas constantes de todo tipo de agressão. Entretanto, histórica e numericamente, é a violência masculina contra mulheres e, em especial, a violência doméstica, que tem se constituído como fenômeno de maior destaque [...]. (SARDENBERG; TAVARES, 2016, p. 8).

As pesquisas e trabalhos relacionados à violência de gênero constituem um campo fundado a partir das reivindicações do movimento feminista internacional e brasileiro. E foi a partir da década de 1980, em nosso país, que essa nova área de estudo corroborou a nomeação e intervenção deste fenômeno nos campos da segurança pública, saúde e judiciário, o que fez com que surgissem serviços públicos especializados e leis particulares (BANDEIRA, 2014). Assim,

o feminismo passou a politizar o cotidiano, denunciando a dor e o sofrimento, mas também exigindo segurança e políticas de acolhimento, orientação e atendimento às mulheres vítimas e/ou em situação de violência, em uma busca incansável pela equidade de gênero, pela emancipação, por uma cidadania feminista, sem racismo, sem discriminação, sem LGBTfobia, e sem violência. Nos últimos anos, por iniciativa de feministas de várias partes do mundo, foi introduzido um novo conceito: o feminicídio, que no Brasil, pelo menos, ainda se encontra em construção e disputa. (TELES; SANEMATSU; PRADO, 2017, p. 176).

Assim, o movimento feminista luta também juntamente a outros movimentos e a favor de outros grupos sociais. Durante as oficinas, falei com elas/es/us sobre a importância de estarem participando dos *Favos de Resistência*, mas que somente isso não basta, pois não adianta defender o fim da violência de gênero e propagar outros tipos de violência.

Em específico da violência de gênero, o cenário é assustador e mostra um problema estrutural presente em nossa sociedade. De acordo com a pesquisa feita pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), publicado neste ano, em 2021 ocorreram 230.861 mil agressões por violência doméstica, foram pouco mais de 597 mil ameaças, mais de 270 mil Medidas Protetivas de Urgência e 1341 casos de feminicídio no país. Além disso, 24,76% das mulheres lésbicas afirmam já terem sido estupradas, dentre as quais afirmaram que 75,13% foram cometidos por conhecidos, e mais de 78% das mulheres lésbicas já sofreram lesbofobia (Liga Brasileira de Lésbicas/Associação Lésbica Feminista de Brasília – Coturno de Vênus, 2022). Não obstante, 45% das mulheres afirmam já terem seus corpos tocados sem seu consentimento em locais públicos, enquanto apenas 5% dos homens admitem já o terem feito (Instituto Patrícia Galvão - Ipec, 2022). Além disso, 99% das mulheres entrevistadas afirmam ter medo

de serem estupradas, 61% delas e 41% conhecem alguma mulher que já foi estuprada (Instituto Patrícia Galvão, 2020). Já, de acordo com os dados da Associação “no ano de 2021, tivemos pelo menos 140 (cento e quarenta) assassinatos de pessoas trans, sendo 135 (cento e trinta e cinco) travestis e mulheres transexuais, e 05 (cinco) casos de homens trans e pessoas transmasculinas” (BENEVIDES, 2022, p. 30).

Diante de tantas mortes, penso tal qual a filósofa Judith Butler (2020b, p. 13),

A perda de algumas vidas ocasiona o luto; de outras, não; a distribuição desigual do luto decide quais tipos de sujeitos são e devem ser enlutados, e quais tipos não devem; opera para produzir e manter certas concepções excludentes de quem é normativamente humano: o que conta como uma vida vivível e como uma morte passível de ser enlutada?

Compreendo que as mortes elencadas acima raramente recebem o luto. Os números nos mostram o quão machista, preconceituosa e misógina é nossa sociedade. Contudo, o ódio não é propagado somente às mulheres, mas também às pessoas LGBTQIAPN+, indígenas, pessoas negras, não-cristãos, dentre muitas outras. E diante das atuais circunstâncias, pesquisar sobre gênero e ainda realizar um trabalho com adolescentes acerca da violência de gênero é um grande desafio. Pois falar sobre essas questões “é visto geralmente como algo chato, ‘mimimi’ ou outras formas de deslegitimação. A tomada de consciência sobre o que significa desestabilizar a norma hegemônica é vista como inapropriada ou agressiva porque aí se está confrontando o poder” (RIBEIRO, 2017, p. 79).

O caminho não é fácil. As estradas são voláteis. Os aliados (trans)formam-se. A luta e a resistência são certas. E uma coisa é fato, eu não desistirei. Isso não me faz ser uma “super-heroína”, tampouco um exemplo a ser seguido. Não! Muito pelo contrário, sou uma dentre as muitas pessoas que resistem diariamente, e que, muitas vezes, não são vistas, nem ouvidas, lembradas ou aplaudidas ao final de cada superação. Portanto, também busco isso para mim. A minha luta é em prol de um mundo outro, e não de algo voltado somente para mim.

Inclusive, dentre tantas situações violentas, machistas e misóginas que sofro pelo simples fato de ser mulher, ainda assim, sou privilegiada socialmente por características que nem ao menos podemos escolher, tal qual o fato de eu ser branca e heterossexual. Colocar meu local de fala é necessário situar de onde essa pesquisa floresceu. Compreender alguns de meus marcadores sociais possibilita que você, caro/a/e leitor/a/e, olhe para quem eu sou e saiba como experienciei o gênero (RIBEIRO, 2017).

Acerca da violência de gênero, as mulheres negras estão mais sujeitas do que as mulheres brancas. Em 2021, por exemplo 37,5% das vítimas de feminicídio foram brancas, 0,3% autodeclaradas amarelas, 0,2% indígenas, em contraposição 62% eram mulheres negras. Ainda em 2021, entre as vítimas de estupro e estupro de vulnerável, 11,8% eram homens e 88,2% eram mulheres, dentre os quais 52,2% das vítimas eram negras, 46,9% brancas, e amarelos e indígenas totalizaram pouco menos de 1% (FBSP, 2022). Esses são alguns dados que denunciam a discrepância da exposição à violência sobre as questões raciais.

A violência de gênero atinge também a comunidade LGBTQIAPN+, que abarca também mulheres. Eu, enquanto mulher heterossexual cisgênera, sinto atração por homens, sendo assim, não posso sofrer violência LGBTQIAPN+, que é uma forma de violência de gênero. E por quê? A sigla refere-se às sexualidades que fogem da heterossexualidade, que eu sou; diz respeito também às identidades de gênero além do binarismo homem/mulher, o qual eu me identifico enquanto mulher; e à corpos que fogem do que entendemos socialmente como corpos de homens e de mulheres, os quais também me identifico com os últimos. Portanto, pessoas LGBTQIAPN+s são aquelas que transcendem aos padrões heteronormativos (entendimento de que apenas os relacionamentos heterossexuais são corretos), de identidade de gênero e corporais binários (homem/mulher). Essas pessoas se entendem enquanto LGBTQIAPN+s e estão, ainda nos dias de hoje, em constante luta para continuarem existindo, pois a sociedade em que vivemos violenta, exclui, desconsidera e mata quem não se enquadra nos padrões que mencionei.

E muitas/es/os das/es/os estudantes dessa pesquisa são da comunidade LGBTQIAPN+, portanto, acredito que explicar a que a sigla se refere ajude em algumas compreensões futuras, inclusive, acerca dos locais de fala desses sujeitos: Lésbicas, mulheres que se relacionam com outras mulheres; *Gays*, homens que se se relacionam com outros homens; Bissexuais, homens ou mulheres que se relacionam com homens e mulheres; Trans e Travestis, pessoas cujo gênero difere do que lhe foi imposto socialmente - eu, por exemplo, não sou pessoa trans ou travesti, mas cisgênera, pois me identifico com o gênero ao qual fui designada; *Queers* são todas as pessoas que não se identificam com o padrão cisheteronormativo (ou seja, não se identificam como cisgêneras nem heterossexuais), logo, lésbicas, *gays*, bissexuais, trans, travestis, por exemplo, são consideradas/es/os *queers*; Intersexo, pessoas cujos corpos fogem do padrão socialmente imposto do que são corpos de mulheres e de homens; Assexuais são pessoas que não sentem nenhuma atração sexual, ou, ainda, que sentem pouca ou, ainda, sentem somente sob circunstâncias específicas; Pansexuais são indivíduos que se atraem por vários gêneros, uma

vez que não existem apenas homens e mulheres; e é justamente sobre isso a letra N, Não-binários, pessoas que fogem do binarismo homem/mulher, são, por exemplo, agêneros (ausência total de gênero), bigênero (identidade de gênero dupla, o indivíduo se identifica com dois gêneros ao mesmo tempo) e gênero fluído (pessoa que transita periodicamente por entre gêneros); o símbolo + refere-se à todas pessoas que não estão incluídas na sigla, mas que fazem parte da comunidade.

A explicação talvez seja um pouco rasa para algumas pessoas, ou muito complexa para outras, contudo, é necessária para dialogar com as narrativas que foram produzidas pelas/es/os estudantes. Além disso, a nomenclatura LGBTQIAPN+ está em constante transformação e atualização, portanto, entendo este trabalho enquanto fruto de seu tempo, tal qual eu mesma, em meio às minhas (in)completudes. Não restam dúvidas, enquanto pesquisadora não integrante da comunidade, que muitos adentramentos não foram feitos. Contudo, foi a partir de muito estudo para realizar as oficinas e aprendizado com as pessoas participantes desta pesquisa que hoje coloco-me na posição de estar em constante aprendizado. E, espero, que seja uma aliada na luta contra a violência e pela igualdade LGBTQIAPN+.

Diante desse cenário assombroso há a necessidade de pararmos o “vencedor”; este que pode ser entendido enquanto as narrativas machistas, misóginas, racistas, LGBTfóbicas, dentre muitas outras. O filósofo alemão Walter Benjamin (1994, pp. 224-225) nos lembra que “os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer”. Torna-se necessário agir no tempo do agora.

E é nesse sentido que propus com a pesquisa produzir conhecimentos histórico-educacionais com estudantes do Ensino Médio da rede pública de ensino da cidade de Campo Mourão pela via da autoridade compartilhada, (FRISCH, 2016) tendo como mote de reflexão a violência de gênero. Justifico a importância da pesquisa por se tratar de um tema latente no tempo presente e que está entremeado no cotidiano das/es/os estudantes, seja na escola ou em outros ambientes. Daí a relevância na produção desses saberes histórico-educacionais (GALZERANI, 2008) com as/es/os estudantes, buscando além de compreender como a temática perpassa em suas vidas, encontrar também brechas dentro da sociedade patriarcal e tentar combatê-la, colaborando não apenas com o meio acadêmico, mas também social e cultural. Portanto, proponho na pesquisa a transformação social e a emancipação dos sujeitos.

Dialogo no trabalho com as experiências das/es/os estudantes para a construção de conhecimentos histórico-educacionais. Em que elas/es/us são as/es/os produtoras/es e o fazem

considerando suas próprias histórias e saberes, mas também agregando outros saberes. Em que essas experiências podem estar entremeadas em diferentes locais, narrativas, fragmentos, memórias capazes de potencializar novas práticas no ensino de história (FORTUNA, GALZERANI, 2015).

Realizei uma pesquisa em diálogo com as memórias das/es/os estudantes na perspectiva benjaminiana, que considera não apenas memórias voluntárias, mas também as involuntárias. A acepção de memória que foi abarcada neste trabalho é a de Benjamin, capturada na mônada “Escavando e recordando”, como a apresento a seguir:

### **Escavando e recordando**

A língua tem indicado inequivocamente que a memória não é instrumento para exploração do passado; é, antes, seu meio. É o meio onde se deu a vivência, assim como o solo é o meio no qual as antigas cidades estão soterradas. Quem pretende se aproximar do próprio passado soterrado deve agir como um homem que escava. Antes de tudo, não deve temer voltar sempre ao mesmo fato, espalhá-los como se espalha a terra, revolvê-lo como se revolve o solo. Pois “fatos” nada são além de camadas que apenas à exploração mais cuidadosa entregam aquilo que recompensa a escavação. Ou seja, as imagens que, desprendidas de todas as conexões mais primitivas, ficam como preciosidades nos sóbrios aposentos do nosso entendimento tardio, igual a torsos na galeria do colecionador. E certamente é útil avançar em escavações segundo planos. Mas é igualmente indispensável a enxadada cautelosa e tateante na terra escura. E se ilude, privando-se do melhor, quem só faz o inventário dos achados e não sabe assinalar do terreno de hoje o lugar no qual é conservado o velho. Assim, verdadeiras lembranças devem proceder informativamente muito menos do que indicar o lugar exato onde o investigador se apoderou delas. A rigor, épica e rapsodicamente, uma verdadeira lembrança deve, portanto, ao mesmo tempo, fornecer uma imagem, assim como um bom relatório arqueológico deve não apenas indicar as camadas das quais se originam seus achados, mas também, antes de tudo, aquelas outras que foram atravessadas anteriormente (BENJAMIN, 2000, pp. 239-240).

A partir da concepção benjaminiana, ao trabalharmos com memória não é possível conhecer toda a História, afinal, nós também somos constituídas/es/os de esquecimentos. Assim, tendo a memória como meio em que as experiências ocorreram, ela surge de uma pessoa que se percebe em sua inteireza humana como detentora de sensibilidades, incompletudes, esquecimentos. Em que a memória involuntária é constituída por “aquilo que não foi expressa e conscientemente ‘vivenciado’, aquilo que não sucedeu ao sujeito como ‘vivência’” (BENJAMIN, 1991, p. 108).

Entrelaço o trabalho também com as memórias involuntárias, que irrompem as paredes do favo, cujo mel transborda sem que queiramos, é esse movimento do não esperar pelo que aconteceu, da surpresa e da necessidade estranguladora de vir à tona. Elas são repletas de sentimentos, de afetividades - são as memórias involuntárias das/es/os estudantes (SEIXAS, 2001). A rememoração benjaminiana, nas palavras da professora-historiadora Cyntia Simioni França,

acolhe as memórias voluntárias e involuntárias. Embora prevaleçam, nas pesquisas contemporâneas, as noções de memória em uma perspectiva voluntária e racional, a dimensão involuntária das memórias tem se mostrado promissora na produção de conhecimentos históricos e educacionais. Quanto às memórias voluntárias, elas se distanciam das singularidades e ocupam um espaço privilegiado nas relações entre história e memória. [...] As memórias involuntárias aparecem como instáveis, descontínuas, que não vêm simplesmente para preencher um espaço em branco, não aumentam ou diminuem nada, simplesmente condensam. São imagens que surgem independentes do nosso controle e nos surpreendem com imagens ligadas a significados afetivos e íntimos, tecida por uma pessoa mais inteira portadora de sensibilidade, de racionalidade, de (in)consciente e/ou (in)completa. (FRANÇA, 2020, pp. 306-307).

Contudo, mais do que lembrar o passado em um viés comemorativo, trata-se de lembrar o passado para um agir transformador no presente, a fim de possibilitar a abertura para futuros outros (BENJAMIN, 1994; GAGNEBIN, 2019).

Para colocar em ação a pesquisa, trabalhamos com obras de arte, fotografias, vídeos, poesias, trechos literários e acadêmicos como alegorias, a fim de possibilitar a produção de conhecimentos e para estimular a rememoração das experiências vividas pelas/es/os estudantes, ou seja, que ao olhar para um quadro, potencializasse a rememoração, a partir de suas experiências de vida. Dessa forma, a imagem alegórica vai além do sentido literal do texto, possibilita outras leituras abertas às experiências (BENJAMIN, 1994; FRANÇA, 2015).

Organizamos encontros com as/es/os estudantes intitulados *Favos de Resistência*. As oficinas foram: *1º Favo de Resistência: Compreendendo os entendimentos de gênero*<sup>9</sup>, em que o intuito foi conversar com as/es/os estudantes para nos conhecermos e refletirmos em conjunto a aceção de gênero; no *2º Favo de Resistência: Rememorando as experiências de gênero*<sup>10</sup>, foi trabalhado sobre os papéis de gênero no cotidiano das/es/os estudantes; no *3º Favo de Resistência: O ato de contar-nos*<sup>11</sup>, a intenção foi de que elas/es/os contassem um pouco da

---

<sup>9</sup> Apêndice B.

<sup>10</sup> Apêndice C.

<sup>11</sup> Apêndice D.

própria história por meio de um objeto na relação com as questões de gênero; já no 4º *Favo de Resistência: Percepções da violência de gênero nas músicas*<sup>12</sup>, o propósito da oficina foi partilhar experiências sobre a violência de gênero, no diálogo com a música acerca da temática; no 5º *Favo de Resistência: Desconstruindo e denunciando a violência de gênero*<sup>13</sup>, conversamos sobre o conceito teórico da violência de gênero, bem como formas de resistência; enquanto no 6º *Favo de Resistência: A violência pode estar presente...*<sup>14</sup>, tratamos sobre a violência física em ambientes domésticos e também institucional; no 7º *Favo de Resistência: Nós (re)existimos*<sup>15</sup>, refletimos a questão do estupro, da violência contra as pessoas trans e travestis e também da possibilidade de resistirmos em nosso cotidiano; e, por último, no 8º *Favo de Resistência: O caminho da percepção e do combate*<sup>16</sup>, o foco foi a violência psicológica, dialogamos sobre muitas práticas que temos nos deparado e enfrentado no dia-a-dia.

Ao todo foram oito oficinas, denominadas *Favos de Resistência*, a escolha foi para fazer uma analogia às colméias como se fossem memórias, onde cada acontecimento (significado pelo favo) representa uma partícula importante para nós sermos o que somos, e também uma potencialidade de resistir, (re)existir e existir. Esses oito encontros foram realizados em três meses com oficinas nas terças e quintas, em que os estudantes foram até o Laboratório de Ensino de História (Lehis)<sup>17</sup> da Unespar, acompanhados por mim<sup>18</sup> e devidamente autorizados pelos responsáveis. Iniciamos no dia 9 de junho e terminamos em 5 de setembro de 2022, totalizando 23 encontros, 9 deles destinados às 8 oficinas temáticas de violência de gênero, 11 à produção de materiais para a exposição cultural e 3 dias de exposição em si. Apesar da ideia inicial ser apenas 8 encontros, tivemos a demanda de produção de materiais para a mostra artística cultural, confeccionados pelas/es/os estudantes, que se dispuseram a estender o projeto para que conseguíssemos realizar o que havíamos decidido coletivamente.

A ideia dos favos surgiu a partir de um sonho, literalmente. Eu havia sonhado com “colméias da memória”, depois escrevi em um caderno. Em determinada orientação com a professora Cyntia, fui ler as coisas que eu sonhava para ela, então falei desse em específico, ela, por sua vez, disse que Benjamin havia escrito sobre isso. Imediatamente fiquei surpresa, mas

---

<sup>12</sup> Apêndice E.

<sup>13</sup> Apêndice F.

<sup>14</sup> Apêndice G.

<sup>15</sup> Apêndice H.

<sup>16</sup> Apêndice I.

<sup>17</sup> O Lehis é um espaço da UNESPAR, *campus* de Campo Mourão, e é o local que trabalho como bolsista.

<sup>18</sup> Em virtude de trabalhar com o Comitê de Ética, eu buscava e levava de volta os estudantes para o colégio onde estudavam, localizada há uma quadra da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR).

deixei o episódio de lado. Foi somente quando estava pensando nas oficinas que recordei disso, então resolvi nomeá-las de “*Favos de Resistência*”. A explicação dos favos é baseada na leitura sobre Marcel Proust realizada por Walter Benjamin, na qual o primeiro “constituiu, com as colméias da memória, uma casa para o enxame dos seus pensamentos” (BENJAMIN, 1994, p. 38), em que cada acontecimento seria um favo e que ao juntá-los, constituem uma colméia, que lembra a imagem monadológica. Já a resistência está atrelada à ideia de que podemos resistir, e nisso está a potencialidade para a mudança.

Além das oficinas, realizamos uma mostra cultural<sup>19</sup> com algumas das produções das/es/os estudantes sobre violência de gênero, produzidas durante os *Favos de Resistência*. A exposição ocorreu em uma quinta-feira, dia 1 de setembro de 2022, na praça pública São José, em Campo Mourão, ao lado da Biblioteca Municipal Professor Egydio Martello. E na sexta-feira, no período vespertino e noturno, e segunda-feira, nos três períodos, dias 2 e 5 de setembro, na Universidade Estadual do Paraná (Unespar), em Campo Mourão. Foi um momento de participação dos sujeitos da pesquisa, bem como da comunidade que passou pelo local e possibilidade de se relacionar com o que estávamos trabalhando. Essa tinha sido uma proposta que havia realizado logo na entrevista de seleção para o mestrado, acolhida pela professora Cyntia, bem como pelas/es/os estudantes que foram até mesmo em suas férias escolares até a universidade para confeccionarmos os materiais a serem expostos. Enquanto pesquisadora, se eu pudesse definir a mostra artística cultural em uma palavra, seria “entrega”. Entrega por parte dos discentes colaboradores, da minha orientadora e da comunidade.

E entendo todo esse trabalho que nós realizamos, eu e as/es/os estudantes sob a supervisão da professora Cyntia, como uma postura política, de lutar por uma sociedade outra. Acredito que tenhamos assumido a responsabilidade de aprender mutuamente e combater a violência de gênero. Afinal, “o mundo [...] é visto como ‘isso’ sobre o que assumimos uma responsabilidade, que nos ocupa ou nos preocupa, que nos importa, que cuidamos” (LARROSA et. al., 2019, p. 21).

Apesar de nossa postura e proposta de trabalho de total repúdio à qualquer tipo de violência, tivemos um estudante estuprador participando das oficinas, representado pelo pseudônimo T.V. Ele foi apresentado juntamente com os outros participantes, mas não está contabilizado entre as/es/os oito participantes que de fato foram incluídos na pesquisa. O estudante em questão participou da maior parte dos encontros, teve o termo de consentimento assinado pela pessoa responsável e estudava no mesmo colégio que as/es/os demais.

---

<sup>19</sup> A TV Carajás de Campo Mourão realizou uma matéria sobre a exposição. Você pode conferi-la em: <https://tvcarajas.tv.br/2022/09/exposicao-sobre-violencia-de-genero-traz-alerta-para-denuncias/>.

Evidentemente que não sabíamos nem desconfiávamos de nada. Mas, algo que necessito ressaltar é: esse estudante contribuía com colocações narrativas sobre violência de gênero, as atividades que realizou tinham um viés combativo e de denúncia, não havia rastros de que fosse um estuprador<sup>20</sup>.

Ou seja, suas atitudes demonstravam uma coisa, mas as narrativas, diziam outra. Qualquer pessoa que lesse suas produções e não soubesse o que ele havia feito, iria duvidar das minhas afirmações. Até eu mesma duvidei de mim em determinado momento, mas sabia que havia alguma coisa estranha com ele. Porém, jamais pensei que fosse isso, até o dia em que ele foi preso e confirmou os crimes. Em virtude de se tratar de um menor de idade, não irei colocar suas narrativas na pesquisa, nem mesmo revelar seu pseudônimo (o que inseri foi uma abreviatura que não possibilita identificá-lo), por questões legais.

Então pergunto: como continuar a escrita depois de um episódio traumático, deplorável e absurdo? Palavras importantes diminuem suas forças depois de algo assim. É uma quebra na narrativa. Talvez pesquisadoras/es mais experientes e escritoras/es habilidosos conseguem, mas ainda não é o meu caso. Convido, mesmo assim, a adentrarmos na concepção teórico-metodológica da pesquisa, em que os *Favos de Resistência* as/es/os estudantes rememoraram e produziram narrativas escritas e iconográficas, que foram elaboradas por mim, pesquisadora, em imagens monadológicas.

Parto de uma perspectiva teórico-metodológica pautada no filósofo Walter Benjamin (2007) na imagem das mônadas, ou seja, pequenas partículas de sentido em que a potencialidade é a de representar o todo, cuja leitura não é pronta e final, e sim alavancadoras de novos sentidos e significados para também as outras pessoas que entrarem em contato. Portanto, “nos domínios que tratamos aqui, o conhecimento existe apenas em lampejos. O texto é o trovão que segue ressoando por muito tempo” (BENJAMIN, 2007, p. 499).

Faço uma leitura das narrativas das/es/os estudantes como mônadas, pois por meio delas temos a oportunidade de trazer as lutas, de ir contra a corrente, de buscar um mundo outro para os que são socialmente oprimidos, excluídos e silenciados. No diálogo com a acepção de mônada de Walter Benjamin,

---

<sup>20</sup> Além disso, enquanto pesquisadora, sofri inúmeras violências psicológicas por parte dele. No terceiro encontro ele me interrompeu constantemente para fazer colocações que não estavam relacionadas com a temática, então pedi para que seus comentários estivessem relacionados com o assunto. Nesse momento ele afirmou que eu estava mandando-o “calar a boca”, algo que não fiz e que outras/es/os estudantes podem atestar isso. Ele me tratava com rispidez, não interagia com as/es/os participantes, queria que fosse levado uma faca para os encontros, falava palavras para mim. Dentre muitas outras situações traumáticas que passei durante as oficinas. Em contrapartida, toda vez que eu tentava questioná-lo, afirmava que ele tinha vontade de se matar, já fez uma narrativa em afirmava ser um relato em que o personagem se matava. Ofereci ajuda psicológica e para ir na escola inúmeras vezes, mas ele dizia que outra professora já havia tentado isso e não havia funcionado.

Quando o pensamento para, bruscamente, numa configuração saturada de tensões, ele lhes comunica um choque, através do qual essa configuração se cristaliza enquanto mônada. O materialista histórico só se aproxima de um objeto histórico enquanto o confronta enquanto mônada. Nessa estrutura, ele reconhece o sinal de uma imobilização messiânica dos acontecimentos, ou, dito de outro modo, de uma oportunidade revolucionária de lutar por um passado oprimido. (BENJAMIN, 1994, p. 231).

Assim, a mônada se configura enquanto um conjunto cristalizado de tensões que possuem uma totalidade histórica (LÖWY, 2005). É um relance no céu que foi flagrado no momento exato, o qual deu origem a mônada. Portanto, é uma narrativa que não se finda, que não está fechada em apenas um significado.

Nisso está a potencialidade da memória involuntária, em ela surgir como um *flash* de luz no alto do céu em um momento às vezes nada oportuno, sem pedir permissão, e que traz à tona acontecimentos que não esperávamos. É também ao recordar dessas memórias em que esse indivíduo afirma também a sua própria singularidade, sabendo que esta é constituída na relação, por vezes conflituosa, com outras pessoas (GALZERANI, 2004). Portanto, a memória benjaminiana relaciona-se com o vivido (PAIM; PEREIRA; FREIRE, 2018).

Então, faço minhas as palavras de Walter Benjamin (2007, p. 502), ao trabalhar com montagens monadológicas, “não tenho nada a dizer. Somente a mostrar. Não sursurpiei coisas valiosas, nem me apropriei de formulações espirituosas. Porém, os farrapos, os resíduos: não quero reinventá-los, e sim fazer-lhes justiça da única maneira possível: utilizando-os”. Porém, não é a partir de narrativa linear, mas como constelações.

[...] Benjamin já sugere que estes pontos isolados, os fenômenos históricos, só serão verdadeiramente salvos quando formarem uma *constelação*, tais estrelas, perdidas na imensidão do céu, só recebem um nome quando um traçado as reúne. Esta metáfora da *constelação*, que explicita a tarefa redentora da Ideia, [é] [...] o esboço de uma ligação inédita entre dois fenômenos históricos; graças a esta ligação, dois elementos (ou mais) adquirem um novo sentido e desenham um novo objeto histórico, até aí insuspeitado, mas verdadeiro e mais consistente que a cronologia linear (um pouco como esses jogos que a criança deve interligar entre eles pontos esparsos no papel que, subitamente, revelam uma figura insuspeitada). Em oposição à narração que enumera a sequência dos acontecimentos como as contas de um rosário, este procedimento faz emergir momentos privilegiados para fora do *continuum* cronológico, é definido [...] como a apresentação de uma *constelação* salvadora. (GAGNEBIN, 2013, p. 15).

Assim, convido você, estimado/a/e leitor/a/e, a dialogar conosco (comigo e com as/es/os estudantes) nesta dissertação, na qual estruturamos, por meio de um viés compartilhado e colaborativo, três capítulos: o primeiro, intitulado *Violência de Gênero: nas brechas da sociedade preconceituosa, machista e misógina*, em que apresento o aporte teórico-metodológico da pesquisa e os conceitos de memória: rememoração, narrativa, experiência, gênero, violência de gênero, feminismo e interseccionalidade.

No segundo capítulo, *Conhecendo os Favos de Resistência*, apresento as oficinas temáticas, nossos debates e as produções das/es/os estudantes, bem como o diálogo na relação com as mesmas.

Por sua vez, o terceiro capítulo, intitulado *A mostra artística cultural no espaço público*, em um primeiro momento debato o conceito de “público” na História Pública e, posteriormente, a respeito da exposição, sua construção, estruturação e diálogo com o público.

Ao fazer o convite à leitura dessa dissertação, espero que o/a/e leitor/a/e esteja aberta/e/o à novas experiências, a expor-se, a sentir, odiar, amar, sofrer, sorrir e ter esperança. É sobre isso, é sobre (ex)por-se ao mundo, estar aberto a novas experiências, mostrar-se em suas completudes e incompletudes (LARROSA, 2020). Convido então a leitura do primeiro capítulo da dissertação, *Violência de Gênero: nas brechas da sociedade preconceituosa, machista e misógina*.

**CAPÍTULO 1**  
**VIOLÊNCIA DE GÊNERO: NAS BRECHAS DA SOCIEDADE PRECONCEITUOSA,**  
**MACHISTA E MISÓGINA**



Fonte: Desenho da estudante Rebecah. Dados da pesquisa (2022).

**Nas sombras da sociedade preconceituosa**

Um casal de pessoas LGBTQIAPN+ se beijando com as sombras da sociedade preconceituosa ao redor mostrando que o amor sempre irá vencer.

(Estudante Rebecah, 16 anos, 2º ano, homem gay e demisssexual).

A estudante Rebecah nos proporciona pensar a partir de seu desenho em relação com uma narrativa sensível, na qual vivemos em uma sociedade preconceituosa, LGBTfóbica, machista, binária, heterossexual. Contudo, nos provoca para que não continuemos a aceitar preceitos que nos têm sido impostos, é um chamado à resistência, e é com isso que convido vocês, estimados/as/es leitores/as, a adentrar nessa dissertação, com o desejo de mudança e fazer do combate à violência de gênero uma causa coletiva a ser efetivamente defendida.

Os estudos de gênero vão além do binarismo homem/mulher e da concepção de que só se estuda as mulheres, já que abarca também outros gêneros, relações e padrões sociais e culturais, sexualidades, violências, dentre muitas outras possibilidades. Ou seja, na área de gênero não se dedica apenas aos estudos cujo mote de reflexão são as mulheres, esse é o primeiro ponto. O segundo, diz respeito ao conceito de “gênero” da filósofa Judith Butler (2020a), do qual baseio-me na presente pesquisa, e tal conceito é considerado por Butler como socialmente construído, em que atos estilizados e repetidos dentro de uma estrutura rígida - que seria a nossa sociedade - cristalizam-se, produzindo a aparência de naturalidade e normalidade. Em outras palavras, todas as pessoas pertencem a alguma identidade de gênero, mesmo àquelas que não têm gênero (agêneros), e em nossa sociedade os que são dados como “legítimos” são os homens e as mulheres. Todavia, existem muitos outros, para além destes, são os chamados não-binários, ou seja, pessoas que não se identificam totalmente como homens ou como mulheres, ou que pertencem a um outro gênero que foge dos padrões homem e mulher.

Essas temáticas poucas vezes aparecem nos livros didáticos de história, e, quando o fazem, referem-se às mulheres em papéis secundários ou apenas as citam, já as questões LGBTQIAPN+s, comumente não têm espaço nesses materiais. Em minha trajetória acadêmica, realizei um trabalho de análise de livro didático que está em vias de publicação em um capítulo de livro, no qual abordo a (in)visibilidade de gênero. Pude perceber que nas narrativas dos livros didáticos temos a propagação de uma ideia de neutralidade, todavia, as ausências e apagamentos das mulheres e das pessoas não-binárias mostram que são, sim, detentoras de um gênero, que é o masculino (PEDRO, 2005). É a partir disso, que considero urgente olhar para os materiais didáticos de história, compreendendo-os enquanto construções sociais e dissociados da ideia de neutralidade, mas portadores de ideologias e enquanto produtores culturais. E, com isso, compreender a escola também enquanto produtora de relações de gênero (LOURO, 2020), e um local de potencialidade para trabalharmos em busca de uma sociedade com mais equidade, inclusão e igualdade social.

A respeito da minha trajetória pessoal, entre idas e vindas, fui aceita como bolsista da Coodenação de Aperfeiçoamentos de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo Programa Residência Pedagógica, no qual pude realizar em 2019 uma intervenção em um colégio estadual na cidade de Campo Mourão, acerca das questões de gênero atualmente. Desde então, o anseio por iniciar os estudos nessa temática só aumentou, e creio que continuará nesse sentido durante toda a minha vida, pois é algo que sempre me atravessou e tocou de forma singular - seja em minhas experiências pessoais ou nas acadêmicas. Assim como coloca bell hooks (2017) questioneimei-me acerca de quais hábitos de ser e valores refletiam/refletem o meu e o nosso compromisso com a liberdade.

Portanto, assim como o gênero está presente na sociedade brasileira, evidentemente, a violência de gênero também. Quantas mulheres e LGBTQIAPN+s que conhecemos e foram estupradas, violentadas, agredidas, assediadas, seja fisicamente ou não, quantas? Mas e quantas/es/os estupradores/as, violadores/as, agressores/as e assediadores/as conhecemos? Pensar nessa questão não é apenas pensar no quantitativo, é refletir sobre como a violência de gênero é naturalizada e estruturalizada em nosso país; em como ainda não falamos sequer o mínimo necessário sobre o assunto comparado aos acontecimentos de violência e feminicídio diários; e que ainda há poucas denúncias das vítimas e exposição dos/as/es criminosos/as/es.

É, assim, necessário que falemos sobre isso nos espaços escolares e não escolares, que ensinemos sobre essas questões, que nos questionemos, que não aceitemos. É possível fazer diferente, mas para isso precisamos estar aberta/e/os a experiências outras (LARROSA, 2020). Como o convite do filósofo Walter Benjamin na mênada “Não te esqueças do melhor”:

Uma pessoa conhecida minha era o cúmulo da ordem no período de sua vida em que não podia ser mais infeliz. De nada se esquecia. Seus negócios correntes eram registrados até os mínimos detalhes, e quando se tratava de um encontro - dos quais nunca se esquecia - era a pontualidade em pessoa. O caminho de sua vida era como que pavimentado, não havendo nele a menor racha onde o tempo pudesse florescer em erva. Assim continuou sendo um bom tempo. Então sobrevieram circunstâncias que tiveram como consequência uma mudança na existência da pessoa em questão. Começou que ele aboliu o relógio. Exercitou-se em chegar atrasado, e, quando o outro já tinha ido, sentava-se para esperar. Se tivesse de apanhar alguma coisa, então raramente a encontrava, e se tivesse de arrumar algum canto, então a desordem crescia em outro na mesma proporção. Quando se achegava à sua escrivaninha, era como se ali tivesse arruinado tudo. Mas era ele mesmo que vivia em destroços como num ninho de ratos, e não importava do que estivesse tratando, logo se instalava dentro da coisa, tal como o fazem as crianças ao brincar. E tal como as crianças, que em toda parte se deparam com o objeto esquecido — em bolsos, na areia, na gaveta, onde o mantivessem escondido —, assim também

lhe acontecia, não apenas no pensar, mas também no viver. Amigos o visitavam quando menos pensava neles e quando tinha deles maior precisão, e seus presentes, que não eram valiosos, vinham assim no momento oportuno como se ele tivesse nas mãos os caminhos do céu. Naquela época, gostava sobretudo de se lembrar da lenda do filho do pastorzinho que, num domingo, recebeu permissão de entrar na montanha com os seus tesouros e, ao mesmo tempo, a enigmática instrução: — Não te esqueças do melhor. — Nesse tempo se achava razoavelmente bem. Pouca coisa executava e nada considerava como feito. (BENJAMIN, 2000, p. 246).

Quando li pela primeira vez a mônada dessa citação, logo pensei que ela estaria nesta dissertação. Isso porque eu era essa pessoa: extremamente organizada, com o tempo totalmente cronometrado, até com os segundos contados. Porém, eu não conseguia me abrir às novas experiências, quando estava lendo um texto ficava mais preocupada com a quantidade do que com a qualidade, se o tempo estivesse esgotado e simplesmente o largava e iria para a próxima tarefa, somente depois retornava. E foi abrindo-me para as leituras de Walter Benjamin que comecei a mudar minha concepção de tempo, foi a partir dele que iniciei o processo de desaceleração da vida.

Essa mudança foi essencial para a realização dos encontros com as/es/os estudantes no projeto *Combatendo Violência de Gênero*, pois iniciei de fato o processo de escuta atenta e “empática”, fator determinante para a minha relação com as/es/os protagonistas da pesquisa. E são justamente as produções delas/es/us o grande brilho dessa dissertação, pois são narrativas encharcadas de vida, com seus sonhos, suas angústias, suas esperanças, suas lutas e nossos diálogos. “Não te esqueças do melhor”, disse Benjamin (2000, p. 246), e não me esquecerei, jamais.

Convido à leitura do poema sensível, “Na tumba da senhora Dai” de Marina Colasanti.

Na tumba de Dai  
chinesa aristocrata  
de antiga dinastia  
foram desenterradas duas estátuas  
de contadores de histórias  
e também seus tambores.  
Não foram encontradas  
nos escombros  
as histórias com que a senhora Dai  
embalava seu sonho.  
As palavras  
tão mais leves que a argila  
ninguém aprisionou,  
Silenciosos  
os tambores ecoam  
na eternidade.

As palavras, quando ditas e não escritas ou gravadas, não ficam aprisionadas. Elas vivem apenas na memória daquelas pessoas que a escutaram, por meio da rememoração. Além disso, eu também as entendo enquanto uma forma de libertação, de denúncia, de encontro. É como escreveu Marina Colasanti no poema citado, as palavras ninguém aprisiona, elas ecoam na eternidade. Falar liberta. E rememorar também é libertação das amarras.

Em concordância com essa ideia, utilizei como aporte teórico-metodológico da pesquisa as ideias do filósofo, ensaísta, sociólogo e crítico literário alemão, Walter Benjamin, nascido em 1892 e falecido em 1940. Seus escritos consistem em uma crítica ao avanço da modernidade capitalista. Além disso, a filosofia desse estudioso da história bebe em três fontes distintas entre si: o romantismo alemão, o marxismo e o messianismo judaico - e é a partir de um entrecruzamento fértil entre essas fontes que o autor cria uma concepção original e potente até os dias de hoje (LÖWY, 2005). Em suma, ele nos alerta do progresso técnico, o perigo do avanço da modernidade capitalista no qual as pessoas sejam apenas uma mão-de-obra rendida e que perambula pelas ruas seguindo o fluxo da multidão, sem saltos, sem identidades, sem partidas (GALZERANI, 2008).

De acordo com Benjamin (1994, p. 223), “existe um encontro secreto marcado entre as gerações precedentes e a nossa. Alguém na terra está à nossa espera. Nesse caso, como a cada geração, foi-nos concedida uma frágil força messiânica para a qual o passado dirige um apelo”. Apelo esse que não pode ser rejeitado sem que haja um custo, uma punição. Michel Löwy (2005), ao dialogar com Benjamin, compreende a necessidade de uma reparação coletiva, e não apenas uma redenção individual, na qual a última é entendida a partir da imagem de felicidade de cada pessoa e geração. Mas então como realizar essa redenção coletiva? Ele concebe “a redenção sobretudo enquanto rememoração histórica das vítimas do passado” (LÖWY, 2005, p. 49), e essa redenção não é no sentido de manter e conservar, e sim de destruir e dissolver, romper com o *continuum* da história (GAGNEBIN, 2019). Assim, “É preciso, para que a redenção aconteça, a reparação, em hebraico, *tikkun* - do sofrimento, da desolação, das gerações vencidas, e a realização dos objetivos pelos quais lutaram e não conseguiram alcançar” (LÖWY, 2005, p. 51).

E como realizar essa reparação? Entendo que o ensino de História seja um dos caminhos possíveis, em uma perspectiva dos vencidos, dos grupos marginalizados, dos silenciados trazerem à tona por meio da rememoração. E torna-se mais potente quando o ensino de História apresenta-se como uma possibilidade de História Pública.

### **1.1. Ensino de História como possibilidade do exercício da História Pública**

O ensino de História pode ser considerado como uma possibilidade de História Pública, uma vez que a sala de aula é um local privilegiado do exercício de História Pública (FERREIRA, 2018) – porém, nem todas as práticas que são realizadas no ambiente escolar podem ser entendidas enquanto pertencentes à mesma. É importante destacar que é na sala de aula que professoras/es e estudantes refletem a respeito de “assuntos públicos e de interesses coletivos, entre eles as questões de gênero, direitos humanos, racismo, políticas de reconhecimento, feminicídio, entre outras questões socialmente vivas no presente”. As/es/os estudantes são estimulados pelas/es/os professoras/es a pensarem sobre o seu papel nos processos históricos e suas potencialidades para atuar no contexto em que estão(estamos) inseridas/es/os (PAIM; FRANÇA, 2018).

O professor-pesquisador Rodrigo de Almeida Ferreira (2018) destaca que durante o processo de ensino, o/a/e professor/a/e realiza operações que perpassam pela produção, divulgação e circulação do conhecimento histórico escolar. A dinâmica da sala de aula torna-se, portanto, múltipla, diversa e potente para o diálogo, a reflexão e a produção de conhecimentos. E é justamente essa articulação entre professor/a/e, estudantes e comunidade escolar que faz da sala de aula e da escola um espaço fértil para o germinar da História Pública (FERREIRA, 2018). Afinal,

na educação histórica escolar se opera a divulgação, a ampliação dos públicos e a circulação do conhecimento histórico com bastante intensidade e amplitude. A seleção do tema, a apresentação do conteúdo, o desenvolvimento da reflexão faz da aula um momento especial em que estudantes entram em contato com o passado/presente e se repensam enquanto sociedade (FERREIRA, 2017, p. 143).

Na acepção das professoras Cyntia Simioni França, Nara Rúbia de Carvalho e Marcelo Abreu (2022, p. 5), pensar a história ensinada e a história pública é compreendermos que

ambos podem ser vistos como momentos de criação partilhada de passados vitais para o presente e seu futuro. É certo que a historiografia academicamente produzida também é um lugar atravessado pela necessidade do passado ou por compartilhamento da autoria. Contudo, consideramos que a história ensinada e a história pública são momentos privilegiados de produção

da história comum, porque são situações, configuradas por formas e lugares que lhes são próprios, nas quais os interlocutores estão objetivamente presentes, interpelando-nos diretamente.

Na relação entre História Pública e ensino de história, além das trocas de experiências, implica pensar em uma reflexão sobre a práxis (FERREIRA, 2018). É necessário compreender a interface entre ensino de história e história pública para evitar uma pulverização e/ou banalização dessa relação, no sentido de pensar que fazer um seminário em grupo, trabalhos coletivos com cartolina é história pública. É importante compreender que essas são atividades “próprias do Ensino de História, às quais se somam demandas potencializadas pela perspectiva da história pública” (HERMETO; FERREIRA, 2021, p. 9).

Acrescenta-se ainda que o fato de divulgação histórica em *blogs* e *sites* na *internet* dos trabalhos na disciplina da história seja um exercício da história pública, merece atenção, pois muitas vezes, tal prática apresenta-se como uma simples pesquisa em um repositório ou até mesmo construindo tais espaços nas redes como depósitos de conteúdo. A possibilidade de trabalhar com os recursos tecnológicos via acesso à *internet*, no ensino de história, não significa necessariamente uma prática de história pública, uma vez que necessita de reflexões ampliadas em relação às narrativas que circulam nas redes sociais. A professora-pesquisadora Marta Rovai salienta que

o ensino de história voltado à história pública não se resume a acessar plataformas digitais ou demais mídias para obter mais informações. Não se trata de uma questão quantitativa, correndo-se o risco de cair no perigo do excesso de narrativas. [...] os(as) professores(as) devem ser os(as) provocadores(as) e mediadores(as), para que se perceba que todos os materiais são passíveis de autoria, de usos e abusos em determinado tempo e por diversos interesses, e que as maneiras com que estes são manuseados produzem efeitos sociais e leituras diferentes sobre o passado e o presente (e, também, perspectivas de futuros públicos). Informações comunicadas e transmitidas não significam, necessariamente que sejam compartilhadas, pois a divulgação deve ser sempre acompanhada de reflexão coletiva, mediada pelo encontro entre saberes locais, saberes acadêmicos e saberes em rede. [...] (ROVAI; MONTEIRO, 2020, pp. 223-224).

Nesse sentido, trabalhar pelo viés da história pública no ensino de história tomando as redes sociais como ferramenta para a produção de conhecimento histórico-educacional, implica refletir criticamente como o passado está sendo divulgado por esses canais de comunicação? Ou ainda, como as narrativas publicizadas constroem a perspectiva de presente e futuro? É possível flagrar as múltiplas vozes? Será que pinçamos apenas o que foi narrado e não nos

atentamos para os silenciamentos do passado? Passado, presente e futuro são mobilizados pelas mídias por meio da divulgação histórica, mas é importante ao trabalhar com as/es/os estudantes no ensino de história com as narrativas que são publicizadas, alguns questionamentos: “Que conhecimento histórico do passado, na relação com o presente, está sendo oferecido ao público? O que e quem estaria sendo lembrado e esquecido? Quem, para quem, com quem e com que fins se produzem as narrativas para o público?” (FRANÇA; CUNHA, 2022b, p. 5).

Não desconsiderando que a divulgação histórica contribui para a “democratização dos usos do passado sob os interesses do presente, da alteridade e do conflito sempre saudável ao amadurecimento de uma sociedade em busca da compreensão de si mesma enquanto coletividade” (ROVAI, 2018, p. 186). No entanto, para que sejam asseguradas essas potencialidades é preciso superar o acesso às informações que circulam pelas redes sociais numa perspectiva simplista ou reducionista de leitura do passado na relação com o presente, de modo a manutenção do tempo do “sempre igual”, nas palavras de Benjamin (2007).

O desafio posto para o Ensino de História como uma prática da História Pública na interface com as tecnologias (redes sociais) é pensar em possibilidades de construir experiências que sejam significativas e dialógicas tanto para os estudantes como para os professores no ato de produção de conhecimento histórico-educacional.

A professora-historiadora Adriana Carvalho Koyama, em sua tese de doutorado faz uma reflexão a respeito dos arquivos *online* no Ensino de História e nos apresenta caminhos interessantes para avançarmos nessa reflexão, que compartilho, a partir das suas palavras: “é no estranhamento, nas asperezas, nos silêncios, momentos de suspensão do sentido, que podemos flagrar as fendas na narrativa historicista” (KOYAMA, 2013, p. 343). Ainda em diálogo com esse pensamento, é importante considerar que as/es/os estudantes elaboram os sentidos e ressignificam as suas experiências vividas no diálogo com a sua dimensão individual e coletiva, isso significa pensarmos que a

elaboração dos discursos, e entre eles as narrativas sobre o passado, é coletiva, com tudo o que isso implica em termos de ambiguidade, de contradição, conflito, dialogismo. Sabendo que, mesmo em um diálogo entre dois indivíduos, ou conosco mesmos, faz parte de um tecido cultural mais amplo (KOYAMA, 2013, p. 305).

Além de pensar a história pública pela via da divulgação histórica, de uma história para o público, também é possível enveredar por caminhos de uma história que assume a dimensão com o público (SANTHIAGO, 2016). Nessa pesquisa, caminho pela perspectiva de um ensino

de história como prática da história pública com o público pela via da autoridade compartilhada (FRISCH, 2016) - também para o público, a partir da mostra artística cultural.

O historiador inglês Michael Frisch (2016), um dos interlocutores da História Pública, tem disseminado o conceito de autoridade compartilhada na interface com a História Oral, porém, essa acepção vem sendo dilatada para pensar que é possível pensar em uma produção compartilhada por meio de uma curadoria, programa de rádio ou TV, entre outras possibilidades de trabalho conjunto, pelo viés de relações dialógicas, colaborativas e interativas. Frisch (2016 p. 62) defende a ideia que a autoridade compartilhada pressupõe que “não somos a única autoridade, os únicos intérpretes, os únicos produtores e historiadores. (...) Em vez disso, o processo de interpretação e de construção de significados é, por definição, compartilhado”.

É importante destacar que ao produzir conhecimento histórico-educacional pela via da autoridade compartilhada é um encontro com diferentes saberes (interdisciplinaridade)<sup>21</sup>, fazeres e públicos, os professores-historiadores Miriam Hermeto e Rodrigo Ferreira destacam que “não concorrentes, senão complementares” (2019, p. 8). Sob essa perspectiva, produzir conhecimento histórico-educacional envolve interpretação e (re)criação que são partilhados, distanciando a noção de autoridade exclusiva do conhecimento. Para que o Ensino de História seja preñado de possibilidades de práticas de história pública “é necessário assegurar encontros efetivos, em que ambas as partes envolvidas sejam respeitadas na sua especificidade, potencialidade criativa e responsabilidade social” (FRANÇA; CUNHA, 2022, p. 125).

É importante também que estejamos disponíveis e abertas/es/os à escuta, portanto, para que o Ensino de História seja uma prática de História Pública torna-se basilar que haja encontros de fato, em que todas/es/os as/es/os envolvidas/es/os se respeitem nas mais diversas esferas e dimensões da vida humana. E, mais do que isso, que permitam “o transbordar de cada uma das partes no encontro com a outra, deixando-se afetar e transformar o colorido de suas margens para formar nuances, matizadas por fluxos e contrafluxos, que não permitem a nenhuma delas seguir sendo simplesmente a mesma” (FRANÇA; CUNHA, 2022a, p. 125).

---

<sup>21</sup>História Pública pressupõe pluralidade de disciplinas e integração de recursos diversos, além de enorme vontade de trocar experiências e aprender com elas” (ROVAI, 2017a, p. 49). A História Pública tem também como característica o diálogo com outras áreas, na medida em que esta pode ser exercida por não-historiadores. Quando falamos dessa interdisciplinaridade na educação, o “professor tem uma concepção que uma história crítica é construída coletivamente, na formação dentro e fora da escola, uma educação interdisciplinar, libertadora e com intervenção social (BEZERRA; SALES, 2017, p. 245). E mais do que isso, a interdisciplinaridade é um processo de trocas de aprendizados e diálogos entre professor-aluno, portanto, não gera isolamento, e sim uma ação coletiva nas lutas políticas diárias, ou seja, o papel do professor vai além das delimitações acadêmicas (BEZERRA; SALES, 2017).

Portanto, o ensino de história como uma prática da histórica pública convida a uma “produção de conhecimento aberto à interação com o outro e de (re)elaboração dos sentidos coletivos, imbricados nas experiências vividas dos sujeitos, afastando-se de posicionamentos como verdade absoluta” (SANTOS; FRANÇA, 2022, p. 87).

Em diálogo com os professores-historiadores Federico José Alves Cavanna e Bruno Antonio Picoli (2022), no artigo *A autoridade compartilhada para o mundo em comum*, os autores instigam-nos a avançar no debate em torno da acepção da(s) (im)possibilidades da autoridade compartilhada, especialmente pensando no encontro escolar e na ideia de “atenção compartilhada”. Para discorrer sobre esse assunto, em um primeiro momento os autores afirmam que acontece um encontro e uma atenção compartilhada na escola, espaço considerado público. No segundo momento, dialogam com a perspectiva de Hannah Arendt para pensar o ensino de história e as relações que se dão na escola como uma atenção compartilhada.

Cavanna e Picoli (2022, p. 32) sustentam a “atenção compartilhada” como um convite para práticas de ensino de história na escola, mais do que metodologias de ensino, mas como um lugar de encontro de professores e estudantes com práticas “artesanais, plurais e coletivas que, através da conversa e da interação em público procura ampliar os olhares por meio de uma atenção compartilhada”.

A atenção compartilhada considerada como forma própria da escola é entendida por Cavanna e Picoli (2022, p. 34) como um

convite ao encontro e ao caminhar juntos – que segundo Masschelein (2017) é uma língua de nomeação (sem interdição), de convite (sem interpelação), para fazer algo (matéria) falar (sem silenciar os estudantes), para dar palavras (sem impor definições fechadas ou pedir retorno) de hiper funcionalidade (exatamente por remover funções específicas).

Nesse sentido, a atenção compartilhada como “caminhar juntos”, pressupõe a necessidade de se perder para construir encontros “outros”, não no sentido para aprender sobre alguém, nem mesmo estamos falando aqui para agir sobre alguém, mas, sobretudo, de aprender com e pelo outro (CAVANNA; PICOLI, 2022). Dialogando com esse pensamento, lembro da professora-historiadora Maria Carolina Bovério Galzerani (2008) sobre a acepção de produção histórico-educacional como um ato que se dá na relação com o outro.

É possível ressignificar o conceito de autoridade compartilhada por atenção compartilhada, já que a expressão autoridade muitas vezes tem remetido à ideia de desigualdade entre professoras/es e estudantes?

No diálogo com Cavanna e Picoli (2022, pp. 39-40), a autoridade do/a/e professor/a/e em uma perspectiva arendtiana

manifesta (ético-esteticamente) no cuidado, na atenção que dispensa ao mundo (a fonte da autoridade) e no convite que faz aos estudantes para que atentem/cuidem do mundo [...] a autoridade não é algo que eu possa dar, ou seja, algo que tenho e, assim, posso dispor dela e transferi-la a outrem. Porque a fonte da autoridade não está na pessoa –não está no historiador, assim como não está no professor: o educador está aqui em relação ao jovem como representante de um mundo pelo qual deve assumir a responsabilidade [...]. Na educação, essa responsabilidade pelo mundo assume a forma de autoridade. A autoridade do educador e as qualificações do professor não são a mesma coisa. Embora certa qualificação seja indispensável para a autoridade, a qualificação, por maior que seja, nunca engendra por si só autoridade. [...] A fonte da autoridade está no assunto (no mundo), o professor é investido da autoridade na medida em que assume a condição de representante do e responsável pelo mundo. [...] A autoridade do professor se manifesta, em síntese, na insistência em convidar as crianças e jovens à responsabilidade, na clareza de que o mundo ainda é um lugar pelo qual vale a pena lutar, que o mundo ainda é um lugar para se maravilhar: isto é o mundo, atentem!

A atenção do/a/e professor/a/e também nos convida a “participar do crescimento intelectual dos estudantes, enxergá-los como seres humanos integrais, com vidas e experiências complexas, e não como meros buscadores de pedacinhos compartimentalizados de conhecimento” (hooks, 2017, p. 27).

A atenção compartilhada não é uma questão de metodologias aplicadas, nem de habilidades, nem muito menos de competências, metas e indicadores no ensino de história no exercício da prática da história pública, mas de maneiras de participar do encontro com o outro e assumir formas de responsabilidade pelo mundo compartilhado, isso constitui a autoridade (CAVANNA; PICOLI, 2022).

Nessa mesma perspectiva, ao pensar a história do tempo presente e História Pública, o professor-historiador Rogério Rosa Rodrigues (2022, p. 67) entende que o “exercício de produzir conhecimento para, e com a escola, envolve responsabilidade social, temporalidades múltiplas, mediação intelectual, compromisso político [...]”.

A professora-historiadora Sonia Miranda ao dialogar com o conceito “autoridade compartilhada” de Michael Frisch, compreende é uma acepção que nos convida a

adensar os modos pelos quais o conhecimento histórico consegue atingir a públicos mais amplos, independentemente daquilo que estaria circunscrito ao conhecimento disseminado na esfera escolar, sendo capaz, ao mesmo tempo,

de colocar em posições de equilíbrio de poder sujeitos em posições sociais distintas no ato de produção de conhecimento histórico (MIRANDA, 2022, p. 50).

Miranda (2022, p. 50) destaca que Frisch ao ressignificar a sua trajetória acadêmica tendo como ponto de partida a História Oral, percebe que a escuta sensível do outro é o ponto de partida para outros modos de produzir conhecimento. O que implica no questionamento e rompimento da dicotomização entre o público e o acadêmico, visto que a hierarquização corre o risco de, ao “partir da centralidade ensimesmada do mundo acadêmico, encontrar o público a que se destina ou com o qual o conhecimento é produzido em uma espécie de ‘iluminação’ dos cultos em direção aos incautos” e/ou de uma produção acadêmica unívoca.

No que diz respeito a igualdade e equidade para com o sujeito da pesquisa, Miranda (2022, p. 51) também encontra

ressonância nos contextos em que, no interior da prática pedagógica, a hierarquização própria das estruturas de saber inerentes às escolas e universidades se rompe, colocando sujeitos distintos na estrutura de saberes e poderes em condições de igualdade quanto à possibilidade de conhecer e, mais do que isso, conhecer junto, em circunstâncias particulares, únicas e irrepetíveis, que cercam a natureza fundante da prática pedagógica. MIRANDA (2022, p. 51).

Percebo que a acepção de autoridade compartilhada de Michael Frisch dialoga com autores que já venho dedicando as leituras como Edward Palmer Thompson, Jorge Larrosa, Walter Benjamin, no grupo de estudos Odisseia, coordenado pela minha orientadora e composto por estudantes da iniciação científica e mestradas/es/os. Esse grupo foi inspirado e nasceu a partir dos estudos com a professora-historiadora Maria Carolina Bovério Galzerani que fundou e coordenou o grupo Kairós, no Centro de Memória da Unicamp e membro do Grupo de Pesquisa do GEPEC, Carol, como era conhecida pelas/es/os suas/seus orientandas/es/os e orientandas/es/os dos seus orientandas/es/os, foi uma das estudiosas de Walter Benjamin e ajudou consolidar o campo da pesquisa no Ensino de História no Brasil. Hoje, seus discípulos<sup>22</sup> continuam sua luta em buscar outro modo de produção de conhecimento histórico-educacional, seja na universidade e/ou na escola que acolha a subjetividade e que,

---

<sup>22</sup> Grupo de professoras/es orientandas/es/os pela professora Maria Carolina Bovério Galzerani continuam em diferentes universidades brasileiras trabalhando com as temáticas, ensino de história, memória, narrativa, experiência no diálogo com Walter Benjamin e Carolina em vários grupos de estudos e pesquisas: Kairós, Pameduc, Rastros, Gepec, Mosaicos. O grupo Odisseia junto com esses grupos defendem outra concepção de ensino em diálogo com Benjamin e Thompson que oferecem caminhos para essa reflexão tecida na relação com o trabalho sensível da professora Carolina.

portanto, comporta a pluralidade das acepções. Uma visão de história que se propõe a focalizar a dimensão cultural das experiências humanas, historicamente dadas, na relação com o social (expressando e instituindo as relações sociais). Enfatizo a ampliação da acepção de objeto histórico, de documento histórico, bem como o questionamento da visão de tempo linear, etapista, evolucionista, progressista - prevalecente ainda na contemporaneidade e a busca da valorização das dimensões temporais subjetivas, plurais, e dos ritmos também diferenciados da temporalidade (de curta, média e longa duração) [...]. (GALZERANI, 2005, p. 160).

É um convite à construção de conhecimento capaz de permitir atos plurais, dialogais, em que estudantes e professoras/es assumam o papel de sujeito ativo no processo educativo. Assumo nesta pesquisa em diálogo com Galzerani (2021) a produção de conhecimento pelo viés da racionalidade estética que nos convida a dialogar *com* os sujeitos da pesquisa e não *sobre* e *nem para*.

Portanto, já temos colocado em ação, em nosso grupo Odisseia, pesquisas<sup>23</sup> que dialogam com o público (sujeitos) e não para o público e nem sobre o público. Entendemos que o modo de produção de conhecimento histórico se dá por meio de relações dialógicas entre sujeito e “objeto” do conhecimento, em uma relação horizontal e não vertical (THOMPSON, 1981). Ou seja, o conhecimento é produzido pela via de mão dupla. Quando falamos de uma produção dialógica de conhecimento, não significa ser desprovida de tensões (THOMPSON, 1981), pois, a “relação dialógica travada entre pesquisador(a) e sujeitos pesquisados nem sempre é harmônica” (RODRIGUES; BORGES, 2021, p. 9).

Ainda que essa produção de conhecimento seja colaborativa, “aberta ao(s) outro(s), refutando hierarquizações, autoridade compartilhada não é sinônimo de abstenção em relação às responsabilidades epistemológicas, éticas e políticas dos historiadores ou professores de história” (FRANÇA, CUNHA, 2022a, p. 127). Temos consciência de nossas

responsabilidades ético-políticas e epistemológicas próprias, enquanto professores-pesquisadores, nos deixando encantar pela paisagem que se abre quando buscamos dialogar com outros ambientes, sujeitos e saberes que têm provocado, deslocado e revigorado a história na sala de aula (e não apenas na sala de aula) (FRANÇA, CUNHA, 2022a, p.125).

Nesse sentido, a História Pública é aberta à escuta dos sujeitos que reelaboram os sentidos do passado, ora como demandas ideológicas e/ou lutas sociais. Assim, as

---

<sup>23</sup> Atualmente nosso grupo conta com quatro dissertações defendidas, dos integrantes Fabio Vedovato (2021), Marli Batista (2022) e Inácio Jaquete (2023) pelo PPGHP, e Máira Wencel da Silva (2022) pelo PROFHISTÓRIA.

ênfases da história pública, apresentadas por Cauvin (2018), se misturam ao que Santhiago (2016) aponta como “engajamentos fundamentais”, reunindo características passíveis de entrecruzamento, como o desejo de uma audiência que extrapole o acadêmico, de uma maior participação pública (considerando uma história com, para e pelo público, e ainda história e público), da possibilidade das intervenções feitas pelo historiador sobre o passado serem reconhecidas pelos sujeitos no presente. [...] A história pública confere uma dimensão prática a essa imersão no presente, dinamizando um conceito capaz de promover consequências práticas com implicações diretas na sociedade. (RODRIGUES, BORGES, 2021, pp. 11-12).

Nesse contexto, as questões de gênero são incorporadas pelo movimento da História Pública brasileira na interface com o ensino de história como problemas socialmente vivos no presente e que demandam de modo urgente, reflexões coletivas e ações em espaços públicos e com grupos plurais.

Nesta pesquisa, escolhemos trabalhar com a escola como um espaço público, em que estudantes de diferentes idades, gêneros, sexualidades, classes sociais, raças, religiões, personalidades, sonhos, angústias e necessidades se encontram. É um local de culturas diversas. A inserção das/es/os estudantes no espaço escolar compartilhado de significados, de práticas de ensino entre docentes e estudantes, abarcando não apenas conteúdos e metodologias de ensino instrumentais, mas sobretudo, sentimentos, afetividades e sensibilidades.

A escola é um local potente para práticas de ensino transformadora e transgressora (hooks, 2017) que pode corroborar uma sociedade mais justa e pautada na equidade. Todavia, para que isso seja alcançado, faz-se necessário primeiramente que reconheçamos as desigualdades que estão presentes no contexto brasileiro, dentre as quais está, evidentemente, a de gênero. Mas, além disso, vale lembrar a violência de gênero e as questões de raça, classe, orientação sexual, etnia, dentre muitas outras. E assim como a violência de gênero atinge esses grupos de forma assimétrica e desigual, o acesso dos mesmos à educação faz-se de forma também desigual e são vivenciadas de diferentes maneiras. Por exemplo, para as mulheres negras e periféricas “a educação desempenha o papel de estruturar o olhar oposicional, levando à produção de questionamentos, à capacidade de autodefinição e de enfrentamento coletivo das violências físicas e simbólicas às quais elas são expostas” (SANTOS; NASCIMENTO, 2020, p. 183). O que ressalta o papel educacional de autoafirmar a identidade individual das/es/os estudantes, bem como de fazer enfrentamentos que vivenciam, como as próprias autoras afirmam, é o caso das violências.

Portanto é demanda dos feminismos a defesa de uma educação de qualidade, gratuita, antirracista e antissexista para que crianças, especialmente as negras e aquelas em condições econômicas de vulnerabilidade, possam entender seu lugar de fala, refletir sobre a sua existência, conhecer a cultura e as narrativas da negritude e da periferia para combater violações e configurar resistências e formas de empoderamento. (SANTOS; NASCIMENTO, 2020, p. 184).

Afinal, pertencer a um determinado gênero, a determinada sexualidade implica posições distintas em variadas hierarquias sociais, sendo que estas questões impactam na vida escolar, já que neste espaço diversas identidades ocupam, como nos lembra o historiador-professor Fernando Seffner (2021).

Início a partir de uma proposta de Ensino de História como exercício da História Pública, em que as/es/os estudantes possam lutar por seus direitos identitários e sociais bem como do direito de memória e reescrita da história. E é no tempo do agora que devemos agir (BENJAMIN, 1994). Para que haja uma educação a contrapelo, é urgente a construção de ações coletivas com as/es/os estudantes para desbarbarizar a sociedade (BENJAMIN, 1994).

O professor-historiador Daniel Pinha Silva (2016, p. 19) pensa que a cidadania se “fundamenta também nas singularidades e no respeito pelas diferenças étnicas, religiosas, sexuais das diversas sociedades. Isto é, uma concepção de cidadania pautada, fundamentalmente, na noção de pluralidade”. Essas são demandas coletivas de passado, de memórias e histórias aguardando o historiador assumir a tarefa do despertar dos sonhos (BENJAMIN, 1994).

Considerando a importância do diálogo com as experiências vividas das/es/os estudantes nessa pesquisa e na tentativa de desconstruirmos práticas de ensino de História vazias de sentidos e significados coletivos, temos enveredado pelo trabalho com as memórias e histórias daquelas/es/us que foram e são silenciados pelas diferentes colonialidades (PAIM; ARAÚJO, 2021).

A rememoração é um caminho para a libertação, a (trans)formação. Assim, a redenção e rememoração são inseparáveis (LÖWY, 2005), e têm a ver com a emancipação dos oprimidos, os excluídos da história, tais quais as mulheres, as pessoas que fogem da heteronormatividade, os negros, os pobres, as crianças, dentre muitos outros. Porém, não cabe a nós esperarmos passivamente que as coisas mudem, que a força messiânica aja, pois “somos nós o Messias, cada geração possui uma parcela de poder messiânico e deve se esforçar para exercê-la” (LÖWY, 2005, p. 51). Afinal, como temos usado nossa força messiânica? Temos nós lutado por esses excluídos da história, ou apenas nos conformamos? Precisamos agarrá-la, capturá-la tal

qual um/a/e observador/a/e capta a passagem de um meteoro sobre a terra, pois a redenção não é garantida, constituindo-se apenas como uma possibilidade que depende inteiramente de nós (LÖWY, 2005).

Benjamin (1994) nos alerta que em cada período histórico precisamos destituir a tradição de conformismo que quer tomar posse dela. Sendo que “o dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer” (BENJAMIN, 1994, pp. 224-225). Tendo como ponto de partida essa ideia, a/e/o historiador/a/e não busca uma história que acumule conquistas, feitos e que seja baseada em uma ideia de progresso. Mas sim, no entendimento de que para os oprimidos, os excluídos da história, “o passado não é uma acumulação gradual de conquistas, como na historiografia ‘progressista’, mas, sobretudo uma série interminável de derrotas catastróficas” (LÖWY, 2005, p. 66).

E como não deixar que essas narrativas violentas de gênero sejam esquecidas? Como mudar o presente em relação ao combate à violência de gênero? O que nós podemos fazer hoje para que os mortos possam ficar em paz?

Benjamin aponta para a rememoração como uma potencialidade para que possamos fazer isso. Rememoração essa que não é uma lamúria melancólica ou meditação mística das vítimas, e sim uma fonte de energia espiritual e moral para os que lutam agora, no hoje, cujos sentimentos fazem parte de uma práxis revolucionária (LÖWY, 2005).

Em diálogo com Jeanne Marie Gagnebin, “a memória vive essa tensão entre a presença e a ausência, presença do presente que se lembra do passado desaparecido, mas também presença do passado desaparecido que faz sua irrupção em um presente evanescente” (GAGNEBIN, 2018, p. 44), a qual apresenta-se enquanto riqueza da memória, e sua fragilidade. É no diálogo com as memórias voluntárias e involuntárias das/es/os estudantes que busco acolhê-las, em um passado que não passa, enquanto feridas que não cicatrizaram; mas ainda como um passado que emerge e muitas vezes continua no presente, que “deseja” fazer-se presente, para ser arrancado do *continuum* da história. Um passado aberto que chama a/e/o historiador/a/e a olhar para ele e identificar o que não foi resolvido, foi recalçado ou está esquecido, e que mesmo assim pode a qualquer instante desaparecer. Portanto, realizar uma escuta sensível torna-se uma práxis historiadora e educativa necessária quando tratamos de temas sensíveis.

Distancio-me das narrativas que estão sob a ótica do progresso, do discurso homogeneizador e, frequentemente, colocada sobre a sociedade como a única possível, que obedece a interesses precisos que beneficiam a poucos (GAGNEBIN, 2018). Walter Benjamin (1994, p. 223), ao contrário, propõe uma outra narrativa ao afirmar que “o cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história”. Com isso, em diálogo com o autor, proponho esta pesquisa sobre a violência de gênero, temática que aborda em especial as mulheres, e também as/es/os estudantes, adolescentes - uma vez que ambas/es/os não eram e/ou não são considerados como sujeitos da história (BENJAMIN, 1994). Proponho trabalhar com uma história a contrapelo, em que nega compartilhar a perspectiva dos vencidos, a história linear, progressista e factual. Escovar a história a contrapelo é abordar os sujeitos outros da e na história, em uma perspectiva a acolher memórias dissidentes, ir contra as narrativas hegemônicas.

Precisamos e devemos lembrar o passado, todavia, não lembrar pelo simples lembrar, como se estivéssemos cultuando-o (GAGNEBIN, 2018). Ao contrário, a rememoração configura imagens políticas que acarretam o questionamento das práticas culturais consolidadas com o avanço do capitalismo na modernidade (GALZERANI, 2004). Mas vai além disso, o ato de rememorar possibilita o sujeito recuperar dimensões pessoais perdidas ou ameaçadas pelo discurso hegemônico, machista, patriarcal, heterossexual, entre outros.

Propomos, eu e minha orientadora, junto com o grupo de estudantes, práticas de rememoração coletiva, a partir das questões de gênero, expressas em narrativas escritas e iconográficas, assim como orais. Afinal, rememorar é partir de questionamentos do presente, para trazer o passado vivido como opção de busca atenta, em relação aos caminhos a serem construídos no presente e no futuro. Portanto, não se trata apenas de não esquecer o passado, mas de agir sobre e no presente (GALZERANI, 2004).

Nesse sentido, a “memória é vida, possibilidade da experiência vivida. Na rememoração, amplia-se a possibilidade de vida” (PAIM; PEREIRA; FREIRE, 2018, p. 18). Com isso, propomos um trabalho com memória e narrativas em uma perspectiva benjaminiana, onde as/es/os estudantes rememorem experiências vividas, na interface com a temática gênero, e que ao fazerem isso reflitam sobre o passado à luz do presente e com aberturas para outros futuros, a fim de que caminhos outros possam ser trilhados para romper com valores de uma sociedade que ainda perpetua preceitos machistas, misóginos e preconceituosos. Por isso, propomos uma caminhada rumo à equidade, voltada às temáticas de gênero, mas juntamente

com outras iniciativas. Destarte, acredito ser por meio da valorização de saberes, quebra de estereótipos e mudança de padrões de comportamento que possamos trilhar outras estradas.

Para tanto, por vezes faz-se necessário lidar com memórias traumáticas, com feridas não cicatrizadas. Jeanne Marie Gagnebin (2018, p. 110), coloca que “o *trauma* é a ferida aberta na alma, ou no corpo, por acontecimentos violentos, recalcados ou não, mas que não conseguem ser elaborados simbolicamente, em particular sob a forma de palavra, pelo sujeito”, lembrando especialmente os sobreviventes da Segunda Guerra Mundial, que ao voltarem para suas casas, deparavam-se com feridas ainda abertas e não encontravam palavras para contar os horrores que passaram, tampouco pessoas para escutarem. O mesmo ocorre com as vítimas da violência de gênero, as quais muitas vezes não encontram ouvidos atentos para que possam contar, e quando encontram, ainda podem ter suas narrativas deslegitimadas. Na perspectiva da historiadora, escritora e ativista estadunidense Rebecca Solnit,

O trauma desorganiza a narrativa de uma vida porque estilhaça a memória em cacos que não serão reconhecidos como história digna de crédito, às vezes nem pelo próprio narrador - assim, alguns sobreviventes de estupros e de outras atrocidades emergem como histórias fraturadas, o que indicaria que elas não são confiáveis, não têm validade nem merecem confiança. Assim, o estupro é uma ação que procura estilhaçar o eu e sua narrativa, às vezes seguida de procedimentos judiciais que exigem que o eu se recomponha como uma narrativa coesa (mas não coesa demais: o depoimento bem-sucedido não pode ser racional e frio demais, nem muito sobrecarregado emocionalmente) (SOLNIT, 2017, p. 51).

A importância das narrativas, do contar, do escrever, do falar, do desenhar, e de tantas outras formas possíveis, para a questão da violência de gênero está para além do denunciar e do compreender a sociedade em que vivemos; está para a mudança estrutural, e por mais que o narrar, romper o silêncio, pareça algo simples, não é. Pois quem comete o crime não espera que o outro irá contar, justamente porque os abusadores se entendem como donos do privilégio de exigir silêncio da vítima e de que haja uma proteção para eles, e não para quem foi abusado, agredido, violentado (SOLNIT, 2017). Ao contar é possível reumanizar seu eu desumanizado. Uma vez que não é impossível esquecer experiências traumáticas, já que elas insistem na repetição (GAGNEBIN, 2018).

Porém, segundo Gagnebin (2018), mesmo que não seja possível esquecer essas memórias traumáticas para aquelas/es que as vivenciaram, há muitas formas de esquecimento e o desejo de esquecer é tão forte quanto os ventos de agosto. Todavia, há diferença entre o esquecer natural, que faz parte da natureza humana e que é necessário à vida, entendido

enquanto um esquecimento feliz, uma vez que é impossível lembrar de tudo; e o esquecer que ocorre de outras formas, tais quais: saber mas não querer saber, não saber, denegar, fazer de conta que não sabe (GAGNEBIN, 2018).

A historiadora norte-americana Rebecca Solnit (2017, p. 27) destaca que “o silêncio equivale à morte [...]. O silêncio é o oceano do não dito, do indizível, do reprimido, do apagado do não ouvido. Ele cerca as ilhas dispersas formadas pelos que foram autorizados a falar, pelo que pode ser dito e pelos ouvidos”. Ademais, na própria historiografia as mulheres eram - e muitas vezes ainda são - invisibilizadas ou tinham suas realidades distorcidas ou diminuídas, com um papel secundário. Elas foram silenciadas, e da mesma forma ocorreu com outros grupos, tais quais as pessoas LBGTQIAPN+s, por exemplo. Com isso, a história do silêncio é fundamental na história das mulheres (SOLNIT, 2017).

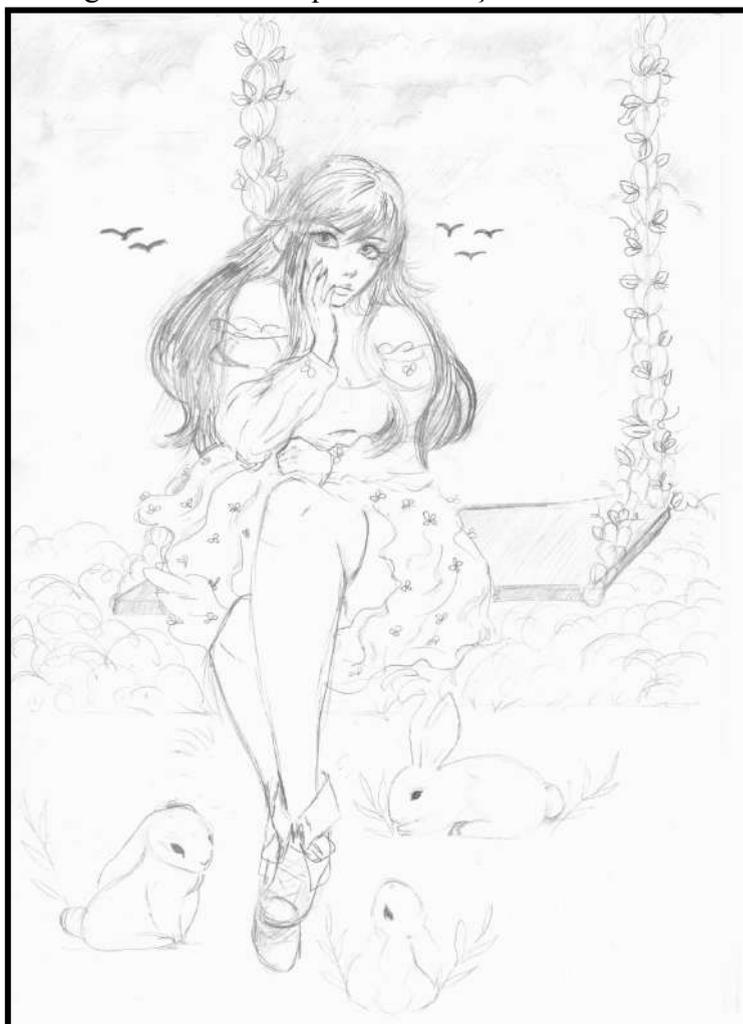
Audre Lorde (2021, p. 53) questiona: “quais são as palavras que você ainda não tem? O que você precisa dizer? Quais são as tiranias que você engole dia após dia e tenta tomar para si, até adoecer e morrer por causa delas, ainda em silêncio?”. E “todos nós temos o nosso próprio mar de palavras não ditas” (SOLNIT, 2017, p. 27).

Diante disso é que entendo os movimentos feministas como importantes agentes sociais, porque eles possibilitam (em certa medida) que as mulheres sejam mais do que vistas; possibilitam que possam falar, expressar-se. Todavia, é também preciso realizar uma escuta atenta e cuidadosa, para que de fato haja o diálogo. E a lógica desse pensamento está justamente no fato de que

Não poder contar sua história pessoal é uma agonia, uma morte em vida que às vezes se torna literal. Se ninguém ouve quando você diz que seu ex-marido está tentando matá-la, se ninguém acredita quando você diz que está sofrendo, se ninguém escuta quando você diz que está sofrendo, se ninguém escuta quando você pede socorro, se você não se atreve a pedir socorro, se você foi ensinada a não incomodar os outros pedindo socorro. Se consideram que você saiu da linha ao falar numa reunião, se não é admitida numa instituição de poder, se está sujeita a críticas improcidentes que trazem implícito que ali não é lugar de mulher ou que a mulher não é para ser ouvida. Histórias salvam a sua vida. Nós somos as nossas histórias, que podem ser a prisão e o pé de cabra que vai arrombar a porta [...]. A libertação é, em parte, um processo de contar uma história: romper histórias, romper silêncios, criar novas histórias. Uma pessoa livre conta a sua própria história. Uma pessoa valorizada vive numa sociedade em que a sua história ocupa um lugar. (SOLNIT, 2017, pp. 29-30).

Ocupar um lugar, ser livre, poder expressar-se e (ex)por-se é direito de todas as pessoas, independente dos grupos aos quais pertençam. Esse é o convite da estudante noombrilisme em seu desenho *O vento que me balança me torna livre* (Figura 4).

Figura 4 - O vento que me balança me torna livre.



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A estudante noombrilisme expressa em seu desenho uma mulher livre. É uma representação de como todas as mulheres deveriam encontrar-se: livres para ir e vir, para se expressarem, usarem as roupas que desejarem, terem a aparência que quiserem, enfim, livres para ser quem quiserem e para serem quem são.

Contudo, apesar de vivermos em um país democrático, sabemos que essa liberdade não atinge à todas, todes e todos, há as que são impedidas pelo uso da força, por exemplo, de ir e vir livremente ou até mesmo sendo coagidas por meio de mecanismos psicológicos e morais a não fazerem o que desejam, e quando transgridem essas imposições estão sujeitas à punições e

exclusões sociais. Ou seja, ser livre é um desejo e não uma realidade. E mais do que isso, é uma representação de uma adolescente jovem-mulher de 16 anos que deixa evidente uma percepção da desigualdade de gênero, na qual as “mulheres” de todas as idades estão expostas aos “aprisionamentos” e restrições que enfrentamos cotidianamente.

Benjamin (1994) afirma que nada do que já aconteceu pode ser considerado como insignificante, como perdido, para a história, independente do status social. Porém, qual é a história que temos contado durante milênios? Quem tem sido incluído nessa história?

Ao olharmos para a historiografia, para os livros didáticos, filmes históricos, e, de modo geral, para a sociedade como um todo, o que vemos são os grandes personagens de estado e a nobreza sendo representados. Assim, partilho do posicionamento sensível da historiadora Rebecca Solnit (2017, p. 32), ao afirmar “se as bibliotecas contêm todas as histórias que foram contadas, existem bibliotecas fantasmas de todas as que não o foram. Os fantasmas ultrapassam os livros numa proporção incalculável” (SOLNIT, 2017, p. 32), e que mesmo os que conseguiram fazer-se ouvir, muitas vezes o fizeram por meio de privilégios de silenciamentos estratégicos ou porque não conseguiram ouvir outras vozes, dentre as quais, pode estar, inclusive, a própria.

Lidar com essas tramas sociais de enfrentamentos e silenciamentos acerca das questões de gênero em um viés de luta, de resistência, passou pelo acolhimento das memórias das/es/os estudantes, assumindo uma dimensão política.

A memória assumida nessa pesquisa é uma opção política, de caminhos de lutas, enfrentamentos e posicionamentos em prol dos grupos plurais e das questões de gênero, especialmente, a violência. Nesse sentido, a prática de rememoração com as/es/os estudantes nesta pesquisa dialoga com a pesquisadora e ancora-se no aporte-teórico metodológico do pensamento de Walter Benjamin (1994).

## **1.2. Gênero**

A palavra “gênero” é uma categoria de análise utilizada na história, assim como em outras áreas do conhecimento, em que sua utilização iniciou-se na década de 1970 com o movimento feminista. Essa terminologia começou a ser utilizada no Brasil, já no final da década de 1980, o que nos permite compreender que “gênero” - bem como outras categorias - não pode ser transposto para outros contextos sem passar por disputas, apropriações e ressignificações (LOURO, 2020).

Sendo que o movimento feminista ocidental internacional pode ser dividido em três “ondas”. A primeira desenvolveu-se no final do século XIX e objetivou alcançar direitos políticos, tais como o de votar e poder candidatar-se, direitos sociais e econômicos, como o de estudar, ter propriedade, à herança e trabalho remunerado (PEDRO, 2005). Esses interesses estavam vinculados às mulheres brancas de classe média (LOURO, 2020), não englobando várias outras mulheres.

Já a Segunda Onda surgiu após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), e suas ativistas lutaram pelo direito ao corpo, prazer e contra o patriarcado, cujo lema era “o pessoal é político”. Foi durante essa onda que surgiu o termo gênero, mas ainda era usado predominantemente a categoria “mulher”, onde todas eram entendidas da mesma forma, como um grupo homogêneo e, portanto, a opressão atingia-lhes de uma só maneira. Posteriormente, a própria utilização de “mulher” passou a ser questionada, tendo em vista que mulheres negras, indígenas, pobres e trabalhadoras reivindicavam a diferença, já que não se consideravam vítimas das mesmas opressões e desigualdades, sendo assim, lutavam pela utilização da categoria “mulheres” (PEDRO, 2005; SOIHET; PEDRO, 2007). Esse debate ganhou mais ênfase durante a década de 1990, durante a terceira onda, focando na subjetividade do sujeito, bem como questionando a dicotomia do sujeito, o essencialismo e também o racionalismo iluminista. Foi a partir de 1990 que a categoria *relações de gênero* passou a ser utilizada, todavia, isso não excluiu do campo de discussão as categorias anteriores (PEDRO, 2005). Assim, as feministas de terceira onda propuseram pensar o indivíduo como heterogêneo, contingente e plural, pautados na teoria pós-estruturalista (MARIANO, 2005).

No cenário do século XIX, as mulheres participaram de questões políticas, como em guerras, mobilizaram-se contra a escravidão e as opressões que sofriam, ao mesmo tempo em que lutavam contra as convenções sociais. Todavia, estas não eram “mulheres à frente de seu tempo”, muito pelo contrário, pensavam e agiam como pessoas pertencentes à sua própria época. Tal qual está Nísia Floresta, considerada por muitos como a primeira feminista brasileira, que lutou pela capacitação intelectual das mulheres e seu direito à educação. Em 1938 fundou o Colégio Augusto, cujo público era as meninas. Ela também publicou obras doutrinárias acerca da temática feminina, destacava por vezes o papel da maternidade na formação dos filhos, além de criticar a situação precária da educação brasileira (PRADO; FRANCO, 2012). Nisso podemos observar uma dualidade, já que reproduzia também ideias que circulavam socialmente acerca dos papéis das mulheres. No século XIX essas mulheres “faziam isso porque se preocupavam com as repercussões de seus escritos entre o público leitor

e com as represálias que podiam sofrer por pensarem muito diferente do esperado” (PRADO; FRANCO, 2012, p. 207). Talvez esse seja o caso de Nísia, mas o fato é que muitas mulheres procuravam (re)existir nas brechas do sistema vigente, tal qual em outros espaços, tempos e grupos.

Todavia, mesmo com essa atuação, as mulheres não estavam inseridas na ideia de identidade da Nação do século XIX, propagada pelos governantes. “As mulheres, desde sempre destituídas da condição de sujeitos históricos, políticos e culturais, jamais foram imaginadas e sequer convidadas a se imaginarem como parte da irmandade horizontal da nação”, ademais, por terem “seu valor atrelado a sua capacidade reprodutora, permaneceram precariamente outras para a nação” (SCHMIDT, 2009, p. 398). Em outras palavras, foi construído um sujeito nacional universal, que por mais que parecesse dissociado de categorias como classe, gênero e raça, estava totalmente centrado e fechado nessas mesmas classificações, era uma identidade elitista, branca, masculina e heterossexual.

Com a Constituição brasileira de 1891, em que algumas mulheres tentaram exercer o direito ao voto, já que no documento aparecia o termo “cidadãos brasileiros”, sendo assim, entendiam-se inclusas. Todavia, seus pedidos foram negados. Uma delas, Leolinda Daltro, inconformada, fundou o Partido Republicano Feminino em 1910 e organizou em 1917 uma passeata com 84 mulheres, o que ocasionou surpresa na população carioca da época. Diante desse ato, o deputado Maurício Lacerda apresentou à Câmara um projeto sobre o sufrágio feminino - que nem ao menos foi discutido. Todavia, dois anos depois em um projeto similar as feministas começaram a estar presentes nos locais de votação, o qual foi negado, todavia, esta firmou-se como sendo uma estratégia ainda utilizada (SOIHET, 2012), que integra não apenas o movimento feminista, mas também outros grupos sociais e culturais.

Entre a sociedade brasileira havia forte oposição ao voto feminino (SOIHET, 2012). E a ciência respaldava esse pensamento, ao considerar as mulheres frágeis e como detentoras de uma menor inteligência, o que lhes tornava inadequadas para as atividades políticas. As mesmas críticas e aversões estavam presentes na literatura, teatro e imprensa da época. Somente em 1934, com a inclusão do artigo 108 na Constituição, que ocorreu o sufrágio feminino brasileiro (SOIHET, 2012), e o Brasil ainda foi o último país da América Latina a aprovar o voto feminino (SCHMIDT, 2009).

Diante dessa luta histórica, destaco a importância das mulheres ocuparem vários espaços, inclusive, o universitário, como já fazemos. Tendo em vista que atualmente somos maioria na população brasileira, e que lutamos para que sejamos reconhecidas e com nossas

pautas valorizadas (já que este ainda é um ambiente misógino e brancocêntrico). Portanto, faz parte desse enfrentamento lutarmos para combatermos as violências que ocorrem no âmbito acadêmico. Não é só ocupar, é se auto afirmar e posicionar-se diante das questões que nos tocam, como as de gênero, raciais e classistas.

Além das dificuldades de inserção no campo político e universitário, as mulheres que se identificavam como feministas sofriam represálias da população, que as entendia como “masculinizadas, feias, lésbicas, mal-amadas, ressentidas e anti-homens” (PEDRO, 2012, pp. 238-239), o que evidentemente pautava-se em valores e condutas sociais e culturais machistas, heterocêntrico e conservadores. Somente a partir de 1980 que as mulheres começaram a identificar-se em maior número como feministas, pois o antifeminismo no Brasil era muito forte antes desse período, tanto que as revistas ativistas traziam no título os termos “mulher” e “mulheres”, ao invés de “feminismo” (PEDRO, 2012).

Ainda assim, mesmo diante dos desafios, podemos observar no Brasil a Segunda Onda do feminismo a partir de 1960, contudo, distanciava-se da conjuntura internacional por estar em um período ditatorial. Diante desse cenário, as pautas do trabalho e dos problemas enfrentados pela mulher trabalhadora tiveram inicialmente maior enfoque na presente “onda”. Pouco tempo depois as questões ligadas à sexualidade, ao corpo e combate à violência contra a mulher começaram a ganhar mais fôlego (PEDRO, 2012).

Todavia, as mulheres estavam envolvidas em vários outros movimentos, como na Marcha da Família com Deus (1964), caracterizado por ser de direita e ocorreu antes do Golpe Militar; na Passeata dos 100 Mil (1968); nas décadas de 1960, 70 e 80 fizeram parte dos movimentos pela criação de creches; integraram clubes de mães; painéis; reivindicações de anistia política; nas Diretas Já; além de atuarem em sindicatos. Frente ao exposto, o feminismo de *Segunda Onda* foi contemporâneo a vários outros movimentos e ações que contavam com a atuação de mulheres. Porém, o feminismo lutava especificamente contra a opressão das mulheres e reivindicavam seus direitos, bem como afirmavam que as relações entre homens e mulheres eram estabelecidas culturalmente e, portanto, possíveis de serem transformadas (PEDRO, 2012). Ou seja, ser feminista e participar de movimentos sociais podem ser coisas diferentes, posto que muitas mulheres e organizações tinham ideias que iam (e que ainda vão) contra o que propunham (e propõem) as feministas.

Já no contexto paranaense à respeito dessa “onda” foi criado um periódico feminista em 1975, cujo nome era Brasil Mulher, porém, contou apenas com vinte edições irregulares até 1980. No período ditatorial, muitas mulheres vinculavam-se ao PCdoB (Partido Comunista do

Brasil), ao MR8 (Movimento Revolucionário Oito de Outubro) e à APML (Ação Popular Marxista Leninista) lutando contra a ditadura e pela anistia política, distanciando-se inicialmente das pautas feministas, mas que aos poucos foi incorporando essas temáticas (PEDRO, 2012).

Foi durante a *Segunda Onda* que as mulheres lutaram também pela criação de creches e pela igualdade nos serviços domésticos, uma vez que homens e mulheres saíam para trabalhar, mas ao retornarem para suas casas, elas iniciavam sua segunda jornada de trabalho, cuidando das crianças, da casa e cozinhando (PEDRO, 2012). Porém a vida das mulheres negras já há muito tempo era assim, desde o início da colonização elas foram marcadas pelo trabalho escravo, posteriormente, pelos salários precários e jornadas de trabalho exaustivas. E em diálogo com Françoise Vèrges (2021) as leis coloniais criminalizaram e condenaram identidades de gênero não binárias, a homossexualidade e as constituições familiares que fugiam ao padrão imposto na época da família patriarcal burguesa branca. Assim como o colonialismo racializou gêneros e sexualidades, separou crianças à força de suas famílias com o argumento da “civildade” e criou padrões de beleza. E ainda hoje essas práticas, representações e seus efeitos estão presentes em nossa sociedade (VÈRGES, 2021).

Foi também a partir da década de 1960, coincidindo com o início da Ditadura Militar, que se iniciou um outro marco do movimento feminista - a pílula anticoncepcional. No âmbito internacional, as feministas tinham como lema: *nosso corpo nos pertence*, já no contexto brasileiro, o uso da pílula não estava inicialmente ligada à liberdade sexual, e sim ao planejamento familiar e ao medo que as mulheres tinham dos efeitos colaterais. Em virtude das mulheres utilizarem a pílula anticoncepcional de forma irregular, muitas vezes esse método contraceptivo falhava, fazendo com que recorressem às pílulas abortivas. Havia as que iam até as clínicas clandestinas para abortarem, porém, sofriam represálias do governo vigente, correndo o risco de serem presas ou mortas (DINIZ, 2012). Essas eram tentativas de controlar os corpos das mulheres, de submeterem-nas a padrões e modelos de comportamento as quais não desejam fazer parte.

Da mesma forma que existiam (e ainda existem) mulheres que não queriam ter filhos, desejavam abortar ou escolher quando engravidar; havia (e ainda há) aquelas que recorrem a métodos científicos para engravidar, como é o caso da inseminação artificial, que começou a ser realizada mais amplamente no Brasil, a partir de 1990. Um médico desse ramo, extremamente reconhecido na época, era Roger Abdelmassih<sup>24</sup>, um dos principais nomes nas

---

<sup>24</sup> Atualmente é ex-médico.

tecnologias reprodutivistas, que atendia artistas e membros da elite. Contudo, em 2009, um grupo de mais de quarenta mulheres, o denunciou por abusos e estupros, após sedá-las para o procedimento (DINIZ, 2012). Debora Diniz (2012, p. 320), lembra que a principal defesa do mesmo foi “alegar que as que o acusavam eram mulheres majoritariamente amarguradas pela infertilidade, para quem a medicina reprodutiva não se mostrara eficaz. Sua tese era que elas o acusavam como vingança pelo fato de não terem tido filhos”. Esse comentário machista e misógino estava, e muitas vezes ainda ocorre nos dias atuais. Todavia, essas mulheres conjuntamente quebraram o silêncio. Uma vez que as “figuras poderosas que sabiam que suas vozes e sua credibilidade afogariam as de suas vítimas, até que algo se rompeu, até que o silêncio se rompeu, até que um mar de histórias estrugiu e acabou com a impunidade deles” (SOLNIT, 2017, p. 34).

Mas, ao mesmo tempo que reconheço a força de um grupo contra esses casos, por mais que nem sempre consigam que o criminoso seja punido, me questiono acerca de quantas mulheres estão sozinhas na luta pela justiça, para que os culpados recebam sua punição perante a lei? E quanto àquelas que nem mesmo resistiram e que seus assassinos continuam soltos? Quem luta por elas? Será que sua família, amigos e conhecidos? Nem sempre. E quanto às que lutam e se deparam com seus discursos sendo desvalorizados, suas condutas sendo questionadas e sua sanidade sendo duvidada? Como lutar sozinha? Como? Como...?

Essas são questões pertinentes e sensíveis que permeiam, mesmo que indiretamente, vários estudos de gênero. Também estão incluídas nos movimentos feministas.

Para tratar das concepções de gênero, amparo-me teoricamente na filósofa Judith Butler (2020a), a qual entende o gênero como construído socialmente, em que configurações culturais do gênero consolidam sua hegemonia por meio de uma auto naturalização. “O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (BUTLER, 2020a, p. 69). Portanto, é construído um cenário social rígido em que nós estamos inseridos, na qual agimos dentro, que é opressora e reguladora. E nisso está a dificuldade (e não impossibilidade) de nos expressarmos livremente, isso faz com que muitos atos acabam se repetindo. Essa repetição contínua produz a ideia de que esse gênero é algo dado, natural, e não uma construção.

Tal qual o gênero, a sexualidade também é socialmente construída, e por mais que a comunidade LGBTQIAPN+ esteja conquistando e ocupando vários espaços, a sociedade brasileira ainda tem como base a heterossexualidade. Entretanto, a heterossexualidade assim

como o gênero não deve ser entendida como norma inquestionável (SOLNIT, 2017), há tantas outras possibilidades quanto há folhas caídas de um Pau-Ferro nos dias de outono.

Uma vez que “se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ela decorra de um sexo desta ou daquela maneira” (BUTLER, 2020a, p. 26). Ou seja, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade entre gênero e corpos sexuados. Portanto, ao supor uma estabilidade do sexo binário, de sua existência apenas enquanto “homem” e “mulher”, não advém disso a construção de que “homens” designa somente corpos entendidos como masculinos, o mesmo ocorre com o termo “mulheres”. Ademais, mesmo que os sexos aparentem serem não-problemáticos morfológicamente e constitutivamente, eles são, já que não existem apenas dois tipos de corpos. Assim como não há motivo para supor que os gêneros devam permanecer sendo apenas dois homens/mulheres - o que encerra a relação mimética entre sexo e gênero.

Ademais, “se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio constructo chamado ‘sexo’ seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nula”. Assim, o próprio sexo é construído socialmente e discursivamente, tal qual o gênero, o que desconstrói a ideia do sexo como algo que é previamente dado, de forma natural (BUTLER, 2020a, p. 27).

Portanto, gênero é entendido de maneira independente do sexo, o que o torna um artifício flutuante (BUTLER, 2020a). Dessa forma, até mesmo a categoria “mulheres” já não é mais compreendida de maneira estável e permanente, e o mesmo pode ser considerado à respeito dos que se entendem enquanto “homens” (além da ampliação da identidade de gênero para além do binarismo homem/mulher, englobando outros indivíduos). Assim, os homens podem apresentar atributos entendidos como femininos, tal qual as mulheres com aqueles entendidos como masculinos - sem que a identidade de gênero de ambos seja modificada. Se deixarmos de priorizar homens e mulheres como categorias permanentes, não será mais possível a subordinação de características acidentais ou ontológicas de gênero como inalteráveis e intocáveis. A partir desse pressuposto, os gêneros são mutáveis, não têm características fixas e determinantes que pertençam ou não à determinada identidade de gênero (BUTLER, 2020a). O que faz com que tenhamos a ideia de imutabilidade é justamente o fato de estarmos inseridos dentro de uma estrutura rígida, em que nossos atos são muitas vezes condicionados pela mesma, construindo a falsa noção de estabilidade, de que um conjunto de habilidades pertencem somente a um gênero, e que isso é natural e imutável.

Essa é uma questão necessária a ser levada em conta pela política feminista, a fim de “que tome a construção variável da identidade como um pré-requisito metodológico e normativo, senão como um objetivo político” (BUTLER, 2020a, p. 25). Nesse sentido de “constituição” e identidade, é necessário que “mulheres” não sejam pré-concebidas, ou seja, que não sejam pressupostas. Portanto, o gênero não deve ser concebido a partir de certo determinismo de significados, alocados em corpos anatomicamente distintos, como sendo receptores passivos de uma lei cultural permanente. Diante disso, em razão da concepção do gênero como construído socialmente e nos termos das leis vigentes, isso o torna tão fixo e determinado quanto nas ideias de que a biologia é o destino (BUTLER, 2020a). Contudo, ao falar de gênero como um constructo social, o indivíduo, enquanto uno e detentor de vontades e desejos próprios, também é integrante desse processo. Ou seja, além da sociedade e das leis, o gênero também é re(construído), questionado, adaptado e aderido por cada um de nós.

Ainda segundo a autora, o termo “*mulheres* - mesmo no plural - tornou-se um termo problemático, um ponto de contestação, uma causa e ansiedade” (BUTLER, 2020a, p. 20), entendendo como válida a identificação do indivíduo. Problematizamos sobre a multiplicidades de marcadores sociais que nos atravessam, seja etária, gênero, sexualidade, de corpos, raça, religião, classe social, manifestações culturais. Enfatizando que somos muitas, muitos e muitas e repletos de diversidade, onde uma pessoa é perpassada por vários marcadores sociais, que juntamente com suas próprias definições, constitui sua identidade, sendo esta performativamente construída. Em que “não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é *performativamente* constituída, pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultados” (BUTLER, 2020a, p. 56).

Ademais, o gênero é constituidor de distintas instituições e práticas, da mesma forma que estes o constituem. Uma vez que o gênero é constituído historicamente, as identidades de gênero transformam-se continuamente. Sendo justamente as teorias e práticas feministas também constituidoras do gênero, e o fazem por meio de seus discursos e propostas de (des)construção. O mesmo ocorre com e na escola, que também produz noções de gênero e sexualidade (LOURO, 2020). Ou seja, a acepção de gênero que as/es/os estudantes têm são construídas em parte pela escola, além da família, de outros âmbitos sociais e de reflexões próprias.

Em que o conceito de interseccionalidade é uma possibilidade de pensarmos as questões de gênero, pois parte do entendimento de que uma pessoa é atravessada por várias outras categorias sociais. E quando utilizada como práxis crítica, “a interseccionalidade se refere às

maneiras pelas quais as pessoas, como indivíduos ou parte de um grupo, produzem, recorrem ou aplicam estruturas interseccionais na vida cotidiana” (COLLINS; BILGE, 2021, p. 51). Entendo a importância de trabalhar com o conceito de interseccionalidade ligado a dois fatores, o primeiro diz respeito a academia, pois

No mundo acadêmico, docentes e estudantes por vezes ignoram as relações de poder que tornam a interseccionalidade uma investigação crítica possível e legítima em suas práticas de estudo e sala de aula. Se consideram o tema da práxis política, em geral tratam a política como um tópico de discussão ou uma variável silenciosa com pouca influência sobre o formato da pesquisa ou as práticas dentro da sala de aula. Essas suposições relegam a política a áreas não acadêmicas e contribuem para a ficção de que o ensino superior é uma torre de marfim em que não há restrições impostas pelas relações de poder. Ativistas que recorrem à interseccionalidade como ponto essencial de sua práxis crítica consideram que as relações de poder e as desigualdades sociais são cruciais para seu trabalho (COLLINS; BILGE, 2021, p. 52).

Enquanto pesquisadora e feminista entendo como fundamental o trabalho com esse conceito, que está diretamente ligado ao segundo motivo: nem todas as mulheres estão sujeitas a violência de gênero na mesma forma e proporção. Por exemplo, “muitas mulheres e homens morrem mais cedo em razão do racismo que, desde o nascimento, fragiliza o acesso a saúde e os isola em empregos que muito rapidamente exaurem seus corpos” (VÈRGES, 2021, p. 11-12). Portanto, a relação entre violências de gênero, sexualidade, exploração econômica, classe e racismo são evidentes (VÈRGES, 2021).

## 1.2. Violência de gênero

*[...] Disseram-nos que a poesia tem alma e a teoria tem mente, e que precisamos escolher entre elas.*

*A estrutura do patriarcado branco ocidental exige que acreditemos na existência de um conflito inerente entre o que o sentimos e o que pensamos - entre poesia e teoria. É mais fácil que nos controlem quando uma parte do nosso eu é separada da outra, fragmentada e sem equilíbrio. Contudo, existem outras configurações, outras formas de experimentar o mundo, ainda que seja difícil nomeá-las. Podemos senti-las e procurar articulá-las. Como fazer conexões e curar divisões desnecessárias é tarefa do feminismo, Irmã Outsider é motivo de esperança.*

(Nancy K. Bereano)

Ao trabalhar o conceito de violência de gênero parto desse entendimento, de que é uma dentre muitas possibilidades e que também é um recorte, mas que pode se relacionar com outros tipos de violência, como a racial ou contra a criança, que abrange o conceito já apresentado de interseccionalidade. Todavia, por ser uma delimitação dentre as violências, cabe o questionamento acerca do seu surgimento enquanto campo de estudo.

A violência contra a mulher foi criada enquanto categoria pelas feministas na década de 1960; já a violência conjugal diz respeito às violências sofridas por mulheres no contexto de relações conjugais; a violência doméstica não diz respeito somente às mulheres, mas também de outros membros do círculo doméstico, e passou a ter mais destaque nos anos de 1990; a violência familiar passou a ser empregada no campo judiciário, inclusive está presente na Lei Maria da Penha como violência familiar e doméstica contra a mulher; enquanto a violência de gênero é um conceito que visa sobretudo recusar um viés essencialista (DEBERT; GREGORI, 2008). Em que

Existe uma separação tradicional entre estupro, violência doméstica, assassinato e misoginia institucional. Mas muitas vezes as mulheres que são estupradas, espancadas, perseguidas, molestadas na rua têm medo, e com razão, de ser mortas, e às vezes são - somos - mesmo. As distinções entre os tipos de violência não nos adiantam de nada quando nos impedem de falar sobre a chamada *violência de gênero* como um fenômeno amplo e profundo. E mesmo chamar todos eles de violência de gênero encobre o fato de que a violência é apenas um meio para um fim, e que existem também outros meios. Se a questão é silêncio, então as formas de silenciamento que uns empregam contra outros ampliam o campo, passando a incluir a vergonha, a humilhação, a exclusão, a desvalorização, o descrédito, as ameaças e a distribuição desigual do poder por meios sociais, econômicos, sociais e jurídicos. (SOLNIT, 2017, pp. 44-45).

Nesse sentido, as violências de gênero também estão ligadas ao silenciamento. Por exemplo, um estuprador, namorado ou conhecido, impede o “não” da vítima de significar o que ele deveria significar, ou seja, de que seu corpo lhe pertence, com suas regras e escolhas (SOLNIT, 2017). E a cultura do estupro ratifica isso, ao desprezar os depoimentos dessas vítimas, onde o entendimento é que os mesmos não têm valor. Assim como, quem sofre assédio, por exemplo, também são silenciadas, interrompidas ou abafadas na conversa, são menosprezadas, desconsideradas e/ou humilhadas. E essas violências advêm da necessidade e do direito que muitos homens acreditam ter sobre as mulheres, por meio disso podemos visualizar parte do sistema de crenças e da cultura da sociedade em que vivemos (SOLNIT, 2017).

Diante disso, problematizamos sobre a representação da mulher, em que a ênfase é em uma abordagem vitimizadora das mulheres (OYĚWUMÍ, 2021). Ou seja, é mais do que a noção de “homem dominante versus mulher dominada”. Por exemplo, o estupro como arma de dominação atinge mulheres e pessoas não-binárias de todas as idades, mas também homens de todas as idades (VÈRGES, 2021). Por vezes, estudos sobre violência contra homens ocorrem com menor frequência, mas “a incorporação dos estupros de homens racializados, gays, trans e trabalhadores do sexo à análise das violências de gênero e sexuais mostra que o estupro é indissociável do imperialismo e do racismo; é indissociável da dominação heteronormativa virilista” (VÈRGES, 2021, p. 26). Assim como outros tipos de violências para além do estupro.

Afinal, o patriarcado exige dos homens também que se silenciem, e que embora sejam esses indivíduos e a masculinidade os grandes privilegiados, muitas mulheres também são cúmplices. Alguns homens rebelam-se contra esse sistema e algumas outras pessoas estão transgredindo as normas de gênero que sustentam esse sistema (SOLNIT, 2017).

Por outro lado, “não custa reafirmar que os grupos dominados são muitas vezes, capazes de fazer dos espaços e das instâncias de opressão lugares de resistência e de exercício de poder” (LOURO, 2020, p. 37). Em que, no diálogo com Judith Butler (2020b, p. 25), essa resistência pode ser entendida como “agência”, na qual a última é “a possibilidade de os sujeitos produzirem subjetivação diante e apesar da subordinação às normas sociais”, no qual a agência seria “como uma prática do ‘poder fazer’ a partir do desejo, não sendo, assim, atributo dos sujeitos, mas uma conquista”. Ou seja, é uma resistência que se constrói a partir das possibilidades e do desejo do indivíduo, sendo, portanto, uma conquista. No sentido de que “a luta contra as violências não pode se abster de uma crítica às violências promovidas e legitimadas pelo Estado, tampouco de uma crítica às reivindicações feministas dirigidas ao Estado e à justiça” (VÈRGES, 2021, p. 10).

A historiadora e cientista política Françoise Vèrges (2021), questiona: o que responder à violências sexuais e sexistas contra corpos entendidos como sacrificáveis?

Além disso, a violência contra a mulher não era (e ainda não é) entendida como um problema social que necessitasse da intervenção do Estado, já que ocorria no espaço doméstico e por ser cometido por familiares e cônjuges. Mesmo que tantas mulheres fossem vítimas cotidianamente dessa violência, o problema era visto como sendo de ordem privada, e não público. Atrelado a isso estava as ideias patriarcais, integrante na estrutura social brasileira desde a colônia, que legitimava um sentimento de posse dos homens para com as mulheres e ligando a honra masculina ao comportamento das mulheres que estavam sob sua tutela, esposa,

filhas e irmãs. Uma vez que aos homens cabia socialmente a disciplina e o controle de suas famílias, na qual os mesmos podiam utilizar a força para isso (LAGE; NADER, 2012).

Em virtude de estar legitimada pelo patriarcado e institucionalizado por leis, a dominação masculina encontrava no ambiente privado um espaço privilegiado para a violência contra a mulher. Com isso, os padrões sociais, diferentes para homens e mulheres, eram permissivos para eles e repressivos para elas - os quais atrelavam a honestidade da mulher a seus comportamentos sexuais. Ou seja, àquelas que fugiam dos padrões de “mulheres honestas” eram entendidas como culpadas pelas violências sofridas. E àquelas que perdiam a virgindade fora do casamento eram consideradas “desonestas” (LAGE; NADER, 2012). Sendo que

Esse entendimento a respeito do comportamento ideal da mulher permaneceu até o século XX, como se depreende da leitura de nossos códigos penais. Todos, desde o Código Criminal do Império, ao definir, por exemplo, os crimes sexuais, referem-se ao agravo cometido contra ‘mulheres honestas’, termo que constou no Código Penal de 1940 (artigos 215 e 216), em vigor até 2003, quando foi finalmente banido da legislação brasileira por ocasião das comemorações do Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher, em 25 de novembro. (LAGE; NADER, 2012, p. 288).

A violência de gênero também está presente em uma esfera estrutural, que advém de preceitos históricos. Como, por exemplo, no século XIX e XX, nos quais para as mulheres serem consideradas honestas necessitavam ser puras e virgens, além de obedientes ao pai ou fiéis ao marido. Já os homens tinham como papel social o de trabalhar e sustentar suas famílias, e não importava se tinham relações fora do casamento ou se cometiam ações violentas desde que cumprissem com o que se esperava socialmente dos mesmos (STACHESKI, 2017). Uma narrativa anterior de uma estudante endossa essa violência, “ela foi criada assim”. As mulheres eram “submetidas a uma vigilância familiar. [...] e ao punir o defloramento, a lei estava protegendo um princípio moral e o casamento era o único meio de eliminar a punição, pois separava os danos causados à mulher, à sua família e à sociedade” (STACHESKI, 2017, p. 41). Evidentemente que nem todas as mulheres estavam incluídas nesse modelo social, como as mulheres escravizadas e as prostitutas, por exemplo, todavia, isso não as isentam de estarem inseridas na lógica patriarcal e machista brasileira, pois

Além de refletir-se diretamente na legislação, a ideologia patriarcal banaliza e justifica diversas formas de violência cometida contra as mulheres, criando na sociedade um sentimento de tolerância, o que dificulta ou mesmo impede a punição desses atos, ainda que sejam tipificados como crimes nos códigos penais (LAGE; NADER, 2012, p. 288).

Assim, a violência estrutural pode ser entendida como “a falta de jurisdição sobre o próprio corpo é uma forma de silenciamento, uma maneira de anular o valor daquilo que se diz, e as palavras sem valor são piores que o silêncio: a pessoa pode ser punida por dizê-las” (SOLNIT, 2017, p. 38). Da mesma forma que os padrões culturais machistas que ratificam e institucionalizam a violência de gênero, tal qual o aborto, conforme coloca Rebecca Solnit,

tampouco é difícil ver no esforço de negar acesso à contracepção e ao aborto um ataque à autonomia, à capacidade de ação e ao direito das mulheres de escolherem o que o sexo significa para elas, de terem controle sobre o próprio corpo, de buscarem prazer e intimidade sem se submeter às enormes exigências da maternidade, ou de escolherem essa maternidade segundo seus próprios termos (SOLNIT, 2017, p. 47).

A violência de gênero não se apresenta apenas em ambientes públicos, mas também em privados, e não diz respeito a apenas às violências contra uma pessoa em específico, podendo também significar uma violência estrutural, enraizada em nossa sociedade, capaz de configurar formas de pensar e agir que estão tão naturalizadas, como violentas. Foi somente a partir da segunda metade do século XX que efetivamente a situação começou a mudar. As feministas fizeram frente a esse movimento de questionamento dos padrões sociais comportamentais acerca da violência (LAGE; NADER, 2012).

No Brasil, desde as primeiras manifestações feministas (1970), as ativistas já denunciavam a violência contra a mulher, contudo, era restrita ao ambiente doméstico, nas relações pessoais. Todavia, o país vivia o período da Ditadura Militar e vários crimes foram cometidos contra as mulheres, do assédio ao estupro, mas muitas dessas denúncias praticadas por agentes do Estado não tiveram publicidade. Mesmo diante da censura e do machismo, elas continuaram, ainda na década de 1970 denunciavam o assédio sexual, por mais que ainda não fosse considerado crime. As feministas também realizaram a campanha nacional “Quem ama não mata”, no início dos anos de 1980, contra a violência doméstica; no final de 1980 lutaram contra a violência contra as mulheres, incluindo denúncias de violência sexual em espaços públicos, trabalho, instituições do Estado e relações familiares; também participaram de conferências da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Conferência Mundial dos Direitos Humanos, em 1993 (BARSTED, 2016).

Já no Brasil, algumas das iniciativas feministas foram: a criação do Conselho Nacional do Direito da Mulher, que realizou a Campanha Nacional contra a Violência contra a Mulher, no ano 1985; a Campanha Nacional “Denuncie a violência contra a mulher”, em 1986; ainda no

mesmo ano ocorreu a eleição de deputadas constituintes para atuar no combate à violência contra as mulheres; a conquista de na Constituição de 1988 estar incluído o parágrafo 8 do artigo 226 onde coloca que o Estado deve coibir a violência âmbito das relações familiares; a Convenção Iberoamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (1995); além da criação da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 190, em 2003 (LAGE; NADER, 2012).

E foi na década de 1980 que as feministas brasileiras estavam mais organizadas e questionavam a “legítima defesa da honra” como justificativa para crimes contra mulheres. Além de criticarem a desqualificação da vítima frente a esses ocorridos e repudiavam a tolerância social para com os assassinos e criminosos. Diante disso, essas ativistas denunciavam e acompanhavam casos de violência, assim como prestavam assistência às vítimas por meio de ONGs. Elas também se articularam em distintas instâncias governamentais para incluir nas pautas dos mesmos suas reivindicações, dentre as quais estava a violência de gênero. E progressivamente foram implantadas políticas públicas e serviços com o objetivo de proteger e prestar auxílio para as mulheres que se encontravam em condições de violência.

Dentre as quais estão as delegacias especializadas no atendimento às mulheres e sua importância está atrelada ao fato de que os policiais também minimizavam a violência sofrida por elas - algo que muitas vezes ocorre até os dias de hoje. Assim, esses espaços são importantes por serem mais adequados às necessidades das mulheres e demandas que advém das situações violentas (LAGE; NADER, 2012). A primeira delas foi criada em São Paulo em 6 de agosto de 1985, já no Paraná em 9 de novembro de 1985.

A Lei Maria da Penha, uma vitória legislativa para as mulheres vítimas de violência doméstica, criada em 2006 e inspirada na história de Maria da Penha. Ela nasceu em 1945, casou-se em 1976 e em 1983 foi vítima de uma tentativa de feminicídio pelo parceiro, primeiramente ela levou um tiro enquanto dormia, causando uma paraplexia. Frente ao ocorrido, o então marido havia dito que o ocorrido não havia passado de um mal-entendido, Maria da Penha passou por duas cirurgias e voltou para a casa. Ele então a manteve em cárcere privado durante 15 dias e tentou eletrocutá-la no banho. Foi a partir dessa história de resistência e denúncia que ela foi criada.

Na Lei Maria da Penha, nº 11.340, as formas de violência doméstica e familiar contra as mulheres são: física, compreendida como ações que ofenda sua integridade ou saúde corporal; psicológica, condutas que causem danos emocionais e diminuição, comportamentos que visem controlá-la, limitações de ir e vir, bem como quaisquer outras atitudes que acarretem danos

psicológicos ou autodeterminação; sexual, condutas que a constanja a fazer parte de relação sexual não desejada, que a induza a utilizar sua sexualidade contra sua vontade, a impeça de fazer uso de métodos contraceptivos ou a force a matrimônio, gravidez, aborto ou prostituição, ou ainda a impeça de exercer seus direitos sexuais e reprodutivos; patrimonial, compreendida como ações que configuram retenção, subtração ou destruição de seus bens; moral, entendida por ações caluniosas, difamadoras e injuriosas (BRASIL, 2006).

A importância da Lei Maria da Penha está no fato de antes a violência doméstica contra a mulher era enquadrada na Lei n. 9099/95, a qual havia criado os Juizados Especiais Criminais (JECrims), nos quais esses crimes eram, em sua maioria, tipificados como “lesão corporal leve e ameaça”, ou seja, delitos de menor potencial de ofensa. Partindo disso, uma das práticas desses tribunais era a reconciliação, na qual os conciliadores insistiam numa reconciliação baseada no conformismo da mulher e abdicação de seus direitos para preservar e manter a família. Como argumento, esses juizados colocavam-se a favor do perdão e do apelo à religião. Além disso, os juizes frequentemente determinavam o pagamento de cestas básicas como pena alternativa, e isso fazia com que as agressões fossem banalizadas (LAGE; NADER, 2012), em razão de não serem determinadas penas prisionais.

Entendo todas essas medidas como fundamentais para o combate à violência de gênero, contudo, por vezes, que o próprio Estado produz e legitima diversas violências. Os próprios órgãos oficiais perpetuam cotidianamente por meio de estupros e violências de gênero, cujas práticas muitas vezes escondem-se sob o véu da impunidade, enraizadas em preceitos coloniais patriarcais (VÈRGES, 2021). E “não é possível falar em proteger as mulheres das violências sistêmicas a partir de uma abordagem binária, mulheres vítimas e homens algozes, na qual o papel de protetor é confiado ao Estado macho, estuprador [...]” (VÈRGES, 2021, p. 39).

Em que a violência de gênero atinge também pessoas LGBTQIAPN+s. Sendo essa violência histórica e legitimada por padrões sociais e morais da sociedade brasileira, os quais entendo enquanto preconceituosos, machistas, LGBTfóbicos. A violência contra esse grupo não é um fenômeno isolado, particular e exclusivo apenas de um caso, mas expressa as estruturas macro-sociais de poder e opressão de gênero, sexual e corporal (PEIXOTO, 2018).

Por fim, enquanto pesquisadora feminista sobre violência de gênero, penso que

Um feminismo decolonial não pode isolar as “violências contra as mulheres” ou contra as “minorias” de um estado global das violências: o suicídio maciço de crianças nos campos de refugiados/as, o uso maciço do estupro por policiais militares nos conflitos armados, o racismo sistêmico, o exílio de milhões de pessoas devido à multiplicação de zonas de guerras e às condições

econômicas e climáticas que tornaram a vida impossível, os feminicídios, a precarização ininterrupta. Como enfrentar apenas uma parte dessas violências sem nos preocuparmos com as outras? Ainda podemos fingir não ver que todas essas violências se reforçam mutuamente e que aquelas que atingem mais diretamente as mulheres são frutos de uma sociedade violência? A recente mobilização contra as violências de gênero e sexuais oferece uma oportunidade teórica e prática: fazer dessas violências o próprio campo no qual o capitalismo patriarcal será desafiado (VERGÈS, 2021, p. 12).

Nesse sentido, não basta apenas lutar pelo fim da violência de gênero e propagar e/ou legitimar outras formas de violência. Não se trata apenas de apoiar causas que nos atingem diretamente, mas também de pensar outras realidades.

#### **1.4. Formando as Colmeias**

Trabalhar com as questões de gênero é uma tarefa árdua, tanto pela complexidade teórica, quanto pelos enfrentamentos que realizamos seja no próprio ambiente acadêmico ou fora dele e que são majoritariamente imprevisíveis. E, assim como França (2015, p. 55) em sua pesquisa de doutorado, concordo quando a professora afirma que “compreendi que os desvios (saltos, o encontro com o desconhecido) nas manobras da pesquisa são importantes para a viagem adquirir o sentido de descoberta e a busca pelo conhecimento em uma relação dialogal”. Essa viagem corresponde aos caminhos percorridos.

Ademais, muitos desses embates adveem da própria palavra “gênero”, de pessoas que simplesmente ao se depararem com uma menção do termo já demonstram uma expressão de asco, revolta e/ou indignação que se personificam em palavras e atos intolerantes, preconceituosos e, por vezes, ignorantes.

Em minha trajetória não acadêmica, seja no ambiente familiar, com amigos, estudantes da rede básica, universitários ou pessoas que conheci aleatoriamente, sempre sou questionada sobre o que pesquiso no mestrado. Então respondo, já hesitante, “questões de gênero”, às vezes específico “violência de gênero”, e as respostas, infelizmente, não variam do que citei acima, sendo que comumente veem acompanhadas de rostos surpresos (talvez em virtude de eu ser uma mulher branca, cis, heterossexual e que convencionalmente corresponde aos padrões socialmente aceitos), além do comentário que nunca está ausente: “nossa, mas isso é história?”.

Minha resposta diante dessa situação varia de acordo com o contexto, mas em geral tento afirmar a importância de pesquisas na área de gênero, ao mesmo tempo em que converso a respeito de gênero com a pessoa, a fim de movimentar alguns pontos de vista (GALZERANI,

2008), de modo a pensar quem está incluído nessa “categoria”; assim como situo e afirmo enfaticamente que o que faço sim, é história.

Sendo importante recordar que a narrativa histórica nunca é neutra, tampouco desprovida de gênero. E aquelas que narram apenas acontecimentos e personagens ligados aos homens, na realidade também tratam de gênero – do gênero masculino, e corroboram a ideia de que apenas estes fazem história (PEDRO, 2005).

A categoria mulher e/ou mulheres foi inserida tardiamente no debate historiográfico, parte disso advém do sentido universal dado ao sujeito da história, representado pelo homem. No qual acreditava-se que ao falar do “homem”, a mulher estaria também incluída, o que não correspondia à realidade. Tampouco todos os homens estavam contemplados nessa categoria, já que via de regra, era restrita ao homem branco ocidental (SOIHET; PEDRO, 2007) e heterossexual.

A partir desse momento, “assumia-se, com ousadia, que as questões eram *interessadas*, que elas tinham origem numa trajetória específica que construiu o lugar social das mulheres e que o estudo de tais questões tinha (e tem) pretensões de mudança” (LOURO, 2020, p. 23). É justamente amparada no entendimento de que a presente pesquisa é baseada em interesses, faz parte da história e luta por mudanças sociais que me apoiam. Assumo a postura de uma pesquisadora que compreende os desafios e as incompletudes deste trabalho, mas também o entendo enquanto uma prática potente e provocativa de ensino de História. E além disso, sei das dificuldades, dos preconceitos, das intolerâncias, da aversão às questões de gênero, todavia, não desisto, luto pela equidade, pelo combate a violência, pelos Direitos Humanos, por uma sociedade outra.

Tentei expressar parte dessa ideia no nome das oficinas, *Favos de Resistências*, que além de ser uma analogia para as nossas memórias em conjunto, cada favo seria um acontecimento e em cada um desses momentos é uma possibilidade de resistência, de pequenas mudanças, microrrevoluções (THOMPSON, 1981). E que aglomeradas e no diálogo com memórias de outros indivíduos pode assumir uma potencialidade de mudança e ruptura, a ideia da mônada que explode do continuum da história ao formar a constelação (BENJAMIN, 2007).

Fazer um trabalho como este foi uma luta constante, enfrentei responsáveis que não permitiram que as/es/os adolescentes integrassem o projeto por ser sobre gênero; lidei com memórias traumáticas e situações violentas nos relatos orais e escritos; ouvi professores universitários dizendo que gênero é “moda” e também vi em seus rostos o espanto ao saberem que tinha sido aprovada no Comitê de Ética, justamente por conta da minha temática. Para

tentar me desestabilizar, à minha orientadora e às/es/os estudantes, houve também o caso do estudante estuprador mencionado na introdução.

Esses foram meus caminhos das pedras, os quais enfrentei juntamente com minha orientadora, professora Cyntia Simioni França. E por mais desafiador que tenha sido tudo isso que listei acima, essa pesquisa não seria o que ela é hoje se eu não tivesse me conectado com as/es/os estudantes e elas/es/us comigo, pois eu era uma estranha que queria saber de muitas coisas e que ansiava pelo debate nos encontros. A incerteza me consumia, até que li a obra “Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade” (2017) da escritora bell hooks (2017), na qual ela discorre a respeito da impossibilidade de um/a/e professor/a/e chegar em sala de aula e querer saber tudo sobre as/es/os estudantes, mas que não se abre. Afinal, a experiência tem a ver com um sujeito que é exposto, que se abre para o novo, aceitando que a vulnerabilidade e o risco são inevitáveis neste processo, e que só a partir dessa *ex-posição* é que a experiência pode ocorrer (LARROSA, 2020).

Um acontecimento que me marcou profundamente foi quando em determinado momento pedi para que escolhessem os pseudônimos para utilizar na pesquisa e fizessem uma narrativa contando o porquê do nome. A estudante Rebecah afirmou que não sabia como expressar em palavras o porquê da escolha do nome para a pesquisa. Porém, após algum tempo de conversa, e uma relação de confiança firmada durante a pesquisa, ela me contou o motivo.

Foi nesse momento que entendi que o ato de contar, de narrar, não são pura e simplesmente palavras, é abrir-se, é confiar, é estar disposto a realizar uma escuta atenta e saber como dialogar com essas memórias. Não é só escutar por escutar, não é apenas pela pesquisa, nem somente pelo título. Enquanto pesquisadora, tenho responsabilidade e respeito por suas narrativas, entendo-as enquanto raios de luz que só podem ser captados naquele momento exato e que tem a potencialidade de criar um futuro outro, de escrever uma história outra. Como lembra Benjamin,

a rememoração também significa uma atenção precisa ao *presente*, em particular a estas estranhas ressurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente. A fidelidade ao passado, não sendo um fim em si, visa à transformação do presente (GAGNEBIN, 2018, p. 55).

Ademais, essa rememoração abre-se aos brancos da memória, aos esquecimentos, aos recalçados, às incompletudes e também àqueles que não tiveram direito à lembrança e às palavras (GAGNEBIN, 2018). Inspiro-me no narrador sucateiro, em uma perspectiva

benjaminiana, que não recolhe os grandes acontecimentos, mas sim, apanha aquilo que é deixado à margem, como algo sem significado, sem sentido e sem importância (GAGNEBIN, 2018). Quando escolhi trabalhar com uma temática sensível sendo mulher, feminista e pesquisadora, opto pelas narrativas dos sujeitos silenciados, pelos menos favorecidos. E foi o acolhimento das memórias das/es/os estudantes e o diálogo com elas/es/us que me guiaram no decorrer das oficinas.

Nos reunimos durante quase três meses às terças-feiras e quintas-feiras, das 14h00 às 16h00, onde eu os buscava andando na escola às 13h40min e retornava com o grupo ao colégio às 16h20min. Ao final dos encontros sempre levava um lanche, momento onde confraternizávamos e conversávamos sobre assuntos diversos.

Nossos encontros ocorreram no Laboratório de Ensino de História (Lehis), da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), local onde sou bolsista e atuo como secretária, e no qual minha orientadora é coordenadora. O Lehis é um espaço pertencente ao colegiado de História que permite aos/às/es docentes e discentes da graduação um ambiente para realizarem suas atividades de Ensino de História. Assim como possibilita a realização de práticas com estudantes e professoras/es da rede básica; é um local de estudo para os estudantes da graduação dos mestrados em História, são eles, Programa de Pós-Graduação em História Pública (PPGHP) e Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA); é um ambiente que permite o diálogo e a troca de experiências e ideias do Programa Residência Pedagógica (PRP), do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e estágio supervisionado; ademais, o Lehis conta com livros didáticos, acadêmicos e documentos da área de Ensino de História que auxiliam nas atividades naquilo concerne à prática docente.

Optamos por realizar as oficinas no Lehis em virtude de ser um local diferente do escolar, da aproximação das/es/os estudantes com a universidade, bem como do fato de que as questões de gênero frequentemente são um tabu em nossa sociedade, e talvez fora da escola elas/es/us se abrissem mais para o debate.

Durante os encontros dos *Favos de Resistência* compreendi no caminho que a formação não era apenas para elas/es/us, mas se fazia na relação com elas/es/us e, foi assim, que fui me constituindo nesse projeto formativo pela via da colaboração, interação e dialogia.

## CAPÍTULO 2

### CONHECENDO OS FAVOS DE RESISTÊNCIAS

#### *O soar*

*Batom vermelho  
Soa como sedução  
Marcas vermelhas  
Trazem a mesma impressão  
Sorrisos manchados se metamorfeiam  
Assim como as  
Cicatrizes que crescem  
Na escuridão  
Um buquê de flores para  
Impressionar e mais um  
Para se desculpar*

(Estudante Retsu, 16 anos, 1º ano, mulher).

*Maquiagem que  
Embeleza e que  
Esconde os olhos que  
Com o tempo se  
Tornaram roxos,  
Fundos e sem brilho  
Corpos com  
Manchas de todo o arco-íris  
Vozes angustiadas e perdidas  
Em meios aos gritos e  
Laços inacabados e forçados  
Que amarraram o corpo e os sentidos*

(Estudante Retsu, 16 anos, 1º ano, mulher).

A estudante Retsu em seu poema, *O soar*, traz à tona o ciclo da violência presente em uma relação amorosa, tema que foi trabalhado no decorrer das oficinas. Ao entrar em contato com essa produção, entendo que ela possibilita a reflexão, e a denúncia, por que não?

Já no segundo poema, a estudante também nos provoca a pensar a violência e ao dialogar com essa produção, questiono-me: Quantas pessoas não são vítimas de agressões e muitas vezes utilizam maquiagem para esconder? Quantas não têm medo de denunciar?

Quantas não sabem como sair desse ciclo? Quantas e quantas não estão cotidianamente bem do nosso lado e nem ao menos desconfiamos? A violência de gênero está presente em nossos cotidianos, seja contra nós mesmas/es/os, ou com pessoas que conhecemos. Mas talvez possamos mudar essa realidade, estamos, eu e as/es/os estudantes, tentando transgredir (hooks, 2017).

Sendo assim, convido você, estimado/a/e leitor/a/e, a dialogar conosco nos *Favos de resistência* por entre as produções das/es/os estudantes, na construção de saberes em um viés interativo e colaborativo

### 2.1. 1º Favo de Resistência: “Gênero é a forma na qual a pessoa se identifica, não existem barreiras”

Figura 5 - O primeiro encontro de almas.



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

*A rebeldia e sua repressão pareciam ser apreendidas nos mesmos termos, fenômeno que deu lugar a meu primeiro discernimento crítico da artimanha sutil do poder: a lei dominante ameaçava com problemas, ameaçava até nos colocar em apuros, para evitar que tivéssemos problemas. Assim, concluí que problemas são inevitáveis e nossa incumbência é descobrir a melhor maneira de criá-los, a melhor maneira de tê-los.*

(Judith Butler)

Um dos meus grandes anseios quando lancei mão dessa proposta e como pesquisadora em um mestrado de História Pública e de subárea no Ensino de História era dialogar com as/es/os leitores a respeito das fotografias produzidas durante as oficinas. Principalmente porque essa é uma pesquisa construída com elas/es/us. Mas elas/es/us são menores de idade e a temática da violência de gênero é extremamente sensível, portanto, identificá-los não é uma possibilidade legal, ética ou moral. Resolvi representá-las/es/os por meio do bordado da Figura 5. Contudo, não almejo que ele seja apenas mera ilustração, e sim que represente fragmentos de memórias de como éramos, de como construímos juntos, juntas e juntas, lado a lado, enfim, de como buscamos combater a violência de gênero.

Esse nosso caminhar iniciou-se no 1º *Favo de Resistência*, onde buscamos começar o processo de nos conhecermos, de começarmos a criar laços afetivos e de afinidade, o que contribuiu para que a conversa fluísse naturalmente durante as oficinas.

Compareceram sete estudantes, sendo que seis eram da mesma turma, do 2º ano do ensino médio, da mesma escola estadual, do interior do estado do Paraná. Já na Unespar, fomos em algumas salas de aula, na biblioteca, no pátio, para que elas/es/us pudessem conhecer o espaço físico da instituição. Terminamos nossa caminhada no Laboratório de Ensino de História (Lehis), local onde os encontros ocorreram. Conversamos um pouco sobre a proposta das oficinas e o objetivo da pesquisa. Dialogamos também sobre a ideia de realizar uma exposição cultural da violência de gênero e com algumas das produções das oficinas. Inicialmente elas/es/us não ficaram muito animadas/es/os com a ideia da mostra artística cultural. Contudo, ao longo do tempo, foram percebendo a importância deste momento e começaram a envolver-se na proposta.

A pesquisa foi um processo, uma construção conjunta de saberes histórico-educacionais e de confiança, diálogo e abertura. E como eu, pesquisadora, poderia esperar que elas/es/us se entregassem à pesquisa, se nós nem nos conhecíamos? Se eu não havia também me (ex)posto para elas/es/us, no sentido de falar quem eu sou, o que busco, o que defendo.

Assim, dei continuidade ao diálogo partilhando por meio dos meus bordados sobre a minha trajetória de vida, em como as questões de gênero perpassam em mim na relação com

estes objetos. Assim, convido você, caro/a/e leitor/a/e a adentrar nessa narrativa e conhecer um pouco mais dessa pesquisadora e suas (in)completudes.



Esses bordados são frutos da minha habilidade e criatividade. Eles levam o nome de “vagonite”, caracterizados por não furar o tecido e terem linhas retas. Já as partes de crochê foi a minha avó quem fez. E por que estou falando disso para vocês? Porque eles contam a minha história. Moro em Terra Boa, que fica a quase 50 km da cidade de Campo Mourão, e juntamente comigo residem minha mãe, meu pai,, meu irmão de 17 anos e minha irmã de 8. Sou bastante próxima à minha família. Quando era pequena minha mãe e meu pai saíam para trabalhar e minha avó materna cuidava de mim no sítio onde morávamos. E desde sempre me recordo dela fazendo crochê. Já tinha tentado várias vezes aprender, mas nunca consegui. Porém, não desisti dos trabalhos manuais. Quando tinha cinco anos, minha avó me ensinou a bordar roupinhas de boneca com miçangas. Eu amei, foi fantástico. E quando ia na casa da minha tia em Cianorte, estado do Paraná, ela me dava algumas miçangas - eu ficava extremamente feliz. Contudo, cresci, e deixei as roupinhas de boneca de lado. O bordado já não fazia mais parte de mim. Isso mudou quando aos quatorze anos, enquanto passava o final de semana na casa da minha avó, minha tia me ensinou a bordar “vagonite”. Novamente foi fantástico. Entretanto, fiz um ou dois bordados e “deixei de lado”. Aos vinte anos mais uma vez tudo mudou. Resolvi que tinha vontade de morar sozinha e que já gostaria de começar a fazer meu “enxoval”, o que por si só já foge dos padrões da sociedade, porque normalmente quem faz um enxoval planeja casar. E eu só queria morar sozinha mesmo. E foi a partir desse sonho que voltei a bordar vagonite. Eu bordo e minha avó passa bico de crochê. O bordado é o momento onde eu me desvinculo do tempo cronológico do relógio, das redes sociais e dos afazeres. Com o bordado eu inicio um novo tempo: o tempo do esquecer de tudo, caso esteja sozinha; porém, é o tempo de ouvir e conversar com minha família, caso esteja com eles. É um momento em que pode ser apenas meu, mas que também pode ser com os outros. É minha forma de me (re)inventar e me (trans)formar. O bordado tem, também, dois significados para mim. O primeiro é o de que minha avó, mãe e tias bordavam e faziam crochê desde pequenas, então tem um sentido familiar enorme. O segundo é que ao bordar panos de prato, o que é historicamente considerado como “coisa de mulher”,

“ser prendada”, e entre outras coisas - concepções as quais discordo totalmente - eu quebro as expectativas familiares e sociais. Já que estou usando o bordar para os meus sonhos, para mostrar a mim mesma quem sou, e não para me encaixar em estereótipos e categorias sociais. Bordo para realizar meus sonhos, e isso me faz livre.

(Narrativa da pesquisadora).

Após me apresentar, conversamos sobre alguns de nossos hobbies, sobre quem éramos, e então iniciamos o trabalho com o 1º *Favo de Resistência*, no diálogo com o fragmento da obra da feminista nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie

*A questão de gênero é importante em qualquer canto do mundo. É importante que comecemos a planejar e sonhar um mundo diferente. Um mundo mais justo. Um mundo de homens mais felizes e mulheres mais felizes, mais autênticos consigo mesmos. E é assim que devemos começar: precisamos criar nossas filhas de uma maneira diferente. Também precisamos criar nossos filhos de uma maneira diferente.*

(Chimamanda Ngozi Adichie)

Enquanto feminista, admiro o trabalho de Adichie no sentido profissional, de seus escritos, ideias e causas defendidas, assim como sua trajetória de vida. Ela nasceu em 1977 na Nigéria, é formada em Comunicação e Ciências Políticas, na Universidade Drexel, na Filadélfia, Estados Unidos. É autora de várias obras literárias, tais como *Hibisco Roxo*, *No seu pescoço*, *Americanah*, entre outras. No decorrer de sua vida deparou-se com vários comentários preconceituosos, contudo, hoje é mundialmente reconhecida tanto por sua escrita literária quanto por seu ativismo e militância feminista.

Conversamos sobre o pensamento acerca da importância da construção de um mundo outro, onde mulheres não morrem simplesmente por serem mulheres, onde todas, todos e todes podem expressar-se com seus gêneros e sexualidades. Foi assim que as/es/os fizeram uma narrativa sobre o que entendiam por gênero.

A partir disso, provoco você, querido/a/e leitor/a/e, a se relacionar com algumas das narrativas das/es/os estudantes de como elas/es/us compreendem a aceção de gênero.

Na minha visão, gênero é a forma na qual a pessoa se identifica, não existem barreiras.

(**Estudante Mel**, 16 anos, 2º ano, mulher pansexual).

Assim, pelo que eu entendo por gênero, é uma das formas de identificar alguém.

(**Estudante Cris**, 16 anos, 2º ano, mulher bissexual).

Gênero para mim é como a pessoa se identifica seja pelo gênero masculino, feminino, fluído, não-binário e entre outros. É como a pessoa se sente confortável ao falar com ela, (no uso de pronomes).

(**Estudante noombrilisme**, 16 anos, 2º ano, mulher pansexual).

Gênero seria a maneira de como se identifica o ser ou objeto pelas suas características.

(**Estudante Sinon/Sinox**, 17 anos, 2º ano, homem heterossexual).

Aquilo que a pessoa se identifica, ou então, algo que foi colocado pela sociedade.

(**Estudante Alex**, 16 anos, 2º ano, bigênero lésbica e demissexual).

Gênero para mim é o verdadeiro reflexo de uma pessoa.

(**Estudante Hannah**, 16 anos, 1º ano, mulher bissexual).

Do meu ponto de vista gênero é a nomenclatura dada para algo no qual nos identificamos e que pode “dizer” algo sobre nós mesmos.

(**Estudante Retsu**, 16 anos, 1º ano, mulher).

Algo que usamos para diferenciar algumas coisas, por exemplo músicas com estilos musicais diferentes.

(**Estudante Rebecah**, 16 anos, 2º ano, homem gay e demissexual).

Ao olhar para essas narrativas, flagro compreensões que mostram uma noção *a priori* das/es/os estudantes sobre identificação, entendida como identidade, seja como a pessoa identifica a si própria ou à outras, o que representa compreensões a priori de gênero como algo intrínseco ao sujeito, mas que não está velado, escondido, camuflado, e sim que se mostram para o mundo. A professora Guacira Lopes Louro, apoiando sua escrita no deslocamento sofrido pelos sujeitos em Stuart Hall (1992), discorre sobre identidades e compartilha conosco a noção de que

os sujeitos como tendo identidades plurais, múltiplas; identidades que se transformam, que não são fixas nem permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias. Assim, o sentido de pertencimento a diferentes grupos - étnicos, sexuais, de classes, de gênero, etc. - constitui o sujeito e pode levá-lo a se perceber como se fosse “empurrado em diferentes direções”, como diz Stuart Hall (1992, p. 4) ao afirmar que o gênero institui a identidade do sujeito (assim como a etnia, a classe, ou a nacionalidade, por exemplo) pretende-se referir, portanto, a algo que transcende o mero desempenho de papéis, a ideia é perceber o gênero *fazendo parte* do sujeito, constituindo-o. O sujeito é brasileiro, negro, homem, etc. (LOURO, 2020, pp. 28-29).

As identidades não se restringem unicamente ao gênero, elas são múltiplas, diversas e abrem-se para a complexidade dos sujeitos e de suas/nossas realidades. E pode também

modificar-se, contudo, para que isso ocorra, não é preciso, necessariamente, que as características de determinado indivíduo mudem, basta que sua percepção sobre si próprio se modifique. Quando a estudante Hannah afirma que, para ela, gênero “é o verdadeiro reflexo de uma pessoa”, questiono-me: não seria um dos verdadeiros reflexos? Já que somos atravessadas/es/os por várias identificações.

Além disso, a estudante Mel narra que “não existem barreiras”. Mas o que isso pode significar? Entendo, no diálogo com a narrativa da protagonista a pesquisa, a existência do gênero está para além do binarismo homem/mulher e não existem barreiras nos comportamentos atribuídos aos gêneros, que essas são construções sociais.

Após a partilha dessas concepções de gênero, foi possível percebermos como inicialmente as/es/os estudantes compreendiam o que era gênero. Para avançar nesse debate, convido você, estimado/a/e leitor/a/e, a adentrar no próximo *Favo de Resistência*, onde conversaremos sobre os conceitos de gênero, papéis sociais e feminismo.

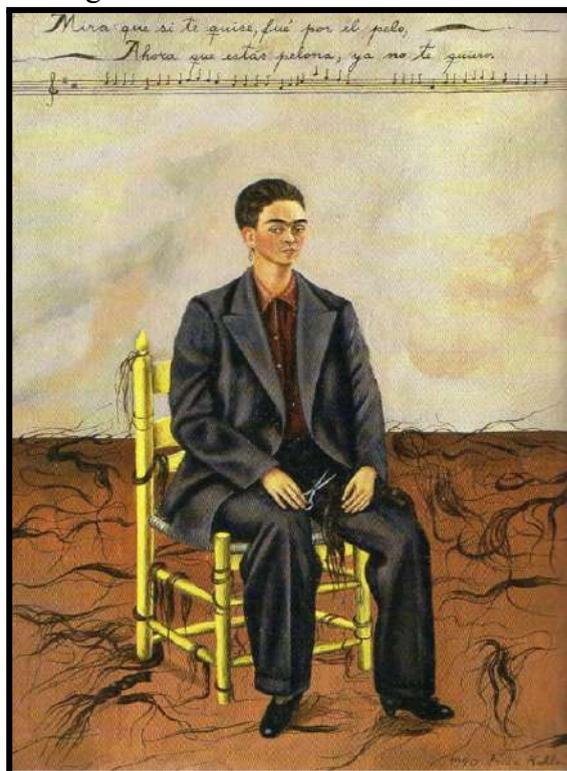
## **2.2. 2º Favo de Resistência: A questão de gênero, “sofro muito por isso, por pessoas de mentes fechadas”**

*O gênero é uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjuntura considerada*  
(Judith Butler)

No 2º *Favo de Resistência* procuramos ampliar a conversa a respeito de gênero, ressaltando que esse conceito foi socialmente construído, tal qual o sexo, bem como os papéis de gênero que estão presentes em nossa sociedade.

Iniciamos o encontro com a frase que abre esse *Favo de Resistência*. Em que conversamos sobre o que é gênero e sexo, abarcando o debate sobre a multiplicidade de corpos existentes para além do viés binário e de que ambos são socialmente construídos (BUTLER, 2020a). Para fomentar o debate acerca dos papéis de gênero compartilhei a obra de arte *Autorretrato com cabelo cortado* (1940) -verificar a Figura 6- da artista mexicana Frida Kahlo (1907-1954), em que a artista fez um retrato de si própria após o divórcio, momento em que resolveu cortar o cabelo. No quadro também está escrito “olha, se eu te quis foi pelo cabelo, agora que você está careca eu já não te quero mais”. Convido à leitura do quadro sensível da artista.

Figura 6 - Autorretrato com cabelo cortado.



Fonte: Kahlo (1940).

Ao propor iniciar o diálogo conceitual de gênero com as/es/os estudantes por meio do quadro da artista Frida Kahlo, o foco principal era trabalhar com o conceito de gênero e papéis de gênero. Contudo, parte das/es/os estudantes, ao entrarem em contato com a obra, foram tomadas/es/os de memórias involuntárias e narraram verbalmente que já vivenciaram os padrões de gênero acerca do corte de cabelo - algo que eu não imaginava que fosse acontecer, já que era nosso segundo encontro. Entretanto, as estudantes noombrilisme, Alex e Mel contaram que quando cortaram o cabelo as mães falaram que isso era “coisa de menino”, que elas estavam virando “menino”; Alex e Retsu relataram o preconceito que sofriam por ter cortado o cabelo e andarem com roupas largas e moletoms, inclusive em virtude de sua sexualidade. Enquanto, Sinon/Sinox contou que já havia deixado o cabelo crescer e seus familiares, principalmente a mãe, falaram que isso era “coisa de menina” e que ele precisava “virar homem”.

Continuamos conversando sobre a temática e as/es/os estudantes destacaram os papéis sociais que percebem em seu cotidiano que são atribuídos às mulheres e aos homens. Muitas/es/os das/es/os estudantes destacaram que os homens, deveriam ser fortes; jogar bola; pensar num futuro, no sentido de trabalhar, ganhar dinheiro e se casar com uma mulher; que

devem ser o “macho alfa”; ter cabelo curto; e um/a/e estudante pontuou que os mesmos buscam uma mulher pela beleza. Já as mulheres, enciasprecisariam ter cabelos longos; usar vestido; ser delicadas; ter maturidade; saber cantar; ser extremamente arrumadas; estar impecáveis; eles entendem que a sociedade espera demais das mesmas; que elas precisam saber cozinhar; ser donas de casas; inteligentes; e que procuram homem por dinheiro.

Pude perceber com essa conversa como elas/es/us percebem alguns dos papéis de gênero no cotidiano. Conversamos então sobre os conceitos de sexo e gênero, sobre os padrões impostos socialmente à determinados gêneros e como romper com esses estereótipos.

Para instigar ainda mais a reflexão, lemos um trecho do livro *Sejamos todos feministas* (2015), da feminista e ativista escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, um dos textos que me fez já no primeiro ano da graduação a começar realizar leituras sobre gênero.

Quando eu estava no primário, em Nsukka, uma cidade universitária no sudoeste da Nigéria, no começo do ano letivo a professora anunciou que iria dar uma prova e quem tirasse a nota mais alta seria o monitor da classe. Ser monitor era muito importante. Ele podia anotar, diariamente, o nome dos colegas baderneiros, o que por si só já era ter um poder; além disso, ele podia circular pela sala empunhando uma vara, patrulhando a turma do fundão. É claro que o monitor não podia usar a vara. Mas era uma ideia empolgante para uma criança de nove anos como eu. Eu queria muito ser a monitora da minha classe. E tirei a nota mais alta.

Mas, para a minha surpresa, a professora disse que o monitor seria o menino. Ela havia se esquecido de esclarecer esse ponto, achou que fosse óbvio. Um garoto tirou a segunda nota mais alta. Ele seria o monitor. O mais interessante é que o menino era uma alma bondosa e doce, que não tinha o menor interesse em vigiar a classe com uma vara. Que era exatamente o que eu almejava. Mas eu era menina e ele, menino, foi escolhido. Nunca me esqueci desse episódio.

Se repetimos uma coisa várias vezes, ela se torna normal. Se vemos uma coisa com frequência, ela se torna normal. Se só os meninos são escolhidos como monitores da classe, então em algum momento nós todos vamos achar, mesmo que inconscientemente, que só um menino pode ser o monitor da classe. Se só os homens ocupam cargos de chefia nas empresas, começamos a achar ‘normal’ que esses cargos de chefia só sejam ocupados por homens.

[...] Não é fácil conversar sobre a questão de gênero. As pessoas se sentem desconfortáveis, às vezes irritadas. Nem homens nem mulheres gostam de falar sobre o assunto, contornam rapidamente o problema. Porque a ideia de mudar o status quo é sempre penosa.

Algumas pessoas me perguntam: ‘Por que usar a palavra ‘feminista’? Por que não dizer que você acredita nos direitos humanos ou algo parecido?’. Porque seria desonesto. O feminismo faz, obviamente, parte dos direitos humanos de uma forma geral – mas escolher uma expressão vaga como ‘direitos humanos’ é negar a especificidade e particularidade do problema de gênero. Seria uma maneira de fingir que as mulheres não foram excluídas ao longo dos séculos. Seria negar que a questão de gênero tem como alvo as mulheres. Que o problema não é ser humano, mas especificamente um ser humano do sexo feminino. Por séculos, os seres humanos eram divididos em dois grupos, um

dos quais excluía e oprimia o outro. É no mínimo justo que a solução para esse problema esteja no reconhecimento desse fato.

[...] Tem gente que diz que a mulher é subordinada ao homem porque isso faz parte da nossa cultura. Mas a cultura está sempre em transformação. [...] A cultura não faz as pessoas. As pessoas fazem a cultura. Se uma humanidade inteira não faz parte da nossa cultura, então temos que mudar nossa cultura. (ADICHIE, 2015, pp. 15-48).

Quanto ao diálogo com a obra literária, partilhamos experiências vividas, buscando a desconstrução dos papéis de gênero, já que estes são construídos historicamente (BUTLER, 2020a). Assim, elas/e/us perceberam que se são construções históricas significa que foram construídas, o que está diretamente atrelado à possibilidade de mudança. E nós tivemos permanências e rupturas ao longo da história, a exemplo das formas de resistência, cito o movimento feminista, que se fez presente também no Brasil, mas que estava inserido dentro de um contexto mais amplo.

Falamos sobre a importância de quebrar os silêncios, de nós mesmos contarmos a nossa própria história. Após conversarmos sobre a temática, dialogamos sobre a possibilidade de que as/es/os estudantes narrassem como vivenciam essas questões em suas vidas. Assim, convido vocês, caro/e/e leitor/a/e, a leitura de uma das mônadas.

### **Sofro muito por pessoas de mentes fechadas**

Quando o feminino e o masculino não seguem seu “padrão” na sociedade, na maioria das vezes são alvos de preconceito, eu, como garota e por usar roupas masculinas, sofro muito por isso, por pessoas de mentes fechadas, como meus familiares. Mulheres geralmente são vistas como donas de casa, isso já chegou a acontecer em casa, meu padrasto não estava deixando minha mãe trabalhar por conta do machismo.

Em empresas onde o salário não é igual para os dois gêneros.

Alguns esportes são considerados masculinos e outros femininos.

(**Estudante Alex**, 16 anos, 2º ano, bigênero lésbica e demissexual).

### **Decidir seu próprio papel**

A questão de gênero é constantemente abordada no dia a dia, mas não do modo “correto” geralmente é do modo mais “padronizado em um tipo de doutrina” onde determinados gêneros pré-estabelecidos pela sociedade desempenham um papel igualmente pré-estabelecido.

O modo de abordar as questões de identidade de gênero mais próximo do correto, seria deixar cada indivíduo decidir seu próprio papel, independente de seu gênero ser julgado como “normal” aos olhos da sociedade.

(**Estudante Retsu**, 16 anos, 1º ano, mulher).

### **Choque de realidade**

Percebo que no dia a dia são muitas as ocasiões em que se percebe as questões de gênero, em todos os locais dá para se passar por algo assim. Numa sociedade onde o padrão é apenas o homem e a mulher, os homens normalmente são os líderes, enquanto a mulher, esposa, cuida da casa, dos filhos, de trabalhos domésticos, pois são vistas como frágeis, delicadas, já os homens fortes e “brutos”.

Na minha casa já passei por coisas onde são vistas como de “homem” e para minha avó isso é um choque de realidade, assim como mencionei a transfobia na catequese.

(**Estudante noombrilisme**, 16 anos, 2º ano, mulher pansexual).

### **Preconceito totalmente desnecessário**

Eu não lembro exatamente em qual século era assim, mas sei que no passado as roupas não tinham gênero. Por exemplo, os homens usavam túnicas longas e saias junto com as mulheres, e conforme foi passando os anos, foram “colocando” gênero nas vestimentas, e hoje em dia temos a moda masculina e a feminina. Acredito que por isso e por fatores religiosos nossa sociedade estabeleceu alguns padrões de como as pessoas devem ser ou agir perante a sociedade e quando alguém foge desse “padrão” é gerado um preconceito totalmente desnecessário, e que muitas vezes pode levar a pessoa à morte.

(**Estudante Rebecah**, 16 anos, 2º ano, homem gay e demissexual).

### **Em nossos diálogos**

Em nossos diálogos, percebi as questões de gênero, por exemplo o padrão da sociedade machista e hetero, conhecida por ser exigente com os padrões... “lugar de mulher é na cozinha”, “casar com um homem rico e bonito” por exemplo (não sei como dizer isso sem dar esse exemplo).

(**Estudante Sinon/Sinox**, 17 anos, 2º ano, homem heterossexual).

### **Até nas pequenas coisas**

As questões de gênero são muito perceptíveis no dia a dia, até nas pequenas coisas, como no fato de uma mulher usar roupas que a sociedade julga como masculinas ou quando um homem recusa se casar com uma mulher para construir família e gerar filhos, já que isso foi construído socialmente como o certo.

(**Estudante Mel**, 16 anos, 2º ano, mulher pansexual).

### **Eu vejo que isso era algo bobo**

Acho que uma das que eu mais me lembro é do que a menina brinca com boneca e os meninos de futebol, que era o “certo”. O que fazia eu achar que aquele esporte era só para os meninos, e que as meninas nunca seriam boas nele, mas hoje mais crescida, eu vejo que isso só era algo bobo.

(**Estudante Cris**, 16 anos, 2º ano, mulher bissexual).

### **Comecei a reparar**

Comecei a reparar quando percebi o quão errado era a mulher sempre ter que arrumar a casa, fazer comida e cuidar dos filhos, enquanto o homem trabalha e sustenta a família. As mulheres eram sempre postas como frágeis e fracas, já os homens os fortes e “sérios”.

Até mesmo em algumas novelas ou séries isso é relatado, homens não podem nem ao menos chorar. Mulheres sempre têm que abaixar a cabeça e simplesmente aceitar o que todos impõem, os homens são superiores e “chefes” por assim dizer.

(**Estudante Hannah**, 16 anos, 1º ano, mulher bissexual).

Ao olhar para as narrativas das/es/os estudantes, fico impactada em como os padrões sociais de gênero estão presentes nas vidas das/es/os estudantes negativamente, afetando relações familiares, círculo social, entre outros. As estudantes Mel e Alex expõem sobre como as mulheres sofrem por usarem roupas consideradas como masculinas, essa é uma questão que me toca de forma única, pois são apenas roupas. E, se para muitas pessoas não são, deveriam ser. A estudante Hannah narra o quanto a visão dela acerca dos papéis de gênero mudou no decorrer do tempo, o que indica a possibilidade de nos transformarmos.

As narrativas das/e/os estudantes noombrilisme, Rebecah, Sinon/Sinox, Mel, Cris e Hannah, após um olhar sensível, denunciam os padrões sociais que são impostos aos homens, em como a sociedade também exige deles comportamentos específicos que em tese correspondem ao ser homem, assim como para as mulheres. Em que “os homens não podem nem ao menos chorar”, nas palavras da estudante Hannah. Ou mesmo na narrativa da estudante noombrilisme, que a “os homens normalmente são os líderes, enquanto a mulher, esposa” ou, nas palavras do estudante Sinon/Sinox, de que “lugar de mulher é na cozinha”. Padrões esses que são reafirmados cotidianamente por nossa sociedade e que começam desde a infância. A estudante Cris chama a atenção para essa questão, em que, socialmente, “a menina brinca com boneca e os meninos de futebol”.

Por sua vez, a estudante Retsu nos chama a atenção para essas questões que são padronizadas “tipo uma doutrina”, e que os gêneros pré-estabelecidos também “desempenham um papel igualmente pré-estabelecido”. É o que a estudante Mel coloca como “construído socialmente como o certo”, mas, pergunto, teria certo ou errado? Modelos que acabam por excluir e desconsiderar a existência de vários outros gêneros. A estudante Retsu então continua, não seria melhor “deixar cada indivíduo decidir seu próprio papel”? Assim, questiono, no diálogo com as/es/os estudantes até quando nossa sociedade restringirá a existência do gênero em pares? E até que momento irá impor papéis às pessoas?

Ainda em diálogo com as narrativas, a estudante Hannah compartilhou conosco sua experiência sobre quando começou a perceber “o quão errado era a mulher sempre ter que arrumar a casa”. Até quando vamos continuar normalizando esse tipo de padrão de comportamento, como se fosse uma tarefa para a qual as mulheres já nascessem designadas? O que não é. E ainda nos momentos em que nós, mulheres, ocupamos espaços que não são os domésticos, “o salário não é igual para os dois gêneros”, conforme aponta Alex. E mesmo assim, para estar nesses outros locais ainda é preciso, por vezes, fazê-lo em meio às lutas e enfrentamentos, como a estudante Alex narra sobre o caso do padrasto, que não permitia que a mãe trabalhasse fora de casa.

É o machismo que está consolidado em nossa sociedade, e mesmo em espaços religiosos. Rebecah narra que “por fatores religiosos nossa sociedade estabeleceu alguns padrões”. E ainda, as religiões influenciam os debates de gêneros, no sentido, muitas vezes, de considerá-los como “ideologia”, como algo inexistente. São crenças e práticas religiosas que ocupam várias cadeiras políticas, em que se formou

uma aliança composta por evangélicos e católicos mais ortodoxos, quando não fundamentalistas, bem como organizações conservadoras/reacionárias que defendem o que chamam de família e costumes tradicionais, unidas em divulgar e disseminar informações distorcidas para impedir que se alcance a equidade entre os gêneros e o respeito à diversidade sexual, conforme vem sendo ratificado internacional e nacionalmente há décadas com a intenção de diminuir as discriminações e as violências baseadas em gênero. [...]

Essa aliança entre setores geralmente não ligados entre si surtiu efeito. (REIS; EGGERT, 2017, p. 18).

E culminaram, na retirada da palavra “gênero” dos currículos, da chamada “ideologia de gênero”. “A ampla disseminação da falsa premissa da “ideologia de gênero”, vista como a desconstrução dos papéis de gênero tradicionais e, por consequência, da família, dentro dos ambientes educacionais, despertou uma espécie de pânico moral, retrocesso e demonização do ‘inimigo’” (REIS; EGGERT, 2017, p. 20). Portanto, as instituições sociais também constroem o gênero, legitimam e deslegitimam papéis sociais.

No diálogo com as narrativas estudantis, esse segundo *Favo de Resistência* foi importante para compreendermos as relações de poder que atravessam e dominam as questões de gênero em nosso país. Lembrei de Benjamin (1994), o vencedor não dá tréguas. E tais mônadas nos convidam a um despertar de sonhos coletivos (BENJAMIN, 2007).

Diante de tais narrativas, organizamos o próximo encontro para nos conhecermos, convido, então, vocês, mais uma vez caro/a/e leitor/a/e, a adentrar nas histórias de vida da/e/os estudantes dessa pesquisa, com um olhar cuidadoso e sensível, no 3º *Favo de Resistência*.

### **2.3. 3º Favo de Resistência: “Tudo o que foi imposto para mim eu simplesmente aceitei”**

Neste 3º *Favo de Resistência*, partilhamos as histórias de vida das/es/os estudantes. Convidei no favo anterior que elas/es/us trouxessem um objeto que fosse importante para sua trajetória e que houvesse alguma relação com as questões de gênero, para contarem suas histórias de vida.

Para iniciarmos esse favo, lemos juntos o poema *Todas as vidas* (2014), da poetisa goiana Cora Coralina, o qual convido a leitura abaixo.

#### ***Todas as Vidas***

*Vive dentro de mim  
uma cabocla velha  
de mau-olhado,  
acocorada ao pé do borrarho,  
olhando para o fogo.  
Benze quebranto.  
Bota feitiço...  
Ogum. Orixá.  
Macumba, terreiro.  
Ogã, pai de santo...*

*Vive dentro de mim  
a lavadeira do Rio Vermelho.  
Seu cheiro gostoso  
d'água e sabão.  
Rodilha de pano.  
Touca de roupa,  
pedra de anil.  
Sua coroa verde de são-caetano.*

*Vive dentro de mim  
a mulher cozinheira.  
Pimenta e cebola.  
Quitute benfeito.  
Panela de barro.  
Taipa de lenha.  
Cozinha antiga  
toda pretinha.  
Bem cacheada de picumã.  
Pedra pontuda.  
Cumbuco de coco.  
Pisando alho-sal.*

*Vive dentro de mim  
a mulher do povo.  
Bem proletária.  
Bem linguaruda,  
desabusada, sem preconceitos,  
de casca-grossa,  
de chinelinha,  
e filharada.*

*Vive dentro de mim  
a mulher roceira.  
- Enxerto da terra,  
meio casmurra.  
Trabalhadeira.  
Madrugadeira.  
Analfabeta.  
De pé no chão.  
Bem parideira.  
Bem criadeira.  
Seus doze filhos  
Seus vinte netos.*

*Vive dentro de mim  
a mulher da vida.  
Minha irmãzinha...  
Fingindo alegre seu triste fado.*

*Todas as vidas dentro de mim:  
Na minha vida -  
a vida mera das obscuras.*

CORALINA (2014).

Cora Coralina nasceu em 1889 e faleceu em 1985, foi uma poetisa goiana, brasileira, cujo primeiro livro foi publicado somente quando a escritora tinha quase 76 anos. A poesia possibilita diferentes leituras, entre elas a de que somos permeados de condições históricas, de outras vidas, do que já foi, contudo, isso não nos tira a autonomia, ao contrário, é uma força alavancadora que nos dá ânimo, que coexiste com a nossa liberdade. E que também somos seres históricos, com passado, que devemos estar incluídas/es/os na escrita da História à luz do presente.

Após a leitura do poema, conversamos sobre o que as/es/os estudantes perceberam nele. Afirmaram que o mesmo se referia a uma cultura plural, ou que, mesmo que uma pessoa more na cidade, isso não apaga que ela pode ser do campo. A proposta de trabalhar com o poema deu-se em virtude de Cora Coralina narrar em primeira pessoa como várias mulheres habitam nela ao mesmo tempo em que nos conta sobre sua trajetória de vida. Dialogamos

então com o poema, e percebemos o quanto somos históricos, repletos de passado, mas também de presente. E que em cada um de nós habitam muitas outras pessoas, pois somos frutos de várias ideias, culturas, lutas, conquistas de nossos antepassados. Contudo, ainda assim temos constantemente a possibilidade de nos reinventarmos, de agirmos no presente, de mudarmos nossa realidade.

Inspiradas/es/os pelo poema, as/es/os estudantes deram início à uma instigante roda de conversa rememorando suas experiências vividas na relação com as questões de gênero, a partir de um objeto.

Dessa forma, instigo vocês, estimado/a/e leitor/a/e, a conhecer essas narrativas em uma leitura sensível e acolhedora.

### **Sempre tenho novos hobbies e sonhos**



Desde sempre fui uma pessoa que adora praticar qualquer coisa na qual envolvia muitos movimentos físicos, outro fato sobre mim é que eu sou bem inconstante, então sempre tenho novos hobbies e sonhos [...].

Foi escolhido por mim algumas coisas relacionadas ao gênero, sendo elas:  
Camisa – eu sempre fui uma pessoa na qual não “gostava” muito de estar completamente vestida, então eu seguia o exemplo do meu pai e ficava sem camisa quase sempre, mas depois de um tempo motivada pelos comentários alheios eu passei a ficar de camisa.

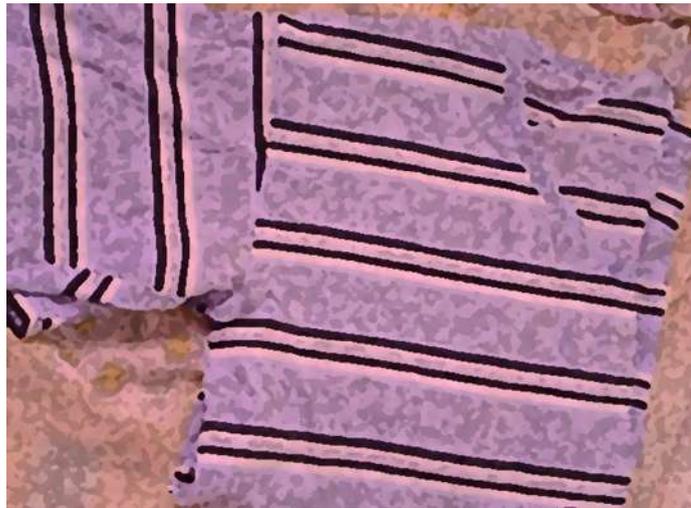
Bola de vôlei – o vôlei tem grande importância na minha vida já que é um esporte no qual me ajuda muito a “amadurecer” e também a amenizar o meu psicológico. Mas ao contrário da prática citada acima, independente das críticas eu não parei de jogar.

Livros – em determinado momento da minha vida eu peguei gosto pela literatura e não larguei mais, e por saberem que eu gosto de determinado gênero as pessoas presumem que eu quero aquilo para a minha vida ou também que eu gosto apenas deste determinado gênero.

Vestidos – independente do estilo ou modelo eu também gosto de vestidos, e por isso as pessoas presumem que eu gosto apenas disso, quando também tenho preferência por outros tipos de roupas.

(**Estudante Retsu**, 16 anos, 1º ano, mulher).

### **As coisas serão o que eu quiser que sejam**



Meu objeto escolhido foi esta camiseta, ela pertencia ao meu avô.

Escolhi essa camiseta como meu objeto porque ela é muito importante para mim, assim como meu avô era.

Nunca fui muito próxima dos meus pais, por conta disso cresci com meus avós, meu vô sempre me apoiava em minhas decisões, independente do que fosse, ele me ensinou que não existe coisa de mulher ou coisa de homem, as coisas serão o que eu quiser que sejam, ele me ensinou a ser forte e não ter medo de ser quem sou, que devo sentir orgulho de mim mesma, então sempre que visto essa camiseta me sinto forte e sempre vou levar comigo tudo o que ele me ensinou.

(**Estudante Mel**, 16 anos, 2º ano, mulher pansexual).

### **Continuei porque tinham valor emocional para mim**



Sempre fui muito tímida e até onde me conheço, raramente um esporte chamava a minha atenção, ou sentia que se eu fosse jogar com os meninos, eu seria mais um estorvo do que alguém que realmente valesse jogar lá com eles, devido a não ter força suficiente para jogar ou que eu só me machucaria se tentasse. Então, só me restou fazer uma coisa da vida, desenhar, começou como algo só pra não me entediar na escola, mas aos 9 conheci um garoto que desenhava também, e ali que eu comecei a levar mais a sério, eu aprendi algumas coisas com ele, e quando eu melhorei as pessoas iam se aproximando pra ver e isso me ajudava a conversar com elas, mesmo que pouco e meio desajeitado, e depois se tornou um hobby, e depois eu comecei a me interessar em animação também.

E depois de ficar uns anos pedindo, meus pais conseguiram me dar uma mesa digitalizadora pra eu desenhar e fazer animação pelo notebook também.

Então, eu escolhi a caneta digital, porque eu uso ela pra desenhar, e além de desenhar, me acalmar, foi um dos melhores presentes que meus pais me deram juntos.

(Estudante Cris, 16 anos, 2º ano, mulher bissexual).

### **É a maneira que eu me sinto confortável me vestindo**



Eu escolhi o computador porque desde pequena sempre gostei muito de jogar videogame, ganhei meu primeiro com 8 anos e desde então sou apaixonada por jogos... na minha infância toda só tive uma boneca, preferia carrinho, jogar bola, essas coisas consideradas de meninos pela sociedade, e por esse motivo meus familiares me chamavam de "moleca".

Essa foto da camisa, foi a primeira roupa masculina que eu consegui comprar, quando criança gostava de vestir as roupas largas da minha mãe escondida, porque eu amava esse estilo mas como era minha mãe que me vestia acabava nunca usando roupas desse tipo, até chegar na minha adolescência, não comprava roupas da sessão masculinas e sim da feminina que não eram tão "femininas" assim, e foi aí que comecei a escutar críticas da minha mãe, ela vivia dizendo que eu estava tentando ser um garoto. Essa camisa tem um significado muito grande pra mim, tanto ela quanto a minha primeira bermuda (comprei no final do ano passado) é a maneira que eu me

sinto confortável me vestindo e fico muito mal quando minha mãe reclama de algo.

(**Estudante Alex**, 16 anos, 2º ano, bigênero lésbica e demisssexual).

#### Experiência de passar a tinta sobre a tela



Meu objeto escolhido foi o quadro (pintura em tela) sempre fui muito apaixonada em desenhar, qualquer coisa que envolva desenho ou pintura me chamava muita atenção.

Por coincidência, eu morava perto de um pequeno “estúdio” de pintura em tela, e todos os dias eu passava em frente e implorava para minha mãe me colocar para fazer aulas. Um dia, finalmente consegui, e tive a experiência de passar a tinta sobre a tela.

Só havia mulheres lá, e eu, sendo uma criança de 10 anos tentando pintar.

Nunca achei que pintar fosse algo de “mulher”, pelo contrário, quando estudamos a arte e os pintores, a grande maioria são homens... Mas agora, isso se tornou algo mais comum entre “mulheres” por ser algo que parece ser delicado de se fazer, mas, não é. Isso depende muito do que você quer explorar (pintar), além da técnica que é aplicada com a tinta e o pincel em mãos.

Apesar de já fazerem anos que não pinto uma tela, eu sinto falta de mexer com as tintas e uma vez ou outra, acabo usando as tintas que sobraram das aulas, para pintar na folha mesmo.

(**Estudante noombrilisme**, 16 anos, 2º ano, mulher pansexual).

## Acessórios



Eu escolhi meus anéis, minhas pulseiras e meu colar.

No começo meus pais não gostavam pois diziam que não era coisa de “homem” usar anéis de coco ou um colar com uma pedra brilhante. Mas eu não liguei e continuei porque tinham valor emocional para mim.

Tenho uma pulseira de amizade de 6 anos com minha melhor amiga e o colar que eu uso eu ganhei da pessoa mais incrível do mundo e a que eu mais amo também.

(**Estudante Rebecah**, 16 anos, 2º ano, homem gay e demisssexual).

### **Tudo que foi imposto pra mim eu apenas aceitei**



Eu sempre dancei, desde pequena eu amava dançar até músicas bobas que nem sentido fazia. Minha mãe nunca gostou muito, dizia que era para eu fazer algo mais sério e que desse um futuro melhor. Com meus 14 anos eu quis muito fazer aula de dança de rua ou balé, meu pai me apoiou dizendo que eu era ótima. Algumas semanas depois eu finalmente consegui entrar nos cursos com a autorização dos meus pais. Eu fiz dança durante um ano e junto fiz desenho já que havia me interessado muito sobre isso.

Depois de um tempo minha mãe começou a dizer que eu deveria levar a dança como carreira e largar o desenho porque segundo ela desenhar não dava certo para mim e que também não fazia o meu estilo. Eu aceitei aquilo, aceitei que falassem o que eu gostava ou não, o que fazia meu estilo ou não. Tudo que foi imposto para mim eu apenas aceitei.

**(Estudante Hannah, 16 anos, 1º ano, mulher bissexual).**

### **Rolou até “fama” por jogar bem**



[...] Falando mais sobre Mine (Minecraft), eu comecei a jogar com 11 anos de idade e fui parar de verdade com 16 anos de idade (Sim ksks, joguei um jogo quadrado por 5 anos e eu não me orgulho disso, apesar de ter sido uns dos melhores em 2020/2021), passei por alguns clãs que tinha uma galera bem legal e até hoje tenho contato com eles pela internet [...].

Agora falando da parte de diferença de gênero que tinha no meu clã mais organizado que eu já vi MGTS, quando eu fui entregar meu formulário no *discord* da MGTS, aproveitei para ver a aba de regras e requisitos para entrar no clã, e um deles que era um requisito básico e que só homens entrariam e na MGTS, isso para não correr o risco de perderem itens de valor real ou para evitar que os membros do clã tivessem uma relação mais afetiva além de amizade provocando brigas entre os membros ou se aproveitar de gados para retirar dinheiro do clã e cometer traição, esse foi o real motivo para essa regra/requisito, foi porque uns dos líderes do clã (Zubu10) foi aproveitado e abusado do seu dinheiro por uma mulher antes de ela cometer o ato de traição ao clã MGTS, mas, nossos aliados ou até mesmo a MITOS (Nosso clã secundário), era permitido a entrada de mulheres já que não tinham muitos itens de valor real, um exemplo disso é a Alice que foi vice-líder da MITOS por que por conta dessa regra/requisito ela não conseguiu vaga na MGTS, e depois eu ajudei ela a migrar para EXP (Aliados mais confiáveis) como líder de Administrativa, então foi fácil colocar ela nesse posto de líder/ADM já que ela era muito boa com isso...

(**Estudante Sinon/Sinox**, 17 anos, 2º ano, homem heterossexual).

Ao olharmos sensivelmente para as narrativas das/es/os estudantes, é possível pincelarmos feixes de experiências de gênero em suas vidas. A estudante Mel compartilhou o quanto a camiseta que era do seu avô faz ela se sentir forte, e que levará consigo tudo o que ele a ensinou. É um objeto que a lembra do quão importante é “não ter medo de ser” quem ela é. A estudante Cris narra que sua caneta digital a acalma, e que foi um dos melhores presentes que seus pais deram a ela juntos. Ou mesmo a estudante Rebecah que usava alguns objetos que tinham valor emocional para ela. Quantos objetos nós não temos que também nos fazem sentir a mesma coisa? E experiências? Essas três narrativas também nos permitem à reflexão da existência de vários núcleos familiares, da multiplicidade de famílias. E, mais, quantas famílias não sofrem cotidianamente preconceito por se estruturarem de forma distinta daquela considerada como o “padrão”?

E, quantas vezes essas famílias e a sociedade não corroboram a legitimação de padrões de comportamento machistas, misóginos e patriarcais? A estudante Rebecah narra que seus pais não gostavam que ela usasse anéis e colar, pois, “não era coisa de ‘homem’ usar anéis de coco ou um colar com uma pedra brilhante”. Já a estudante Retsu, entre tantos *hobbies*, compartilhou que “não ‘gostava’ muito de estar completamente vestida”, que assim como seu pai, ficava sem camisa quase sempre, e que ao ouvir comentários de outras pessoas a respeito, passou a utilizá-la. No diálogo com a estudante Alex, pude perceber que seus familiares a

chamavam de “moleca”, por gostar de coisas consideradas como de meninos, até mesmo sua mãe disse que ela “estava tentando ser um garoto”. E a estudante Hannah, contou que a mãe não apoiava na dança, mas que depois “começou a dizer que eu deveria levar a dança como carreira e largar o desenho”, disse ainda que aceitou tudo o que foi imposto a ela.

Essas são mônadas potentes e que nos permitem flagrar alguns papéis de gênero. Então questiono: por que continuamos reproduzindo que atributos ou objetos A ou B devem ser usados apenas por determinado gênero? Butler (2020a), chama nossa atenção de que essas questões não são determinantes de gênero, nem pertencentes a gêneros específicos. E ainda, o quanto nossa sociedade sexualiza crianças, ao ponto de olhar para uma criança sem “camisa” e fazer comentários. Até quando serão normalizados comportamentos sexuais, abusivos, estupradores e assediadores para com as crianças? E ainda, por que frequentemente reduzimos uma pessoa a apenas uma característica? Não somos nós seres múltiplos, diversos e atravessados por várias “características”, sejam elas físicas ou não?

A estudante noombrilisme chama a atenção para “quando estudamos arte e os pintores, a grande maioria são homens... Mas agora, isso se tornou algo mais comum entre ‘mulheres’”, justamente em razão de parecer ser algo “delicado de se fazer”. O que nos permite a reflexão: onde estão as mulheres nas artes? Onde estão as mulheres na História? Muitas vezes silenciadas. E mesmo, quantas profissões não se popularizaram como sendo de mulheres, por ser considerada socialmente enquanto “delicadas”, “sensíveis”, “que aflora os instintos maternos”. A própria profissão de docente infantil, foi e ainda é ocupada majoritariamente por mulheres, em razão dessas questões. E é necessário que as desnaturalizemos, pois partem de um viés biológico e determinista, como se essas características fossem ontológicas às mulheres.

O estudante Sinon/Sinox narrou que no “*clã*” que era membro, um dos “líderes foi aproveitado e abusado do seu dinheiro por uma mulher antes de ela cometer um ato de traição”, e que, em razão disso, não era mais permitido mulheres. Será que um caso específico é capaz de definir um grupo de pessoas? Até que ponto essa atitude do *clã* de proibir mulheres não evidencia um comportamento machista e misógino que já estava presente, mas que foi escancarado esse acontecimento?

Frente ao diálogo com as narrativas das/es/os estudantes e seus objetos na relação com as questões de gênero presentes em suas vidas, continuamos a conversa. Convido você, estimado/a/e leitor/a/e a adentrar nas percepções que elas/es/us têm acerca da violência de gênero por meio das músicas, no 4º *Favo de Resistência*.

#### 2.4. 4º Favo de Resistência: “Relacionamento tóxico”

*Ao redefinirmos qual voz há de se valorizar, redefinimos a nossa sociedade e seus valores. [...] então é importante reconhecer que o silêncio é a condição universal da opressão, e existem muitas espécies de silêncio e de silenciadas.*

*A categoria mulheres é uma longa avenida que cruza com várias outras, entre elas classe, raça, pobreza e riqueza. Percorrer essa avenida significa cruzar outras e jamais significa que a cidade do silêncio tem apenas uma rua ou uma rota importante.*

(Rebecca Solnit)

Neste favo buscamos conversar sobre como as/es/os estudantes compreendiam a violência de gênero. Eles reuniram-se em duplas ou trios e escolheram uma música que tratasse da temática, para escutarmos e debatermos conjuntamente. A partir do diálogo que estabelecemos, além das concepções do que eles entendiam por gênero, também falamos sobre possibilidades de desconstruirmos essas visões em nossa sociedade.

Iniciamos, então, o 4º *Favo de Resistência* conversando sobre a frase acima da estudiosa Rebecca Solnit (2017), sobre os silenciamentos e como a categoria mulheres é perpassada por várias outras. Então perguntei se elas/es/us sabiam o que eram minorias sociais? As/es/os estudantes disseram que os pobres, moradores de rua e catadores de lixo faziam parte desse grupo. Disse que esses grupos eram realmente menos favorecidos pela sociedade, e que as mulheres, mesmo estando em maior número em nosso país, são minorias sociais, tais quais as pessoas LGBTQIAPN+s e negras - ou seja, são aqueles grupos que são marginalizados pela sociedade, sofrendo preconceitos e discriminações.

Conversar sobre essas questões de silenciamentos que as minorias sociais, como as mulheres e comunidade LGBTQIAPN+ podem sofrer, permitiu-nos trabalhar com as canções escolhidas por elas/es/us sobre violência de gênero a partir de um olhar sensível e como elas/es/us ressignificam essas letras na relação com suas experiências vividas.. Convido você, estimado/a/e leitor/a/e, a conferir o diálogo estabelecido entre eu e as/es/os estudantes a respeito das canções por elas/es/us mencionadas e, também, de suas narrativas orais. Inicio expondo, a seguir, a letra e tradução da canção *Put me in a movie*<sup>25</sup> (2017), da cantora norte-americana Lana Del Rey.

---

<sup>25</sup> (Coloque-me em um filme, tradução minha).

Lights, camera, action If he likes me, takes me home	Luzes, câmera, ação Se ele gosta de mim, me leva para casa
Come on, you know you like (Them) little girls (2x)	Vamos, você sabe que gosta (Delas) garotinhas (2x)
You can be my daddy You can be my daddy	Você pode ser meu papai Você pode ser meu papai
Lights, camera, action He didn't know he'd have this much fun <b>(Estudante noombrilisme, 16 anos, 2º ano, mulher pansexual).</b> <b>(Estudante Sinon/Sinox, 17 anos, 2º ano, homem heterossexual).</b>	Luzes, câmera, ação Ele não sabia que teria tanta diversão

A canção<sup>26</sup> é da cantora Lana del Rey, gravada em 2017, e foi inspirada no livro *Lolita* (1955) do autor russo Vladimir Nabokov, em que o personagem masculino, Humbert, tem 40 anos e fica obcecado por Lolita, de apenas 12 anos.

As/es/s estudantes noombrilisme e Sinon/Sinox destacaram que escolheram essa canção porque fala do assédio, pedofilia e da humilhação da mulher pelo homem.

Continuamos conversando sobre a canção, especificamente acerca da pedofilia, os outros estudantes retrataram os problemas de uma menina namorar um homem mais velho, sobretudo, se ela vir a engravidar - o que pode ocasionar problemas nos estudos para a mãe da criança. Além disso, contaram de uma adolescente que eles conhecem de 13 anos que namora um rapaz de 17, para eles, parece que ela “se humilha muito por não ter pai presente”.

Alongamos essa conversa sobre pedofilia, então começaram a partilhar casos que ocorreram, principalmente, nas redes sociais: noombrilisme narrou que aos 8 anos recebeu nudes; Alex e Mel contam que já recebeu mensagens impróprias de árabes; noombrilisme narra que quando estava andando na rua de Campo Mourão virou para trás e viu um homem dentro de um carro se masturbando e olhando para ela. Essas foram algumas situações compartilhadas pelas/es/os estudantes, conversamos sobre e a necessidade de falar com algum adulto o que haviam sofrido, responderam que não falaram por medo, pois a pessoa responsável poderia pensar que estavam fazendo algo errado. Problematicamos a respeito da importância da educação sexual e das crianças terem um adulto de confiança para que possam conversar, caso passem por alguma situação parecida.

A estudante Rebecah destacou como o machismo afeta desde as meninas até as mulheres na fase adulta, contou acerca da mãe que espera o marido e ele comer, para que

<sup>26</sup> A canção completa pode ser consultada no link a seguir: <https://www.youtube.com/watch?v=r2Kvo960pYQ>. Acesso em: 11 de julho de 2023.

depois ela possa comer “as sobras”. De acordo com a estudante, ninguém nunca disse para ela fazer isso, e que provavelmente advém da época em que foi criada. Mas até que ponto podemos tratar essas atitudes como “naturais” e enraizadas somente no passado?

A mãe da estudante noombrilisme culpa a outra filha pelo assédio que recebe, pois ela usa roupas curtas. A mesma estudante partilhou que, voltando para casa ao sair da escola, certa vez, havia um homem na rua olhando para ela e pegando na genitália dele mesmo, ao ver o que estava acontecendo, ela saiu correndo. Quando fiquei sabendo, perguntei se ela tinha algo que pudesse mostrar quem é o criminoso, afirmou que não, diante das circunstâncias, orientei para que caso alguma situação similar voltasse a acontecer ela tentasse pegar alguma informação que pudesse reconhecer a pessoa, e depois denunciá-la.

Ao partilharmos essas narrativas, a estudante noombrilisme contou também que aos 12 anos estava andando na rua e um homem que estava dentro de um carro mostrou uma foto íntima para ela, que também imediatamente saiu correndo.

Nessa roda de conversa, conversamos sobre a necessidade de denunciar esses acontecimentos, pois são crimes. Cabe ressaltar que essas são algumas das violências que as/es/os estudantes sofreram e que partilharam na oficina. Memórias traumáticas, feridas abertas que insistem na repetição (GAGNEBIN, 2018), que nos desestabilizam (ou deviam, pelo menos). E são narrativas que ocorrem com frequência e são estruturais. A filósofa e ativista brasileira Djamila Ribeiro nasceu em 1980, e relata um caso que lhe ocorreu

Quando eu tinha onze anos, duas situações semelhantes aconteceram. Uma vez foi num ônibus intermunicipal, quando estava indo a São Vicente com minha mãe. O ônibus estava cheio, nós estávamos em pé e um homem se aproximou de mim. Eu era pequena ainda, mas brincava de tentar segurar na parte alta do suporte. Meus seios estavam crescendo, eu usava uma blusa um pouco cava e não entendia por que o homem, toda vez que eu erguia os braços e ficava na ponta dos pés, inclinava a cabeça em direção ao meu corpo. Eu me lembro dessa cena como se fosse hoje. Na minha inocência de criança, não entendia. Ao ver tudo, minha mãe se colocou entre nós dois e o homem se safou. (RIBEIRO, 2021, pp. 47-48).

Conversamos sobre essas questões sensíveis e questiono-me, neste momento, sobre como essas memórias das/es/os estudantes podem ter sido reprimidas durante anos, e quantas outras não estão dentro delas/es/us mesmas/os/es? Djamila afirma “eu reprimi essas experiências por muito tempo. Somente quando adulta fui perceber quão graves essas situações foram” (RIBEIRO, 2021, p. 49). Penso que esta situação também pode perpassar

a vida de muitas pessoas. Após dialogarmos, Alex, Mel e Rebecah continuaram o debate com a próxima canção, a qual convido a leitura.

**Desconstruindo Amélia – Pitty (2009)**

Já é tarde, tudo está certo  
Cada coisa posta em seu lugar  
Filho dorme ela arruma o uniforme  
Tudo pronto pra quando despertar  
O ensejo a fez tão prendada  
Ela foi educada pra cuidar e servir  
De costume esquecia-se dela  
Sempre a última a sair  
Disfarça e segue em frente  
Todo dia até cansar  
Uooh  
E eis que de repente ela resolve então mudar  
Vira a mesa  
Assume o jogo  
Faz questão de se cuidar  
Nem serva, nem objeto  
Já não quer ser o outro  
Hoje ela é o também  
  
A despeito de tanto mestrado  
Ganha menos que o namorado  
E não entende porque [...]  
Depois do lar, do trabalho e dos filhos  
Ainda vai pra *night* ferver

(**Estudante Alex**, 16 anos, 2º ano, bigênero lésbica e demisssexual).

(**Estudante Mel**, 16 anos, 2º ano, mulher pansexual).

(**Estudante Rebecah**, 16 anos, 2º ano, homem gay e demisssexual).

As estudantes Alex, Mel e Rebecah contam que escolheram a canção “Desconstruindo Amélia”<sup>27</sup> por representar o que seria o papel da mulher. Rebecah contou que a canção lembrou da mãe, que realiza todas as tarefas domésticas. De acordo com elas, a violência está na parte em que ela foi “feita”, ou seja, criada para ser assim, bem como em a mulher ganhar menos que o namorado.

A estudante Alex contou sobre o caso em que o padrasto não queria deixar a mãe trabalhar, mas que mesmo assim ela tentou, porém, não conseguiu. Problematizamos então sobre os papéis de gênero impostos socialmente, em como muitos homens acreditam ter o “direito de mandar e desmandar” nas mulheres.

---

<sup>27</sup> A canção completa está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ygcrRgVxMI>. Acesso em: 11 de julho de 2023.

Mas ainda assim, ao olhar para a canção *Desconstruindo Amélia* em diálogo com os estudantes, ressaltou para mim o fato da letra não colocar a mulher apenas como vítima, mas mostrar que mesmo diante de todas as adversidades ela não desistiu, ao contrário, (re)existiu. Continuando na conversa sobre essas questões, a estudante Retsu escolheu a música *Deixe-me ir*:

**Deixe-me Ir<sup>28</sup> - Acústico 1Kilo (participação Baviera, Knust e Pablo Martins) (2017)**

Menina, me dá sua mão, pense bem antes de agir  
Se não for agora, te espero lá fora, então deixe-me ir  
Um dia te encontro nessas suas voltas  
Minha mente é mó confusão  
Solta a minha mão, que eu sei que 'cê volta

O tempo mostra nossa direção  
Eu vou ficar, mas vou pela manhã  
Sem me despedir, vou antes do café  
Que é pra não te acordar, sei que não sou nenhum Don Juan  
Sou todo errado, mas tô certo que você me quer

(Estudante Retsu, 16 anos, 1º ano, mulher)<sup>29</sup>.

A estudante Retsu trouxe a música *Deixe-me ir* por expressar um relacionamento abusivo, em que o homem ora diz que vai ficar ora afirma ir embora, que a humilha e quer que ela vá atrás dele. A estudante Retsu compreende como um “relacionamento tóxico ‘bem de leve’”. Elas ainda colocaram que ao mesmo tempo em que ele parece dar a liberdade, ele a tira; e parece que “ela é dele, mas ele não é dela”. O estudante Sinon/Sinox entende que, na música, “ela é dele, mas ele não é dela”.

Dialogamos então sobre a reciprocidade nas relações afetivas, e para, além disso, problematizamos ainda até que ponto existe relacionamento tóxico “bem de leve”? Percebemos que o que há são relações violentas, e colocar algumas como mais “fortes” resultaria em uma hierarquização e na banalização de algumas violências.

As estudantes Cris e Hannah continuaram a conversa com a canção *Survivor*, equivalente em português a [*Sobrevivente*] que possibilita uma leitura de resistência.

---

<sup>28</sup> A canção completa está disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=TQ5DUv\\_ZwRg](https://www.youtube.com/watch?v=TQ5DUv_ZwRg). Acesso em: 11 de julho de 2023.

<sup>29</sup> Essa canção foi escolhida juntamente com mais duas estudantes que desistiram do projeto após este encontro, portanto utilizei apenas o nome da estudante Retsu, pois dentre as três é a única que permaneceu e havia escolhido um pseudônimo.

## Survivor - 2WEI

Thought I couldn't breathe without you I'm inhaling	Pensei que não poderia respirar sem você Eu estou inalando
You thought I couldn't see without you Perfect vision	Você pensou que eu não poderia ver sem você Visão perfeita
You thought I couldn't last without you But I'm lastin'	Você pensou que eu não poderia durar sem você Mas estou durando
You thought that I would die without you But I'm livin'	Você pensou que eu morreria sem você Mas estou vivendo
Thought that I would fail without you But I'm on top	Pensei que iria falhar sem você Mas eu estou no topo
Thought it would be over by now But it won't stop	Pensei que isso já estaria acabado agora Mas isso não vai parar
Thought that I would self-destruct But I'm still here	Pensei que iria me autodestruir Mas ainda estou aqui
Even in my years to come I'm still gon' be here	Mesmo nos meus próximos anos Eu ainda vou estar aqui
I'm a survivor I'm not gon' give up I'm not gon' stop I'm gon' work harder	Eu sou um sobrevivente Eu não vou desistir Eu não vou parar Eu vou trabalhar mais

(**Estudante Cris**, 16 anos, 2º ano, mulher bissexual).

(**Estudante Hannah**, 16 anos, 1º ano, mulher bissexual).

As estudantes Cris e Hannah escolheram a canção *Survivor*<sup>30</sup> por falar sobre uma pessoa que estava em um relacionamento tóxico, se sentia culpada e achava que não iria conseguir continuar a vida sem a outra pessoa, mas conseguiu sair desse relacionamento e resistir.

Diante disso, conversamos sobre a possibilidade e necessidade de resistirmos. A estudante Rebecah, então, lembrou do filme *Encanto* (2021), da *Disney*, em que a avó obriga uma das netas a ser a menina perfeita, mas ela afirma não aceitar se casar com seu pretendente. Quando faz isso, a personagem entoava uma canção “libertadora”, nas palavras da estudante, e começa a criar outros tipos de flores com seus poderes. De acordo com ela, essa é uma analogia que representa a liberdade e que ela está tornando-se quem de fato é.

---

<sup>30</sup> A canção completa está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0iC10hKsi20>. Acesso em: 11 de julho de 2023.

Para fomentar esse debate, o 5º *Favo de Resistência* estimulou a conversarmos sobre o conceito da violência de gênero, em que as/es/os estudantes produziram poesias e desenhos sobre a resistência. Vamos conhecê-lo?

## 2.5. 5º Favo de Resistência: “Roubando o brilho”

*Temos um exemplo de definição do feminismo: consiste na ‘resistência das mulheres em aceitar papéis, situações sociais, econômicas, políticas, ideológicas e características psicológicas que tenham como fundamento a existência de uma hierarquia entre homens e mulheres, a partir da qual a mulher é discriminada’ (Astelarra). Bastaria substituir os termos homens e mulheres por brancos e negros (ou índios), respectivamente, para ter uma excelente definição de racismo. Exatamente porque tanto o racismo como o feminismo partem das diferenças biológicas para estabelecerem-se como ideologias de dominação.*  
(Lélia Gonzalez)

Neste encontro conversamos sobre as formas da violência de gênero, em que as/es/os estudantes produziram poesias e desenhos de resistência a essa forma de violência.

Assim, iniciamos o 5º *Favo de Resistência* conversando sobre o conceito de violência de gênero, em diálogo com a frase da pensadora mineira, política, professora, filósofa e antropóloga Lélia Gonzalez (1935-1994), sobre a questão da interseccionalidade. Ao trabalharmos com o conceito de violência de gênero partimos do entendimento de que é uma entre muitas possibilidades e que também é um recorte, e que pode relacionar-se com outros tipos de violência, como a racial ou contra a criança, que abrange o conceito já refletido de interseccionalidade.

Para aprofundar o debate e desestabilizar as narrativas partilhadas, conversamos sobre o quadro na Figura 7, de autoria da artista visual, curadora e professora negra Rosana Paulino, nascida em 1967, na cidade de São Paulo.

Figura 7 - Série Bastidores.



Fonte: PAULINO (1997).

Ao entrar em contato com a imagem as/es/os estudantes Mel, Alex, Cris e Sinon/Sinox disseram que tinha algo na boca dela, como se fosse uma metáfora, a fim de mostrar que ela está sendo silenciada; também destacaram para o fato de que ela é uma mulher negra. Foi justamente esse o intuito de problematizar essa obra, ou seja, sobre a violência de gênero contra as mulheres negras, que até hoje sofrem com preconceitos que foram impostos desde a colonização. Um passado que não passa aguardando a/e/o historiador/a/e arrancar da mesmice e construir uma história a contrapelo, levando em conta que o messias somos nós (BENJAMIN, 1994).

Conversamos também sobre quem está sujeito à violência de gênero. Alex, Sinon/Sinox e Cris disseram que homens, mulheres, crianças ou qualquer um estava sujeito à violência de gênero. Problematicamos essas afirmações e, para desestabilizar o debate, discutimos sobre o documento *Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres*, elaborado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), vinculada à Presidência da República (2011), para compreenderem que a violência contra as mulheres se constitui como uma das principais maneiras de violação aos direitos humanos, atingindo o direito à vida, saúde e integridade física. Apesar de ser um fenômeno que a grande maioria das mulheres em distintas partes do mundo já foram vítimas, há poucos dados e estatísticas que mostram a dimensão do problema. A violência de gênero é uma forma de violência que atinge indivíduos em virtude da orientação sexual, sexo ou identidade de gênero, portanto,

homens também podem ser incluídos como vítimas, contudo, historicamente, é a violência dos homens contra as mulheres o fenômeno de maior ocorrência (SARDENBERG; TAVARES, 2016).

Problematizamos sobre a violência de gênero os termos que são comumente entendidos como sinônimos, como violência conjugal, contra a mulher, familiar e doméstica, todavia, podem adquirir significados distintos dependendo do contexto ao qual está sendo referido, bem como remontam de momentos históricos diversos.

Diante desse cenário, falamos sobre a necessidade de denúncia, momento em que compartilhei alguns números telefônicos para caso necessitassem de ajuda: Centro de Referência da Assistência Social - CRAS CENTRAL de Campo Mourão (44) 3525-0174; Disque Denúncia – 181; Secretaria dos Direitos Humanos (utilizado para denúncia ou suspeita de crimes contra a vida, de qualquer natureza e em favor de qualquer pessoa); e Delegacias especializadas de atendimento à mulher - 180. Compreendemos a importância da denúncia em casos de violência.

Após dialogarmos sobre a violência de gênero, percebemos que ela está presente em nosso cotidiano por meio das letras de canções, trabalhadas anteriormente no 4º *Favo de Resistência*, conversamos sobre a viabilidade deles fazerem uma poesia ou desenho, desconstruindo a narrativa violenta e machista que se encontra em nossa sociedade. Convido a leitura sensível de uma das produções das/es/os estudantes, frutos do diálogo desse *Favo de Resistência*. Vamos conhecer as imagens monadológicas?

Logo ao amanhecer  
Antes mesmo do sol raiar  
ela está de pé  
se preparando para a batalha  
pois o tempo não para e a luta é diária.

Por onde passa olhares de julgamento atrás  
Mas ela não teme  
o silêncio já não lhe pertence mais  
agora ela é temida  
ninguém compreende a fúria de uma mulher  
destemida.

Ama sem esperar algo em troca  
Voltar para a casa já é uma vitória  
luta pelos seus direitos  
afinal... a rua é perigosa  
admira suas conquistas, não tem medo da vida.

Deseja um mundo melhor

onde não precisa temer ao sair lá fora  
lágrimas caem  
a dor do passado em seus olhos...  
perfura seu coração, lhe dando emoção  
nunca desistirá  
de seu destino encontrar.  
Sua história se eternizará.  
(**Estudante Mel**, 16 anos, 2º ano, mulher pansexual).

### O soar

Batom vermelho  
Soa como sedução  
Marcas vermelhas  
Trazem a mesma impressão  
Sorrisos manchados se metamorfeiam  
Assim como as  
Cicatrices que crescem  
Na escuridão  
Um buquê de flores para  
Impressionar e mais um  
Para se desculpar  
(**Estudante Retsu**, 16 anos, 1º ano, mulher).

### Um amor puro entre duas bruxas



Desenhei as personagens Luz e Amity do desenho animado *The Owl house* [...]. A relação das duas vai sendo desenvolvida melhor na segunda temporada quando as duas começam a namorar oficialmente e acontece a

primeira cena de um beijo entre duas garotas em um desenho animado infantil da *Disney*. A protagonista Luz é confirmada bissexual e Amity lésbica.

(**Estudante Rebecah**, 16 anos, 2º ano, homem gay e demisssexual).

### Sonhos inesperados para uma sociedade preconceituosa



Eu quis representar duas pessoas que fogem do "padrão da sociedade" uma menina nada "feminina" e um menino nada "masculino" a menina tem o sonho de fazer parte da área da internet, e o menino tem o sonho de ser modelo e eles discutem sobre isso sem medo de serem julgados, sendo eles mesmos.

(**Estudante noombrilisme**, 16 anos, 2º ano, mulher pansexual).

Agressão é algo bem maior que apenas uma violação

Seja fisicamente ou psicologicamente  
Isso afeta todos igualmente

Conseguir nossos direitos tem uma enorme importância  
Mas se torna difícil quando ninguém tem tolerância

Acontece duas vezes e você acha que vai parar  
Mas quando vê está a ponto de matar  
(**Estudante Hannah**, 16 anos, 1º ano, mulher bissexual).

O que podemos pinçar dessas mônadas? Como elas nos deslocam? Que relação passado e presente elas nos remetem? É possível construir futuros mais promissores quando fazemos essa leitura? Em que medida essas mônadas rompem com o sempre igual?

Na poesia da estudante Retsu, ela nos chama a atenção para o ciclo da violência, onde há o período de “(re)conciliação”, “tensão” e “agressão”. Ao olharmos para sua produção, como não refletir sobre: quantas mulheres não sofrem diariamente com essas violências? Quantas não se escondem dia após dia por trás de camadas de maquiagem para que as marcas vermelhas não apareçam? E ainda, quantas não recebem um “desculpa, ‘meu amor’”, trouxe essas flores para você a fim de provar meu arrependimento”? E mais uma vez o ciclo se repete, são manchas que aumentam cada vez mais.

Em diálogo com a produção da estudante Hannah, a violência “acontece duas vezes e você acha que vai parar, mas quando vê, está a ponto de te matar”. E em muitos casos, essa é a forma na qual o ciclo de violência termina. Nas palavras da mesma estudante, “agressão é algo maior que apenas uma violação”, é também violência física e psicológica, ambas presentes nesse ciclo. Contudo, cabe destacar que essas violências não acometem a todas/es/os igualmente, pois apesar de estarmos sujeitas/es/os a elas, a proporção não é a mesma, por exemplo, mulheres negras sofrem mais violências do que mulheres brancas, conforme dialogado anteriormente.

Contudo, mesmo diante dessa triste e horrível realidade, é possível resistir, e é esse o convite que a estudante Mel nos faz em sua poesia, onde narra a história de uma mulher que mesmo antes do sol nascer já está “se preparando para a batalha, pois o tempo não para e a luta é diária”. É uma mulher que enfrenta os perigos da rua e, portanto, “voltar para casa já é uma vitória”, e que carrega consigo a “dor do passado”. Reflito, então, quantas mulheres não conhecemos que lutam diariamente? Quantas não passaram por situações de violências e mesmo assim continuam resistindo? E quantas de nós não enfrentamos em nosso dia a dia os perigos da rua? No diálogo com a estudante Mel, “a luta é diária”.

Parte de nós sonha com uma sociedade outra, em destaque a estudante noombrilisme, que intitulou seu desenho como “sonhos inesperados para uma sociedade preconceituosa”, em que representa um menino e uma menina com anseios que fogem do “padrão da sociedade”, e que conversam livremente sobre isso sem medo do julgamento.

Quantas/es/os de nós não desejamos nos livrar das amarras sociais? De fugir desses padrões machistas, heteronormativos e patriarcais?

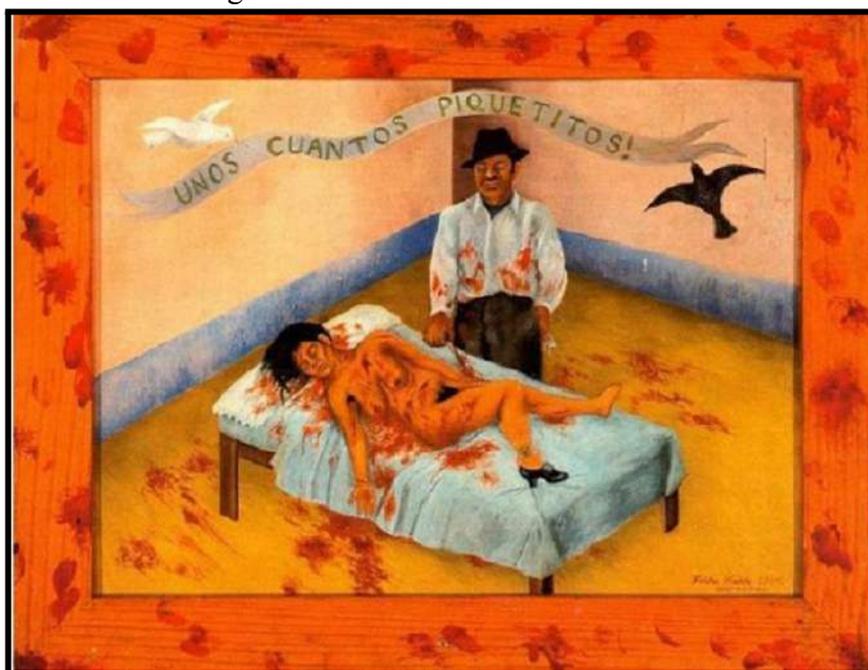
Nesse sentido, leio a narrativa e o desenho da estudante Rebecah enquanto um avanço nessas lutas. Ela retrata um casal de meninas lésbicas que estão presentes em uma animação, em que, de acordo com a estudante, é nesse desenho, chamado *Lumity*, que dão o primeiro beijo lésbico da *Disney*. Assistimos recentemente à duras críticas de personagens políticos e públicos de direita quanto à *Disney*, que “estariam corrompendo as crianças”, em razão da personagem Elza, do desenho *Frozen*, que seria lésbica. Críticas essas sem o menor sentido e que, mesmo se a personagem tivesse essa orientação sexual, continuariam sem fundamentação. Aliás, o argumento é o preconceito, e um desenho que foge do “meninas usam rosa e meninos, azul”, tende a causar pânico em pessoas machistas, LGBTfóbicas e preconceituosas. E não seria justamente isso talvez que precisemos ao nosso redor, de críticas? Portanto, o desenho *Lumity*, pode ser lido como uma forma de resistência, que mesmo sendo uma produção estadunidense, há os brasileiros enquanto uma parcela de seu público. Em que uma das características da animação é a representatividade, algo pelo qual lutamos diariamente.

Para continuarmos nossa conversa, convido a leitura das fotografias dos locais que os estudantes entendiam que poderia ocorrer à violência de gênero, a fim de que possamos dialogar sobre alguns tipos de violência e formas de combatê-la, para que construamos um mundo outro. Partilho o 6º *Favo de Resistência*.

## **2.6. 6º Favo de Resistência: Umas facadinhas de nada**

Iniciamos o 6º *Favo de Resistência* com a leitura da obra de arte de Frida Kahlo intitulada *Umas Facadinhas de Nada* (Figura 8) na relação com as suas experiências vividas. A artista representa um caso que aconteceu no México, onde o marido assassinou a esposa e na frente do juiz disse: “foram só umas facadinhas de nada”. Kahlo então exprime sua dor frente ao ocorrido, mostra o sofrimento, a apatia do marido e chega ao ponto de o sangue sair para fora do quadro, como se fosse nos tocar. A proposta com a obra foi refletir sobre como a violência ocorre dentro de casa e chega até o feminicídio.

Figura 8 - Umás Facadinhas de Nada.



Fonte: KAHLO (1935).

Junto com a obra de arte, realizamos a leitura do fragmento do livro *Contos de amor rasgados* da escritora Marina Colasanti. A autora nasceu em 1937, na colônia de Eritreia, é africana e escreve contos e poesias. O objetivo ao trabalhar com o conto abaixo foi pensar coletivamente alguns traços de uma relação abusiva e a violência institucional, que legitima padrões machistas de comportamentos.

### De água nem tão doce

Criava uma sereia na banheira. Trabalho, não dava nenhum, só a aquisição de peixes com que se alimentava. Mansa desde pequena, quando colhida em rede de camarão, já estava treinada para o cotidiano da vida entre azulejos.

Cantava. Melopeias, a princípio. Que aos poucos, por influência do rádio que ele ouvia na sala, foi trocando por músicas de Roberto Carlos. Baixinho, porém, para não incomodar os vizinhos.

Assim se ocupava. E com os cabelos, agora pálido ouro, que trançava e destrançava sem fim. "Sempre achei que sereia era loura", dissera ele um dia trazendo tinta e água oxigenada. E ela, sem sequer despedir-se dos negros cachos no reflexo da água da banheira, começara dócil a passar o pincel.

Só uma vez, nos anos todos em que viveram juntos, ele a levou até a praia. De carro, as escamas da cauda escondidas debaixo de uma manta, no pescoço a coleira que havia comprado para prevenir um recrudescer do intestino. Baixou um pouco o vidro, que entrasse ar de maresia. Mas ela nem tentou fugir. Ligou o rádio, e ficou olhando as ondas, enquanto flocos de espuma caíam de seus olhos.

(COLASANTI. 1986, p. 77-8.).

Tencionamos a obra de arte e a leitura com o vídeo<sup>31</sup> intitulado “Campanha Call - Maria da Penha” e que trata da violência doméstica, promovido pelo Instituto Maria da Penha. O instituto foi criado em 2018 por Maria da Penha, com o intuito de combater, conscientizar, promover e apoiar ações sociais relacionadas à violência doméstica.

Após a leitura da obra de arte, literária e o vídeo, as/es/os estudantes estabeleceram uma relação entre a obra de arte, o fragmento da poesia e o videodocumentário e produziram uma narrativa escrita que compartilhamos com o grupo. Partilho com você, estimado/a/e leitor/a/e, essas mônadas:

### **Algo sem valor**

A relação que eu vi entre o quadro, o texto e o vídeo foi como a mulher ficou vista como algo sem valor, sem opinião e sem local de fala.

Na imagem ela não teve nem a chance de se defender, e para o homem aquilo parecia não ter importância alguma, algo bem semelhante ao vídeo. No texto parece ser algo com mais relação à fala e como ela parece ser controlada – que também tem muita relação com os conteúdos mostrados.

(**Estudante noombrilisme**, 16 anos, 2º ano, mulher pansexual).

### **Repugnantes**

Acredito que o vídeo, a poesia e a obra de arte transmitem o mesmo sentimento sobre a violência de uma forma explícita e metafórica para conscientizar mesmo.

A forma no qual é retratada mostra como esses atos de agressões são repugnantes e devem ser parados, as opressões que as mulheres sofreram ao longo dos anos sofrem até os dias de hoje é totalmente injusta e sem sentido.

(**Estudante Mel**, 16 anos, 2º ano, mulher pansexual).

### **Um absurdo tão grande**

Os três têm relações em comum, retratam a “imagem” da mulher na sociedade.

A obra e o vídeo documentário abordam sobre a violência sofrida pela mulher, onde muitas acabam entrando num relacionamento tóxico sem perceber e, na maioria das vezes, são violentadas, tanto fisicamente quanto psicologicamente, e em alguns desses casos, pode acontecer de resultar em morte, por esse motivo é sempre importante buscar ajuda, optando pela denúncia. A crônica fala sobre como a mulher é vista pelas pessoas, mostrando os padrões que ela deve seguir, sendo uma pessoa delicada, onde desde sua infância é “treinada” para cuidar da casa. Como elas cresceram convivendo com essa ideia, acabam achando normal um absurdo tão grande desses, construído pela sociedade machista, e quando essas mulheres saem desse padrão, são vistas com maus olhos.

(**Estudante Alex**, 16 anos, 2º ano, bigênero lésbica e demissexual).

---

<sup>31</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=A6CslhHgTrA>. Acesso em: inserir mês e ano do acesso.

### **Todos falam**

Todos falam sobre violência às mulheres... no vídeo fiz que na quarentena 50% dos casos de violência doméstica aumentaram, no texto relaciona a manipulação psicológica.

(**Estudante Sinon/Sinox**, 17 anos, 2º ano, homem heterossexual).

### **No “comando”**

Nos três casos é sempre um homem no “comando”.

**Estudante Rebecah**, 16 anos, 2º ano, homem gay e demisssexual).

### **Manipulava demais**

Em todos ocorria violência doméstica ou deu a entender por isso, e na maioria deu a entender que o homem manipulava demais, tipo achando que sabe o que é bom para elas.

Algumas pareciam aceitar essas coisas que aconteciam com elas ou tinham medo de fazer algo contra.

(**Estudante Cris**, 16 anos, 2º ano, mulher bissexual).

### **Independente de sua forma**

Em minha opinião o que relaciona os três artigos seria a violência retratada neles independente de sua forma, ou seja, tanto física quanto psicológica.

(**Estudante Retsu**, 16 anos, 1º ano, mulher).

Ao olhar para as mônadas acima em diálogo com as narrativas das/es/os estudantes, flagro possibilidades de reflexões. Foram demonstradas violências, “independente de sua forma, ou seja, tanto física quanto psicológica”, nas palavras de Retsu. E é sempre um “homem no ‘comando’”, como nos chama a atenção a estudante Rebecah. Em diálogo com essas narrativas, a estudante Cris coloca que nos três casos ocorria a violência psicológica e que “deu a entender que o homem manipulava demais”. Mas afinal, será que podemos falar em uma manipulação “demais”? Será que não seria apenas “manipulava”? Pois até que ponto colocar adjetivos de intensidade não seria estabelecer que as manipulações “menos frequentes” não seriam importantes? Ou ainda menos grave?

Assim, não estaríamos em concordância com a ideia construída socialmente de que a mulher é “vista como algo sem valor, sem opinião e sem local de fala”, nas palavras da estudante noombrilisme. E quantas vezes não somos silenciadas? Quantas? Mas ainda assim, o vídeo não pode ser lido como uma forma de resistência?

A estudante Alex nos chama a atenção de que no vídeo, trecho literário e obra de arte “transmitem o mesmo sentimento sobre a violência de uma forma explícita e metafórica para conscientizar mesmo”. E quantas outras criações e representações em nossa sociedade não podem ser lidas como formas de conscientização? Quantas dessas conscientizações são necessárias para findar esses acontecimentos? Afinal, como nos narra a estudante Alex, “é sempre importante buscar ajuda, optando pela denúncia em todos os casos de violência, independente de sua.

Posteriormente, conversamos sobre a violência doméstica e a violência institucional a partir da pintura, fragmento literário e vídeo da campanha *Call*. As/es/os estudantes fizeram comentários sobre suas experiências pessoais de vida. A estudante noombrilisme afirmou que sua mãe nunca disse de quem ela deveria gostar ou não, e que não se sentia excluída por gostar de meninas na escola, todavia, em outro momento, narra que em uma escola militarizada da cidade, os outros estudantes a excluíam dos trabalhos e conversas, e que quando iam falar com ela, era apenas para saber sua sexualidade, o que mostra que há diferentes recepções por parte das escolas a respeito dessa questão. Em relação à mãe, ela não contou sua sexualidade por medo de sua reação. Entretanto, a mãe um dia perguntou se ela gostava apenas de meninas ou também de meninos. A estudante noombrilisme afirma ser pansexual, porém, para não a confundir, disse que era bissexual, e a reação da mãe foi de alívio. Ela continua contando que a família não aceitou muito bem, e que houve um momento em que a mãe a obrigou a usar maquiagem, além de outro período em que ela ainda não sabia que gostava de meninos e que a mãe pensou que ela queria “virar um menino”.

Já com a estudante Rebecca foi ao contrário, a família pensou que ele queria “virar uma menina” por usar roupas e acessórios considerados socialmente como de mulher, bem como o chamavam de “mulherzinha”. Essas narrativas representam violências estruturais de gênero e sexualidade, na qual os indivíduos deixam, muitas vezes, de ser o que são e de fazer o que querem para se enquadrar nos padrões binários heteronormativos. Até quando continuaremos com essas violências?

Além disso, as/es/os estudantes compartilharam que, em virtude da pandemia, as pessoas ficaram mais em casa, e isso as deixou mais estressadas, juntamente com a perda de emprego e o fato de às vezes não gostar mais da convivência da parceira, e que esses eram algumas das causas da violência doméstica. Nesse momento, conversamos sobre o fato de que nada justifica uma violência, e que a pandemia tirou das pessoas outros espaços de convivência, mas que eram, para além disso, espaços de fuga, tais como a escola, o trabalho, a

igreja, a convivência com outros familiares. Esses locais eram também de resistência para muitas crianças, adolescentes LGBTQIAPN+s e mulheres (o que para outros poderia ser justamente ao contrário).

Ainda nesse contexto de narrativas de resistência, a estudante Rebecah comentou sobre uma novela exibida pela Tv aberta na Rede Globo na qual havia uma personagem homem trans e que a atriz que fazia esse papel era uma mulher cis, sendo essa uma problemática, mas que mesmo diante da violência que a personagem sofria, conseguiu resistir, e, ainda assim, sofreu represálias da mãe por ser trans. Fiquei surpresa com a narrativa da estudante, pois muitas vezes eu mesma acabo pensando em exemplos heteronormativos justamente por não conhecer muito além disso, e percebo o quanto tenho aprendido com as/es/os protagonistas da pesquisa,

Mais uma vez conversamos sobre como a violência de gênero não atinge as pessoas da mesma forma, e que marcadores sociais como classe, raça, faixa etária, religião, fazem com que os indivíduos estejam mais ou menos sujeitos à violência. Diante disso, a estudante Cris narrou que havia um *anime* onde um samurai negro conseguiu um posto extremamente difícil de ser alcançado, e que por isso, e em razão de ter uma pele de uma tonalidade nunca visto antes, o comandante mandou lavá-lo para “tirar a prova” de que ele realmente era negro. Outro estudante partilhou as suas experiências vividas, ao contar que as pessoas negras nos desenhos animados que assiste são sempre as primeiras a morrerem ou que são retratadas como vilões. Eles comentaram também sobre a série *Todo mundo odeia o Chris*, que abre brechas para pensarmos o racismo e a disparidade social. A/e/o estudante disse também que nos “Estados Unidos é mais normal ser negro, no sentido de que tem menos preconceito”, problematizei com elas/es/us essa afirmação, já que o cenário estadunidense é racista e violento. Conversamos sobre racismo e violência de gênero, seus pontos de entrecruzamento e distanciamentos, bem como problematizamos a temática.

Entendo como importante ressaltar que os Estados Unidos é um país racista, que teve em sua formação a segregação racial. E apenas em 2 de julho de 1964 foi decretada a Lei de Direitos Civis, que findou esse período. Contudo, a violência continuou. E até nos dias de hoje há movimentos estadunidenses que buscam acabar com o racismo, tais quais

Black Lives Matter [Vidas Negras Importam], Dream Defenders [Em defesa dos Sonhos], Black Youth Project 100 [Projeto Juventude Negra 100], Justice League NYC [Liga da Justiça da Cidade de Nova York] e We Charge Genocide [Denunciamos o Genocídio] são algumas das organizações da nova geração que têm construído modelos de lideranças renovadas que

reconhecem quão importantes são as visões feministas negras para o desenvolvimento de movimentos negros radicais viáveis no século XXI. (DAVIS, 2018, p. 85).

Além disso, segundo a professora e filósofa estadunidense Angela Davis (2018), quem acredita que a escravidão não tem mais qualquer influência na sociedade por ter sido abolida no século XIX, não compreende que os elementos culturais e estruturais ainda estão presentes nos dias atuais. Tal qual na sociedade brasileira, conforme narra a filósofa Djamila Ribeiro acerca de uma experiência pessoal

As coisas na escola, porém, seguiram com as mesmas naturalizações de violência. Adorava quando você mexia nos meus cabelos mas, no resto do tempo, eu os detestava. Implorava para meu pai me deixar alisá-los. Quando a permissão veio, eu tinha a ilusão de que ficariam iguais aos das mulheres brancas nas capas de revistas [...]. Eu queria levar pente e escova para a escola como as meninas brancas faziam. No recreio, elas sentavam em um lado específico do pátio e ficavam escovando os cabelos enquanto conversavam e eram admiradas pelos meninos. Numa das primeiras vezes que alisei o cabelo, também levei minha escova. Sentei ao lado de uma das meninas e fiquei ali, satisfeita, passando a escova que passava com mais facilidade nos fios alisados. Por um momento, foi uma sensação incrível até ouvir um garoto mais velho me atacar: “Cuidado para não quebrar o pente!” [...]. (RIBEIRO, 2021, pp. 30-31).

O que quero destacar é que a sociedade “mais cedo em razão do racismo, desde o nascimento, fragiliza o acesso à saúde e os isola em empregos que muito rapidamente exaurem seus corpos” (VERGÈS, 2021, pp. 20-21). O racismo está, portanto, enraizado em nossa sociedade brasileira, tal qual em outros países. E devemos entender que é normal ser de qualquer raça, e o que não é normal é o preconceito, a discriminação, o ódio.

Continuamos a conversa, e em virtude de terem entrado no assunto de animes e mangás, as/es/os estudantes pontuaram também que as mulheres são sexualizadas nesses meios. A estudante Cris citou o mangá *Kobayashi Maid Dragon*, onde meninas são hipersexualizadas, com seios extremamente grandes, cintura fina, quadris e coxas mais alargadas, ou seja, um corpo de uma mulher adulta em adolescentes de 15/16 anos. Alex e Sinon/Sinox comentaram que isso também está presente nos jogos, e que há um jogo voltado para meninas, no qual elas também são sexualizadas, assim como em outros da modalidade RPG<sup>32</sup>, e que as armas das mesmas são bonecas semi-nuas. Ou seja, até mesmo nesse

---

<sup>32</sup> Sigla em inglês que significa *Role-playing game* e que designa uma modalidade de jogo na qual os jogadores entram em um mundo fictício, assumindo o papel de personagens imaginários, como magos e arqueiros, por exemplo.

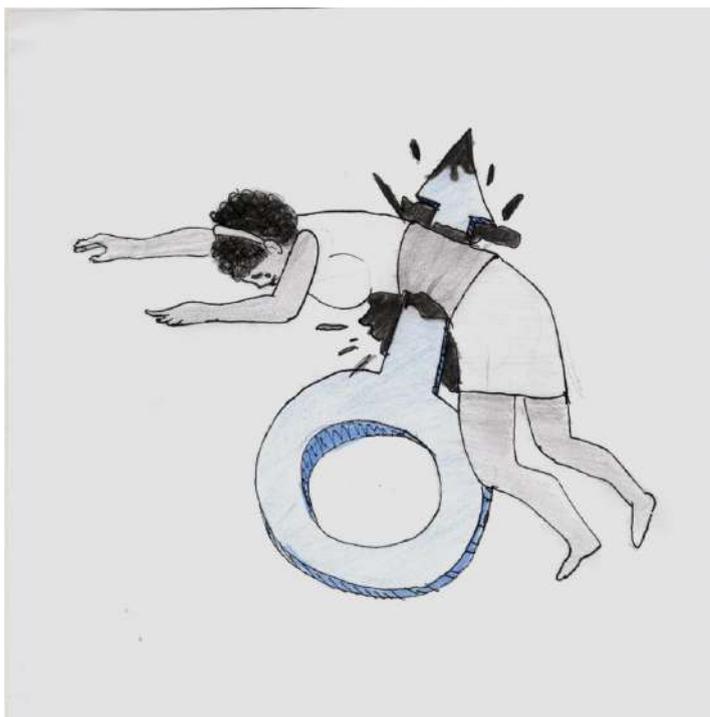
ambiente a questão dos papéis sociais estão presentes. Conversamos um pouco das problemáticas dessas representações e da questão de que se fazem esse tipo de material, é porque tem um público consumidor.

Ao final desse encontro, percebi que as/es/os protagonistas da pesquisa guiaram a oficina para outras realidades e espaços nos quais a violência de gênero está presente. Isso é um trabalho de via de mão dupla (FRISCH, 2016), pois os estudantes foram colocando as suas preocupações e ampliando a reflexão no diálogo com as suas experiências vividas.

Tanto na obra de arte, no fragmento da literatura e no vídeo há violência. Seja em ambientes domésticos ou fora deles, na pandemia ou não, em acontecimentos que vieram à público ou não, a violência está presente. Em razão dessa multiplicidade de ambientes, no segundo momento da oficina, a proposta discutida foi a possibilidade que as/es/os participantes fotografassem locais nos quais entendiam que a violência de gênero poderia ocorrer independentemente se fossem locais públicos e privados, facilmente identificados ou não, na zona urbana ou rural. Foi aceita pelo grupo a atividade, inclusive eles fizeram algumas sugestões para agregar essa oficina.

Compartilho com você, querido/a/e leitor/a/e, a produção do estudante Sinon/Sinox realizada para o 5º *Favo de Resistência*, mas que ele fez após esse encontro e por remeter a obra da artista Frida Kahlo, optamos por partilhar neste momento.

#### Umás facadinhas de nada



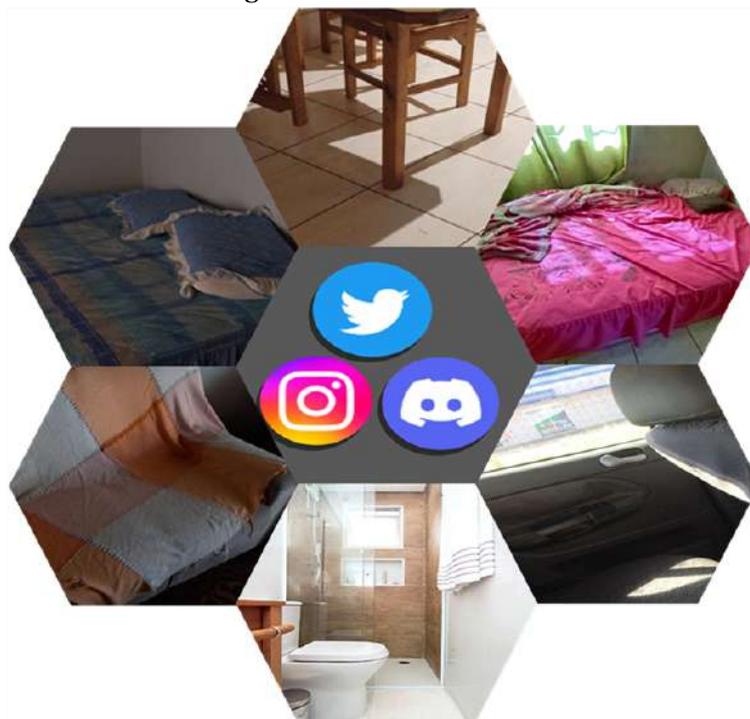
[...] eu peguei da internet esse desenho porque estou com um bloqueio criativo no momento :( não consegui criar nada, mas, o desenho deixa bem visível o machismo, que inclusive me lembrou “foi só umas facadinhas de nada” que estudamos, é triste imaginar que acontecia coisas assim e ainda acontece hoje.

(**Estudante Sinon/Sinox**, 17 anos, 2º ano, homem heterossexual).

Enquanto pesquisadora de gênero, sei o quanto o machismo fere, restringe e aniquila as pessoas, em especial, as mulheres. Mas ainda assim sempre fico surpresa quando percebo esse machismo na realidade e nas produções das/es/os estudantes. O desenho do estudante Sinon/Sinox representa isso, e ainda o faz por meio de uma mulher negra. Podemos refletir o quanto uma obra de arte pode tocar uma pessoa, a ponto de refletir sobre sua própria realidade? E também as condições das mulheres negras em um viés interseccional: afinal, quantas mulheres negras não são diariamente vítimas de violência de gênero e racismo? Como não parar para refletir depois de uma representação tão sensível, o que dizer depois de uma imagem que fala por si só?

Convido você, caro/a/e leitor/a/e, a conhecer as *Montagens Alveolísticas*, em que cada fotografia estudantil representa um alvéolo, e ao juntá-los, formam um pequeno e potente favo. Optamos por não identificar as/es/os autores das fotografias, pois na exposição também não o fizemos, e em um dos dias da mostra artística cultural, dois familiares de um/a/e participante compareceu, e reconheceu um dos locais e tentaram descobrir qual pseudônimo a pessoa havia escolhido. Portanto, o que inserimos na dissertação foram trechos das narrativas que as/es/os estudantes fizeram para suas fotografias. Vale destacar que tivemos inúmeras fotografias dos mesmos locais, por exemplo, da cama, assim, não é possível relacionar a imagem a quem a produziu.

### *1ª Montagem Alveolística: Em nossos “lares”*



A cama eu escolhi porque [...] é um local onde é bem comum que aconteça mais coisas porque é lugar fechado e íntimo [...], e o sofá é parecido com o motivo da cama, e é um lugar que normalmente é mais rápido de se levar a vítima.

(**Estudante noombrilisme**, 16 anos, 2º ano, mulher pansexual).

Muitas vezes as pessoas usam seu quarto como um lugar seguro, mas nem sempre é.

(**Estudante Cris**, 16 anos, 2º ano, mulher bissexual).

No *Facebook* contém muitas pessoas mais velhas, muito idoso que dá em cima de jovens, e o *Twitter* é um campo minado, acho horrível um aplicativo como esse ser de tão fácil acesso pra qualquer um mesmo contendo conteúdos +18.

(**Estudante Rebecah**, 16 anos, 2º ano, homem gay e demisssexual).

Sei alguns de casos de agressão sexual domésticos ou até mesmo assassinato por traições (isso acontecia com mais frequência antigamente, mas não deixa de acontecer). Como exemplo disso, em um dos nossos encontros, na oficina, falamos de um homem que matou sua mulher por traição e no tribunal o homem disse: “foi só umas facadinhas”.

(**Estudante Sinon/Sinox**, 17 anos, 2º ano, homem heterossexual).

Casos de violência também estão presentes em carros até de aplicativos, eles acham as vítimas fáceis porque estarão "presas" e sem saída então fazem o que bem entendem sem nenhum remorso. Em casa é onde normalmente ocorre a maioria das violências porque é onde menos podemos esperar, os

parentes muitas vezes sabem nossos pontos fracos e usam isso contra nós, pode ser psicologicamente, e já presenciei fisicamente também.

(**Estudante Hannah**, 16 anos, 1º ano, mulher bissexual).

A violência infelizmente é algo que está presente em todos os lugares, seja em igrejas, redes sociais, escolas ou até mesmo dentro de casa, por mais terrível que seja, essa é a realidade! É muito triste pensar que não estamos seguros em nenhum lugar. Principalmente os que deveríamos chamar de lar.

(**Estudante Mel**, 16 anos, 2º ano, mulher pansexual).

Ao olhar especificamente para as fotografias e narrativas dessa primeira Montagem Alveolística, intitulada *Em nossos 'lares'*, vemos o espaço doméstico sendo representado por meio das camas, sofá, banheiro e cozinha. Além do carro e das redes sociais, que poderiam estar também em outras *Montagens Alveolísticas*, mas que optamos em alocá-las nessa em razão de que em muitas viagens familiares ocorrem assédios e estupros com as crianças e adolescentes nos automóveis, além de que, por vezes, indivíduos que têm celular não conseguem acessar as redes sociais em diversos locais por não terem um pacote de dados móveis, ou mesmo, por não terem celular, mas possuírem computador em suas casas.

Na fotografia do carro, a estudante Hannah nos convida à reflexão sobre a violência que ocorre em muitos carros de aplicativos. Quantas mulheres são violentadas diariamente nesses automóveis? Quantos motoristas desviam de suas rotas, trancam o carro e violentam as passageiras? Além disso, quantas crianças e adolescentes são estupradas em viagens, em que familiares e amigos estão sozinhos no banco de trás? Ou mesmo, quantos familiares, namorados e conhecidos estupram mulheres já adultas em “caronas”?

Arelada a essa questão estão as violências contra crianças e adolescentes nas redes sociais, como o *Facebook*, conforme denunciado pela estudante Rebecah, em que homens mais velhos são os criminosos. Quantas crianças e pré-adolescentes têm acesso às redes sociais e são assediadas/es/os e estupradas/es/os nesses meios? E, conforme a Lei nº 12.015/2009, considera estupro de vulnerável “ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos (BRASIL, 2009), mesmo que em ambientes virtuais.

A mesma estudante relata que no *Twitter* são divulgados conteúdos considerados como “+18”, entendidos como aqueles de conotação sexual, frequentemente explícitos. Essa é a realidade de inúmeras redes sociais, pois são usadas em favor da pornografia e da sexualização de crianças e adolescentes. Até quando iremos fechar nossos olhos para essas questões nas redes sociais? Sendo que muitas delas iniciam-se dentro de “nossas” casas.

Essas são algumas possibilidades de leituras das fotografias das camas, cadeira, sofá e banheiro: quantas crianças são estupradas nesses locais? Quantas/es/os adolescentes não se refugiam em seus quartos para tentar fugir de violências? Quantas esposas não têm seus corpos como “posses” de seus esposos e ouvem que “não existe estupro no casamento”?

O estudante Sinon/Sinox narra “sei alguns de casos de agressão sexual domésticos ou até mesmo assassinato por traições”. Em diálogo com as narrativas das/es/os estudantes, pergunto-me: quantas dessas violências as/es/os participantes-colaboradores dessa pesquisa não foram e ainda são expostos cotidianamente? Pelo que dialogamos nas oficinas, entendo que muitas. E se fôssemos pensar em uma escala maior, como, por exemplo, no contexto mourãoense, a realidade, provavelmente, seria ainda mais assustadora?!

Faço das palavras da estudante Mel, as minhas: “é muito triste pensar que não estamos seguros em nenhum lugar”, nem mesmo ao “ar livre”. Convido, então, ao diálogo com a 2ª *Montagem Alveolística*.

### *2ª Montagem Alveolística: Ao “ar livre”*



Imagino que já tenha acontecido muitos casos de estupro em terrenos mais vazios e escuros ou até mesmo abandonados.

(**Estudante Sinon/Sinox**, 17 anos, 2º ano, homem heterossexual).

As ruas [...] é um lugar movimentado e que pode acontecer de tudo, um é mais aberto, com movimento, e no outro é mais reservado e coberto pela árvore que aparece, sendo mais apropriado para acontecer algo e ninguém ver.

(**Estudante noombrilisme**, 16 anos, 2º ano, mulher pansexual).

Nas fotografias, pode acontecer de qualquer tipo de preconceito estar presente, tanto racismo, como citado nos *prints*, homofobia, machismo, diferença de classe, assédio...

Bom, nas [...] fotografias das construções é muito comum de acontecer com que esses trabalhadores assediem as mulheres que passam em frente a obra, tanto quanto palavras ou até mesmo olhares inadequados, algo que já aconteceu com a minha presença, de um pedreiro assoviar pra minha prima.

(**Estudante Alex**, 16 anos, 2º ano, bigênero lésbica e demissexual).

[A violência] Tem bastante nos lugares onde as pessoas não te conhecem, e você pode fazer as coisas quase ou praticamente livre de punições.

(**Estudante Cris**, 16 anos, 2º ano, mulher bissexual).

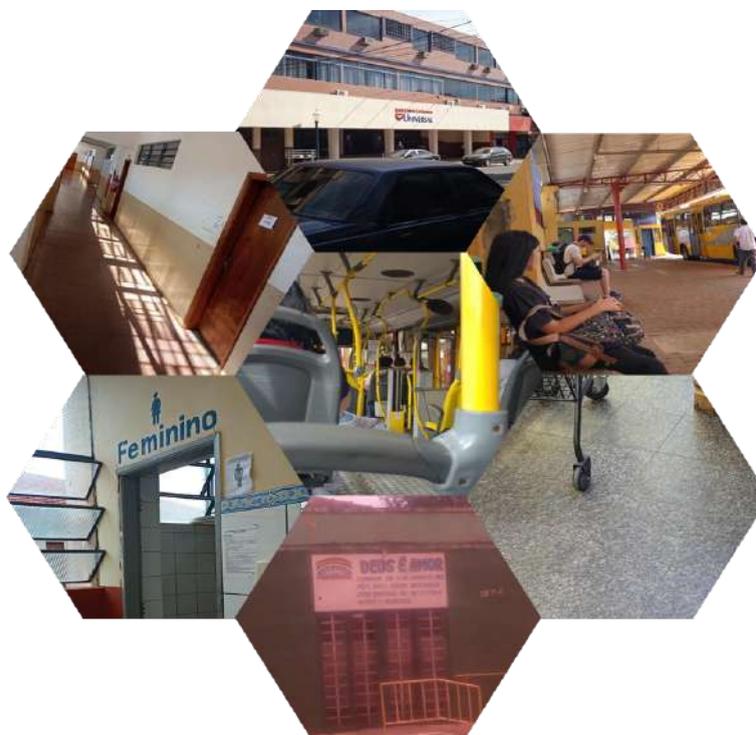
Nas ruas as pessoas são agredidas fisicamente e psicologicamente por estranhos, a maioria dos casos é homofobia, por não estarem nos padrões, alguns pensam que é errado [não estar dentro desses padrões] e partem para a agressão sem muitos motivos.

(**Estudante Hannah**, 16 anos, 1º ano, mulher bissexual).

“Ao ar livre”, mas será que esses locais das fotografias são livres mesmo? As/es/os estudantes fotografaram becos, praças, ruas movimentadas, escuras, locais abandonados e em construção. A estudante Cris nos provoca para a reflexão acerca da impunidade que acomete os violentadores nesses locais “públicos”. Quantos casos não vivenciados ou ouvimos falar de homens que tiram fotos das mulheres subindo escadas ou quando as mesmas estão de saias? Ou de pessoas que têm seus corpos tocados sem sua permissão nas ruas? E mesmo que são assediadas, chamadas de “gostosas/es/os”, por exemplo? Quantas?

Há ainda uma maior vulnerabilidade para com as pessoas LGBTQIAPNs que, nas palavras da estudante Hannah, ocorrem “por não estarem nos padrões, alguns pensam que é errado [não estar dentro desses padrões] e partem para a agressão sem muitos motivos”. Quantos homens *gays* não são espancados nas ruas? Quantas mulheres LGBTQIAPNs não sofrem estupros corretivos nesses espaços? Quantas travestis não são violentadas nas ruas, como se seus corpos fossem “terra de ninguém”? A violência é interseccional, perpassa por sexualidades, sexo, gênero, raça, classe, faixa etária, entre outras categorias. Violências estas presentes também em instituições públicas e privadas. Convido, portanto, a leitura da 3ª *Montagem Alveolística*.

### 3ª Montagem Alveolística: Em “instituições”



Na foto da sala de aula, ocorre o assédio, principalmente entre as mulheres, em alguns casos, pode até acontecer estupro. Além da homofobia, de homossexuais e trans acabarem sendo excluídos ou então violentados. O pensamento machista, entre alguns alunos, também está presente.

(**Estudante Alex**, 16 anos, 2º ano, bigênero lésbica e demissexual).

As vezes em um lugar em que você menos espera [...]. E nem sempre quando você tem a supervisão de um responsável, quer dizer que você esteja seguro.

(**Estudante Cris**, 16 anos, 2º ano, mulher bissexual).

O mercado também pode significar lojas ou outros comércios, algumas pessoas se recusam a atender pessoas fora dos padrões, às vezes pelo estilo ou pela sexualidade, e até mesmo os ofendem, como aconteceu com uma amiga minha.

(**Estudante Hannah**, 16 anos, 1º ano, mulher bissexual).

Nas imagens dessa *Montagem Alveolística*, há duas igrejas, um banheiro de uma escola, um dos corredores da Unespar, o terminal, o interior de um ônibus e de um mercado. A estudante Alex conta que em sala de aula ocorre assédio, e “pode até acontecer estupro”, além de nos provocar a reflexão para a comunidade LGBTQIAPN+, que, muitas vezes, são excluídas/es/os ou violentadas/es/os. E mesmo com a “supervisão de um responsável”, o perigo ainda pode ocorrer, conforme a estudante Cris.

Locais de convívio social são também espaços de violências. Da mesma forma que a escola, as igrejas também propagam essas ações criminosas. Por vezes, pela “cura gay”, por estupros, assédios ou violências verbais e psicológicas. Quantos casos não sabemos que vão ao encontro dos exemplos mencionados acima? Pensar que nem ao menos em locais religiosos as pessoas estão “salvas” dessas questões é algo que me faz refletir enquanto pesquisadora: que “mundo” essas pessoas buscam? Quais pessoas religiosas são essas que propagam a violência e são criminosas? Evidentemente que não podemos generalizar as religiões, nem ao menos os indivíduos que as frequentam, mas é necessário fazermos essas reflexões, pois convidam à uma leitura crítica da realidade, que muitas vezes é violenta, machista, misógina, preconceituosa e LGBTfóbica.

Essas são algumas dentre várias questões que as fotografias, agrupadas em *Montagens Alveolísticas*, nos permitiu pensar. E, para não findar a conversa, propomos pensar em mulheres que resistem cotidianamente às mais diversas violências. Para tanto, convido as/es/os leitoras/es a realizar a leitura do 7º *Favo de Resistência*.

## **2.7. 7º Favo de Resistência: “Antes era comum as mulheres ficarem em casa”**

*Eu não terei a minha vida reduzida. Eu não vou me curvar ao capricho ou à ignorância de outra pessoa.*  
(bell hooks)

No 7º *Favo de Resistência* trabalhamos sobre o estupro e a violência contra travestis e trans. Para iniciarmos o debate, convido a leitura da exposição que ocorreu em Bruxelas, na Bélgica, em 2018, a qual mostrava as roupas que as pessoas estavam usando quando foram estupradas (Figura 9).

Figura 9 - Exposição realizada na Bélgica com roupas de vítimas de estupro.



Fonte: G1 (2018).

Ao entrar em contato com a fotografia, estimei que narrassem o que mais as/es/os tocava. Elas/es/us contaram que era a falta de iluminação e o vestidinho da criança também, o que nos leva a refletir, pois, sempre que alguém é estuproado colocam a culpa na vítima, mas como culpar uma criança por um crime hediondo? Posteriormente, conversamos sobre qual gênero elas/es/us acreditavam pertencer a maioria dessas roupas. Elas/es/us falaram que era muito problemática pensar sobre, já que roupa não tem gênero. Fiquei feliz, já que mostra um amadurecimento para as questões refletidas nas oficinas. Então disse que sim, não tínhamos como saber, mas numericamente provavelmente a grande maioria pertencia à mulheres.

As/es/os estudantes foram estimuladas/es/os a pensarem na idade que tinha a criança que usava o vestidinho rosa da fotografia, elas/es/us não hesitaram em falar entre 3 e 5 anos. Problematizamos ainda quem havia feito isso com ela e onde, elas/es/us pensaram que em casa ou na creche, provavelmente um pai, padrasto, irmão ou tio? Conversamos a partir disso da importância da educação sexual para crianças, de ter um adulto de confiança e de respeitarmos a opinião das crianças, por exemplo, quando ela não quer abraçar e/ou cumprimentar um familiar/conhecido.

Ao continuarmos a conversa, eles problematizaram a frase comumente dita pela sociedade como um todo após um estupro, “devia agradecer que pelo menos está viva”. Desconstruímos essa narrativa e dialogamos sobre a banalização do estupro na sociedade.

Em seguida lemos o fragmento do dossiê: *Assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018*, organizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), que visa combater, denunciar, mapear ações contra as travestis e transexuais, dentre outros objetivos.

De acordo com dados levantados pela ANTRA, 90% da população de Travestis e Transexuais utilizam a prostituição como fonte de renda, e possibilidade de subsistência, devido a baixa escolaridade provocada pelo processo de exclusão escolar, gerando uma maior dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho e deficiência na qualificação profissional causada pela exclusão social. Devido a exclusão familiar, estima-se que 13 anos de idade seja a média em que Travestis e Mulheres Transexuais são expulsas de casa pelos pais (ANTRA). E que cerca de 0,02% estão na universidade, 72% não possuem o ensino médio e 56% o ensino fundamental (Dados do Projeto Além do Arco-Iris/AfroReggae). É exatamente dentro deste cenário em que se encontram a maioria esmagadora das vítimas, tendo sido empurradas para a prostituição compulsoriamente pela falta de oportunidades, se encontram em alta vulnerabilidade social e expostas aos maiores índices de violência. Expostas a toda sorte de agressões físicas e psicológicas. [...]. O Transfeminicídio vem se reproduzindo entre todas as faixas etárias. Uma pessoa Trans apresenta mais chances de ser assassinada do que uma pessoa cisgênera. Porém estas mortes acontecem com maior intensidade entre travestis e mulheres transexuais, negras. Assim como são as negras as que tem a menor escolaridade, menor acesso ao mercado formal de trabalho e a políticas públicas. [...]. As questões de gênero se reforçam e demonstram que 97,5% (aumento de 3% em relação a 2017) dos assassinatos foram contra pessoas trans do gênero feminino (158 casos). [...]

“O assassinato é motivado pelo gênero e não pela sexualidade da vítima. Conforme sabemos, as práticas sexuais estão invisibilizadas, ocorrem na intimidade, na alcova. O gênero, contudo, não existe sem o reconhecimento social. Não basta eu dizer “eu sou mulher”, é necessário que o outro reconheça este meu desejo de reconhecimento como legítimo. O transfeminicídio seria a expressão mais potente e trágica do caráter político das identidades de gênero. A pessoa é assassinada porque além de romper com os destinos naturais do seu corpo-generificado, faz isso publicamente”. (Berenice Bento - BRASIL: PAÍS DO TRANSFEMINICÍDIO). (BENEDIVES; NOGUEIRA, 2019, p. 20-21).

As/es/os estudantes, em diálogo com o fragmento do dossiê, destacaram como as mulheres LGBTQs são mais sujeitas à violência de gênero e, quando falamos de pessoas trans e travestis, a marginalização social é ainda maior. Ao lerem o texto, pontuaram que as mulheres trans e travestis são excluídas em virtude de sua sexualidade e que, portanto, precisam recorrer à prostituição. Afirmaram também que até mesmo no transfeminicídio as que têm a identidade de gênero mulher são as que mais morrem.

Mas mesmo diante de tantas violências, tantos preconceitos, ainda podemos resistir, ainda podemos nos reerguer. Foi com o intuito de pensarmos nas resistências que partilhamos a leitura da poesia *Ainda assim eu me levanto*.

### **Ainda assim eu me levanto**

Você pode me marcar na história  
Com suas mentiras amargas e distorcidas  
Você pode me esmagar na própria terra  
Mas ainda assim, como a poeira, eu vou me levantar.

Meu atrevimento te perturba?  
O que é que te entristece?  
É que eu ando como se tivesse poços de petróleo  
Bombeando na minha sala de estar.

Assim como as luas e como os sóis,  
Com a certeza das marés,  
Assim como a esperança brotando,  
Ainda assim, eu vou me levantar.

Você queria me ver destroçada?  
Com a cabeça curvada e os olhos baixos?  
Ombros caindo como lágrimas,  
Enfraquecidos pelos meus gritos de comoção?

Minha altivez te ofende?  
Não leve tão a sério  
Só porque rio como se tivesse minas de ouro  
Cavadas no meu quintal.

Você pode me fuzilar com suas palavras,  
Você pode me cortar com seus olhos,  
Você pode me matar com seu ódio,  
Mas ainda, como o ar, eu vou me levantar.

Minha sensualidade te perturba?  
Te surpreende  
Que eu dance como se tivesse diamantes  
Entre as minhas coxas?  
Saindo das cabanas da vergonha da história  
Eu me levanto  
De um passado enraizado na dor  
Eu me levanto  
Sou um oceano negro, vasto e pulsante,  
Crescendo e jorrando eu carrego a maré.

(ANGELOU, 1969).

Contextualizamos quem era a poetisa Maya Angelou (1928-2014), ela é mulher negra, foi uma escritora e poetisa estadunidense. É autora da obra *Eu sei por que o pássaro canta na gaiola*, publicado inicialmente em 1969, é o primeiro de seus cinco volumes de autobiografia,

no qual narra a cena do estupro que sofreu na infância. Já no poema *Ainda assim eu me levanto* ela traz a imagem de resistência de uma mulher que (sobre)viveu e que conseguiu (re)existir.

As/es/us estudantes compartilharam que o poema é inspirador, que representa a luta, a resistência, e que mesmo depois de todo o sofrimento ela ainda conseguiu lutar e fazer “melhor”. Afirmaram também que ela é uma mulher julgada pela sociedade e que, apesar dos obstáculos, levanta-se. Sensibilizadas/es/os, narraram ainda que se trata de uma poesia sobre a luta da mulher e que fala de como a mulher sofre no dia a dia, mas que mesmo assim está preparada para os próximos dias. Aproveitei o diálogo para falar das questões raciais, com enfoque nas mulheres negras, e mobilizar o debate. Elas/es/us então recordaram-se do caso da segregação racial nos Estados Unidos, em que as pessoas negras eram obrigadas a ficar na parte de trás do ônibus e ceder lugar às brancas, bem como nas escolas tinha bebedouros separados.

Ainda mobilizamos o debate acerca de como podemos resistir? A estudante Alex afirmou que podemos resistir quando não seguimos os padrões da sociedade, como por exemplo ela mesma, que compra roupas entendidas como “masculinas” e usa o cabelo curto. A estudante Rebecah disse que “antes era comum as mulheres ficarem em casa e dependerem dos maridos, hoje é comum correrem atrás dos seus sonhos e se profissionalizarem”, ela também mencionou que atualmente mesmo no exército, muitas mulheres ao invés de se esconderem, seja na aparência ou sexualidade, elas se mostram. A estudante Retsu contou que um dia saiu para fazer compras com sua mãe, a mesma perguntou “essa roupa é de quem?”, referindo-se ao gênero, então, ela respondeu “é de quem comprar”. Pude perceber que a resistência para elas/es/us não está associada somente a grandes personalidades ou a fatos extraordinários, mas elas/es/us resistem em seu cotidiano, em “pequenas” ações, fazendo suas microrrevoluções (1981), ou como diria Benjamin (1994), penteando a história a contrapelo.

Após refletirmos coletivamente as violências físicas, em que elas/es/us fotografaram entre 4 e 8 mulheres de perfil (que tiveram os rostos virados para o lado ou sentadas de costas) as quais resistiram e venceram a violência doméstica. E, em seguida, que escrevessem três palavras que definisse cada uma das pessoas fotografadas ou frases que elas poderiam dizer como conselhos para outras mulheres como forma de resistência, (re)existência e existência

Assim, compartilho abaixo algumas fotografias a seguir (Figura 10).

Figura 10 - Mulheres que resistiram e resistem à violência doméstica.



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

No diálogo sensível com as fotografias das/es/os estudantes, podemos enxergar várias mulheres, com características distintas, ou não. Há adolescentes, adultas e idosas, com cabelos lisos, ondulados, enrolados, curtos, longos, brancos, loiros, castanhos e pretos. Há uma pluralidade. Contudo, ainda assim essas fotografias não representam a totalidade existente de

mulheres, e isso nem seria possível, vários outros traços poderiam ser representados, mas quando flagro essas fotografias e percebo que são retratos de mulheres que resistem cotidianamente à violência de gênero, muitas vezes lutando contra a opressão do machismo, misoginia, LGBTfobia e racismo em suas próprias vidas. E, apesar de poder ou não estar restrita ao individual, é uma luta coletiva, em que voltar-se primeiro para o “eu” é, por vezes, um primeiro passo.

Muitas das palavras que as/es/os estudantes escolheram para representá-las vão ao encontro dessas lutas, por exemplo, “teimosa”, “persistente”, “firme”, “resistência”, “sabedoria”, “inteligente”, “vaidosa”, “paz” e “esperança”. Quantas mulheres conhecemos que também poderíamos considerá-las enquanto algumas, ou todas, dessas coisas? Quantas pessoas resistem cotidianamente contra a violência? Em uma sociedade como a nossa, o ato de existir, que deveria ser um “direito” de todas/es/os, torna-se uma resistência. Por exemplo, as travestis e pessoas trans, cuja expectativa de vida é de 35 anos (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021)! Como não considerar a sua existência um ato de luta, uma vez que o “estar viva/e/o” lhes é negada/e/o?

É uma luta contra as violências físicas, mas também contra aquelas que são psicológicas. Portanto, para continuarmos a conversa, convido a conhecer o 8º *Favo de Resistência*, a fim de pensarmos sobre a violência psicológica no diálogo com as cartas das/es/os estudantes.

## **2.8. 8º Favo de Resistência: “Faça menos disso e mais daquilo”**

*Que nada nos defina, que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a  
nossa própria substância, já que viver é ser livre*  
(Simone de Beauvoir)

Para iniciarmos o diálogo, lemos trechos do livro *Teto para dois*, de Beth O’Leary. A autora é inglesa, nasceu em Londres. Com 30 anos escreveu o presente livro em viagens de trem para o trabalho. A obra é uma história de romance onde Tiffy Moore precisa urgentemente de um apartamento barato para morar, já que o ex-namorado a despejou do local onde viviam e que pertencia à ele. Já Leon precisa desesperadamente de dinheiro extra e está procurando alguém para dividir o apartamento. Todavia, a pessoa que fosse morar junto com ele jamais iria encontrá-lo, pois ele trabalha a noite e fica durante o apartamento durante o dia, além disso, passa os finais de semana com a namorada. O problema é que há apenas uma

cama no local. Todavia, Tiffy resolve morar com Leon mesmo diante das circunstâncias. O livro é um romance e apresenta cenas do ex-namorado de Tiffy, chamado Justin, que é extremamente controlador e abusivo.

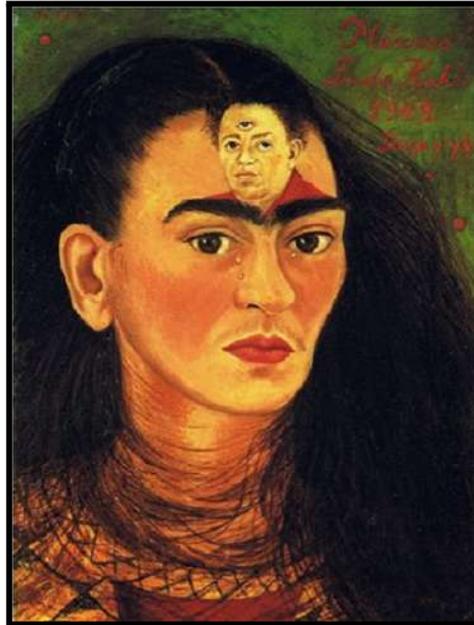
Após contextualizarmos a obra e realizarmos a leitura dos fragmentos propostos, iniciamos a conversa. As estudantes Alex, Hannah, Retsu e Mel afirmaram que em momentos de crise ele coloca a culpa nela. E que Justin era “meio tóxico” com a Tiffy e com a outra, mas mais com a primeira. A estudante Retsu disse que ele também fazia um jogo de “leva e traz” com o intuito de controlar Tiffy. Pontuaram também que as pessoas tentavam alertá-la e que ela as proibiu de fazê-lo, ou seja, os amigos já haviam percebido que ele era tóxico e fazia com que ela pensasse que todas as brigas eram sua culpa, e não dele. Diante disso, os estudantes acreditaram que Tiffy tinha medo dele, inclusive de falar com alguém sobre o que acontecia, pois ficava amedrontada com o que ele poderia fazer com ela.

Diante do contexto da situação, a estudante Retsu disse “mas quem iria gostar dos amigos dando palpite?”. Com essa fala conversamos que é um traço da relação abusiva o parceiro afastar os amigos e familiares que tentam alertá-la do que ele faz com ela. E por que isso acontece? Porque quando você afasta todas as pessoas da vida da pessoa, fica mais fácil controlá-la, já que você se torna o “mundo” dela. Assim, segundo a estudante Retsu, ele a vê enquanto um tipo de “animalzinho de estimação e toda vez que bater o prato vai voltar”.

A estudante noombriisme falou do caso da irmã, que aos 13 anos relacionou-se com um cara de 17 anos. Disse que ele era abusivo e que um dia estavam na rua, então ele jogou a aliança no lixo e a deixou lá, sozinha. A estudante Alex comentou que o padrasto tentou comprá-la para que ele ficasse do seu lado nas discussões, e não da mãe. Disse ainda que o mesmo indivíduo ameaçou de morte a mãe, dizendo ainda que compraria uma faca e uma arma. Ao me deparar com essa situação, conversamos sobre a importância da denúncia e disse para ficar atento ao menor sinal de agressão. Este foi um momento muito difícil, pois ela disse que a mãe negaria caso tentasse denunciá-lo, e sei que meu papel enquanto pesquisadora tem um limite, não posso tomar todas as decisões nem mesmo protegê-los dessas situações.

Após conversado sobre trechos do livro, fizemos a leitura da obra de arte abaixo (Figura 11), da artista Frida Kahlo, uma pintura realizada no ano em que seu marido começou a ter um caso extraconjugal e que externaliza a dor, o sofrimento e a presença de Diego na vida de Kahlo..

Figura 11 - Diego e eu.



Fonte: KAHLO (1944).

No diálogo com a obra de arte as/es/os estudantes foram tocadas/es/os de várias maneiras: que alguém está na testa da personagem; que ele vê as coisas por ela; ele está na cabeça dela e a controla com o 3º olho, como se soubesse mais; o pescoço cortado; e que ela está chorando. Todos esses aspectos mencionados mostram a dor da artista, o sofrimento nas lágrimas, no cabelo como se estivesse sufocando-a; ou mesmo em Diego que não sai de sua mente e que representa que ele sabe mais que Frida, pois tem o 3º olho. E representa uma relação abusiva, que a machuca, mas que ao mesmo tempo não sai dela, não a deixa ir.

Depois de termos debatido a obra de arte, as/es/os estudantes escreveram uma carta de até uma página, como se fosse para ser publicada em um jornal, contando as possíveis formas de identificar e combater a violência psicológica.

Partilho com você, estimado/a/e leitor/a/e, as cartas das/es/os estudantes, que podem ser lidas como mônadas.

### **Carta aberta aos abusadores**

Ações que o tornam um muito possível próximo réu. Em nome das pessoas que são vítimas da violência psicológica e dos réus que acham que não cometem o abuso em si, nós, equipe de redação da coluna atualidades “O que rola por debaixo dos panos”, listamos pra vocês queridos leitores atitudes nas quais vocês devem passar longe, a não ser que queiram fazer uma não tão bela visita à prisão, e com isso também damos início ao quadro “Faça menos disso e mais daquilo”.

*Faça menos disso*

Uso de chantagem/mentiras  
Destruir bens pessoais  
Ameaças/intimidação  
Proibir/controlar ações do indivíduo  
Ataques que podem prejudicar a saúde psicológica/mental  
Atos de constranger  
Assédio moral  
*Faça mais disso aqui*  
Se questionar se isso é o que você realmente quer  
Procurar saber se o que está acontecendo é algo “normal”  
Procurar terapia  
Ao invés de usar agressão para provar seu ponto, procure usar um modo objetivo e simples.  
Não faça ninguém se isolar e nem a afaste de seus amigos e familiares.  
Lembrando que essas atitudes são apenas alguns dos indicadores de violência psicológica.

(**Estudante Retsu**, 16 anos, 1º ano, mulher).

### **Carta aberta a todas as mulheres**

Mulheres, hoje quero falar sobre um assunto importante e que acontece em muitos relacionamentos, no geral, mas principalmente em amorosos com seu parceiro. Os relacionamentos tóxicos têm alguns níveis e nenhuma pessoa vai chegar mostrando sua verdadeira face, por isso, é sempre bom prestar atenção nos sinais que essa pessoa dá, já que a maioria das mulheres não consegue perceber que não estão num relacionamento saudável. Se a relação começa a fazer mais infeliz do que feliz já é um sinal, isso significa que você não se sente bem na presença da pessoa; o excesso de ciúmes, onde seu parceiro tenta controlar sua vida, não havendo privacidade; quando o parceiro coloca sua autoestima pra baixo, fazendo comentários desnecessários sobre sua aparência; usa chantagem emocional, ameaçando você ou eles mesmos; faz você se sentir culpada; existem muitos mais sinais, mas a partir do momento que você está se sentindo mais mal do que bem é bom ter uma conversa com o parceiro. Para sair de um relacionamento tóxico, existem algumas alternativas, como ir em busca de um terapeuta, ou até buscar ajuda com amigos/familiares, em casos piores de violência física, é importantíssimo denunciar.

(**Estudante Cris**, 16 anos, 2º ano, mulher bissexual).

### **Como identificar e combater a violência psicológica?**

A violência psicológica sempre foi muito frequente em relacionamentos, normalmente ela mostra sinais que podem parecer imperceptíveis para a vítima. É caracterizada pela humilhação, desvalorização da pessoa, deboche e em outros ser uma pessoa completamente diferente em público do que quando está só com a vítima, podendo tratar ela muito mal/bem fora de casa ou muito mal/bem dentro de casa. Também sempre faz parecer que quem tem culpa das coisas ruins que acontecem ao seu redor é a vítima, a manipulando e fazendo ela acreditar em mentiras. Tem muitos outros comportamentos que o abusador pode ter. Para uma vítima sair desse tipo de relacionamento ou situação ela provavelmente vai ter a ajuda de pessoas próximas que já vem notando os comportamentos da violência, assim seus olhos poderão se abrir e ela notar a situação que está. Também pode ocorrer

da própria vítima se cansar, se esgotar desses comportamentos/sinais e acabar vendo por si própria o mal que está lhe fazendo.

(**Estudante noombrilisme**, 16 anos, 2º ano, mulher pansexual).

### **Sinais de que você sofre violência psicológica e como resolver**

Caso seu parceiro ou parceira distorça informações, principalmente para você se sentir culpada(o), isso pode ser um sinal de violência psicológica. Inventar mentiras também é um sinal de violência psicológica, normalmente ocorre mentindo os locais onde estava, de pessoa que convive ou de estar se sentindo culpado por culpa sua. O objetivo do agressor a violência psicológica é manipular a sua vítima e fazer que ela crie uma dependência emocional, criando um relacionamento inicial “perfeito”, é o que normalmente acontece em um relacionamento de abuso psicológico. Maneiras de evitar um relacionamento psicológico abusivo/violência psicológica, é estudar as outras pessoas que convivem com o seu parceiro, isso é muito eficiente para saber o perfil do(a) parceira(o) em relação ao próximo e outra maneira é o tempo de convivência fora de um relacionamento.

(**Estudante Sinon/Sinox**, 17 anos, 2º ano, homem heterossexual).

### **Querido Leitor,**

O jeito como a pessoa fala pode mostrar facilmente se a pessoa está passando por algo no relacionamento ou não. A pessoa falar coisas como “eu escolhi isso, porque ele disse que combinava mais comigo”, e na real, não ser a escolha real da pessoa. Sentir que precisa do outro para fazer as coisas, ou sentir que não vai conseguir continuar sem ele, também é um dos fatores. Uma coisa que eu acho que pode ajudar é conversar com alguém que você confia ou um psicólogo, e tentar sair desse relacionamento. Eu sei que a pessoa que passa por isso muitas vezes não vê que está em uma relação tóxica, mas tentar ao máximo sair dessa situação é uma coisa a se fazer.

(**Estudante Alex**, 16 anos, 2º ano, bigênero lésbica e demissexual).

**Esta é uma carta aberta para todas** (que já passaram ou que passam por um relacionamento “conturbado”)

Todos sabemos que não existe só violência física, mas que também tem a violência psicológica, e muitas pessoas são vítimas e nem ao menos sabem, e alguns acham alguns comportamentos normais em relações. Bom, os agressores normalmente agem com calma e paciência, começam com simples coisas, eles tentam primeiro te estudar, entender seus modos e inseguranças.

Alguns sinais:

1º Indiferença

2º Provocações

3º Ele te diminui/

4º Grita

5º Negação de percepções

O primeiro passo para combater a violência é identificar se você é ou não vítima da violência. O segundo passo é denunciar, as vezes é preciso superar

o medo de “ameaças”. Mas se você não conseguir denunciar, pode começar falando sobre isso com alguém de sua confiança.

(**Estudante Hannah**, 16 anos, 1º ano, mulher bissexual).

As cartas estudantis me tocaram e nos possibilitam a reflexão a respeito da violência psicológica. A estudante Retsu lista ações para fazermos “menos disso aqui” e “mais disso aqui”. Já a estudante Cris nos provoca ao colocar que “os relacionamentos tóxicos têm alguns níveis e nenhuma pessoa vai chegar mostrando sua verdadeira face, por isso, é sempre bom prestar atenção nos sinais que essa pessoa dá”. Ela ainda afirma que “a maioria das mulheres não consegue perceber que não estão num relacionamento saudável”. Então questiono, será mesmo? Até que ponto não percebemos? Se não percebemos, talvez não seja em virtude da naturalização desse tipo de atitude? Ou mesmo quando percebemos, quantas vezes não ouvimos que isso é “normal”, que “homem é assim mesmo”, “o amor tudo supera” e “a família e o casamento é a maior benção”, essas são “valores” passados desde a infância que legitimam a violência. E quantas outras frases como essas não escutamos e as naturalizamos?

Além disso, a violência psicológica “sempre faz parecer que quem tem culpa das coisas ruins que acontecem ao seu redor é a vítima”, de acordo com a estudante noombrilisme. Ou seja, a culpa recai na pessoa violentada, seja em uma discussão ou em caso de término, o/e/a parceiro/e/a tende a culpabilizar a vítima. E em que medida a nossa própria sociedade não faz o mesmo?

Lutar contra a violência psicológica é necessário, o estudante Sinon/Sinox destacou a necessidade de “estudar as pessoas que convivem com o seu parceiro”, no sentido de que esses indivíduos o conhecem a mais tempo e, talvez, essas relações demonstram alguns sinais de violência. Já a estudante Hannah coloca que “O primeiro passo para combater a violência é identificar se você é ou não vítima da violência. O segundo passo é denunciar, às vezes é preciso superar o medo de ‘ameaças’”. A estudante Alex afirma, “eu sei que a pessoa que passa por isso muitas vezes não vê que está em uma relação tóxica, mas tentar ao máximo sair dessa situação é uma coisa a se fazer”.

Em diálogo com essas produções, recordo-me da filósofa e feminista brasileira negra, Djamila Ribeiro, em que coloca “não é necessariamente o amor que prende, [...] é o hábito. O jantar no sábado à noite para fugir do tédio, o almoço na casa da sogra no domingo, a festa do amigo da filha mais nova. Coisas...” (2021, p. 86). Entendo, no diálogo com Djamila Ribeiro, a possibilidade de pensarmos o quanto a violência psicológica e outras violências de gênero estão ancoradas por padrões sociais, pelo que a sociedade espera de nós, e também pelo que

esperamos de nós mesmas/es/os. Mas, mesmo assim há resistências, há lutas, há formas de sair dessas condições, como nos provoca as produções das/es/os estudantes. Onde há qualquer dominação, existe a resistência (THOMPSON, 1987).

### CAPÍTULO 3

## A MOSTRA ARTÍSTICA CULTURAL NO ESPAÇO PÚBLICO

### NÓS



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

*Nós* é o nome do desenho acima realizado pela estudante noombrilisme. E o que ele representa é justamente “nós”, construtores dessa pesquisa. Nós que fizemos juntas, juntos e juntos as oficinas, as produções e, além disso, a mostra cultural. Nossa construção foi coletiva e expandiu-se para além de nós mesmas/es/os, abrindo-se ao público por meio da exposição cultural, possibilitando (re)significações outras.

Convido, portanto, a dialogar conosco sobre a acepção de público e, posteriormente, a construção da mostra artística cultural e suas salas temáticas.

### **3.1. O conceito de “público”**

Refletir a respeito de História Pública implica, necessariamente, pensar em público. E, a partir da acepção de público da filósofa Hannah Arendt, é importante compreender alguns pressupostos que a autora coloca sobre a sociedade, entendendo que as pessoas apresentam uma vida ativa, que é dividida em três atividades fundamentais, são elas: o trabalho, a obra e a ação. O trabalho é caracterizado por ser um processo biológico e vital, cuja condição humana é a própria vida; a obra, que é uma ação não-natural, pertencente a um mundo artificial e que tem como condição humana a própria mundanidade;

Ademais, havia a distinção entre as esferas pública e privada, correspondente aos espaços familiares e políticos e que se apresentavam separadamente. É na modernidade que surgiu a esfera social, que não era nem privada nem pública, solidificada politicamente no Estado-nação. Todavia, Hannah Arendt pauta-se na Grécia Antiga em seus escritos, destacando que para os gregos antigos, o mundo público era a esfera da *pólis*, com atividades relativas ao mundo comum; já o privado era a esfera do lar, da família – compreendida como espaço das atividades de manutenção da vida. Diante disso, cabe a distinção de que nesse período a economia era assunto pertencente à vida do indivíduo e a sobrevivência da espécie, ou seja, era doméstico, portanto, não era político, atualmente que temos a “economia política” (ARENDR, 2020).

Não se trata de compreender o público daquele período e lugar específico e nem tentar analisar a nossa sociedade de hoje, a partir desses parâmetros. Entendo que é preciso ampliar a noção de público atualmente. Trata-se de conceber o espaço público como um local onde os indivíduos - independente do gênero, raça, sexualidade, idade, afinidades, sonhos, entre outras características - possam participar ativamente e serem representados nesse âmbito.

Destarte, penso a ideia de público a partir de uma concepção arendtiana, entendendo-o como compartilhamento, ou seja, como mundo comum, conforme propõe Renata Schittino (2016). No diálogo com Arendt (2020), “entendo que tornar pública a história não é simplesmente tarefa de publicizar o conhecimento histórico. Como se o historiador público fosse uma espécie de divulgador, facilitador da produção acadêmica” (SCHITTINO, 2016, p. 45). Na relação com a autora, não cabe ao historiador “levar” conhecimento histórico ao público leigo - assumir que esse público não detém conhecimento histórico é uma atitude presunçosa e não condizente com a realidade - portanto a questão não gira em torno de uma história pública *versus* história acadêmica. Pensar a noção de público como compartilhamento nos permite ver a história pública menos como uma questão de demarcação de fronteiras e mais como possibilidade de olharmos ao nosso redor, vislumbrar o horizonte, ver onde estamos pisando e também de compreender que existe uma multiplicidade de pessoas e culturas existentes, para então assumirmos o mundo comum como uma possibilidade de diálogo (SCHITTINO, 2016).

A ideia, assim, não é apenas a de um público meramente receptor, e sim a de um público que questiona, que relaciona com suas experiências vividas, e produtor de conhecimentos históricos. Essa compreensão é necessária, principalmente, para aqueles que trabalham com memórias, porque ao fazer uma divulgação histórica não podemos realizar uma mera espetacularização para ampliar a audiência, para revelar o exótico, o desconhecido, e, assim, ganhar dinheiro por meio da transformação de vidas em entretenimento (ROVAI, 2018).

Concordo com a historiadora Renata Schittino (2016, p. 46), quando essa afirma que “a questão da história pública é menos uma questão de fronteira – de demarcação de fronteira e mais uma possibilidade de olharmos para os lados, para cima, para baixo e assumirmos esse mundo comum como um diálogo possível”. E nós, enquanto sujeitos políticos, sociais e culturais temos uma vida ativa, empenhados em fazer algo, que está sempre enraizada no mundo das coisas feitas pelos homens, e que nunca irá abandonar e transcender totalmente (ARENDR, 2020). Diante disso, devemos nos empenhar em fazermos coisas pautadas na pluralidade, sendo esta definida por Hannah Arendt (2020, p. 10), como “a condição da ação humana porque somos todos iguais, isto é, humanos, de um modo tal que ninguém jamais é igual a qualquer outro que viveu, vive ou viverá”.

Contudo, ao olharmos para as questões de violências, desigualdade e preconceitos, pergunto-me até que ponto a nossa igualdade enquanto seres humanos, enquanto inatos,

apresenta-se de tal forma no âmbito social, econômico, cultural e político? E, ao dialogar com Judith Butler, a esfera pública, frequentemente,

é constituída em parte pelo que pode aparecer, e a regulação do campo da aparência é uma forma de estabelecer o que contará como realidade e o que não contará. É também um modo de estabelecer quais vidas e quais mortes contarão como mortes. Nossa capacidade de sentir e de apreender está na balança. Mas na balança está também o destino de tantas vidas e mortes, assim como a habilidade de pensar criticamente e publicamente sobre os efeitos da guerra (BUTLER, 2020b, p. 19).

Judith Butler fala a respeito do episódio do “11 de setembro”, que ocorreu nos Estados Unidos, mas em seu livro nos convida abertamente a pensarmos essas questões em relação às outras questões, tal qual às de gênero. Assim, é uma esfera pública, via de regra, que está fechada em torno de um pequeno grupo e de suas necessidades, enquanto outros estão relegados ao “lugar nenhum”, com até mesmo suas mortes sendo desqualificadas. Butler (2020b, p. 16), nos sugere “abrir espaço para um debate legitimamente público”, um local efetivamente do mundo em comum, na perspectiva arendtiana.

Assim, é importante realizarmos trabalhos com o “compromisso de oferecer a escuta atenta – jamais ‘dar voz’, pois esta pertence aos sujeitos que contam e é a sua força” (ROVAI, 2017b, p. 224). Portanto, é uma responsabilidade para com o mundo que vai além dos nossos interesses, e que necessita “ouvir além do que somos capazes de ouvir” (BUTLER, 2020b, p. 38). É uma escuta sensível que pode ser dar por meio da História Oral, mas que compreendo que perpassa também por narrativas escritas. E é diante dessa perspectiva, que realizamos junto aos/as estudantes do Ensino Médio a produção de narrativas de violência de gênero, cabendo à mim, enquanto pesquisadora, realizar uma escuta atenta, obviamente não no sentido literal; e sim no sentido de “escutar” suas narrativas, suas experiências, não as desqualificando nem reduzindo em sala de aula ou mesmo em eventos, produções acadêmicas e de divulgação realizadas posteriormente. Destarte, escutar os sujeitos vai muito além do ouvir, tem a ver também com o que faremos com suas memórias, como vamos valorizá-las ao ponto de mostrar sua importância e potência, e corroborar a melhoria de vida dos mesmos.

### **3.2. A construção da mostra artística cultural**

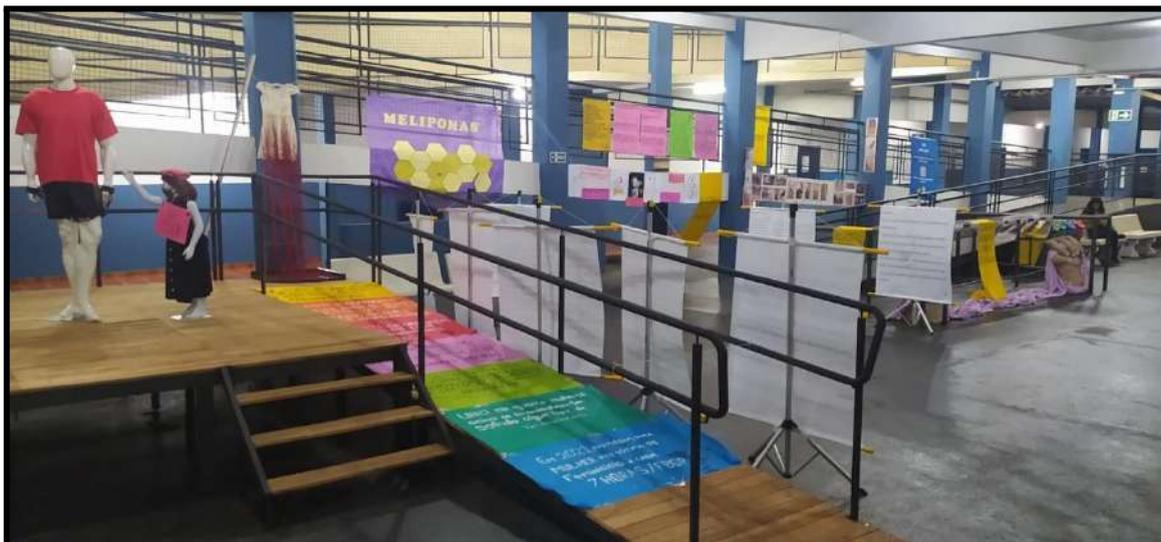
A exposição cultural realizada durante a pesquisa foi fruto de um trabalho conjunto e colaborativo, em que os/as/es estudantes, eu e a professora Cyntia estávamos envolvidos. Não

foram apenas produções construídas durante as oficinas que fizeram parte da mostra, mas também elementos criados especificamente para essa parte do projeto.

Inicialmente, quando fiz o convite para participarem das oficinas, seriam apenas 8 encontros. Todavia, ao final do projeto *Combatendo a Violência*, totalizaram quase 3 meses, do dia 9 de junho a 5 de setembro de 2022. Os encontros para a produção de materiais para a mostra artística cultural ocorreram nos dias 12/07 e 14/07 (período em que as/es/os estudantes encontravam-se em férias escolares e mesmo assim compareceram na Universidade para o projeto), e também em mais 9 encontros. Foi um esforço conjunto para que pudessemos realizar a exposição que ocorreu nos dias 01, 02 e 05 de setembro de 2022. No primeiro dia, na praça pública de Campo Mourão, e os dois últimos, na UNESPAR.

O primeiro passo que realizamos foi escolher as produções que iriam compor a exposição, após dialogarmos, conversamos e optamos pelas 5<sup>a</sup>, 6<sup>a</sup>, 7<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> oficinas, já que as quatro primeiras estavam voltadas para uma conversa inicial envolvendo as questões de gênero e violência, assim como de nos conhecermos. Dialogamos também sobre as ideias que elas/es/us tinham para incluirmos na exposição, como a escolha de dois manequins. Tendo em vista que um tinha corpo de adulto e outro de criança, elas/es/us sugeriram ideias para incluí-los, a seguir: vestir o manequim maior (cujo corpo é entendido socialmente como pertencente à um “homem”) com um vestido para simbolizar uma mulher trans, e o manequim menor representar um menino *gay*; sugeriram também colocar a criança pisando no manequim maior, para simbolizar que o último era o agressor (essa ideia foi descartada pois não faz parte dos objetivos do projeto perpetuarmos qualquer tipo de violência); a última foi mostrar o manequim adulto como um abusador e o pequeno como uma menina violentada. Após dialogarmos optamos pela última opção. As/es/os estudantes ajudaram doando até mesmo suas roupas para vestirmos os manequins, como podemos ver na fotografia a seguir (Figura 12).

Figura 12 - Exposição cultural na Unespar.



Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Todas/es/os as/es/os participantes colaboraram para que a exposição ocorresse, principalmente doando seu tempo e comprometendo-se com o nosso grupo.

A mostra artística cultural foi dividida em salas temáticas. Convido você, estimado/a/e leitor/a/e, a adentrar a exposição<sup>33</sup>.

### 3.3. Caminhando e experienciando a mostra artística cultural

#### 3.3.1. *As Meliponas*

Meliponas? O que significa? Um dos meus maiores incômodos durante o preparo para a mostra cultural foi o fato da/e/os participantes serem menores de idade e, em virtude disso, não colocar suas fotos nem nomes na exposição. Essa aflição tornou-se ainda maior quando fui à curadoria escolar de uma amiga do Grupo de Estudos Odisseia, Marli<sup>34</sup>, e tinha várias fotos das/es/os estudantes. Foi então que conversei com o grupo da possibilidade de criarmos um nome coletivo para serem representadas/es/os.

<sup>33</sup> A TV Carajás de Campo Mourão realizou uma matéria da exposição a partir da indicação de uma moradora local. Você pode conferi-la em: <https://tvcarajas.tv.br/2022/09/exposicao-sobre-violencia-de-genero-traz-alerta-para-denuncias/>. A Unespar também divulgou no seu Instagram. Você pode conferir em: <https://www.instagram.com/p/CiBUBe1LqJB/>.

<sup>34</sup> Recomendo a leitura de sua pesquisa de mestrado, é um trabalho instigante e inspirador construído junto com as/es/os estudantes de uma escola do campo: BASSETO, Marli Batista. *Aparecida do Oeste: memórias e narrativas dos estudantes do campo sobre o lugar em que vivem*. 2022. 162 f. (Mestrado em História Pública) - Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão, 2022.

Iniciou-se então a conversa, algumas possibilidades foram levantadas: Abelhinhas, pois tinha a ver com as oficinas *Favos de Resistência*; “Combatentes”, pois somos contra a violência de gênero; “Europeias”, mas quando sugeriram essa opção conversei que proponho ideais a partir de uma corrente de pensamento que busca valorizar os saberes e cultura brasileira, e que isso de alguma forma poderia afastar o viés da pesquisa<sup>35</sup>; “Operárias”, assim que levantaram essa possibilidade perguntei, “se temos as operárias, temos a abelha rainha, e quem seria?”, conversamos que todas/es/os estávamos em uma posição de igualdade na construção da pesquisa, decidimos então descartar a opção; e “Meliponas”, um tipo de abelha que pode ser encontrada também no Brasil. Após conversarem, resolveram descartar a palavra “Combatentes” e fizeram uma votação para decidirem entre “Abelhinhas” e “Meliponas”. Escolheram “Meliponas”, pois tinham gostado mais desse nome, então fizemos esse painel para que as/es/os estudantes estivessem representadas/es/os na exposição.

Figura 13 - As Meliponas na praça pública.



Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

<sup>35</sup> Refiro-me à corrente decolonial, que busca a valorização de saberes e fazeres locais. E que parte do entendimento que apesar da colonização ter acabado, seus efeitos ainda reverberam no Brasil e em outros locais colonizados, em que a luta pelo reconhecimento de sua cultura e conhecimento, em detrimento daquele do colonizador, que majoritariamente era europeu, é basilar. Apesar de não ter trazido um tópico específico acerca da decolonialidade, sou decolonial, e pressuponho que para aquela/e/us que a conhecem, faça-a presente em todo o trabalho por meio das ideias e da proposta da pesquisa.

A utilização de pseudônimos para a pesquisa foi a forma que escolhemos, eu e minha orientadora, para utilizar com as/es/os estudantes. E mesmo antes das oficinas ocorrerem, sabíamos que as/es/os estudantes não poderiam ser representadas/es/os por fotos ou vídeos na dissertação ou na mostra artística cultural, em decorrência da temática.

O painel, (Figura 13), foi levado à mostra artística cultural, e representa as/es/os estudantes, ao mesmo tempo em que não as/es/os expõe. E justamente no primeiro dia que a exposição estava ocorrendo na UNESPAR, familiares de um/a/e participante compareceram ao local, e falaram que sabiam quem era a pessoa da família. Falei que achava que não sabiam, pois os nomes estavam bem diversificados, e continuaram afirmando o contrário, até que falaram quem acreditavam ser da sua família. Outras conversas ocorreram no local, e a partir das situações vivenciadas, percebi o quão importante foi não as/es/os identificar de nenhuma maneira. Inclusive, os familiares viram uma foto que foi tirada perto de sua residência e afirmaram ter sido tirada por aquela/e/u determinada/e/o estudante. Em virtude da probabilidade de isso ocorrer, havíamos optado por não colocar os pseudônimos em nenhuma fotografia tirada por elas/es/us.

### 3.3.2. “Foi ele”

*Foi ele* é o título de uma composição da exposição constituída por dois manequins, um de corpo adulto e outro de criança, em que optamos por representar um homem abusador e uma menina com uma placa escrito “Foi ele”, ou seja, foi ele que fez algo com ela. Apesar de não estar explícito o que ele fez, por se tratar de uma mostra cultural sobre violência de gênero, o público poderia deduzir que ele representava um criminoso, ao mesmo tempo em que deixava aberto para a interpretação do que ele havia feito bem como o grau de parentesco ou não entre os dois manequins.

Figura 14 – Fotos da exposição “Foi ele”



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

As duas primeiras fotografias estão ambientadas na praça, enquanto a segunda na universidade. Propusemos, com essa composição, denunciar a violência de gênero em crianças, e, ao colocar um adulto algemado, queríamos incentivar o combate a quebra de silêncios. Tal qual as Meliponas narram durante os *Favos de Resistência* já terem sofrido violências quando crianças, muitas pessoas em nossa sociedade sofrem cotidianamente ou já passaram por isso na infância. Além disso, os materiais possibilitam ao público uma abertura para que ocorra interpretações variadas. Qual o grau de parentesco entre o manequim adulto e o infantil? O que será que ele fez com a criança? Quando? Ele está algemado, portanto, em quem a criança confiou para contar o que sofria? Ou será que ela não contou, e a polícia descobriu por outros meios? Nós, eu e as Meliponas, não quisemos colocar respostas fixas para essas questões e outras que poderiam surgir, nossa proposta foi que cada visitante interpretasse a partir de suas experiências e leituras de mundo.

Ao olharmos para o cenário brasileiro acerca do estupro infantil, 82,5% eram conhecidos das vítimas, dos quais 40,8% eram pais ou padrastos; 37,2% irmãos, primos ou outro parente e 8,7% avós (FBSP, 2022). Dos quais

76,5% dos estupros acontecem dentro de casa. Aqui chamo a atenção para algo que temos defendido constantemente, que é a escola como elemento estratégico fundamental para o enfrentamento do estupro de vulnerável. Isso nos parece muito claro diante da informação que essa violência é preponderantemente intrafamiliar e ocorre dentro de casa. Sabemos que o enfrentamento de violências não se dá apenas no âmbito da segurança pública e acreditamos que este é um exemplo típico disso. A escola pode ajudar (e já ajuda) no processo de identificação e denúncia, mas, sobretudo, no processo de prevenção. (FBSP, 2022, p. 249).

E nisso encontra-se uma das potencialidades desta pesquisa, da prevenção, do falar, do abrir espaço para o diálogo, tanto com as/es/os estudantes que fizeram parte das oficinas, quanto das pessoas que participaram da mostra artística cultural presencialmente ou que entraram em contato pelas notícias divulgadas nas mídias digitais. Em todos os casos, mesmo que de formas diferentes, houve a abertura para o refletir, e, talvez, para o resistir.

Assim, convido a adentrar a próxima sala temática, *A violência ocorre e o sangue escorre*.

### 3.3.3. “A violência ocorre e o sangue escorre”

O material dessa sala temática foi produzido em uma das oficinas enquanto algumas Meliponas estavam terminando suas narrativas, outras já haviam realizado as narrativas, pedi então que pesquisassem dados de violência de gênero, e me enviassem as fontes para que pudéssemos utilizá-las na mostra (conforme a Figura 15). Mas como fazer isso? As/es/os estudantes sugeriram fazermos um tapete colorido com alguns desses levantamentos.

Figura 15 – A exposição na praça pública dos dados de violência de gênero.



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Diante de tantos dados, tantas barbáries, o que dizer? Optamos conjuntamente em expor nosso sentimento e indignação representando todas as vítimas de violência de gênero em uma *Instalação Artística* singular que criamos.

Figura 16 - Instalação Artística: “Sangue escorre”.



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

As duas primeiras fotografias foram tiradas na praça pública, enquanto a segunda, na universidade. Para a construção da parte do sangue escorrendo, uma das estudantes doou seu vestido de 15 anos para que pudéssemos utilizá-lo nessa peça da exposição. Eu levei da cidade onde moro uma peça de pia para utilizarmos como suporte. E as Meliponas bordaram fio a fio em um trabalho persistente cada um dos fios de barbante. Queríamos escancarar as mortes de violência de gênero pelo vestido com o sangue escorrendo. O que de fato causou impacto nas pessoas que passaram pela exposição. Muitas foram deslocadas, impactadas e indignadas. Essas barbáries se perpetuam dia após dia, precisamos, portanto, romper com o *continuum* dessa história (BENJAMIN, 1994).

### 3.3.4. “A violência pode estar presente”

Figura 17 - “A violência pode estar presente”.

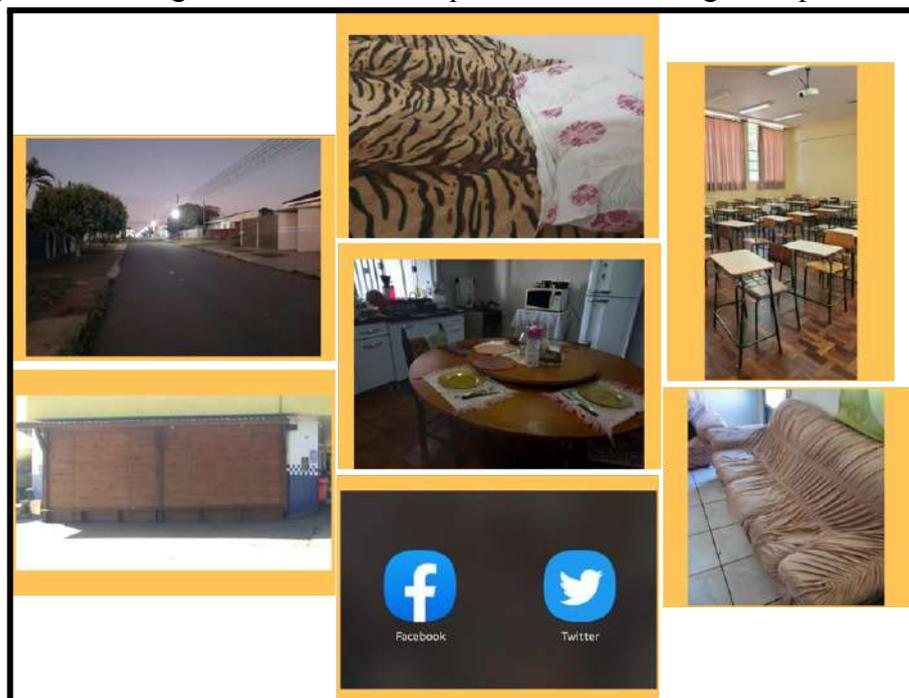


Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A sala temática *A violência pode estar presente* foi fruto do 6º *Favo de Resistência*, e as fotografias acima são da praça e da universidade, respectivamente. Na praça fizemos um varal de fotografias, e na universidade foram coladas na parede.

Convido a leitura de algumas das fotografias presentes na exposição cultural.

Figura 18 - Fotografias de locais nos quais a violência de gênero pode ocorrer.



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

As fotografias são apenas uma parcela das que contemplaram a exposição cultural. *As Meliponas* quiseram representar que as violências podem ocorrer em diversos espaços, seja em casa, na rua, em instituições ou em redes sociais. Quantas/es/os de nós já sofremos

violência nesses espaços? Quantos outros locais também são espaços de violências? Diante disso, a ideia foi chocar as pessoas, provocar o público para pensar esses espaços, pois são *lôcus* de violência.

### 3.3.5. “Resistências e Denúncias”

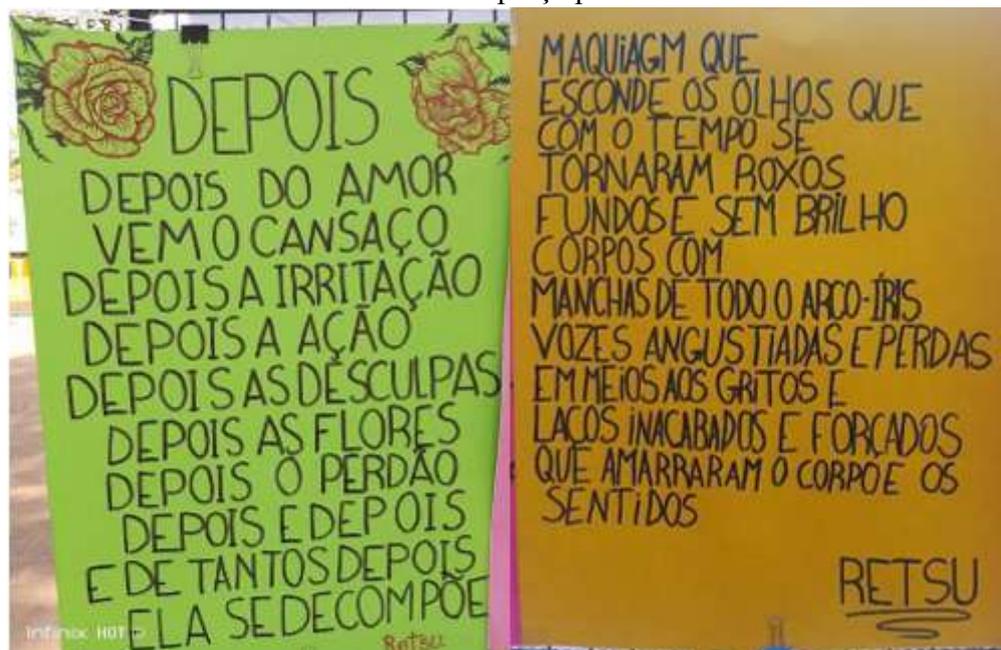
Figura 19 - “Resistências e Denúncias” na universidade.



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A sala temática *Resistências e Denúncias* foi fruto das produções realizadas no 5º *Favo de Resistência*, e buscamos denunciar as violências de gênero e algumas resistências, por meio das poesias e desenhos que as Meliponas criaram. A Figura 19 foi tirada na exposição realizada na Unespar. Convido-as/es/os, assim, à leitura de algumas das produções estudantis.

## Poesias em praça pública.

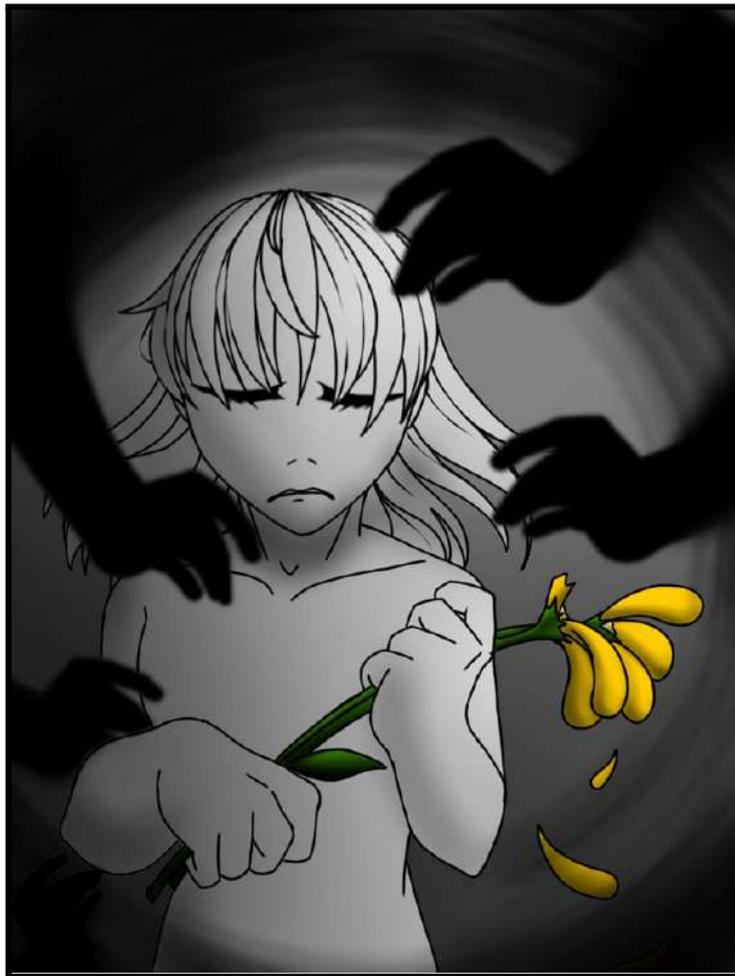


Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A primeira poesia da estudante Retsu possibilita a leitura do ciclo da violência de gênero, caracterizada comumente como tendo três fases: “lua de mel”, período de romance, carinho, promessas, planos, também conhecido como “ato de arrependimento”; “ato de tensão”, em que há justamente uma tensão na relação, muitas vezes sem motivo algum, criada pela pessoa agressora; e “ato de violência”, em que ocorre a violência, podendo ser de várias naturezas, tanto físicas, quanto psicológicas, patrimoniais, morais ou sexuais. O poema também possibilita pensar como a vítima fica após esse ciclo violento, ao mesmo tempo em que abre brechas para o público dialogar as questões que lhes são próprias.

Já no segundo poema, a estudante narra sobre vários tipos de violências, podemos pensar *a priori* na física e psicológica? Possivelmente é uma pessoa adulta que passa cotidianamente por essas situações. E quantas pessoas vivem isso todos os dias? Infelizmente, muitas violências não são denunciadas, e os números são maiores do que os divulgados por órgãos e institutos de pesquisa. Em nosso país 4 crianças e adolescentes com menos de 13 anos são estupradas por hora (FBSP, 2019). E quantos outros tipos de violência estas sofrem? Convido, assim, à leitura do desenho da estudante Cris, que nos provoca a outros deslocamentos possíveis.

Figura 20 - Produção “Roubando o brilho” da estudante Cris.



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Por que em vários lugares nas redes sociais, pelo jeito que os caras falam, sempre parece que as mulheres são um tipo de brinquedo para eles, principalmente em alguns animes.

(**Estudante Cris**, 16 anos, 2º ano, mulher bissexual).

Outra produção que estava presente nessa sala temática foi intitulada de *Roubando o brilho*, de autoria da estudante Cris, que pretendeu denunciar a violência sofrida nas redes sociais, bem como em animes. A partir da escolha das cores, o título da obra representa essas violências. Além disso, ao olharmos para a pessoa representada, podemos pensar também que seja uma criança, e possibilita refletir sobre as diversas situações cotidianas que as crianças estão sujeitas no ambiente virtual, bem como, em como são representadas em produções mercadológicas criadas por adultos. E se são produções comerciais, há quem produz, mas não há também um grande público consumidor? E não seriam esses indivíduos colaboradores da violência infantil, da sexualização de crianças e adolescentes, de abusos? Inserir essas

produções tão problemáticas na sala temática *Resistências e Denúncias* tocou o público, e, muitas vezes, conversaram conosco sobre a importância de resistir para existir.

### 3.3.6. “Quebrando com as amarras, rompendo silenciamentos”

Figura 21 - “Quebrando com as amarras, rompendo silenciamentos” em praça pública.



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

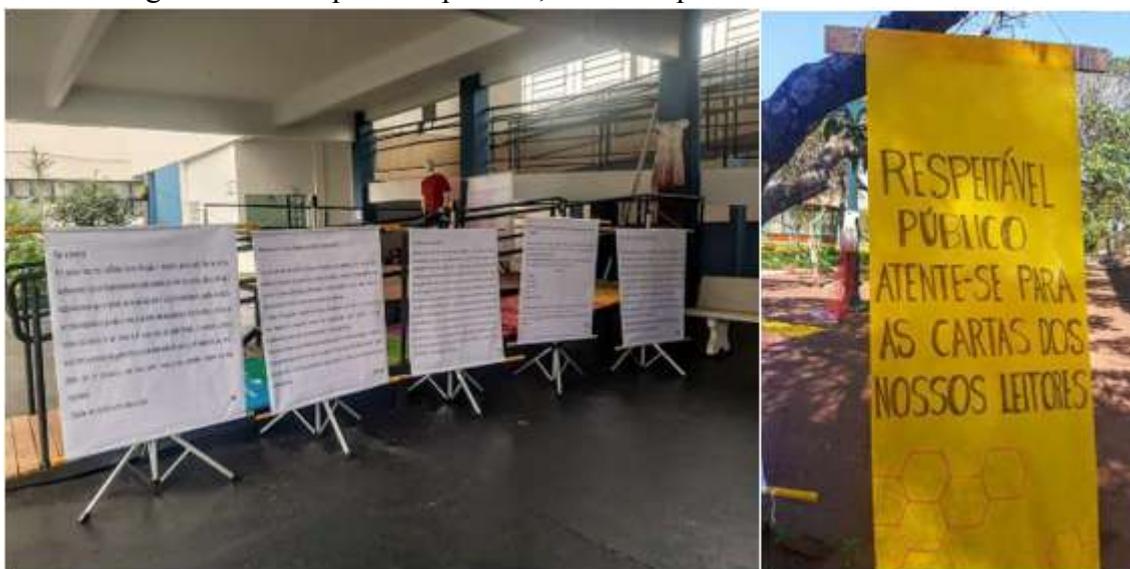
A proposta da sala temática intitulada *Quebrando com as amarras, rompendo silenciamentos*, foi fruto do 7º *Favo de Resistência*. As fotografias trazem mulheres que resistem cotidianamente às violências, em pequenos atos, seja em relações amorosas, por desconhecidos, ou institucionais. E que atitudes cotidianas também são resistências. Procuramos também, a partir das mãos tentando romper com o tecido roxo, que é a cor do combate à violência de gênero, e por meio do nome da sala temática promover o enfrentamento à violência. No sentido de que quando resistimos e rompemos com a violência que sofremos, estamos findando com os silenciamentos que foram instaurados e contribuindo na construção de uma sociedade respeitosa.

### 3.3.7. “Respeitável público, atente-se para as cartas dos nossos leitores”

A construção da sala temática “Respeitável público, atente-se para as cartas dos nossos leitores” foi realizada a partir das produções estudantis realizadas no 8º *Favo de Resistência*, depois, reunimo-nos para fazer os suportes para as cartas e pensarmos nos detalhes da produção desses materiais.

Compartilho a Figura 22, que traz a sala temática *Respeitável público, atente-se para as cartas dos nossos leitores* na exposição cultural.

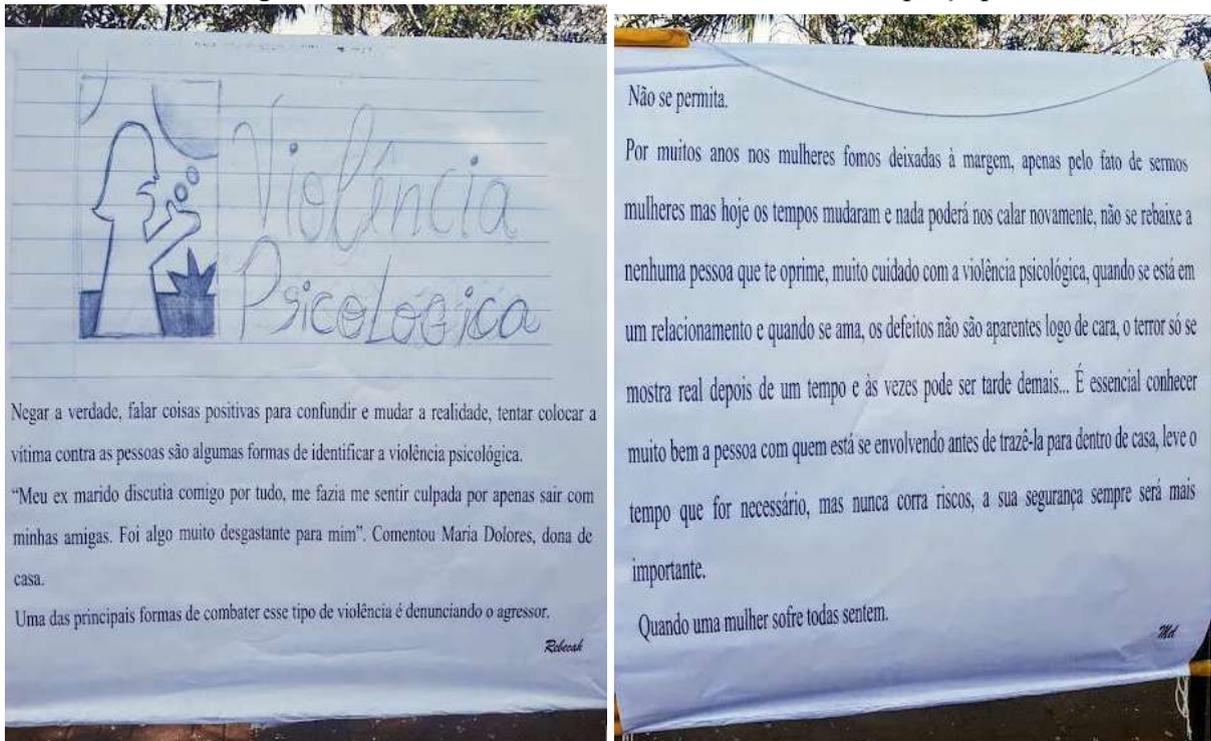
Figura 22 - “Respeitável público, atente-se para as cartas dos nossos leitores”.



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A contar da esquerda para a direita, a primeira fotografia foi tirada na universidade, enquanto a segunda, em praça pública. A proposta de levarmos essas cartas para a produção foi de possibilitar um diálogo com o público direcionando-o a questões de violência psicológica. Convido à leitura de duas cartas das estudantes Rebecah e Mel, que nos mobiliza a pensarmos e encontrarmos caminhos para enfrentar e romper com a violência de gênero. Até quando suportaremos ouvir essas experiências e continuarmos apáticas/es/os? Lembrei do anjo da história, de Walter Benjamin, onde os escombros só serão amontoados se não agirmos no presente. Não adianta, todavia, olhar para o passado apenas, se é no tempo do agora que temos que agir para mudar essa realidade.

Figura 23 - Cartas das estudantes Rebecah e Mel na praça pública.



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A estudante Rebecah, compartilha uma carta que alerta para alguns sinais da violência psicológica. E quando ela traz esse relato fictício para sua produção, entendo como uma forma de aproximar o/a/e leitor/a/e por meio de sua realidade, de familiares e conhecidos, ou mesmo de casos noticiados em veículos de informação. Já a estudante Mel alerta para a necessidade de conhecer a pessoa com quem se está relacionando ou pretende iniciar alguma relação afetiva. E ainda afirma que quando uma mulher sofre, todas sentem.

Esses materiais eram lidos pelo público que passava pela exposição, e àquelas/es/us que conversamos ficaram surpresas/es/os por terem sido escritos por estudantes. Enquanto pesquisadora, uma parte reconhece o esforço depositado nas produções estudantis, mas outra fica extremamente incomodada com esse tipo de comentário: afinal, por que as/es/os adolescentes costumeiramente são subestimadas/es/os? Será que continuam pensando que estudantes não são produtores de conhecimentos histórico-educacionais? Até que ponto precisamos ressaltar que as/es/os estudantes são sujeitos históricos? É possível realizar mudanças sem a participação ativa/cidadã das/es/os estudantes? São algumas questões que me inquietam e compartilho com vocês, estimados/as/es leitores/as.

### 3.7.8. Nós e o público

Figura 24 - Interação do público com a exposição.



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A primeira e a terceira fotografias foram tiradas na praça pública, já a segunda, na universidade. *Nós e o público* não é uma sala temática, mas sim são algumas experiências de nossa relação com o público da exposição. Pelas quais, em três dias de exposição, tivemos a oportunidade de interagir e conversar com várias pessoas. No primeiro dia, na praça, eu e minha orientadora conversamos com uma mulher que afirmou que sofria violência quem queria, e que ela se separou de seu esposo quando ele foi bater nela. Evidentemente que discordamos da ideia de que só apanha quem quer, e sua opinião dá margem para suposição de que “se a vítima apanhou, foi porque ela deixou” ou “ela foi estuprada, mas também, estava pedindo, com essa roupa”. Estas são ideias disseminadas em nossa sociedade, e a fala dessa visitante reforça que ainda temos um longo caminho a percorrer. Em contrapartida, há também resistência em sua história de vida, em que ela enfrentou a violência que sofreu. Ela sugeriu que chamássemos a televisão para divulgar o trabalho, pois havia considerado relevante e importante o público entrar em contato com essas produções.

Outra conversa que tive foi com uma mulher que me contou que sua sogra sofria violência do ex-marido, ele a perseguia, mesmo estando divorciados, e mesmo após ter mudado de cidade para não ser mais ameaçada, ele foi atrás. Perguntei então se ela já havia ido à polícia, a resposta foi que sim, mas após o ex-sogro fazer ameaças e fingir-se de “vítima”, sua sogra retirou as acusações. Apesar de toda a situação, a mãe de seu esposo não reconhece que está sofrendo violência, nega-se a aceitar o que está acontecendo e acaba perdendo-o pelas ameaças, de acordo com a visitante.

Além disso, alguns funcionários faziam expressões pouco receptivas para com a exposição artística cultural realizada na Unespar. Em um caso específico um professor começou a me questionar sobre minha pesquisa, e fez questão de conferir número por número dos dados apresentados, e de voltar com a “devolutiva” afirmando que alguns dos mesmos não apresentavam 100% de correspondência (o que ocorria em virtude de serem realizadas em períodos distintos). Enquanto pesquisadora, entendo que essas contribuições são extremamente válidas, mas não quando feitas para desqualificar o trabalho de outro/a/e pesquisador/a/e, e sim para o crescimento do/a/e mesmo/a/e.

Houve também aquelas pessoas que se chocavam e sensibilizaram-se com os manequins, várias me contaram que já foram assediadas e estupradas. Vale destacar que em momento algum fiz essa pergunta para o público, mas, muitas vezes o desejo de contar, extrapola as barreiras internas. Essa não é apenas a realidade de uma pessoa, mas de quantas milhares?

Na experiência da exposição um dos episódios que mais me possibilitou a reflexão foi quando chamei uma mulher para ir ver o que havíamos produzido, já que somos próximas, a convidei. Contudo, ela afirmou que queria passar longe, porque tinha visto os manequins, e havia sido abusada por um familiar na infância, e isso a fazia lembrar desse episódio doloroso. Enquanto pesquisadora, até esse segundo dia, só me preocupava com as aproximações do público, com nossas conversas. Mas foi a partir desse ocorrido que percebi a importância de pensar também nos distanciamentos, àquelas pessoas que passam longe. Isso me fez refletir, nem todas/es/os que não se aproximavam tinham alguma aversão à temática ou algo parecido, havia também as/es/os que eram tomadas/es/os de memórias traumáticas (GAGNEBIN, 2018). E como lidar com elas? Como superar essa dor? Será que falar não liberta?

Esses foram alguns dos diálogos que tive durante a exposição, e como pesquisadora, uma das coisas que mais me surpreendeu foi o desejo de contar de quem visitou a mostra artística cultural. Minha orientadora havia conversado comigo sobre a possibilidade de que eu tentasse pedir para o público escrever se já havia sofrido violência, e aquilo que mais a/e/o tinha tocado. Quando ouvi a ideia, fiquei espantada, e neguei, pois não esperava que as pessoas fossem contar suas histórias para uma desconhecida. Hoje vejo a potencialidade de trabalhar com temas sensíveis em contato com o público, na exposição não tinha apenas números nos TNTs, havia vidas contando memórias de um passado que não passa.

## EPÍLOGO: DO “FIM” PARA NOVOS “INÍCIOS”, TALVEZ

### As cores

Em nosso jardim havia um pavilhão abandonado e carcomido. Gostava dele por causa de suas janelas coloridas. Quando, em seu interior, passava a mão de um vidro a outro, ia me transformando. Tingia-me de acordo com a paisagem na janela, que se apresentava ora chamejante, ora empoeirada, ora esmaecida, ora suntuosa. Acontecia o mesmo com minhas aquarelas, onde as coisas me abriam seu regaço tão logo as tocava com uma nuvem tímida. Coisa semelhante se dava com as bolhas de sabão. Viajava dentro delas por todo o recinto e misturava-me ao jogo de cores, fosse nos céus, numa jóia, num livro [...]. (BENJAMIN, 2000, p. 101).

Viajar por entre as cores, conhecê-las, misturá-las, criar cores é o que Benjamin fazia e nos conta na mônada acima. Foi o que propomos nas oficinas e exposição. Em que esses processos foram pautados em uma construção conjunta, que tem a ver justamente com “abrir-se”, “expor-se” (LARROSA, 2020) ao outro, ao novo, e permitir que o outro de fato possa participar ativamente. Entendo que tenha a ver com pensar que esse projeto é “nosso”, sem deixar a “cientificidade” de lado. “É exatamente isso que o caminhar significa: um deslocamento do olhar que propicia a experiência, não apenas como vivência passiva (de ser comandada), mas como uma espécie de trilha na passagem pela estrada” (MASSCHELEIN, 2008, p. 37). Em que “caminhar é, ao mesmo tempo, andar por um caminho e abrir um caminho que ‘conduz a alma’” (MASSCHELEIN, 2008, p. 39). É conhecer aos outros e a si, é um processo de (trans)formação. Convido você, estimado/a/e leitor/a/e, a adentrar algumas narrativas estudantis feitas após a exposição sobre como foi o projeto.

O projeto foi realmente uma experiência muito diferente do que eu imaginava, mas um diferente bom, um diferente ótimo. Desde o primeiro dia que apareci no projeto o meu modo de pensar já mudou, com um simples encontro eu já havia saído diferente. Eu posso literalmente dizer que saí uma nova pessoa do projeto. No começo confesso que foi um pouco estranho, por que eu não sabia nada sobre gênero ou algo do tipo, bom, eu não posso dizer que sei tudo agora, mas já fico feliz em saber mais sobre isso. A experiência de participar do projeto que é algo importante foi algo muito bom, eu me senti melhor comigo mesma por ter feito parte disso, e me orgulho em dizer que minha professora foi a Dri. Ela com certeza foi a melhor professora que eu já tive, e fico feliz por ter tido a honra de participar do projeto. Tudo o que aprendi tenho certeza que vou levar para a minha vida. Vou, inclusive, falar algumas coisas que eu adorei. A forma na qual eu pude me expressar sobre os temas me deixavam alegre, pois eu não tinha medo de ser julgada. O modo paciente da prof Dri explicar me deixava até abismada,

sinceramente, não teria paciência. A comida então, eu amava! Os bolos eram os melhores, Meu Deus, o bolo de limão e o de banana eu tenho até que pegar a receita para fazer para o meu pai. Mas enfim, não é sobre bolos. É sim sobre como eu amei fazer parte disso. Vou sentir saudades dos encontros, de ver a prof Dri e de conversar sobre o tema do dia. De debater e de dar a minha opinião (por mais que às vezes eu me mantivesse calada). Nos últimos dias do projeto, quando estávamos preparando tudo para a exposição, eu me peguei pensando várias vezes como aquilo já havia se tornado parte da minha rotina e em como tinha sido importante. Eu fiquei nervosa quando chegaram os dias da exposição. No primeiro dia eu não consegui ir, mas mandaram fotos e vídeos de como havia ficado, e estava tudo tão perfeito que me senti orgulhosa por saber que estava envolvida nisso. No segundo dia, consegui ir, eu me senti mais feliz que nunca. Ver tudo pronto pessoalmente foi algo que mexeu comigo de uma forma inexplicável.

(**Estudante Hannah**, 16 anos, 1º ano, mulher bissexual).

Minha experiência foi muito boa, por mais que na primeira vez eu estava com medo e nervosa, mas com o tempo, muito tempo, consegui me acostumar e, aos poucos, me sentir confortável para me soltar e conversar mais livremente com as pessoas, o que não vai só ficar no projeto e vai me ajudar mais para frente também. No projeto também aprendi muitas coisas, desde como identificar a violência de gênero à como se livrar de uma relação abusiva e ajudar pessoas que estão em uma a superar isso. Além, da importância de conhecer esses assuntos e das atividades, e das histórias e fofocas contadas nesse projeto.

(**Estudante Cris**, 16 anos, 2º ano, mulher bissexual).

Depois de quase duas semanas sem nenhuma oficina da prof Dri, resolvemos dar o ar da graça para ela novamente e temos, mais uma vez, uma atividade, que dessa vez tem como intuito contar, por meio de uma carta, qual foi nossa experiência com o projeto [...]. E para realizar essa tarefa, me pego voltando nos conteúdos das oficinas, nos debates que não poderiam faltar, seja sobre a violência de gênero tanto em sua forma física quanto não-física, seja sobre a falta de oportunidades a determinados gêneros; sobre os tipos de abusos e discriminações; e as possíveis de diminuir/acabar com preconceitos que as pessoas têm em relação ao gênero. Aprendemos coisas importantes sobre:

Autoconhecimento e autoaceitação;

Dificuldades enfrentadas para conseguir a igualdade de gênero;

Batalhas que as pessoas enfrentam, e que mesmo sendo tão diferentes, carregam fardos tão parecidos;

Valorização de todas as vozes independente do gênero;

Maneiras de enfrentar a violência de gênero;

Resistências dos menos favorecidos, daqueles que a sociedade cala;

Violência e machismo estruturados na sociedade;

Violência doméstica;

Dependência emocional;

Violência psicológica;

A vulnerabilidade que as pessoas que sobre violência de gênero têm pela falta de apoio/aceitação e pela violência enfrentada;

Transfeminicídio;

Abusos físicos e psicológicos.

(**Estudante Retsu**, 16 anos, 1º ano, mulher).

Entrei nesse projeto pois é um tema super importante nos dias de hoje e, mesmo tendo uma base do que é, era algo muito superficial. Já vivi experiências que mesmo sabendo a gravidade da situação, não coloquei o peso que deveria diante disso. O projeto contra a violência de gênero abriu meus olhos diante dessas situações e de como tentar agir diante delas mesmo sendo difícil algumas vezes. Trouxe o que aprendi para minha vida pessoal e sempre consigo aconselhar caso amigos ou familiares estejam enfrentando isso ao meu redor, para que eles percebam como é algo delicado e que deveria ter uma atenção maior. Com isso, entendo que a luta contra é algo grande e deveria ser valorizado, e assim espero que seja.

(**Estudante noombrilisme**, 16 anos, 2º ano, mulher pansexual).

As partilhas das estudantes são sensíveis sobre suas experiências no projeto. Não entendo como possível contemplar toda a realidade, tampouco que este seja um trabalho completo. Muito pelo contrário, é um trabalho em construção e reconstrução, tal qual todos os outros que se propõem a realizar uma leitura a contrapelo (BENJAMIN, 1994), a tratar de temas sensíveis e minorias sociais. Parte de nós têm esse “algo em comum”, essa chama que nos habita de querer lutar por um mundo outro, em abrir novos caminhos para o futuro, em dialogar com novas realidades. Isso porque não nos movemos unicamente para conseguir um título e ter reconhecimento acadêmico - por mais que essas coisas sejam importantes e façam parte dos nossos objetivos, nós também buscamos, clamamos e fazemos parte de causas sociais, desses grupos historicamente oprimidos, dentre os quais estão, as mulheres, a comunidade LBGTQIAPN+, os indígenas, os negros, as comunidades ribeirinhas, entre outras.

É a partir das demandas do presente que olhamos para o passado, é a partir dessas questões, desses grupos, de suas necessidades. E mesmo quando tratamos sobre temáticas vivas no presente, tal qual é a violência de gênero, é por meio da perspectiva de que “o passado está cheio de futuro, no caso, nosso presente” (PEGO, 2016, p. 11), em que a escola não está excluída, tampouco as/es/os estudantes que a frequentam.

Assim, a escola pode ser entendida enquanto um local de transformações sociais, em que os estudantes são os agentes ativos dessa ação. Da mesma forma que outros espaços sociais. Portanto, espaços públicos e sujeitos são fundamentais para a construção de uma sociedade outra, com mais equidade de gênero, social, de oportunidades e sem preconceitos. E é nesse fazer junto com o público e no público que entendo enquanto uma possibilidade para as mudanças sociais. Em uma construção conjunta nas oficinas e exposição, além da abertura para outros públicos da mostra cultural. E esse processo foi pautado em uma autoridade compartilhada (FRISCH, 2016) e no filósofo Walter Benjamin, em que o

Método é caminho indireto, é desvio. A representação como desvio é portanto a característica metodológica do tratado. Sua renúncia à intenção, em seu movimento contínuo: nisso consiste a natureza básica do tratado. Incansável, o pensamento começa sempre de novo, e volta sempre, minuciosamente, às próprias coisas. Esse fôlego infatigável é a mais autêntica forma de ser da contemplação. (BENJAMIN, 1984, p. 50).

O método como desvio é a renúncia da linearidade da narrativa e da pesquisa, é a proposta de um percurso que se faz por caminhos fluídos e imprecisos, mas que sempre retornam ao objeto de uma nova forma (GAGNEBIN, 2013). E na estrutura temporal, “o pensamento para, volta para trás, vem de novo, espera, hesita, toma fôlego” (GAGNEBIN, 2013, p. 87). A partir disso, “nós *articulamos* o passado, diz Benjamin, nós não o descrevemos, como se pode tentar descrever um objeto físico” (GAGNEBIN, 2018, p. 40).

Em resposta à pergunta “a luta é interminável?”, Angela Davis afirma “em diria que, à medida que amadurecem, nossas lutas produzem novas ideias, novas questões e novos campos nos quais nos engajamos na busca pela liberdade. Como Nelson Mandela, devemos ter disposição para abraçar uma longa jornada rumo à liberdade” (DAVIS, 2018, p. 27).

**PARADA PARA REFLEXÃO**

## COMPARTILHANDO O EU NA RELAÇÃO COM O OUTRO, APRENDIZADOS QUE NÃO SE FINDAM

### I

*Carta aos(as)(es) meus(minhas)(minhas) estudantes (e eus) do futuro*

*Hoje, dia 26/02/2021, de madrugada, estava assistindo a um filme de romance, que se passa em uma escola, não sei porquê, mas o mesmo me deixou extremamente sentimental. Comecei a imaginar vocês, amados(as)(es) estudantes, pessoas que ainda nem conheci e que espero nunca fundar de conhecer. Imaginava o desenrolar do meu projeto de mestrado na escola, com vocês livres para narrarem suas experiências pelo pátio e pela grama, a fim de que tivessem liberdade para relatarem aquilo que desejassem.*

*Enquanto isso, observava-lhes escorada em um pilar, escrevendo, tal qual estou agora. E eu escrevia com muito amor e falava sobre o amor. Todavia, não era aquele amor romântico do filme, e sim de algo maior. Falava sobre vocês, sobre o amor, e o que eu sinto por vocês, e de como eu sinto falta de estar na escola e conviver ao lado de vocês. Pois acredito fielmente que a relação afetiva estabelecida entre professor e estudante é algo mágico e puro. Uma vez que da mesma forma que nós tentamos ajudá-los(as)(es) para além do conteúdo formal do currículo, vocês também, mesmo que inconscientemente, fazem os nossos dias melhores, seja com um simples "bom dia", com um sorriso no rosto ou com um olhar carinhoso.*

*Por isso, e não apenas por isso, sou muito grata à vocês por tudo e os amo imensamente, mesmo com todos os desafios e atribulações. Mesmo sem nem os(as)(es) ter conhecido. Eu os(as)(es) amo.*

*E digo isso com muita convicção e com todo o meu coração, pois sinto isso verdadeiramente.*

*Aos(as)(es) meus(minhas)(minhas) estudantes, considerem uma carta de agradecimento por tudo o que experienciamos neste projeto.*

*À mim, considere uma carta escrita no passado com uma visão certa do futuro, que será o presente, afinal, o meu (nosso) sexto sentido é poderoso. E considere também um aviso para que nunca abandone (abandonemos) o ensino, que apesar das dificuldades, ainda vale a pena porque há esses seres iluminados, chamados "estudantes", que fazem a nossa profissão ser o que é, e nós sermos o que nós somos.*

*Amo vocês!*

## II

### Memórias de uma pesquisadora

#### *Apreendi*

Iniciamos o momento de confraternização da oficina. Eu havia levado dois refrigerantes diferentes e cachorro quente. Eles pareciam animados, mas ao olhar para uma das estudantes percebi algo errado, então perguntei se ela não gostava, e logo um outro discente se adiantou e afirmou que ela era vegana. Então sem saber o que fazer e preocupada com ela por possivelmente estar com fome, e eu havia garantido que teria lanche em todos os dias de oficina, perguntei à mesma se ela comia *chips*, ela disse que sim. Com isso, fui até a cantina da universidade e comprei um *chips* de cebola e um pacote de biscoito, escolhi de cebola porque as outras opções eram de requeijão (ou seja, derivado do leite, e algo que veganos não ingerem). Feito isso, retornei ao laboratório, onde ela havia comentado que era na verdade vegetariana. De qualquer forma, aprendi duas lições com esse ocorrido: a primeira de que deveria ter olhado o rótulo das embalagens antes de comprar, e a segunda de que deveria ter perguntado sobre as escolhas e/ou restrições alimentares de cada um.

*(1 ° Favo de Resistência - 09/06/2022).*

#### *Choque de realidade*

Falei que fiquei triste por eles não comerem todos os pães que levei. Então uma participante olhou para mim e disse “nós não estamos aqui pela comida”, sendo que quando fui passar nas salas convidando isso era algo que os estudantes sempre recebiam com alegria e até faziam comentários a respeito. Ouvir essa frase foi um choque de realidade para mim, foi algo que eu não esperava. E da mesma forma que sempre é um pouco frustrante quando nossas certezas são abaladas, fiquei feliz também e tive as esperanças renovadas. No momento em que estou escrevendo isso não sei ao certo quais são os “motivos” que movem, mas espero descobrir no decorrer do percurso.

*(1 ° Favo de Resistência - 09/06/2022).*

### *Ele não permaneceu*

Após conversarmos sobre a temática, pedi para que os discentes narrassem sobre como vivenciam essas questões em suas vidas. Um deles terminou mais cedo, foi beber água e na volta pedi para que me ajudasse a levar o refrigerante e o suco ao laboratório, onde os outros estavam ocupados escrevendo. Nesse momento perguntei ao mesmo sobre o que ele estava achando do projeto e o que poderia melhorar, ele disse que é uma temática que interessa mais à algumas pessoas do que à outras, e que por isso há aqueles que falam mais. Perguntei o motivo dele ter se interessado pelas oficinas, ele disse que foi motivado pelo certificado e pelos lanches. Após ouvir isso, disse que entendia, mas que as questões de gênero também estavam presentes em sua vida, e que por mais que o assunto das oficinas fossem a violência de gênero, normalmente vivenciada por mulheres e/ou comunidade LGBTQIAPN+, que ele também tinha família, amigos e pertencia à outros espaços de convivência, onde poderia ter presenciado esses acontecimentos. Disse que nossa luta (e aqui me refiro ao combate da violência de gênero) não é feita somente por quem “sofre”, e que precisamos de aliados, tal qual no combate ao racismo, por exemplo. Ele concordou. Todavia, compreendo que fazer com que os meninos heterossexuais permaneçam na pesquisa será um desafio.

*(2 ° Favo de Resistência - 14/06/2022).*

### *De imediato*

No momento do lanche um estudante perguntou minha sexualidade, que é heterossexual. O mesmo quis saber qual a minha religião, disse que era católica, mas que respeitava todas as crenças, inclusive àqueles que não têm nenhuma, e falei que tinha amigos de todas as religiões, foi nesse momento em que outro estudante, sentado ao meu lado, disse “sério, professora? De todas as duas mil e poucas?”. De imediato percebi meu erro, expliquei o que quis dizer. Mas foi um momento onde aprendi que muitas vezes até mesmo nós, que estamos graduados, dentro das universidades e/ou escolas, fazemos generalizações.

*(2 ° Favo de Resistência - 14/06/2022).*

### *Jamais poderia imaginar*

Quando iniciei a pesquisa, imaginava que no grupo de estudantes haveriam várias pessoas vítimas de violência. E esse cenário já me deixava muito triste. Mas um estudante estuprador participando dos encontros foi algo que eu jamais poderia imaginar.

(Após o projeto, 30/01/2023).

### *Mais perto*

Sinto saudades de vocês, Alex, Cris, Hannah, Mel, noombrilisme, Rebecah, Retsu e Sinon/Sinox, nunca vou me esquecer do tanto que aprendi nessa pesquisa. Ainda não sou professora, mas se ser professora é fazer-se no processo, creio que estou mais perto depois de tudo.

(Após o projeto, 30/01/2023).

### *Entre muitas outras coisas*

Quando propus esse projeto por meio de oficinas temáticas em uma perspectiva de formação humana, não esperava que a pessoa a ser transformada seria eu. As/es/os estudantes ensinaram-me a aguçar minha sensibilidade; a escutar mais respeitosamente e atentamente do que já fazia; que nem sempre o silêncio significa desinteresse; que nossa intuição é potente; entre muitas outras coisas.

(Após o projeto, 20/03/2023).

### *Enfim, professora*

O sonho está iniciando-se.

A professora está animada.

E as “falhas” e aprendizados são constantes.

Um dia é uma paródia em sala que não dá certo.

No outro, a tecnologia “vence”.

Na próxima semana, “pintar” a parede com o pincel atômico.

No mesmo dia é a estudante que desabafa sobre depressão e ansiedade.

No outro, são as conversas estudantis “inapropriadas” para sala de aula.

Na mesma semana, é o abraço fraternal ao chegar na sala.

Desafios infinitos e cada vez mais constantes.

Felicidades esporádicas e sensação de “plenitude” frequentes.

Enfim, professora.

(Após o projeto, 20/03/2023).

*“Somos desfeitos uns pelos outros. E se não o somos, falta algo em  
nós”*

*Judith Butler (2020, p. 44).*

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejam todos feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 449-469, maio/ago. 2014.

BARSTED, Leila Linhares. O feminismo e o enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil. In: SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar; TAVARES, Márcia Santana (Orgs.). **Violência de gênero contra as mulheres: suas diferentes estratégias de enfrentamento e monitoramento**. Salvador: EDUFBA, 2016.

BENJAMIN, Walter. **Origem do drama barroco alemão**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. **Obras escolhidas III: Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

\_\_\_\_\_. **Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. **Obras escolhidas II: rua de mão única**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

\_\_\_\_\_. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

BENEVIDES, Bruna (Org.) **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022.

\_\_\_\_\_; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Orgs.). **Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018**. Brasília: ANTRA, 2019.

\_\_\_\_\_; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Orgs.). **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2021.

BEZERRA, Viviane Prado; SALES, Telma Bessa. Ditadura civil militar no Brasil e o ensino de história: leituras variadas e diferentes maneiras de expressão. **Revista Observatório**, Palmas, v. 3, n. 2, p. 241-264, abr./jun. 2017.

BRASIL. **Lei Maria da Penha**. Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006.

\_\_\_\_\_. **Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei no 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores**. Lei nº 12.015, de 07 de agosto de 2009.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Secretaria de Políticas para as Mulheres: Brasília, 2011.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020a.

\_\_\_\_\_. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020b.

CAVANNA, Federico José Alvez; PICOLI, Bruno Antonio. A atenção compartilhada para o mundo em comum. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 14, n. 33, p. 30-42, set./dez. 2022.

COLASANTI, Marina. **Contos de amor rasgados**. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

\_\_\_\_\_. **Fino sangue**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CORALINA, Cora. **Poemas dos becos de Goiás e estórias mais**. São Paulo: Global, 2014.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018.

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 165-186, fev./maio, 2008.

DINIZ, Debora. Três gerações de mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs). **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 311-332.

FERREIRA, Rodrigo de Almeida. História Pública e Ensino de História: um olhar sobre o filme no livro didático. **Revista Observatório**, Palmas, v. 3, n. 2, p. 136-171, abr./jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Qual a relação entre a história pública e o ensino de história?. In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade. **Que história pública queremos?/What public history do we want?**. São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 29-38.

FORTUNA, Cláudia Prado; Galzerani, Maria Carolina Boverio. Práticas de Memória, Tempo e Ensino da História. In: Ernesta Zamboni; Maria Carolina Boverio Galzerani; Caroline Pacievith. (Orgs.). **Memória, Sensibilidades e Saberes**. Campinas: Átomo & Alínea, 2015, p. 39-48.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2019**. São Paulo: FBSP, 2019.

\_\_\_\_\_. **16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2022**. São Paulo: FBSP, 2022.

FRANÇA, Cyntia Simioni; ABREU, Marcelo.; CUNHA, Nara Rubia de Carvalho . Apresentação do Dossiê: Tecituras do conhecimento histórico nas trilhas da autoridade compartilhada. **Revista Nupem**, Campo Mourão, v. 14, n.33, p. 5-8, out./dez. 2022.

FRANÇA, Cyntia Simioni; CUNHA, Nara Rubia de Carvalho. Experiências limiaries: produção de conhecimento histórico-educacional pelo viés da história pública. In: FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra; ÁLVAREZ, Sebastián Vargas (Orgs). **Ensino de História e História Pública: Diálogos Nacionais e Internacionais**. Campo Mourão: Editora Fecilcam, 2022, p. 124-137.

FRANÇA, Cyntia Simioni; PAIM, Elison Antonio. Memórias e Narrativas Benjaminianas. In: Elison Antonio Paim; Pedro Mülbersted Pereira; Ana Paula da Silva Freire (Org.). **Diálogos**

com **Walter Benjamin**: memórias e experiências educativas. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2018, v. 1, pp. 9-335.

FRANÇA, Cyntia Simioni. **O canto da Odisseia e as narrativas docentes**: dois mundos que dialogam na produção de conhecimento histórico-educacional. 2015. 346 f. (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

\_\_\_\_\_. Memórias como meio de produção de conhecimentos históricos. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 12, n. 23, jul/dez. 2020, p. 298-316.

FRISCH, Michael. A história pública não é uma via de mão única, ou, de *A Shared Authority* à cozinha digital, e vice-versa. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. **História pública no Brasil**: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016, pp. 57-69.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

\_\_\_\_\_. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2018.

\_\_\_\_\_. **Limiar, aura e rememoração**: ensaios sobre Walter Benjamin. São Paulo: Editora 34, 2019.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. Memória, História e (re)invenção educacional: uma tessitura coletiva na escola pública. In: MENEZES, Maria Cristina. **Educação, Memória, História: possibilidades, leituras**. Campinas: Mercado das Letras, 2004, pp. 287-330.

\_\_\_\_\_. Políticas públicas e ensino de História. A sala de aula de História como espaço de produção de sentidos e novos significados. In: NETO, José Miguel Arias. **Dez anos de pesquisas em Ensino de História**. Londrina: AtritoArt, 2005, pp. 157-167.

\_\_\_\_\_. **Ensino de História e Saberes na Contemporaneidade**. Trabalho apresentado em mesa-redonda no VI Encontro dos Pesquisadores do Ensino de História, ocorrido na Faculdade de Educação da USP/SP, em julho de 2008.

\_\_\_\_\_. **Imagens que lampejam**: ensaios sobre memória, história e educação das sensibilidades. Campinas: FE/Unicamp, 2021.

HERMETO, Miriam; FERREIRA, Rodrigo de Almeida. Apresentação: Ensino de História e História Pública: um começo de conversa. *Revista História Hoje*, v. 8, n. 15, p. 5-16, jan./jun. 2019.

\_\_\_\_\_. Introdução: História pública e ensino de história: caminhos em movimento. In: \_\_\_\_\_ (Orgs.). **História pública e ensino de história**. São Paulo: Letra e Voz, 2021, pp. 7-28.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

IBGE. **Campo Mourão**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/campo-mourao/panorama>>. Acesso em 26 de set. 2022.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Pesquisa**: percepções sobre estupro e aborto previsto por lei. São Paulo: Locomotiva Pesquisa Estratégica, 2020.

\_\_\_\_\_. **Percepções sobre controle, assédio e violência doméstica:** vivências e práticas. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão/IPEC, 2022.

KOYAMA, Adriana Carvalho. **Arquivos online:** práticas de memória, de ensino de História e de educação das sensibilidades. 2013. 404 f. (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. Da legitimação à condenação social. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs). **Nova História das mulheres.** São Paulo: Contexto, 2012, pp. 286-312.

LARROSA, Jorge *et al.* A experiência, o mundo e o ofício. LARROSA, Jorge. **Esperando não se sabe o que:** sobre o ofício de professor. Belo Horizonte: Autêntica, 2019, pp. 21-26.

LARROSA, Jorge. **Tremores:** escritos sobre a experiência. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

LIGA BRASILEIRA DE LÉSBICAS; ASSOCIAÇÃO LÉSBICA FEMINISTA DE BRASÍLIA. **I LesboCenso Nacional:** Mapeamento de vivências lésbicas no Brasil - relatório descritivo 1ª etapa (2021-2022). Brasília: LBL/Coturno Vênus, 2022.

LORDE, Audre. **Irmã outsider.** Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação:** Uma perspectiva pós-estruturalista. Rio de Janeiro: Vozes, 2020.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin:** aviso de incêndio - uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARIANO, Silvana Aparecida. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. **Estudos feministas**, Florianópolis, n. 13, v. 3, pp. 483-505, set./dez. 2005.

MASSCHELEIN, Jan. E-ducando o Olhar: a necessidade de uma pedagogia pobre. **Educação & realidade**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, pp. 35-38, jan./jun. 2008.

MIRANDA, Sonia Regina. Sobre o ato de aprender a olhar: a cidade como um jogo de saberes e potências educadoras. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 14, n. 33, pp. 43-63, set./dez. 2022.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres:** construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PAIM, Elison Antonio; PEREIRA, Pedro Mülbersted; FREIRE, Ana Paula da Silva. Apresentação: porque dialogar com experiências e memórias na acepção de Walter Benjamin ou a modo de apresentação. In: \_\_\_\_\_. **Diálogos com Walter Benjamin:** memórias e experiências educativas. Florianópolis: Gráfica e Editora Copiart, 2018, pp. 17-35.

PAIM, Elison Antonio; ARAÚJO, Helena Maria Marques. O pensamento decolonial no horizonte de combate à violência epistemológica e/ou o epistemicídio no ensino de História. **Intellèctus**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, pp. 16-33, jan./dez. 2021.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **Revista História**, São Paulo, vol. 24, n. 1, p. 77-98, jan./jun. 2005.

\_\_\_\_\_. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; \_\_\_\_\_ (Orgs). **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 238-259.

PEGO, Richardson Dutra da Costa. **A imagem do feminino em Walter Benjamin**: uma análise da mulher a partir da perspectiva de gênero. 2016. 104 f. (Mestrado em Letras). Universidade Federal de São João Del-Rei, São João Del-Rei, 2016.

PEIXOTO, Valdenízia Bento. Violência contra LGBTs: premissas histórias da violação no Brasil. **Periódicus**, Salvador, n. 10, v. 1, p. 7-23, nov./abr. 2018.

PRADO, Maria Ligia; FRANCO, Stella Scatena. Participação feminina no debate público brasileiro. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs). **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012, pp. 194-217.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de Gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 138, p. 9-26, jan./mar. 2017.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

\_\_\_\_\_. **Cartas para minha avó**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

RODRIGUES, Rogério Rosa. Quem narra um conto, aumenta um ponto: responsabilidade social e escrita colaborativa a partir dos desenhos infanto-juvenis da Guerra do Contestado. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 14, n. 33, p. 64-82, set./dez. 2022.

\_\_\_\_\_; BORGES, Viviane Trindade. A terceira margem do tempo: Cruzamentos possíveis entre história pública e história do tempo presente. In: \_\_\_\_\_ (Orgs). **História Pública e história do tempo presente**. São Paulo: Letra e Voz, pp. 7-18 .

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. MONTEIRO, Livia Nascimento. História das mulheres e História Pública: desafios e potencialidades de um ensino posicionado. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, v. 14, n. 27, p. 206-230, jan./jun. 2020.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. História Pública: a comunicação e a educação histórica. **Revista Observatório**, Palmas, v. 3, n. 2, pp. 41-65, abr./jun. 2017a.

\_\_\_\_\_. A militância pelo afeto: táticas femininas para enganar perpetradores durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1984). **Revue ORDA**, Toulouse, v. 1, n. 2, pp. 222-244, jan./jun. 2017b.

\_\_\_\_\_. Publicizar sem simplificar: o historiador como mediador ético. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MENESES, Sônia. **História pública em debate**: patrimônio, educação e mediação do passado. São Paulo: Letra e Voz, 2018, pp. 185-196.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). **História Pública no Brasil**: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016, pp. 23-35.

SANTOS, Maíra Wencel Ferreira dos; FRANÇA, Cyntia Simioni. Conhecimentos histórico-educacionais tecidos por relações dialógicas e colaborativas com as crianças na pandemia. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 14, n. 33, pp. 83-102, set./dez. 2022.

SANTOS, Michelle dos; NASCIMENTO, Larissa Silva. Vidas ressignificadas pela educação: práticas feministas para um mundo justo. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, v. 14, n. 27, pp. 180-205, jan./jun. 2020.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar; TAVARES, Márcia Santana. Introdução. In: \_\_\_\_\_ (Orgs.). **Violência de gênero contra as mulheres**: suas diferentes estratégias de enfrentamento e monitoramento. Salvador: EDUFBA, 2016.

SCHITTINO, Renata. O conceito de público e o compartilhamento da história. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). **História Pública no Brasil**: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016, pp. 37-46.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Mulheres reescrevendo a Nação. In: MELO, Hildete Pereira de. *et.al.* (Orgs.). **Olhares feministas**. Brasília: Unesco, 2009, pp. 395-409.

SEFFNER, Fernando. É raro, mas acontece muito: aproximações entre ensino de história e questões de gênero e sexualidade. In: ANDRADE, Juliana Alves de; PEREIRA, Nilton Mullet (Orgs.). **Ensino de História e suas práticas de pesquisa**. São Leopoldo: Oikos, 2021.

SEIXAS, Jacy Alves. Percursos de memória em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora Unicamp, 2001, pp. 37-58.

SOLNIT, Rebecca. **A mãe de todas as perguntas**: reflexões sobre novos feminismos. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SILVA, Daniel Pinha. Ampliação e veto ao debate público na escola: História Pública, ensino de História e o projeto “Escola sem partido”. **Revista Transversos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 7, pp. 11-34, set. 2016.

STACHESKI, Dulceli de Lourdes Tonet. **Crimes sexuais**: a história culpabilização das vítimas. Curitiba: Prismas, 2017.

SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012, pp. 218-237.

\_\_\_\_\_; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das mulheres e das relações de gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, jul./dez. 2007.

TELES, Amelinha; PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa. Elementos para o debate: dignificar a memória das vítimas e transformar o Estado e a sociedade. In: PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa (Orgs.). **Feminicídio invisibilidade mata**. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017, pp. 175-179.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro-RJ: Zahar, 1981.

VÈRGES, Françoise. **Uma teoria feminista da violência**. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A

# CONVITE

Todas as revoluções que eu desejo começam em mim  
- Ryane Leão

*Estimado(a)(e),*

*Meu nome é Drieli Fassiolli Bortolo, sou formada em História e mestranda na Universidade Estadual do Paraná (Unespar), minha pesquisa é intitulada “Violência de gênero e Ensino de História: narrativas de estudantes a partir de uma História com e para o público”.*

*A ideia é estimular a produção de narrativas por meio de quadros, fotografias, trechos literários e audiovisuais que tratem sobre a violência de gênero, e, posteriormente, realizar uma mostra cultural. Com isso, construiremos conjuntamente, eu e vocês, conhecimento histórico-escolar.*

*Esse projeto surgiu a partir da observação cotidiana da sociedade, bem como de dados e pesquisas que demonstram os números alarmantes acerca da violência de gênero. Mas também advém de interesses pessoais, principalmente pelo fato de conhecer várias vítimas dessa violência, e por acreditar no potencial de um Ensino de História voltado às sensibilidades.*

*Assim, gostaria de te convidar a participar dessa pesquisa que irá ocorrer na Unespar nos meses de junho e julho, que totalizarão 8 encontros, e serão nas terças-feiras e quintas-feiras das 14h às 16h, com saída do colégio acompanhada por mim às 13h40 e retorno previsto às 16h20.*

*Espero que aceite meu convite para que possamos trilhar esse caminho juntos/as/es em prol de um conhecimento que vise a escuta, o acolhimento e a produção colaborativa, bem como do combate às violências de gênero.*

*Ficarei muito feliz caso aceite este convite.*

Escolher escrever é rejeitar o silêncio  
- Chimamanda Ngozi Adichie

*Atenciosamente,  
Drieli F. Bortolo*

## APÊNDICE B

### *1º Favo de Resistência*

*“A questão de gênero é importante em qualquer canto do mundo. É importante que comecemos a planejar e sonhar um mundo diferente. Um mundo mais justo. Um mundo de homens mais felizes e mulheres mais felizes, mais autênticos consigo mesmos. E é assim que devemos começar: precisamos criar nossas filhas de uma maneira diferente. Também precisamos criar nossos filhos de uma maneira diferente.”*

*Chimamanda Ngozi Adichie*

Querida(o)(e) estudante, escreva uma narrativa de como você entende o que é “gênero”.

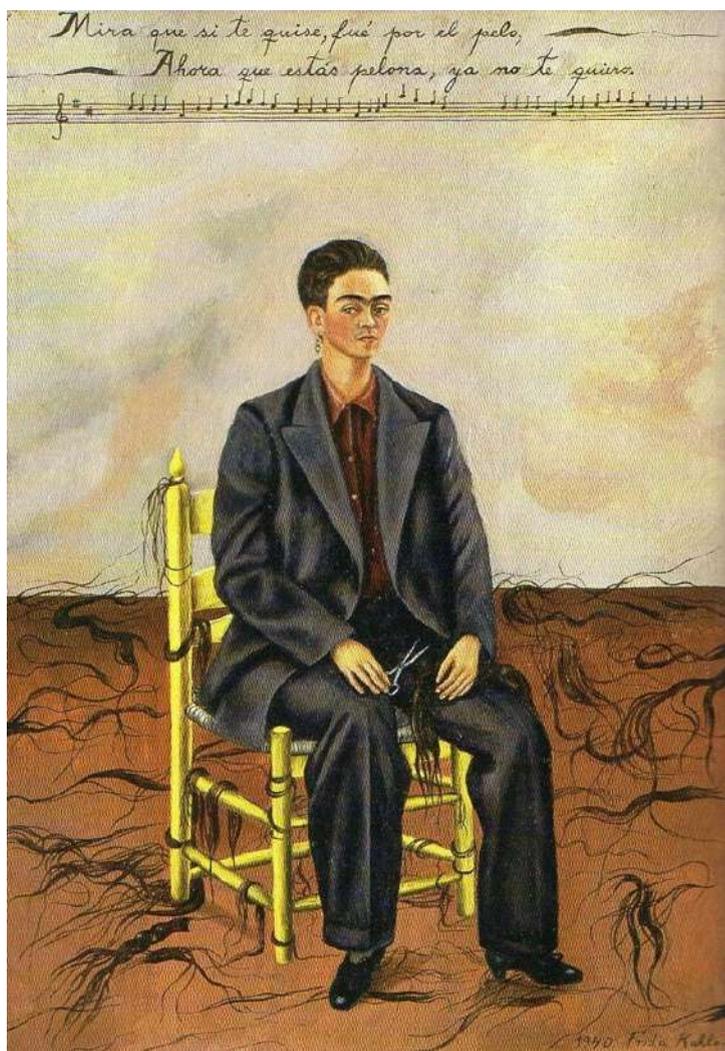
## APÊNDICE C

### *2º Favo de Resistência*

*“O gênero é uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjuntura considerada”.*

*Judith Butler*

Prezados (as) (e) estudantes, convido a uma leitura da obra de arte.



Obra de Frida Kahlo, **Autorretrato com cabelo cortado**, 1940.

**Fonte:** Brasil de Fato.

A seguir, gostaria de realizar uma leitura coletiva do fragmento do livro **“Sejam todos feministas”** da autora Chimamanda Ngozi Adichie.

“Quando eu estava no primário, em Nsukka, uma cidade universitária no sudoeste da Nigéria, no começo do ano letivo a professora anunciou que iria dar uma prova e quem tirasse a nota

mais alta seria o monitor da classe. Ser monitor era muito importante. Ele podia anotar, diariamente, o nome dos colegas baderneiros, o que por si só já era ter um poder; além disso, ele podia circular pela sala empunhando uma vara, patrulhando a turma do fundão. É claro que o monitor não podia usar a vara. Mas era uma ideia empolgante para uma criança de nove anos como eu. Eu queria muito ser a monitora da minha classe. E tirei a nota mais alta.

Mas, para a minha surpresa, a professora disse que o monitor seria o menino. Ela havia se esquecido de esclarecer esse ponto, achou que fosse óbvio. Um garoto tirou a segunda nota mais alta. *Ele* seria o monitor. O mais interessante é que o menino era uma alma bondosa e doce, que não tinha o menor interesse em vigiar a classe com uma vara. Que era exatamente o que *eu* almejava. Mas eu era menina e ele, menino, foi escolhido. Nunca me esqueci desse episódio.

Se repetimos uma coisa várias vezes, ela se torna normal. Se vemos uma coisa com frequência, ela se torna normal. Se só os meninos são escolhidos como monitores da classe, então em algum momento nós todos vamos achar, mesmo que inconscientemente, que só um menino pode ser o monitor da classe. Se só os homens ocupam cargos de chefia nas empresas, começamos a achar ‘normal’ que esses cargos de chefia só sejam ocupados por homens.

[...] Não é fácil conversar sobre a questão de gênero. As pessoas se sentem desconfortáveis, às vezes irritadas. Nem homens nem mulheres gostam de falar sobre o assunto, contornam rapidamente o problema. Porque a ideia de mudar o *status quo* é sempre penosa.

Algumas pessoas me perguntam: ‘Por que usar a palavra ‘feminista’? Por que não dizer que você acredita nos direitos humanos ou algo parecido?’. Porque seria desonesto. O feminismo faz, obviamente, parte dos direitos humanos de uma forma geral – mas escolher uma expressão vaga como ‘direitos humanos’ é negar a especificidade e particularidade do problema de gênero. Seria uma maneira de fingir que as mulheres não foram excluídas ao longo dos séculos. Seria negar que a questão de gênero tem como alvo as mulheres. Que o problema não é ser humano, mas especificamente um ser humano do sexo feminino. Por séculos, os seres humanos eram divididos em dois grupos, um dos quais excluía e oprimia o outro. É no mínimo justo que a solução para esse problema esteja no reconhecimento desse fato.

[...] Tem gente que diz que a mulher é subordinada ao homem porque isso faz parte da nossa cultura. Mas a cultura está sempre em transformação. [...] A cultura não faz as pessoas. As pessoas fazem a cultura. Se uma humanidade inteira não faz parte da nossa cultura, então temos que mudar nossa cultura.” (ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 15-48).

Após conversamos sobre Frida e Chimamanda e as leituras realizadas, convido vocês para tecermos um diálogo coletivo com algumas reflexões:

- O que mais chamou a sua atenção na obra de arte e no fragmento do texto? Qual a intencionalidade da artista Frida e da autora Chimamanda? O que mais te tocou na obra de arte e no fragmento do livro? Estabeleça uma relação entre a obra de arte e o fragmento do livro.

Após os nossos diálogos, gostaria que você elaborasse uma narrativa escrita para contar como percebe essas questões de gênero no seu dia a dia.

## APÊNDICE D

### *3º Favo de Resistência*

*“Quem somos nós, quem é cada um de nós senão uma combinação de experiências, de informações, de leituras, de imaginações? Cada vida é uma enciclopédia, uma biblioteca, um inventário de objetos, uma amostragem de estilos, onde tudo pode ser completamente remexido e reordenado de todas as maneiras possíveis.”*

*Italo Calvino*

Estimada (o)(e) discente, convido a uma leitura sensível do poema “Todas as Vidas” da poetisa Cora Coralina.

#### **Todas as Vidas**

Vive dentro de mim  
uma cabocla velha  
de mau-olhado,  
acocorada ao pé do borralho,  
olhando para o fogo.  
Benze quebranto.  
Bota feitiço...  
Ogum. Orixá.  
Macumba, terreiro.  
Ogã, pai de santo...

Vive dentro de mim  
a lavadeira do Rio Vermelho.  
Seu cheiro gostoso  
d'água e sabão.  
Rodilha de pano.  
Trouxa de roupa,  
pedra de anil.  
Sua coroa verde de são-caetano.

Vive dentro de mim  
a mulher cozinheira.  
Pimenta e cebola.  
Quitute benfeito.

Panela de barro.  
Taipa de lenha.  
Cozinha antiga  
toda pretinha.  
Bem cacheada de picumã.  
Pedra pontuda.  
Cumbuco de coco.  
Pisando alho-sal.

Vive dentro de mim  
a mulher do povo.  
Bem proletária.  
Bem linguaruda,  
desabusada, sem preconceitos,  
de casca-grossa,  
de chinelinha,  
e filharada.

Vive dentro de mim  
a mulher roceira.  
- Enxerto da terra,  
meio casmurra.  
Trabalhadeira.  
Madrugadeira.  
Analfabeta.  
De pé no chão.  
Bem parideira.  
Bem criadeira.  
Seus doze filhos  
Seus vinte netos.

Vive dentro de mim  
a mulher da vida.  
Minha irmãzinha...  
Fingindo alegre seu triste fado.

Todas as vidas dentro de mim:  
Na minha vida -  
a vida mera das obscuras.

**Cora Coralina**

Fonte: CORALINA, Cora. **Poemas dos becos de Goiás e estórias mais**. São Paulo: Global,  
2014.

Querida (o)(e) estudante, Cora Coralina narra em primeira pessoa como várias mulheres habitam nela ao mesmo tempo em que nos conta sobre sua trajetória de vida. Inspirada (o)(e) na poesia, gostaria que rememorasse suas experiências vividas na relação com as questões de gênero presentes em sua trajetória de vida. Para essa prática, escolha um objeto que tenha relação com sua história e com gênero, e produza uma narrativa escrita. O objeto deverá ser trazido para a oficina, bem como a narrativa escrita. Os quais serão compartilhados em nossos encontros.

## APÊNDICE E

### *4º Favo de Resistência*

*“Ao redefinirmos qual voz há de se valorizar, redefinimos a nossa sociedade e seus valores. [...] então é importante reconhecer que o silêncio é a condição universal da opressão, e existem muitas espécies de silêncio e de silenciadas.*

*A categoria mulheres é uma longa avenida que cruza com várias outras, entre elas classe, raça, pobreza e riqueza. Percorrer essa avenida significa cruzar outras e jamais significa que a cidade do silêncio tem apenas uma rua ou uma rota importante.”*

*Rebecca Solnit*

Estimada (o)(e) estudante, hoje iremos iniciar a conversa sobre violência de gênero, para isso, gostaria que você se organizasse em duplas ou trios e escolhesse uma música para escutarmos junto com o grupo, a fim de que nós possamos debatê-la e construirmos possibilidades de enfrentamento desse problema em nossa sociedade.

## APÊNDICE F

### *5º Favo de Resistência*

*“Temos um exemplo de definição do feminismo: consiste na ‘resistência das mulheres em aceitar papéis, situações sociais, econômicas, políticas, ideológicas e características psicológicas que tenham como fundamento a existência de uma hierarquia entre homens e mulheres, a partir da qual a mulher é discriminada’ (Astelarra). Bastaria substituir os termos homens e mulheres por brancos e negros (ou índios), respectivamente, para ter uma excelente definição de racismo. Exatamente porque tanto o racismo como o feminismo partem das diferenças biológicas para estabelecerem-se como ideologias de dominação.”*

*Lélia Gonzalez*



PAULINO, Rosona. **Séries bastidores**, 1997.

Prezada (o)(e) discente, após conversarmos acerca da conceituação da violência de gênero e observarmos como ela está presente em nosso cotidiano por meio das letras de músicas, gostaria que você desconstruísse a narrativa violenta e machista que se encontra em nossa sociedade.

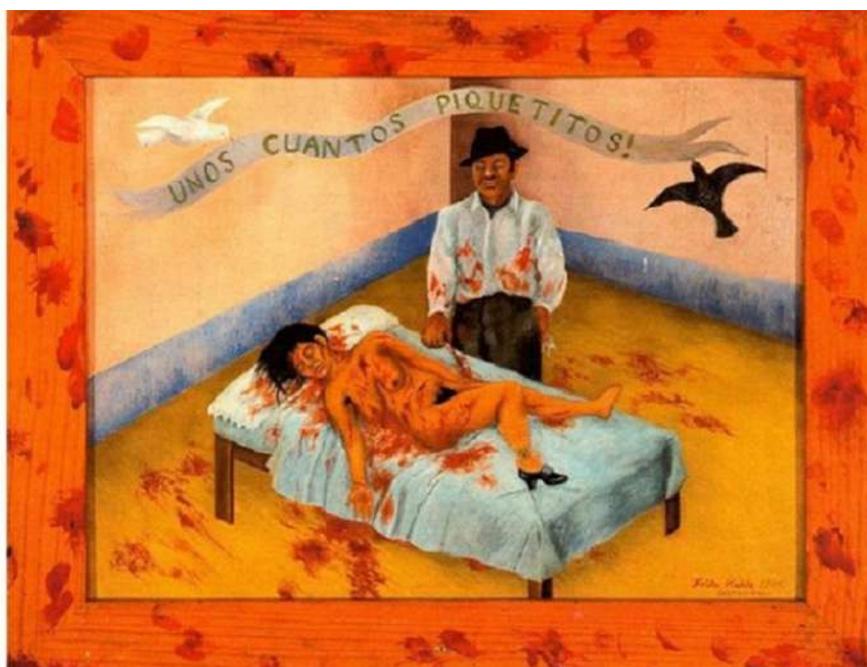
Para isso, você pode escrever uma poesia ou fazer um desenho.

## APÊNDICE G

### *6º Favo de Resistência*

Estimadas (os)(es) estudantes, no nosso encontro de hoje falaremos acerca da violência de gênero que ocorre dentro de casa, também conhecida como violência doméstica.

Gostaria que realizasse uma releitura da obra de arte de Frida Kahlo “**Umas Facadinhas de Nada**” na relação com as suas experiências vividas.



Obra de Frida Kahlo, **Umas Facadinhas de Nada**, 1935.

**Fonte:** Palavra acesa no caos.

**Em seguida, convido a leitura** do fragmento do livro “**Contos de amor rasgados**” da escritora Marina Colasanti.

#### **De água nem tão doce**

“Criava uma sereia na banheira. Trabalho, não dava nenhum, só a aquisição de peixes com que se alimentava. Mansa desde pequena, quando colhida em rede de camarão, já estava treinada para o cotidiano da vida entre azulejos.

Cantava. Melopeias, a princípio. Que aos poucos, por influência do rádio que ele ouvia na sala, foi trocando por músicas de Roberto Carlos. Baixinho, porém, para não incomodar os vizinhos.

Assim se ocupava. E com os cabelos, agora pálido ouro, que trançava e destrançava sem fim. "Sempre achei que sereia era loura", dissera ele um dia trazendo tinta e água oxigenada. E ela, sem sequer despedir-se dos negros cachos no reflexo da água da banheira, começara dócil a passar o pincel.

Só uma vez, nos anos todos em que viveram juntos, ele a levou até a praia. De carro, as escamas da cauda escondidas debaixo de uma manta, no pescoço a coleira que havia comprado para prevenir um recrudescer do instinto. Baixou um pouco o vidro, que entrasse ar de maresia. Mas ela nem tentou fugir. Ligou o rádio, e ficou olhando as ondas, enquanto flocos de espuma caíam de seus olhos."

(Fonte: COLASANTI, Marina. **Contos de amor rasgados**. Rio de Janeiro: Rocco, 1986, p. 77-8.).

Por fim, compartilho um vídeo que trata da violência doméstica: <https://www.youtube.com/watch?v=A6CslhHgTrA>, para que possam assistir e promovermos uma reflexão coletiva e dialógica.

Queridas (os)(es) discentes, para a nossa roda de conversa gostaria que estabelecessem uma relação entre a obra de arte, o fragmento da poesia e o videodocumentário e compartilhasse com o grupo.

No segundo momento da oficina, gostaria que vocês fotografassem locais nos quais entendem que a violência de gênero pode ocorrer. Podem ser de locais públicos e privados, facilmente identificados ou não, na zona urbana ou rural. Após fazer entre cinco e dez fotografias, faça uma pequena narrativa dizendo porquê escolheu esses locais.

## APÊNDICE H

### *7º Favo de Resistência*

*“Eu não terei a minha vida reduzida. Eu não vou me curvar ao capricho ou à ignorância de outra pessoa.”.*

*bell hooks*

Querida(o)(e) estudante, compartilho uma exposição muito sensível.



Exposição realizada na Bélgica com **roupas de vítimas de estupro**.

**Fonte:** G1.

Em seguida sugiro a leitura do fragmento do dossiê: **“Assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018”**

“De acordo com dados levantados pela ANTRA, 90% da população de Travestis e Transexuais utilizam a prostituição como fonte de renda, e possibilidade de subsistência, devido a baixa escolaridade provocada pelo processo de exclusão escolar, gerando uma maior dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho e deficiência na qualificação profissional causada pela exclusão social. Devido a exclusão familiar, estima-se que 13 anos de idade seja a média em que Travestis e Mulheres Transexuais são expulsas de casa pelos pais (ANTRA). E que cerca de 0,02% estão na universidade, 72% não possuem o ensino médio e 56% o ensino fundamental (Dados do Projeto Além do Arco-Iris/AfroReggae). E é exatamente dentro deste cenário em que se encontram a maioria esmagadora das vítimas, tendo sido empurradas para a prostituição compulsoriamente pela falta de oportunidades, se encontram em alta vulnerabilidade social e expostas aos maiores índices de violência. Expostas a toda sorte de agressões físicas e psicológicas. [...].

O Transfeminicídio vem se reproduzindo entre todas as faixas etárias. Uma pessoa Trans apresenta mais chances de ser assassinada do que uma pessoa cisgênera. Porém estas mortes acontecem com maior intensidade entre travestis e mulheres transexuais, negras. Assim como são as negras as que tem a menor escolaridade, menor acesso ao mercado formal de trabalho e a políticas públicas. [...].

As questões de gênero se reforçam e demonstram que 97,5% (aumento de 3% em relação a 2017) dos assassinatos foram contra pessoas trans do gênero feminino (158 casos). [...]

O assassinato é motivado pelo gênero e não pela sexualidade da vítima. Conforme sabemos, as práticas sexuais estão invisibilizadas, ocorrem na intimidade, na alcova. O gênero, contudo, não existe sem o reconhecimento social. Não basta eu dizer “eu sou mulher”, é necessário que o outro reconheça este meu desejo de reconhecimento como legítimo. O transfeminicídio seria a expressão mais potente e trágica do caráter político das identidades de gênero. A pessoa é assassinada porque além de romper com os destinos naturais do seu corpo-generificado, faz isso publicamente. (Berenice Bento - BRASIL: PAÍS DO TRANSFEMINICÍDIO).”

(Fonte: BENEDIVES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara. **Dossiê:** assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018. Brasília: ANTRA, 2019.).

Partilho a poesia a seguir:

#### **Ainda assim eu me levanto**

Você pode me marcar na história  
Com suas mentiras amargas e distorcidas  
Você pode me esmagar na própria terra  
Mas ainda assim, como a poeira, eu vou me levantar.

Meu atrevimento te perturba?  
O que é que te entristece?  
É que eu ando como se tivesse poços de petróleo  
Bombeando na minha sala de estar.

Assim como as luas e como os sóis,  
Com a certeza das marés,  
Assim como a esperança brotando,  
Ainda assim, eu vou me levantar.

Você queria me ver destroçada?  
Com a cabeça curvada e os olhos baixos?  
Ombros caindo como lágrimas,  
Enfraquecidos pelos meus gritos de comoção?

Minha altivez te ofende?  
Não leve tão a sério  
Só porque rio como se tivesse minas de ouro

Cavadas no meu quintal.

Você pode me fuzilar com suas palavras,  
Você pode me cortar com seus olhos,  
Você pode me matar com seu ódio,  
Mas ainda, como o ar, eu vou me levantar.

Minha sensualidade te perturba?  
Te surpreende  
Que eu dance como se tivesse diamantes  
Entre as minhas coxas?  
Saindo das cabanas da vergonha da história  
Eu me levanto  
De um passado enraizado na dor  
Eu me levanto  
Sou um oceano negro, vasto e pulsante,  
Crescendo e jorrando eu carrego a maré.

Maya Angelou

Fonte: Poesia Completa

É possível perceber após a leitura da exposição realizada na Bélgica com “**roupas de vítimas de estupro**”, dos dados apresentados sobre o Brasil PAÍS DO TRANSFEMINICÍDIO que está realidade atravessa várias camadas do tempo e do espaço. É possível resistir diante dessa barbárie como nos conta Maya Angelou, na poesia “**Ainda assim eu me levanto**”?

Estimada (o)(e), após refletirmos coletivamente acerca das violências físicas, fotografe entre 4 e 8 mulheres de perfil (rosto virado para o lado) ou sentada de costas que resistiram e venceram a violência de gênero.

Escreva três palavras que definem cada uma das pessoas fotografadas ou frases que elas poderiam dizer como conselhos para outras mulheres como forma de resistência, (re)existência e existência.

## APÊNDICE I

### 8º Favo de Resistência

*“Que nada nos defina, que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a nossa própria substância, já que viver é ser livre.”*

*Simone de Beauvoir*

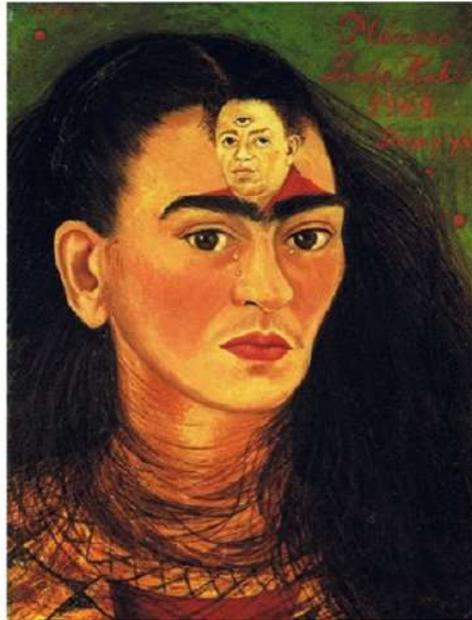
Querida (o)(e), no encontro de hoje discutiremos acerca da violência psicológica, a partir de trechos do livro “Teto para dois”, de Beth O’Leary e da obra de arte abaixo.

*Contextualizando o livro...* A autora é inglesa, nascida em Londres, com 30 anos e escreveu o presente livro em viagens de trem para o trabalho. “Teto para dois” é uma história de romance onde Tiffy Moore precisa urgentemente de um apartamento barato para morar, já que o ex-namorado a despejou do local onde viviam e que pertencia à ele. Já Leon precisa desesperadamente de dinheiro extra e está procurando alguém para dividir o apartamento. Todavia, a pessoa que fosse morar junto com ele jamais iria encontrá-lo, pois ele trabalha a noite e fica durante o apartamento durante o dia, além disso, passa os finais de semana com a namorada. O problema é que há apenas uma cama no local. Todavia, Tiffy resolve morar com Leon mesmo diante das circunstâncias.



O livro é um romance e apresenta cenas do ex-namorado de Tiffy, chamado Justin, que é extremamente controlador e abusivo.

Já na obra de arte abaixo podemos observar a violência psicológica. Pintada no ano em que seu marido começou a ter um caso extraconjugal, demonstra a dor, o sofrimento e a presença de Diego em sua vida.



Obra de Frida Kahlo, **Diego e eu**, 1944.  
**Fonte:** Estadão.

Após termos realizado a leitura, a discussão do livro e do quadro, escreva uma carta de até uma página, como se fosse para ser publicada em um jornal, contando as possíveis formas de identificar e combater a violência psicológica.